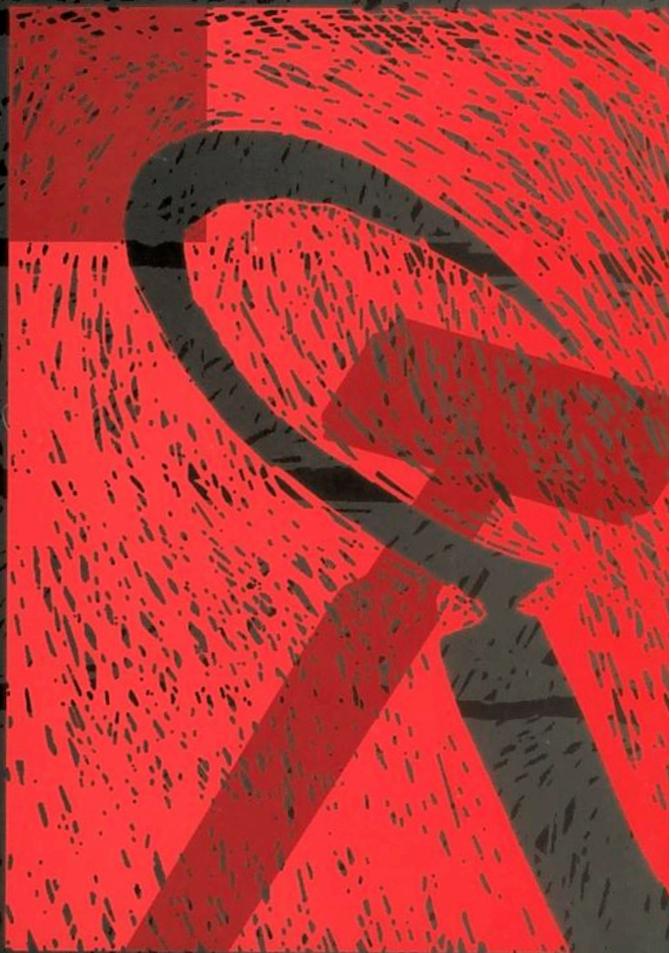


Antonio Carlos Mazzeo

SINFONIA INACABADA

A política dos comunistas no Brasil



M^{nesp}
M^{aria}
P^{ublicações}

BOITEMPO
EDITORIAL



Fundadores do Partido Comunista - SBIC (Seção Brasileira da Internacional Comunista).
Em pé, da esquerda para a direita: Manuel Cendón, Joaquim Barbosa, Astrojildo Pereira,
João da Costa Pimenta, Luís Peres e José Elias da Silva; sentados Hermogêneo Silva,
Abílio de Nequete e Cristiano Cordeiro. 25 de março de 1922 (Cedem - Unesp/Asmob)

SINFONIA INACABADA

ANTONIO CARLOS MAZZEO

SINFONIA INACABADA

A política dos comunistas no Brasil

M^{nosp}
*M*_{arfia}
*P*_{ublicações}

BOITEMPO
EDITORIAL

Copyright © Antonio Carlos Mazzeo, 1999

Capa: B+G Designers

Revisão: Flamarion Maués

Kátia Mari Miaciro

Rogério Chaves

Editoração eletrônica: Edevaldo Donizeti dos Santos

Produção gráfica: Alípio Prado

Oswaldo José de Oliveira Rocha

Sirlei Augusta Chaves

Fotolitos: Presto

Impressão e acabamento: Palas Athena (capa)

Unesp-Marília-Publicações (miolo)

© Boitempo Editorial, 1999

JINKINGS EDITORES ASSOCIADOS LTDA.

Av. Pompéia, 1991 - Perdizes

CEP 05023-001 - São Paulo - SP

Telefax (011) 3865-6947

e-mail: boitempo@ensino.net

© Unesp-Marília-Publicações, 1999

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Av. Hygino Muzzi Filho, 737

CEP 17525-900 - Marília - SP

Tel. (014) 421-1203

e-mail: publica@marilia.unesp.br

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA

FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS

Presidente do Conselho Editorial: Plácida Leopoldina V. A. da Costa Santos

1ª edição: maio de 1999

Todos os direitos reservados. É vedada, nos termos da lei, a reprodução total ou parcial deste livro sem a expressa autorização dos editores.

M477s

Mazzeo, Antonio Carlos

Sinfonia inacabada: a política dos comunistas no Brasil /
Antonio Carlos Mazzeo. -- Marília : Unesp-Marília-Publica-
ções; São Paulo : Boitempo, 1999.

200p. : 23 cm.

Inclui bibliografia e índice

ISBN 85.85934.34.4

DOI: <https://doi.org/10.36311/1999.85-85934-34-4>

CDD - 335.4

1. Partido Comunista Brasileiro - PCB. 2. Movimento
comunista. 3. Partidos políticos. I. Autor. II. Título

A Silvia, Isabella, Elena e Marco.

Aos que acreditaram e lutaram.

Aos que lutam e acreditam.

À memória de Astrojildo Pereira e

Octávio Brandão.

*Falo assim sem tristeza,
falo por acreditar.
Que é cobrando o que fomos
que nós iremos crescer.
Outros Outubros virão,
outras manhãs plenas de sol e de luz.*

Fernando Brant

SUMÁRIO

Apresentação	i
Primeiro Movimento	
<i>Overture</i>	
<i>O instrumental analítico-prático</i>	
<i>Preludio</i>	
Questões preliminares	1
Capítulo I: <i>Largo Assai</i>	
Os elementos teóricos	33
O Komintern e a questão colonial: notas arqueológicas	35
Primeiras elaborações teórico-políticas e a presença do Komintern	49
Capítulo II: <i>Adagio</i>	
Rupturas e continuidades: a construção do reformismo	69
1945: A gênese	71
1950: Sonhos de ruptura	74
1958/1960: O retorno ao reformismo - as origens da nova teoria consagrada	83
Segundo Movimento	
<i>Andante Maestoso</i>	
O contexto político da ação do PCB	
Capítulo I: <i>Pizzicato</i>	
Particularidades sócio-históricas da formação social brasileira	105
Aspectos históricos do capitalismo no Brasil: breves considerações	107
Elementos histórico-políticos do colonial-bonapartismo	118
Capítulo II: <i>Allegro ma non troppo</i>	
Construção e crise da forma-Estado militar-bonapartista	131
A visão do PCB	133
Algumas considerações	135
Capítulo III: <i>Lento con Grande Espressione</i>	
A “Nova teoria consagrada” como operador político do PCB	155
A sinfonia inacabada	171
Fontes e bibliografia selecionada	189

Apresentação

Um trabalho intelectual não é apenas produto de preocupações isoladas e abstratas de um pesquisador. Ao contrário, está sempre relacionado, de uma forma ou de outra, às questões objetivas e subjetivas de quem o realiza, como é o caso deste. As razões que me levaram a estudar o Partido Comunista Brasileiro não refletem somente o resultado de um longo e profícuo período de ligação orgânica, durante o qual conheci personagens que se confundem com a própria história do Brasil, como Luís Carlos Prestes, Gregório Bezerra, Elisa Branco, Salomão Malina, Osvaldo Pacheco, José Maria Crispim, Zuleide Faria de Melo, Oscar Niemeyer, Horácio Macedo, Paulo Cavalcanti, Lindolfo Silva e tantos outros, uma vez que, cada um à sua maneira, de acordo com a intensidade de sua ligação pessoal comigo, acabou influenciando, e muito, minha formação de cientista social e de militante político durante nosso convívio. Mas foi a dimensão político-cultural desse Partido, construída ao longo de seus 75 anos de vida — assim como as heranças positivas e negativas deixadas na vida nacional —, que me fez decidir sobre o estudo dos elementos histórico-políticos, constitutivos de sua ação e análise da realidade brasileira.

É indiscutível o papel exercido pelo PCB na elevação do patamar das discussões sobre as mais diversas e importantes questões nacionais e sua contribuição ao pensamento social por meio das intensas atividades desenvolvidas a partir de sua política cultural, que abrangeu desde a literatura, passando pelo teatro, cinema e televisão, além da enorme contribuição ao debate intelectual realizado por intermédio das inúmeras publicações comunistas oficiais e oficiosas que foram editadas por décadas. O golpe de Estado de 1964 interrompeu um importantíssimo período de efervescência cultural do país, no qual o PCB dava uma contribuição das mais fecundas. Mesmo assim, com enormes dificuldades, atuando na clandestinidade e perseguido pelo regime ditatorial, o partido continuou a contribuir no debate nacional, tornando-se também um dos mais conseqüentes combatentes

pela democracia, visto que muitos de seus militantes perderam suas vidas na luta contra a autocracia burguesa de caráter bonapartista.

Por seu enraizamento na sociedade nacional e por sua indiscutível contribuição ao desenvolvimento político e cultural do país, o PCB constituiu-se também no mais contraditório e complexo dos partidos brasileiros. Não restam dúvidas de que foram os comunistas que decisivamente introduziram as classes subalternas na vida política de uma sociedade que tradicionalmente deixou à margem o conjunto dos trabalhadores em seus processos decisórios. Mais do que isso, a questão da democracia, como *eixo fundamental* da vida social brasileira, foi a temática que permanentemente permeou as resoluções e as ações políticas do PCB. De fato, o PCB *reintroduziu o Ocidente* dentro de uma sociedade civil hegemônica por uma burguesia autocrática e de tradição escravista, tributária de um capitalismo retardatário e de viés *prussiano-colonial*. Nesse sentido, o Partido teve na questão democrática o centro de sua estratégia e de sua tática para a construção do processo de transição ao socialismo, seja por meio da teoria da *revolução democrático-pequeno-burguesa*, seja posteriormente, pela teoria da *etapa democrático-burguesa da revolução*.

Essa preocupação obsessiva em alargar os espaços democráticos da sociedade brasileira, constituiu-se no resultado imediato da necessidade de ruptura com um *Ocidente arcaico* — introduzido pela colonização de tipo mercantil, de caráter colonial-escravista — e da implementação de um *novo* Ocidente que surgia, dentro de uma ordem industrial e dos direitos civis fundamentais, postos pelas revoluções burguesas dos séculos XVII e XVIII, aprofundados e radicalizados com a Revolução Russa de 1917.

De modo que o PCB nasce com uma raiz profundamente nacional, não como uma transposição artificial efetuada por grupos “vanguardistas” empenhados em reproduzir o processo social ocorrido na longínqua Rússia. *Ele já é produto desse novo Ocidente, que nasce da objetivação capitalista industrial e que chega ao Brasil no fim dos oitocentos*. Daí ser o Partido Comunista resultado dos acúmulos políticos, obtidos não somente com os confrontos operários ocorridos no Ocidente — e que culminam

com a Revolução de 1917 —, mas fundamentalmente das lutas específicas dos trabalhadores brasileiros, que se iniciam no século passado e intensificam-se nos primeiros anos do século XX.

No contexto de um *Ocidente incompleto*, em que a objetivação hipertardia do capitalismo e a inexistência de uma burguesia de caráter nacional impede a realização de uma revolução democrático-burguesa em moldes clássicos, o PCB assume esta tarefa. E será dentro dessa determinação social que o partido constituir-se-á no maior pólo democrático do Brasil durante muitas décadas. Assim, não podemos dizer que os comunistas tiveram a democracia como elemento meramente tático de sua ação, mas ao contrário, *esta foi o parâmetro de sua linha teórico-prática estratégica*. No entanto, por ser produto de formação social conformada como segmento complementar dos centros desenvolvidos do capitalismo, o PCB acabou pagando pesado tributo. Além das dificuldades de aprofundamento analítico sobre a realidade nacional, conseqüência direta da debilidade da produção teórica em um país situado na periferia do capitalismo, o partido termina atrelado às formulações genéricas realizadas pelo Komintern — Internacional Comunista —, assim como às mudanças de rumo em sua política, quando aquele organismo passa a efetuar suas análises em função da razão do Estado soviético, em detrimento do Movimento Comunista Internacional. Principalmente após 1929, quando da implementação da política de “proletarização”, inspirada pelo Komintern e que culmina com o desmantelamento do primeiro *grupo dirigente histórico* do partido, formado por Astrojildo Pereira e Octávio Brandão.

O desenvolvimento da política de frente popular aplicada mecanicamente, sem as devidas mediações histórico-teóricas, terminou por colocar o partido em uma subordinação estrutural à revolução democrático-burguesa, quer dizer, determinou uma viragem em sua visão estratégica básica — que vinha sendo construída dentro de um enfoque que privilegiava a *realização da democracia sob hegemonia do proletariado*, conforme podemos verificar nas primeiras formulações partidárias. A nova linha teórico-prática passa a entender a implementação da democracia como desdobramento de uma “etapa” democrática que não estaria a

cargo da classe operária, mas de uma suposta “burguesia nacional”, que estaria desenvolvendo-se em “contradição” com o imperialismo. Essa política, imposta de cima pelo Komintern, será a responsável pelos inúmeros equívocos cometidos pelo PCB, determinando uma inversão, na qual *a estratégia de ação estará permanentemente subordinada à tática da revolução realizada em “etapas”*. Excluído um curto período, entre 1950 e 1958 — na vigência da linha programática desenhada pelo Manifesto de Agosto —, o PCB impulsionará uma linha de ação que, ironicamente, o transformará no maior formulador de uma política democrático-burguesa, em descompasso com uma burguesia historicamente autocrática, golpista e antipopular.

São esses aspectos contraditórios que fizeram do PCB o partido catalisador da luta pela democracia no Brasil, principalmente no período militar-bonapartista, que analisaremos procurando realçar criticamente o papel do partido no processo de recomposição do quadro político nacional, após a crise do bonapartismo, em fins dos anos setenta.

Com pequenas alterações, este livro é resultado da tese de doutoramento apresentada à área de história econômica do Departamento de História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. O texto divide-se em duas partes. Na primeira, analiso os aspectos teórico-políticos que foram conformando o PCB ao longo de sua história, enfatizando a influência das elaborações teóricas do Komintern no partido. Na segunda parte, após analisar o caráter do capitalismo e do Estado nacional brasileiro, definindo-os, respectivamente, como capitalismo de extração *prussiano-colonial* e Estado de corte histórico *autocrático-burguês*, estudo o contexto político da ação do PCB — 1975 a 1985 —, assim como seu referencial teórico construído após a *Declaração de março*, de 1958. Ressalto ainda que o presente trabalho é precedido, em sua introdução — item I das “Questões preliminares” —, por uma discussão teórica sobre práxis espontânea, consciência de classe e o Partido de novo tipo como mediador entre a teoria e a prática, que pode ser deixada de lado pelo leitor não familiarizado com as questões teórico-filosóficas, sem prejuízo da inteligência do conjunto do texto.

Agradeço aos que direta ou indiretamente estiveram envolvidos nas discussões dos problemas aqui tratados. Inicialmente, aos professores Vera Ferlini, Raquel Gleser, José Paulo Netto, Evaldo Amaro Vieira e Osvaldo Coggiola, membros da banca examinadora, tanto pelo rigor e pela acuidade com que analisaram o texto como pela cordialidade e simpatia, cada vez mais raras em nosso meio. Suas importantes sugestões e observações foram absorvidas, na medida do possível, na revisão para a publicação deste livro. Em particular, à professora Vera, mais que orientadora, uma amiga a quem devo o incentivo e o apoio para a realização deste trabalho.

Ao amigo Antonio Roberto Bertelli, pelas longas polêmicas, naturais aos que apaixonadamente estiveram engajados por toda a vida na luta pela democracia e pelo socialismo, assim como ao amigo Salomão Malina, nas vezes em que discutimos acaloradamente os problemas do PCB. Meus agradecimentos pelas contribuições dadas, ainda que, em muitos momentos, dentro de enormes discordâncias. À companheira Mercedes Lima, pelas horas em que discutimos os problemas organizativos do PCB, meu especial obrigado. Aos colegas do Departamento de Ciências Políticas e Econômicas da Faculdade de Filosofia e Ciências da Unesp, pelas sugestões e pelos debates instigantes que realizamos sobre a temática. Aos meus alunos do curso de Ciências Sociais, pela paciência de aturar um professor obcecado e atarefado que, em muitos momentos, deixou de dar a devida atenção às questões próprias ao curso de graduação por estar empenhado em finalizar este trabalho. Agradeço também aos professores Plácida Leopoldina Ventura Amorim da Costa Santos e Francisco Luiz Corsi, da FFC-UNESP, pelo empenho para que este livro fosse editado em co-edição. Em particular, agradeço a Edevaldo Donizeti dos Santos, pela dedicação nos trabalhos de editoração, e à Ivana Jinkings, pela disposição de publicar este livro.

Last but not least, quero agradecer às minhas filhas Isabella e Elena, não poucas vezes privadas da companhia do pai, que, atrelado a um computador por muitos fins de semana, não pôde estar dividindo a alegria de um convívio fundamental para todos nós. *Per concludere*, quero agradecer em particular e de coração

ao apoio fundamental dado por Silvia de Bernardinis nas discussões sobre as questões comunistas européias, especialmente sobre o PCI, e também por ter pacientemente auxiliado este empedernido sociólogo da geração setenta a encarar o computador como um aliado fundamental e não como um potencial “inimigo e sabotador”, sempre pronto a detonar os resultados de um trabalho. A ela, meu afeto especial.

Finalmente, agradeço aos camaradas do PCB com quem aprendi a viver na divergência e na tolerância democrática. A eles dedico este trabalho.

Antonio Carlos Mazzeo
São Paulo, verão de 1998

PRIMEIRO MOVIMENTO

Ouverture

O instrumental analítico-prático

Preludio

Questões preliminares

I

Consciência e mediação

Ao analisarmos as relações dos homens, no contexto das relações entre *indivíduos sociais* e as necessidades que delas se desdobram, devemos levar em conta os elementos ontológicos que as conformam, isto é, a reprodução social que se estabelece por meio desses “indivíduos” e que possibilita a realização dessas relações sociais entre os homens, enquanto *seres numerais*. O ser social, que constitui em nível ontológico o espaço mesmo de concretização das relações humanas, somente pode ser reproduzido com a *intervenção do homem* na qualidade de *indivíduo real*, quer dizer, sob a determinação de uma sociabilidade que constitui o ser-precisamente-*assim* da reprodução social realizada pelo trabalho.¹

De modo que a interação efetuada na reprodução social da vida (“material” e “espiritual”) aparece sempre mediada (no sentido da categoria da mediação — *vermittlung*) pela *ação humana materializada pelo trabalho* (*Arbeit*), que visa responder positivamente a duas necessidades: as naturais e as socialmente determinadas, e como lembra Heller, as primeiras dizem respeito às necessidades físicas básicas e as segundas, às necessidades sociais no sentido complexo.² Essas necessidades aparecem envolvidas pelo manto de sua historicidade mesma, por sua *determinação social*, que conforma os nexos objetivos de suas potencialidades e limitações, assim como as *probabilidades* de sua superação (*Aufhebung*).³ O pressuposto do processo de objetivação do homem (*hominização*) é sua condição de responder às necessidades postas pela vida material (inclusive as subjetivas) mediante uma ação social que, permanentemente, materializa-se numa *práxis historicamente determinada*, ou seja, por uma intervenção ideada constituída por uma teleologia — imanente a essa ação —, construindo uma forma de agir que traz em seu conteúdo intrínseco um determinado nível (*histórico*) de apreensão da realidade objetiva pela consciência humana. Desse modo, a reprodução material da vida, que responde às necessidades colocadas e, conseqüentemente, à reprodução da consciência, constitui uma unidade indivisível, articulada a uma *práxis* que, ao realizar a metabolização

entre o homem e a natureza, o faz dentro de um espectro teleológico, também ele determinado por condicionantes temporais e historicizados.

Esta condição dialética da permanente relação de necessidade-superação-nova necessidade, que é realizada em um determinado espaço histórico, *materializa-se* nas formas *singulares* e *particulares* de um *ser social*. No caso do modo de produção capitalista, a *particularidade* constitui a forma por meio da qual se realizam as leis universais que regem esse tipo de sociabilidade. A objetivação primária dessa forma de sociabilidade é efetivada nas formas *singulares*, que dão a dimensão concreta ao indivíduo social, *realizada* na vida cotidiana.⁴ No entanto, as relações que se estabelecem na vida cotidiana aparecem sempre como um *ser e pensar remontados à imediatividade*, ainda que no elemento central da cotidianidade apareçam permanentemente vínculos, também eles *imediatos*, entre teoria e prática, mesmo que nesses objetos da atividade cotidiana esteja intrinsecamente presente um complexo sistema de mediações, posto pelo desenvolvimento social. Como acentua Lukács, faz parte integrante da vida cotidiana recorrer-se permanentemente ao funcionamento prático das coisas em detrimento da essência mesma dos fenômenos.⁵ Mas se de um lado temos o estabelecimento imediato entre a ação e a reflexão — realizados sem mediações — porque determinados pelas necessidades objetivas da realidade, de outro ocorre também uma íntima relação interativa entre ciência e vida cotidiana, ou seja, “[...] os problemas que se colocam para a ciência nascem direta ou mediadamente da vida cotidiana e esta se enriquece constantemente com a aplicação dos resultados e dos métodos elaborados pela ciência”.⁶

Isso significa, de fato, que a vida cotidiana encerra duas questões centrais dialeticamente articuladas, ou seja, de uma parte, a divisão do trabalho capitalista faz com que os indivíduos estejam implementando, no âmbito social da vida cotidiana, a reprodução circular e tautológica do capital. De outra, porém, a própria necessidade de reprodução capitalista, objetivada na interação entre técnica e produção de mercadorias, cria as condições para a superação da reprodução repetitiva que se opera no âmbito da consciência. A reprodução da vida cotidiana, realizada dentro da lógica do capital e objetivada pelo trabalho, acaba possibilitando

o surgimento de condições objetivas para a superação da própria consciência cotidiana, ou seja, a necessidade tautológica *M-D-M'* *di per se* estabelece um jogo dialético de perguntas e respostas que exige do indivíduo social respostas sob a forma de práxis, criando um novo círculo feito de mediações autocriadas, que permitem alterar também a dinâmica e a estrutura imediata das respostas.⁷ Tal dinâmica acaba direcionando esse movimento dialético a se constituir em um impulsionador da ciência, mas, via de regra, não permite que se estabeleçam nexos diretos com a origem mesma dessa relação.

Mas é fundamental não perder de vista que a *reprodução do ser* do homem lhe põe questionamentos, que são respondidos por meio de mediações realizadas complexamente pela ação humana enquanto práxis. Esse movimento de automediação entre a reposição da vida e a reflexão sobre sua ação — realizada pela práxis humana — objetiva-se permanentemente dentro de um sistema social, enquanto totalidade, ou, no dizer de Marx, as relações de qualquer sociedade formam um todo. Entretanto, este todo, dentro da ótica marxiana, aparece sempre inserido numa relação dialeticamente articulada com o *particular*, que expressa e aclara a forma concreta — em cada caso específico e em determinadas situações estruturais — de um *ser social*, dando os nexos e os contornos morfológicos das formas de sociabilidade. Nesse sentido, o *particular*, aparece como a expressão lógica das categorias sociais de mediação entre os homens individuais e a sociedade.⁸ O que dá vida e movimento a essas relações é a *economia*, entendida aqui, *como um elemento multidimensional, mediado complexivamente*, por meio da qual as categorias se expressam dentro de uma dialética entre a *universalidade* e a *particularidade*, na qual a *singularidade* apresenta-se como a manifestação realizada imediatamente, permeada pelo incessante interpenetrar dialético do universal e do particular.⁹

Dessa forma, a *economia objetivada*, como um sistema dinâmico que mediatiza os elementos constitutivos da base material da reprodução dos indivíduos singulares e do gênero humano, apresenta-se como o “anel real” que articula a reprodução do gênero humano com os homens singulares, ou seja, realiza a socialização da sociedade e, conseqüentemente, dos homens consigo mesmos.¹⁰

Nesse sentido é que os elementos de singularidade ocorrem como manifestações imediatas do ser social, porque se estabelecem como base em uma relação dialética com o universal e o particular, a que permite a constituição e conexão simultânea dos elementos conformadores da totalidade.

Mas se há um nexos dialético entre o desenvolvimento do ser social e dos indivíduos sociais, esta relação realiza-se dentro de uma dialética contraditória entre essência e fenômeno, ou seja, o desenvolvimento das forças produtivas que possibilita o crescimento da capacidade humana pode, ao mesmo tempo, sacrificar indivíduos sociais ou interesses de classe.¹¹ Daí ser claro que desse desenvolvimento das potencialidades humanas emerge, contraditoriamente, o problema do estranhamento. Nas relações sociais que se estabelecem sob o capitalismo agudizam-se as relações *estranhadas*, em que a fragmentação da práxis, posta pelo tipo capitalista de divisão social do trabalho, faz com que o produto do trabalho humano, expropriado do trabalhador — a *criatura* —, apareça como algo alheio ao seu criador. Como acentua Marx, o trabalho aparece como algo externo ao trabalhador, como algo que não forma parte de sua essência, e no qual o trabalhador longe de se afirmar com seu trabalho nega-se, vendo a possibilidade de sua realização fora dele. Portanto, a exterioridade do trabalho revela-se, para o trabalhador, como algo que não lhe pertence, mas pertence a outro, visto que a atividade desenvolvida durante o processo de trabalho também não é sua, representando uma perda de si mesmo.¹²

Nessa dialética contraditória que se estabelece entre os indivíduos sociais encontram-se também os elementos para a superação do estranhamento, pois, como lembra Mézáros, a alienação não é uma totalidade homogênea inerte. Ao contrário, a alienação implica modificação; porque a atividade alienada não produz somente a “consciência alienada”, mas também a consciência de ser alienado.¹³ Em outras palavras, criam-se — além das forças que depauperam e desfiguram a consciência, dentro de uma dialética contraditória entre o pensamento cotidiano e a perspectiva da superação de sua “consciência tautológica”, posta pela existência de uma *relação imediata* entre teoria e prática — outras forças que possibilitam o afloramento da

consciência e a perspectiva de ruptura com o pensamento *estranhado*, como, a própria ciência, que permite, por meio do conhecimento da realidade objetiva, o distanciamento da lógica cotidiana. Ou seja, a forma de comportamento dos indivíduos sociais é determinada pelo grau de objetivação de suas atividades. Como ressalta Lukács:

Quando estas atividades alcançam o grau mais alto da objetividade, o que ocorre na ciência e na arte, suas leis objetivas determinam o comportamento humano em relação às conformações produzidas por elas mesmas.[...] Se queremos entender adequadamente esses modos de comportamento e descrevê-los corretamente em sua conexão com a cotidianidade e em sua diferença e contraposição com o comportamento cotidiano, há que se ter sempre em conta que nos dois casos se trata da relação do homem inteiro — por mais alienado e deformado que esteja — com a realidade objetiva ou com as objetivações humano-sociais, que refletem e medeiam essa realidade.¹⁴

Essas objetivações possuem legalidades internas próprias, assim como condutores por onde se realizam (progressivamente) de modo receptivo e produtivo, por meio das quais se efetivam as conexões imediatas entre teoria e prática.

Assim, a relação *imediata* entre teoria e prática, realizada permanentemente na vida cotidiana pelo processo de reprodução social, possibilita o desenvolvimento de uma outra relação, ou seja, potencializa esses nexos que se estabelecem na cotidianidade imediata no sentido de que se transformem em *nexos mediados*, por meio da reflexão sobre o cotidiano realizada com base em sua materialidade, mas, ao mesmo tempo, distanciado de sua imedaticidade mesma. Não por acaso, Lenin ao criticar as teorias espontaneístas ressalta que a consciência “vem de fora”, no sentido de estar *distanciada das relações imediatas* que se estabelecem entre o trabalhador e o patrão, de modo que o “de fora” liga-se a uma visão global da sociedade que só pode ser alcançada por intermédio da reflexão científica, o que permite a unidade entre a espontaneidade produzida na relação imediata realizada na vida cotidiana com as mediações efetuadas complexivamente pela ciência.¹⁵

Coloca-se aí, objetivamente, a dimensão superadora da consciência depauperada pelo estranhamento. A superação dos limites impostos pela vida cotidiana implica, necessariamente, como observa Lukács, forças intelectuais e modos de apreensão da realidade que transcendam os da imediaticidade, ou seja, a reorientação da ação prática realizada “de fora” por meio do entendimento científico.¹⁶

Obviamente, esta relação entre o conhecimento e a imediaticidade cotidiana não é estabelecida mecanicamente, como resultado de uma reciprocidade direta do tipo causa-efeito. Ao contrário, esta é uma relação *dinâmica e mediada* por diversos elementos complexos, que tem sua origem na própria vida imediata e que, em muitos momentos, cria relações conflituosas e contraditórias entre a ciência e o pensamento cotidiano. Basta que pensemos nas resistências realizadas com base no senso comum produzido e reproduzido na cotidianidade, e nas dificuldades de absorção de conhecimentos científicos pela vida cotidiana.¹⁷

Desse modo, se a relação alienada não aparece como uma manifestação estática, também não é uma “cadeia causal mecanicista”, como acentua Mészáros, e, por isso mesmo, sua superação torna-se possível dentro de um complexo processo de mediações interativas, no qual se realizam alterações estruturais no conjunto da totalidade humana, que permitem apontar para a possibilidade da desintegração da estrutura fragmentária da sociabilidade alienada.¹⁸ Nem mesmo podemos dizer que há um “destino intrínseco” de superação da lógica cotidiana a cargo de um “sujeito histórico redentor”, que levará a humanidade a estágios hominizadores — dos quais se desprendem contornos míticos, dentro de uma visão religiosa de “fim da história”. A construção da desalienação é um processo que se inicia, contraditoriamente, dentro do capitalismo e que depende também da adesão do homem para impulsionar essa possibilidade. Nunca é demais dizer, no entanto, que Marx via nos segmentos explorados da sociedade capitalista, particularmente na classe operária, a força propulsora dessa transformação, porque eram os que nada tinham a perder, não só porque já haviam sido expropriados de sua essencialidade — da totalidade de sua práxis — em seu sentido mais complexo, não restrito apenas

à produção e ao produto, mas *fundamentalmente* por trazer em seus *conteúdos essenciais* (o *ser-presisamente-assim*) as potencialidades de realizar plenamente (no sentido de sua superação positiva, para além da mera *Aufhebung conceitual*) a contradição imanente ao capitalismo, entre relações sociais de produção e desenvolvimento das forças produtivas.¹⁹ Nesse sentido, na direção de Heller, podemos dizer que não há no pensamento de Marx uma visão de fim, mas sim de abertura, em que os *fins postos pela teleologia humana* constituam novas potencializações realizativas, novos desafios, dentro de uma socialidade em que se recupere a essencialidade humana.²⁰

Portanto, a transcendência (*überlegenheit*) da condição de estar alienado e o desenvolver a consciência da alienação, como o primeiro momento impulsionador direcionado à sua crítica e superação, não se realiza espontaneamente, ou seja, não resulta das manifestações espontâneas da consciência produzida pela imediaticidade da práxis cotidiana. Dessa maneira, não há uma tomada de consciência do tipo consequencial-mecanicista, ainda que esteja presente na consciência imediata — dada na materialidade espontânea da cotidianidade — a alienação “em si”. Como lembra Engels, Hegel já havia enunciado esta questão:

“Se conhecerdes todas as propriedades de uma coisa, conhecereis a própria coisa; apenas resta o fato de que essa coisa existe fora de vós, e à medida que os sentidos vos fornecerem esse fato, aprenderéis até o último resíduo da coisa em si, a célebre e incognoscível *Ding an sich* de Kant.”²¹

O Partido como mediador entre o espontâneo e teleológico

O conhecimento da alienação requer um complexo de mediações, que imperiosamente exige a unidade dessa consciência espontaneamente produzida — desse *vínculo imediato* entre a teoria e a prática — com os nexos mediativos elaborados pela ciência. Entretanto, não basta apenas a inserção da ciência nos processos de reprodução social para superar as próprias limitações impostas pela cotidianidade, já que sua incorporação é diluída no movimento reprodutivo mesmo da vida cotidiana por meio dos costumes, da tradição etc., que tendem a fixar essas mediações

em um novo “mundo da imediaticidade”(ainda que criando necessidades novas, novos choques com aspectos desconhecidos da realidade objetiva etc.).²² De fato, o problema está em ligar o “em-si” produzido na vida e na consciência imediata, ao “para-si”, construído mediadamente, com base na realidade objetiva. Ou seja, toda a questão reside na busca da essencialidade das manifestações fenomênicas cotidianas.

Engels²³ aponta essa preocupação ao demonstrar a conexão das elaborações marxianas com a tradição revolucionária do pensamento iluminista e com o idealismo alemão, o que consistiu em trazer para as movimentações criadas na cotidianidade do movimento operário a *primazia e a centralidade da razão*,²⁴ constituindo-se aí a preocupação de estruturar a unidade entre a consciência imediata com as mediações produzidas pela teoria social fundamentada nessa tradição. Como acentuou Marx, remetendo-se à noção essencial da práxis, “não bastaria interpretar o mundo”, ou seja, o tornar-se “para-si” requeria, antes de mais nada, que o proletariado estivesse organizado em partido político autônomo, no sentido de adquirir estruturas organizativas e políticas próprias que estivessem transcendendo as reivindicações espontâneas, de ordem econômica imediata. Essa preocupação estará também nucleada nas formulações lenineanas sobre o partido do proletariado, ou seja, o partido constituindo a mediação entre a teoria e a prática.²⁵ Desse modo, a questão da consciência social mediada pelo partido político estará no centro das preocupações do movimento operário desde o século XIX, quando o próprio movimento procurou demonstrar a inexistência de uma conexão mecânica entre necessidade e consciência. A necessidade da ligação entre o imediato e o mediato é ressaltada tanto por Kautsky (que enfatizava a ligação da ciência com o movimento social) como por Lenin (ao afirmar que esta conexão somente seria realizada pelo partido de “novo tipo”).²⁶ Gramsci desenvolverá essa questão ao aproximar a idéia do partido lenineano à noção de “moderno príncipe”, ou seja, a organização do proletariado como aquela que terá a finalidade de transformar os segmentos componentes do que chamou de “classes subalternas” em teóricos do socialismo, em proletários capazes de formular e operacionalizar a conexão da ciência com a ação política. Nessa direção o partido, organizador, deverá funcionar como um

“moderno príncipe”, no sentido de se transformar em intelectual e *condottiere* coletivo, capaz de um novo projeto de sociabilidade, direcionado a um novo devir.²⁷

Assim, a questão organizativa, considerada como elemento de conexão entre a ação espontânea e a introdução de mecanismos analíticos dessa ação, será o grande tema que empolgará (e continua sendo uma questão central) o movimento operário moderno e constituir-se-á em seu grande desafio. Como lembra Lukács, a primeira experiência objetiva de tomada de poder pelo proletariado, a Revolução Russa, acabou dando os contornos de um “modelo” organizativo, principalmente por sua conexão com a teoria social da revolução – preocupação obsessiva de Lenin. Mas se podemos pensar em um “modelo” de partido, este reside exatamente em ter como referência imediata a preocupação de constituir um organismo de mediação entre ação e reflexão,²⁸ que traga, ao mesmo tempo, para o *plano histórico-objetivo* esse projeto organizativo. Ainda dentro dessa reflexão, a mediação não é realizada somente pela existência da organização “em-si”, mas fundamentalmente por sua capacidade em estar apreendendo o processo histórico, constituindo-se em elemento mediador entre o passado e o futuro, ou seja, tornando-se instrumento operacionalizador de construção de um projeto político-social que transcenda a idéia de necessidade abstrata. Daí esta conexão ter necessariamente de estar referenciada na *particularização (historicização)* da universalidade. Como lembra Lukács, Rosa Luxemburg combateu a tese de Bernstein de que a consciência de classe desenvolve-se imediatamente em função da crise econômica,²⁹ o que expressava sua preocupação em estar arremetendo a teoria “geral” às circunstâncias *particulares* da Alemanha, visão esta, rigorosamente articulada com o pensamento lenineano, ou seja, o permanente combate à idéia fatalista de uma consciência imediatamente dada.³⁰ Visto nesse contexto, o partido não é apenas o instrumento de mediação entre a teoria e a prática, *mas principalmente o operacionalizador da mediação que a própria teoria revolucionária deve fazer entre a universalidade e a particularidade*, entre a teoria social e sua aplicação objetiva, ou seja, deve ser o instrumento que possibilite dar às situações concretas (síntese de múltiplas determinações) respostas *concretas*, isto é, que levem em conta as especificidades de sua ação mesma.

De modo que analisar as relações sociais dentro de seu elemento complexo, isto é, dentro das determinações materiais objetivas, postas por relações fragmentárias estabelecidas na sociedade civil burguesa, e a possibilidade de sua crítica pela teoria social marxiana, deve levar em conta que o surgimento do partido político de “novo tipo” (o que realiza a unidade entre a teoria e a ação revolucionária), como instrumento de luta do proletariado, *é produto do movimento mesmo das contradições dessa forma de sociabilidade* e não o resultado de uma vontade de indivíduos ou de “estratos sociais” movidos pela idéia de transformar o mundo. Esta, se assim podemos dizer, já aparece como resultado de uma *determinação social* posta pelos reflexos políticos das contradições existentes na forma de sociabilidade capitalista, portanto, como uma *necessidade produzida socialmente, no contexto histórico da luta de classes*.

No entanto, isto não significa dizer que todos os partidos que agiram em nome do proletariado efetivamente conseguiram estabelecer os nexos fundamentais entre a universalidade, presente na Teoria Social de Marx, e as realidades específico-particulares em que atuaram. Ao contrário, por diversas razões — algumas das quais estaremos analisando — a maioria dos partidos que surgiram após a Revolução Russa e que a tinham, como “modelo”, incluindo seu operador político — o Partido Comunista —, acabaram reduzindo e depauperando exatamente o fundamento que moveu o Partido Bolchevique de 1917, isto é, tiveram esvaziada sua capacidade de *particularizar* a teoria social marxiana, transformando seus referenciais teóricos em modelos míticos, estáticos e doutrinários de ação e de reflexão.

Dentro desses referenciais teóricos, procuraremos analisar os aspectos que entendemos ser de maior relevância na construção da política do Partido Comunista Brasileiro, partido que aparece como resultado não somente de contradições produzidas por uma sociedade que se tornava cada vez mais complexa, determinada pelo primeiro *boom* industrializador do Brasil, mas também como produto da primeira revolução social de caráter proletário. E como reflexo das mudanças ocorridas nas forças produtivas e nas relações sociais de produção do

país, o PCB constituir-se-á num instrumento de inovação política, na medida em que trará para a cena social aqueles que até então tinham estado à “margem da história” — as classes subalternas —, pondo na ordem do dia uma plataforma de ação que incidia fundamentalmente na elevação cultural da política. Independentemente de se estar de acordo ou não com a política desenvolvida pelo PCB desde 1922, não podemos deixar de verificar que sua inserção na vida política brasileira representou, indubitavelmente, um marco de modernidade realizado pela contraposição permanente ao conservadorismo historicamente posto por uma sociedade hegemônica por uma débil burguesia de tradição autocrática e de extração escravista.

II

Determinações histórico-objetivas da formação do Partido Comunista no Brasil

Entre os dias 25 e 27 de março de 1922, fundava-se o Partido Comunista — Seção Brasileira da Internacional Comunista, na cidade de Niterói, estado do Rio de Janeiro.³¹ Sua organização expressava, juntamente com outras manifestações que ocorriam no Brasil — como a emblemática Semana de Arte Moderna, realizada em São Paulo, e a primeira revolta dos tenentes, no Rio de Janeiro —, o início das profundas alterações que começavam a ocorrer no país, as quais procuraremos sintetizar, no sentido da necessária contextualização dos elementos histórico-particulares que possibilitaram a organização do PCB.

A industrialização, que encontra impulso no fim do século XIX e no início do XX, e atinge níveis extremamente altos entre 1907 e 1920, delineava um considerável processo de modernização — basicamente, ainda centrado nos núcleos urbanos mais importantes — de um capitalismo que até ali se tinha fundamentado em bases essencialmente rurais.³² O enorme fluxo migratório que se estabelece no Brasil — quando, somente em dois anos, entre 1888 e 1900, cerca de 1,4 milhão de

pessoas chegam ao país, das quais 890 mil se fixam em São Paulo — atesta um desenvolvimento econômico ímpar, entre 1885 e 1906, se levarmos em conta a crise econômica norte-americana (entre 1893 e 1897) e a estagnação da economia argentina por toda a década de 90 do século XIX. Esses imigrantes serão absorvidos pela nascente indústria brasileira, assim como pelas atividades agrárias.³³ Entre 1907 e 1920, o número de indústrias salta de 3.410 para 13.336 e o número correspondente de operários vai de 150.841 para 275.512.³⁴ Juntamente com o processo de industrialização e de modernização vemos o crescimento dos centros urbanos e o afluxo de migrantes, vindos de áreas estagnadas do país, aumentar sobremaneira a concentração populacional dos principais centros urbanos, como São Paulo e Rio de Janeiro. Para se ter uma idéia, segundo dados históricos levantados pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), São Paulo, de 239.820 habitantes em 1900, passa a ter 579.033 habitantes em 1920, e o Rio de Janeiro, nos períodos correspondentes, de 811.443 habitantes para 1.157.873 habitantes. O Brasil, como um todo — ainda nos mesmos períodos —, salta de 17.438.434 para 30.635.605 habitantes.³⁵

A composição da classe operária será a combinação dos contingentes populacionais compostos por migrantes e imigrantes, na qual os imigrantes de origem européia — com alguma experiência industrial, ainda que certos contingentes fossem provenientes de regiões menos desenvolvidas da Europa — constituirão a maioria.³⁶ Nesse contexto começa também a aflorar o movimento dos trabalhadores, refletindo as mudanças que ocorriam na base material da sociedade brasileira. Já no fim do século XIX, verificam-se diversos movimentos grevistas de caráter operário, entre os anos de 1890 e 1898, principalmente no eixo São Paulo — Rio de Janeiro, mas também, nos estados da Bahia e Minas Gerais.³⁷ Mas é a partir do século XX que as movimentações operárias começam a ganhar maior intensidade, expressando seu aumento quantitativo e, de certa forma, qualitativo, ainda que nesse período predominasse a pequena empresa, que concentrava um tipo de trabalhador mais especializado em comparação com as de maior porte. Como enfatiza Fausto, em contraste com a pequena empresa, na qual o acesso ao patrão é mais fácil, o proletariado fabril com características clássicas é encontrado no

setor têxtil.³⁸ Os setores industriais com maior quantidade de mão-de-obra, conforme recenseamento realizado em 1920 – tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro –, eram o têxtil, o da alimentação, o de vestuário, a metalurgia e a indústria de produtos químicos, entre outros, com pouca variação de percentual entre as cidades, excetuando-se o de cerâmica, que em São Paulo tinha uma acentuada importância porque ocupava 12,3% dos trabalhadores, em comparação com o Rio de Janeiro, onde esse setor representava apenas 4,9% dos postos de trabalho.³⁹

Podemos perceber, por estes dados e percentuais, que efetivamente o Brasil iniciava seu caminho para a industrialização, ainda que dentro dos marcos de uma economia que irá se constituir com base numa atividade industrial vinculada ao Departamento III da economia, isto é, produção de bens de consumo. Mas o fundamental é que com esse desenvolvimento industrial a transição de uma economia agrário-mercantil para uma plenamente capitalista engendra também um proletariado moderno, mesmo que restrito a algumas cidades do país. Com a classe operária chegam as ideologias a elas vinculadas, chegam o socialismo e o anarquismo, em suas mais variadas versões. Chegam também – e como consequência – formas organizativas sindicais e políticas. *Esse é o contexto em que a nascente classe operária brasileira constitui-se como a maior novidade da história do país.* De 1906 a 1922, quando da organização do PCB, foram realizadas inúmeras manifestações e greves operárias, como as movimentações de 1905, no Rio de Janeiro e em São Paulo, de metalúrgicos, portuários (estes em paralisação simultânea nos dois estados), trabalhadores do setor do gás, todas elas pela redução da jornada de trabalho. A partir de 1906, as greves ganham maior intensidade. Em São Paulo, os tecelões e os ferroviários, que recebem solidariedade dos trabalhadores cariocas e dos estudantes de direito do largo São Francisco, são violentamente reprimidos pela polícia. Ainda nesse ano, vemos greves de sapateiros do Rio de Janeiro e do Rio Grande do Sul; 1907 é o ano de protestos, quando eclodem greves em quase todos os setores produtivos de São Paulo⁴⁰ e também nos estados do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul. Intensas movimentações que se realizarão ao longo de toda primeira década do século. Somente entre os anos de 1903 e 1916, as principais cidades do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Recife, presenciaram cerca de 84 greves (numa

média de 6,46 greves por ano), muitas das quais violentas, como as de 1915, no Rio de Janeiro, quando os operários decretam a greve geral, que dura três dias e que sofre violenta repressão policial.⁴¹ *Sem dúvida, essas movimentações resultarão no acúmulo organizativo e político que desaguará nas grandes greves operárias de 1917, que se constituirão no início do apogeu e da crise do anarquismo no movimento operário brasileiro.*

O que deve ser notado dentro das movimentações operárias desse período é a extrema debilidade organizativa do operariado, determinada pela combinação de vários fatores, como a descontinuidade do processo industrializador e a própria composição do proletariado — trabalhadores vindos de regiões com forte tradição escravista e imigrantes vindos de regiões onde sobreviviam relações de produção pré-capitalistas ou apenas interessados em acumular um pecúnio e voltar para a terra natal etc. Mas também encontramos uma baixa penetração e representatividade dos sindicatos no meio dos trabalhadores. Os grupos anarquistas — em suas diversas configurações ideológicas — não conseguiram dar organicidade aos movimentos nem elevar, o que é fundamental, essas *movimentações operárias espontâneas* ao patamar de uma organização política que pudesse transcender as reivindicações meramente econômicas. Quando isso ocorreu, como nas greves de 1907, a politização se deu em função de certa organização prévia do movimento — havia sido referendada no Congresso Operário de 1906 — e pelo alargamento do apoio, que ia para além dos grupos anarquistas, devido à repulsa que a lei dos estrangeiros (a primeira Lei Adolfo Gordo, de 1907) causava em certos setores da sociedade. Efetivamente, como acentua Fausto, até 1917 o grau de mobilização contrastou com a descontinuidade organizativa.⁴²

O segundo período dos movimentos operários da República Velha inicia-se, sem dúvida, com a greve de 1917. O crescimento industrial, propiciado pela Primeira Guerra Mundial, eleva o coeficiente da presença do proletariado e da classe operária nos centros urbanos. Em contraste com o progresso e com o aumento das indústrias, as condições de vida do proletariado eram precárias, com baixíssimos salários e com longas jornadas de trabalho que ainda oscilavam entre 10 e 12 horas diárias, a despeito das mobilizações anteriores pela diminuição da carga horária de

trabalho.⁴³ No entanto, a organização operária diminuiria com o descenso das movimentações grevistas entre os anos de 1913 e 1916 determinado pela crise econômica e pelo desemprego, que, somente em São Paulo, atinge a cifra de 10 mil pessoas, em 1913.⁴⁴ Em face das dificuldades postas pelo refluxo do movimento, os grupos socialistas e principalmente os anarquistas optaram por ações mais gerais, como a organização de movimentos de solidariedade internacionalista, abandonando o difícil trabalho de organizar os trabalhadores nas fábricas.⁴⁵ Mas a partir de 1917 o alto custo de vida e o constante aumento dos preços de gêneros alimentícios fazem reavivar a ação dos anarquistas nas fábricas — tanto em São Paulo como no Rio de Janeiro —, que passam a realizar atos contra a carestia quase que diariamente.⁴⁶ Particularmente em São Paulo, o ano de 1917 seria o marco da revitalização das movimentações operárias — refletindo a própria rearticulação econômica do país —, com a realização de uma greve no bairro da Mooca, e que pensamos ser da maior importância relatar brevemente.

Já nos primeiros meses do ano o cotonifício Crespi, com mais de 2 mil trabalhadores, enfrenta uma série de tentativas de negociação por parte dos operários. A resposta patronal é o aumento do trabalho noturno, por sua vez os trabalhadores passam a exigir uma elevação salarial que variava de 15% a 20%. A situação se agrava quando os trabalhadores de origem italiana passam a se recusar a recolher a “contribuição pró-pátria”, que a empresa realizava para colaborar com o esforço de guerra da Itália.⁴⁷ Como já havia um setor da produção paralisado, a greve eclode, no dia 12 de junho, transformando-se em estopim para o desencadeamento de outras greves na cidade,⁴⁸ como a da fábrica têxtil Jafet, com cerca de 1.600 trabalhadores, que reivindicavam aumentos salariais entre 20% e 25% e que estavam com dois meses de salários em atraso. A greve, que a cada dia assumia proporções maiores, passou a ser dirigida pelo Comitê de Defesa Proletária, de hegemonia anarquista. No dia 7 de julho, param os operários da fábrica de bebidas Antartica. Ocorrem choques com a Força Pública diante das fábricas Crespi e Antartica. No dia 9 de julho, conflitos com a polícia acabam matando o sapateiro e militante anarquista Antonio Martinez. Seu enterro, com a presença de 10 mil pessoas, marca a paralisação total da cidade, com o aumento de atos de

violência. Em 11 de julho já são 15 mil trabalhadores paralisados e no dia seguinte, 20 mil. Param também os bondes, o comércio, os trabalhadores do serviço de luz e os trabalhadores ferroviários da São Paulo Railway. A população saqueia armazéns e padarias. As tropas policiais quase não controlam mais a cidade, e metralhadoras são instaladas em pontos estratégicos da capital. No interior, trabalhadores de cidades como Campinas, Itu e Sorocaba param em solidariedade à greve. No Rio de Janeiro, a Federação Operária adverte sobre a possibilidade de uma greve geral ante a ameaça de intervenção do Exército, já que a Força Pública encontrava-se exausta, e até um batalhão de soldados havia se sublevado. Para complicar mais ainda, o Comitê de Defesa se recusa a negociar com o patronato e com o governo, a ponto de um grupo de 13 jornalistas se oferecer como mediador do conflito e terminar por levar aos trabalhadores a proposta de 20%, mais a promessa de não demissão dos grevistas. Afinal, após uma assembléia no bairro do Brás, sob a liderança de Leuenroth, Candeias Duarte e Monicelli, a proposta é aceita pelos operários.

Esta digressão sobre as condições do desenvolvimento organizativo do operariado brasileiro e, em particular, sobre a greve de 1917 em São Paulo nos permite verificar algumas questões essenciais para que possamos delimitar, de um lado, o *esgotamento das formas organizativas* do proletariado implementadas pelos anarquistas e anarco-sindicalistas e, de outro, dentro de uma fase de maior crescimento da classe operária — que as movimentações de 1917 expressam e, diga-se, não somente na capital paulista —, o surgimento da necessidade de novas formas de organização, estruturadas politicamente com maior complexidade, em relação às anteriores. Assim, pensamos ser importante destacar alguns aspectos sobre o movimento grevista de 1917 que marcam decisivamente a crise da hegemonia anarquista no movimento operário brasileiro: 1) a espontaneidade da greve (como sucedeu na maioria esmagadora das greves que precederam esta) e, ao mesmo tempo — e o que a diferencia —, sua extensão a outras categorias de trabalhadores bem como sua imensa repercussão na sociedade. Pela primeira vez, o movimento operário é visto com seriedade e preocupação pela grande imprensa burguesa⁴⁹ e por um contingente de empresários que compunham a elite da burguesia industrial do país;⁵⁰ 2) a dificuldade do “comando da greve” em organizar uma enorme massa de

trabalhadores disposta a levar avante suas reivindicações. Como reconhece Fausto, o grande problema da mobilização residiu exatamente na *ausência de um plano e de uma coordenação*. A presença dos sindicatos é de pouca importância e o Comitê de Defesa Proletária, que se forma no curso dos acontecimentos, apenas procura canalizar as reivindicações.⁵¹ Mais ainda, a liderança da greve revela sua incapacidade de assumir a direção do movimento, oscilando entre um discurso radicalizador e propostas genéricas, no que se refere à de sua organização; 3) o saldo político da greve foi mínimo e mesmo assim não se consolidou. Após o término do movimento, o governo desencadeou uma forte repressão sobre as lideranças da greve e sobre os sindicatos. Edgard Leuenroth é preso e acusado de ser o “autor psico-intelectual” da greve e alguns líderes estrangeiros são deportados pelo governador do estado.⁵² Além disso — o que reflete a debilidade dos sindicatos —, várias empresas não deram o aumento acordado. No entanto, a greve de 1917 deixou um grande saldo positivo: sua própria experiência, que passou a servir de parâmetro para outras mobilizações operárias. Se comparamos os acontecimentos de 1917, em São Paulo, com a Insurreição do Rio de Janeiro, de 1918, verificamos um salto de qualidade no que diz respeito ao aspecto organizativo do operariado. Lá, a greve parte de uma organização e planejamento prévio, com reduzido grau de espontaneidade, e articulada com outros setores da sociedade,⁵³ tendo na liderança do movimento José Oiticica, Astrojildo Pereira, Carlos Dias, Álvaro Palmeira, José Elias da Silva, João Pimenta e Agripino Nazaré. Outro aspecto extremamente relevante é que esse movimento ocorre sob a forte influência da Revolução de Outubro na Rússia, e tem como objetivo a implantação de soviets na cidade do Rio de Janeiro. Tanto que, segundo os planos, deflagrada a greve, os operários deveriam tomar o Palácio do Catete e içar a bandeira vermelha e outro grupo deveria atacar a Intendência da Guerra, para se apossar de armas e munições⁵⁴. Quando se acertavam os últimos detalhes, os líderes foram presos, delatados por um informante infiltrado, o 2º tenente Jorge Elias Ajust. Mesmo assim, a greve é decretada e choques são realizados com as forças repressivas. Boris Fausto, no entanto, enfatiza a pequena influência da Revolução Russa no movimento, argumentando que sua repercussão se dava em “áreas bem mais moderadas do que nos anarquistas”. Segundo Fausto, a

inspiração para uma rebelião armada não estava fora do país, mas dentro de sua própria história, como a rebelião dos marinheiros de 1910 e a própria disposição de luta encontrada em São Paulo.⁵⁵

Ora, nenhum movimento social se realiza se não existem condições objetivas e subjetivas para tanto, como efetivamente havia, em 1918, ainda que estejamos de acordo no que se refere à sua possível derrota, mesmo se não houvesse a delação. Foram exatamente as condições de miséria e penúria do povo, agravadas pela epidemia de gripe (a *influenza*) que assolava a cidade, que, articuladas por um comando político, *constituído como vanguarda* — espelhado nos acontecimentos da Rússia —, permitiram o desencadeamento da Insurreição. Outro aspecto relevante foi a preocupação de organizar e planejar previamente o movimento, tendo por objetivo assaltar o poder e criar um governo popular, o que revela a presença de uma teleologia na ação, até então inexistente nas movimentações operárias.⁵⁶ De modo que este movimento marca claramente a eclosão da consciência da possibilidade real de poder popular nas lideranças e em setores operários, além da nítida influência da Revolução Russa em suas formulações. Acrescentamos ainda que, apesar de possuir a “marca da nacionalidade”, isto é, as revoltas com a participação de militares, *esta tinha a preocupação de pôr no centro político-decisório os trabalhadores*, na medida em que se pretendia instituir soviets populares, constituindo-se também numa ruptura com a tradição golpista dos movimentos urbanos brasileiros do período, que sempre excluíram as camadas populares.

Assim, podemos concluir que após as greves de 1917 e a Insurreição de 1918 o movimento operário brasileiro não será mais o mesmo. Como acentua Chilcote, a revolução na Rússia catalisou e aproximou os grupos radicais, gerando também divisões nas fileiras anarquistas e acentuando cada vez mais a polarização entre anarquistas e comunistas,⁵⁷ no bojo de um crescente movimento operário, que exigia mais eficiência organizativa.⁵⁸ Essa necessidade, assim como a influência da Revolução Russa no movimento operário, fica evidenciada nas várias tentativas de organização de partidos comunistas no Brasil entre 1918 e 1922.⁵⁹

Pelo que procuramos demonstrar, no processo de construção do movimento operário brasileiro, ainda que de maneira bastante sintética, vemos que o surgimento do operariado na cena política nacional constitui uma *grande novidade social* — posta pela industrialização do país —, que gradualmente vai buscando alargar espaços numa sociedade civil de tradição autocrática e bonapartista, oriunda da monocultura e do escravismo. Finalmente, podemos dizer que *a organização do PCB é produto direto das movimentações operárias no Brasil e também reflexo do que se constituiu no maior acontecimento do século, na maior novidade da era capitalista, a Revolução Russa.* Como acentuou Hobsbawm,

“A Revolução de Outubro produziu de longe o mais formidável movimento revolucionário organizado na história moderna. Sua expansão global não tem paralelo desde as conquistas do Islã em seu primeiro século. Apenas trinta ou quarenta anos após a chegada de Lenin à Estação Finlândia em Petrogrado, um terço da humanidade se achava vivendo sob regimes diretamente derivados dos ‘Dez dias que abalaram o mundo’ (Reed, 1919) e do modelo organizacional de Lenin, o Partido Comunista”.⁶⁰

Por todo o significado dessa reflexão, pode-se dizer que, como produto de um grande movimento de âmbito mundial e pela dimensão adquirida — ao ser o resultado de uma sociedade que vinha sofrendo dramáticas e profundas alterações, e cuja tradição tinha sido, até então, alijar os trabalhadores da participação da vida social e política do país —, *a organização do PCB se constituiu na maior e mais positiva novidade política do Brasil*, cujo pioneirismo — além de ser o primeiro partido político *strictu sensu* do país — foi o de procurar fazer protagonista da história brasileira o seu próprio povo.

NOTAS

¹ Ver István Mészáros, *Marx: A Teoria da Alienação*, Rio de Janeiro, Zahar, 1981. p. 249 e segs. Ver também Georg Lukács, *Ontologia dell'Essere Sociale*. Roma, Riuniti, 1981, v. II*, p. 281 e segs.

² Agnes Heller, *Teoria de las Necesidades en Marx*. Barcelona, Peninsula, 1978, p. 28.

³ Como definem K. Marx e F. Engels: “A diversa conformação da vida material depende, em cada caso, naturalmente, das necessidades já desenvolvidas e, *tanto a criação como a satisfação destas necessidades em si mesmas, constituem-se num processo histórico*”. *La Ideologia Alemana*. Barcelona, Grijalbo, 1970, p. 83. (grifos nossos).

⁴ “A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja sua função posta pela divisão do trabalho intelectual ou físico [...] A vida cotidiana é heterogênea em larga medida e sob diversos pontos de vista, sobretudo do ponto de vista do conteúdo e da importância de nossos tipos de atividade. A organização do trabalho e da vida privada, dos prazeres e do repouso, a atividade e os contatos humanos, constituem as partes orgânicas da vida cotidiana.” Agnes Heller, *Per una Teoria Marxista del Valore*. Roma, Riuniti, 1980, p. 109.

⁵ “É certo que o papel social da cultura (e sobretudo o da ciência) consiste em descobrir e introduzir mediações entre uma situação previsível e o melhor modo de atuar sobre ela. Mas, uma vez introduzidas essas mediações, uma vez postas no uso geral, perdem para os homens que atuam na vida cotidiana seu caráter de mediação, reaparecendo, assim, a imediatez que estivemos descrevendo.” Georg Lukács, *Estetica*, Barcelona, Grijalbo, 1966, v. I, p. 45.

⁶ *Ibidem*.

⁷ Cf. Lukács, *Ontologia dell'Essere Sociale*, op. cit., v. II*, p. 282.

⁸ Como afirma Marx: “Há que se evitar, antes de tudo, estabelecer a sociedade como uma abstração frente ao indivíduo. O indivíduo é o ser social. A manifestação de sua vida — ainda que esta não apareça na forma imediata de uma manifestação vital *comunitária*, realizada com outros —, é portanto uma manifestação e confirmação da *vida social*. A vida individual e a vida genérica do homem não são distintas, por mais que — como é necessário — o modo de existência da vida individual seja um modo mais particular ou mais geral da vida do gênero, ou quanto mais a vida genérica seja uma vida individual mais particular ou geral”. Apud Georg Lukács, *Prolegomenos a*

una *Estética Marxista (Sobre la Categoría de la Particularidad)*, Barcelona, Grijalbo, 1969. p. 102-103.

⁹ Como sintetiza Lukács: “Quanto mais valiosa, autêntica e profundamente se apreendem, com adequação aproximada na forma da universalidade, as conexões reais, sua legalidade e suas contradições, tanto mais concreta, flexível e exatamente pode conceituar-se também o singular.[...] A análise mais detalhada e refinada que leva em conta todos os aspectos singulares únicos de uma situação econômica, social e política encontra-se neles vinculada ao descobrimento e aplicação das leis gerais da evolução histórica.[...]”. Idem, p. 114.

¹⁰ Ver G. Lukács, *Ontologia dell'Essere Sociale*, v. II*, op. cit., p. 289.

¹¹ “O desenvolvimento de forças produtivas — em si, de acordo com sua essência — coincide com a elevação da capacidade humana, mas em seu modo de manifestar-se pode — ainda que por meio de uma necessidade social concreta — provocar um decaimento, a desfiguração, o auto-estranhamento dos homens”. Ibidem.

¹² Ver Karl Marx, “Manuscritos Economico-Filosóficos de 1844”. In: *Escritos Economicos Varios*. México, Grijalbo, 1966. p. 65 e segs.

¹³ “Essa consciência da alienação, qualquer que seja a forma alienada que possa assumir — por exemplo, vendo a autoconfirmação como um ‘estar à vontade na irracionalidade como irracionalidade’ —, não só contradiz a idéia de uma totalidade alienada inerte como também indica o aparecimento de uma necessidade de superação da alienação.” I. Mészáros, op. cit., p. 162-163.

¹⁴ Lukács, *Estética*, op. cit., p. 74.

¹⁵ Como ressalta Lukács: “Lenin mostra, em relação à espontaneidade dos movimentos econômicos da classe operária, que lhes faltam precisamente a consciência das mais amplas conexões sociais das finalidades que embasam a imediatividade”. *Estética*, op. cit., p. 80. Ver também, V. I. U. Lenin, “Que Hacer ?” e “Cuadernos Filosóficos”. In: *Obras Completas*. Madri, Akal, 1976, v. V, p. 380 e segs. e v. XLII, p. 179 e segs. Ver ainda Luciano Gruppi, *O Pensamento de Lenin*. Rio de Janeiro, Graal, 1979. p. 33 e segs.

¹⁶ “A compreensão do pensamento cotidiano, assim conseguida, parece provar que sua correta elevação evolutiva, sua adequação ao conhecimento da realidade objetiva, não é possível a não ser pelo caminho da ciência, abandonando o pensamento cotidiano.” Lukács, op. cit., p. 75.

¹⁷ A esse respeito, ver A. Heller. “I Pregiudizi”. In: *Per una Teoria Marxista del Valore*, op. cit., particularmente p.129 e segs.

¹⁸ I. Mészáros, *op. cit.*, p. 164.

¹⁹ Como fica demonstrado na conhecida passagem do *Prefácio*, de 1859: “Ao chegar a uma determinada fase de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade entram em contradição com as relações de produção existentes ou, o que nada mais é do que sua expressão jurídica, com as relações de propriedade dentro das quais aquelas até então se tinham movido. De formas de desenvolvimento das forças produtivas, estas relações convertem-se em suas travas. Abre-se, assim, uma época de revolução social”. Karl Marx, *Contribuição a la Critica de la Economia Politica*, Buenos Aires, Estudio, 1970. p. 9.

²⁰ A. Heller, *Per una Teoria Marxista del Valore*, op. cit., p. 216 e segs.

²¹ G. F. Hegel, apud F. Engels, *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Lisboa, Ed. Estampa, 1971, p. 19.

²² Ver Lukács. *Estetica*, op. cit., p. 90 e segs.

²³ F. Engels, *El Anti-Dühring*. Buenos Aires, Claridad, 1972. p. 25 e segs.

²⁴ Vista, aqui, dentro da ótica lukacsiana, em que a idéia de *ratio* ou *irratio* vincula-se à noção de desenvolvimento histórico-social, “[...] porque a razão mesma não é e nem pode ser algo que flutua por cima do desenvolvimento social, algo neutro ou imparcial, mas, ao contrário, reflete sempre o caráter racional (ou irracional) concreto de uma situação social, de uma tendência de desenvolvimento, dando-lhe claridade conceitual e, portanto, impulsionando-a ou entorpecendo-a [...] Dentro da condicionalidade histórico-social destes conteúdos e destas formas, o caráter progressivo de qualquer situação ou tendência de desenvolvimento é sempre algo objetivo, independente em sua ação da consciência humana. O fato de o que marcha e se movimenta para frente, entenda-se como razão ou desrazão, o que afirme ou rechasse isto ou aquilo, constitui cabalmente um momento essencial e decisivo dos partidos, da luta de classe na “filosofia”. Georg Lukács, *El Asalto a la Razón*. México, Grijalbo, 1972. p. 4-5.

²⁵ Como evidencia Lukács, referindo-se à necessidade da organização do partido proletário: “[...] a organização é a forma de mediação entre a teoria e a prática”. *Historia y Consciencia de Clase*. México, Grijalbo, 1969, p. 312.

²⁶ “A consciência socialista moderna pode surgir unicamente sobre a base de um profundo conhecimento científico.[...] Mas não é o proletariado o portador da ciência, mas a

intelectualidade burguesa [...] é o cérebro de alguns membros isolados desta camada de onde surgiu o socialismo moderno e foram eles que o transmitiram aos proletários destacados pelo seu desenvolvimento intelectual, os quais o introduziram de pronto na luta de classes do proletariado, nos locais onde as condições permitiram. De modo que a consciência socialista é algo introduzido de fora (*von aussen Hineingetragenes*) na luta de classes do proletariado e não algo que tenha surgido espontaneamente (*urwüchsig*). Ao que Lenin acrescenta: “[...] isto não significa, naturalmente, que os trabalhadores não participem desta elaboração. Mas participam não na qualidade de operários, mas sim na de teóricos do socialismo[...]”, K. Kautsky, apud Lênin, “Que Hacer?”, op. cit., p. 390-391 (grifos nossos).

²⁷ “O moderno príncipe, o mito-príncipe, não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, pode ser somente um organismo; um complexo elemento de sociedade no qual já tenha início a concretização de uma nova vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já é possível dado o desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula em que aparecem os germens de vontade coletiva que tendem a tornar-se universais e totais”. Antonio Gramsci, “Note Sul Machiavelli”. In: *Quaderni del Carcere*. Roma, Riuniti, 1979. p. 6 (Q. 13).

²⁸ Ver G.Lukács, *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1969. p. 88 e segs.

²⁹ Cf. Lukács, *Historia y Consciencia de Clase*, op. cit., p. 315.

³⁰ “A concepção leninista do partido significa, também, uma dupla ruptura com o fatalismo mecanicista: seja com aquele que considera a consciência de classe do proletariado como um produto mecânico de sua situação de classe; seja com aquele que vê no mesmo processo revolucionário a explicação a partir de condições econômicas que de *per se* permitem a irrupção fatalista de forças que — quando as condições objetivamente revolucionárias estão suficientemente ‘maduras’ — levam, por assim dizer, automaticamente o proletariado à vitória.” G. Lukács, *Lenin – Teoria e Prassi nella Personalità di un Rivoluzionario*. Turim, Einaudi, 1970. p. 37.

³¹ “Na reunião de abertura do Congresso, a 25 de março, estabeleceu-se uma ordem do dia para o andamento dos trabalhos: exame das 21 condições de admissão à Terceira Internacional, estatutos do partido, eleição da Comissão Executiva Central, medidas em benefício dos flagelados russos do Volga, e assuntos vários. As 21 condições foram examinadas e aceitas por todos. Os estatutos do partido, que se baseavam nos do Partido Comunista Argentino, foram elaborados, discutidos e provisoriamente aprovados no dia 27. Declarava-se no texto, que o Partido Comunista, Seção Brasileira da Internacional

Comunista, tinha por fim promover o entendimento, a ação internacional dos trabalhadores e a organização política do proletariado em partido de classe, ‘para a conquista do poder e conseqüente transformação política e econômica da sociedade capitalista em comunista’.” J. F. Dulles, *Anarquistas e Comunistas no Brasil*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1977, p. 147.

³² “Os dados gerais [...] indicam uma progressão espetacular da indústria entre 1907 e 1920.[...] Os seus autores estimam que o valor real da produção industrial brasileira em 1907 é de aproximadamente um milhão de contos de réis [...]”, Sérgio Silva, *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*, São Paulo, Alfa-Ômega, 1976. p. 78. Ver, também H. F. Lima, *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*. São Paulo, Cia. Ed. Nacional, 1973, especialmente a terceira parte; Francisco de Oliveira, *A Economia da Dependência Imperfeita*. Rio de Janeiro, Graal, 1977. p. 29 e segts.; Wilson Cano, *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*, Rio de Janeiro, 1977, p. 140 e segs.

³³ Cf. J. M. Cardoso de Mello, *O Capitalismo Tardio*. 3. ed. São Paulo, Brasiliense, 1984, 3ª edição, p. 122 e segs. “[...] os índices sugerem, fortemente, que aproximadamente de 1885-1906, a prosperidade cíclica da economia brasileira estava desencontrada dos desempenhos cíclicos da economia americana, argentina e italiana. Este fato desempenhou um importante papel ao permitir ao Brasil importar tão grande número de imigrantes europeus (principalmente italianos) durante a década de 1890. Seria de fato difícil, senão impossível, para o Brasil, atrair semelhante número de imigrantes se a Argentina e, sobretudo, os Estados Unidos tivessem, na mesma época, se expandido economicamente e se, também, a economia italiana estivesse crescendo”. Douglas Graham, Apud idem, p. 125. No entanto, como Cardoso de Mello adverte: “[...] Não se deve pensar, porém, que o incremento da força de trabalho devido à imigração esteve inteiramente à disposição do capital industrial. Tenho em mente não apenas sua possível absorção parcial, causada pelo acréscimo de investimento público, mas, também, pela demanda engendrada pelo substancial crescimento da agricultura mercantil de alimentos”. Op. cit., p. 152.

³⁴ Cf. Ferreira Lima, op cit., p. 324, e *Censo Industrial do Brasil de 1920*. MAIC, Rio de Janeiro, 1920.

³⁵ Cf. “População Residente, Segundos os Municípios das Capitais - 1871-1991”, *Anuário Estatístico - IBGE*, 1993, p. 2-7 a 2-9. Ver também Caio Prado Júnior, *História Econômica do Brasil*. 14. ed. São Paulo, Brasiliense, 1971. p. 346, dados referentes à população geral do Brasil nos anos mencionados coincidem; Maria D’Alva G. Kinzo,

Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil. São Paulo, Símbolo, 1980, p. 91, cujos dados populacionais também coincidem.

³⁶ Cf. Paulo S. Pinheiro, *Política e Trabalho no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975. p. 86,90, 91.

³⁷ Cf. E. Carone, *A República Velha - Instituições e Classes Sociais*. São Paulo, Difel, 1972. p. 218.

³⁸ “Os componentes clássicos do sistema de fábrica, analisados por Marx e Engels, se reproduzem no interior da grande empresa têxtil.” B. Fausto, *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo, Difel, 1976. p. 110

³⁹ Temos, no ano de 1919, em dados fornecidos pelo censo de 1920, em porcentagens: *São Paulo*: têxtil - 45,7; alimentação - 14,7; vestuário e toucador - 13,8; cerâmica - 12,3; metalurgia - 7,3; e químicos 6,2; *Rio de Janeiro*: têxtil - 40,1; alimentação - 15,2; vestuário e toucador - 22,2; metalurgia - 10,4; e químicos - 7,2. Apud B. Fausto, op. cit., p. 111-112.

⁴⁰ Neste ano, em São Paulo, entram em greve, a partir de abril, tecelões, pedreiros e outras categorias em solidariedade, e no mês de maio há uma paralisação geral. “De 13 [de maio] em diante, o panorama torna-se mais complexo: operários de várias categorias dão prazo aos patrões exigindo oito horas e aumentos que variaram de 10% a 20 %. Ao mesmo tempo, a São Paulo Railway entra em greve porque o conselheiro Antonio Prado, seu diretor, pretende utilizar trabalhadores dessa companhia em uma empresa de sua propriedade, a Companhia Mecânica, também paralisada. [...] A partir de então, a violência começa a imperar: delegado de polícia é recebido a pedradas, polícia invade a Federação Operária. Operários de Ribeirão Preto, São Roque, Salto e Itu entram em greve; costureiras, sapateiros, tipógrafos de São Paulo aderem. Várias categorias que vencem, obtendo as oito horas de trabalho, verão a promessa não ser cumprida no futuro; passados os dias de agitação, começam as dispensas de empregados, e voltam novamente as mesmas condições de trabalho”. Carone, op. cit., p. 222-223.

⁴¹ Sobre as greves ocorridas entre os anos de 1903-1915, ver Carone, op. cit., p. 219-228.

⁴² “Em São Paulo, a União dos Operários em Fábricas de Tecidos, cuja primeira notícia data de 1907, teve uma existência vegetativa. No Rio de Janeiro, o primeiro sindicato têxtil (Federação dos Operários em Fábricas de Tecidos) surgiu em princípios de 1903 [...] Segundo um relato da imprensa operária, a Federação conseguiu agremiar quase todos os trabalhadores do ramo, daí nascendo as condições para a greve decretada em 15

de agosto de 1903.[...] A derrota da greve, seguida da dispensa de muitos trabalhadores, repercutiu na Federação, que rapidamente se esvaziou e desapareceu.” Boris Fausto, *op. cit.*, p. 127.

⁴³ Ver Moniz Bandeira, *O Ano Vermelho*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1980. p. 49.

⁴⁴ Cf. B. Fausto, *op. cit.*, p. 158.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ Cf. Sheldon Maran, *Anarquistas, Imigrantes e o Movimento Operário Brasileiro: 1890-1920*. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1979. p. 132 e segs.

⁴⁷ Cf. B. Fausto, *op. cit.*, p. 193

⁴⁸ A descrição da greve está baseada nos relatos de Carone, *op. cit.*, p. 228-230, B. Fausto, *op. cit.*, p. 192-200 e de Moniz Bandeira, *op. cit.*, p.58-64

⁴⁹ Como afirma o editorial do jornal *O Estado de S. Paulo*, de 21 de setembro de 1917: “A torre de privilégios desaba. Fê-la tremer em seus alicerces seculares a teoria socialista, a equivalência, ainda não reconhecida mas já vitoriosa, do capital e do trabalho. Os capitalistas bem avisados não ignoram, os governos cautos estão fartos de o terem notado e ambos os grupos se harmonizam e colaboram à procura de uma solução sem conflito violento com a nova força que se apresenta em campo revestida de uma pujança invencível.” Apud M. Bandeira, *op. cit.*, p. 59.

⁵⁰ Por iniciativa de Nereu Pestana, do jornal *O Combate*, formou-se uma comissão de jornalistas, que entrou em entendimento com industriais e membros do governo: “No dia 14 de julho [um mês após o início da greve], na sede de *O Estado de S. Paulo* reuniram-se: R. Crespi, George Street, Boyes & Cia., E. P. Gamba, G. H. Ford, S. T. Smith, da São Paulo Alpargatas, A. Siciliano, C. Panayotti & Co., Ermelino Matarazzo, pela S.A. Indústrias Reunidas F. Matarazzo, Georges A. Graig, pela Viúva Graig & Co., Pocaí & Co., P. Sarcinelli [...]”, mais os 13 jornalistas que compunham a comissão de negociação. *Ibidem*, p. 63.

⁵¹ Cf. B. Fausto, *op. cit.*, p. 203.

⁵² Cf. M. Bandeira, *op.cit.*, p. 65.

⁵³ “Preparada em larga medida pelos anarquistas, que haviam assumido a direção da UOFT, ela deveria servir de base a uma insurreição revolucionária combinada com a revolta dos escalões inferiores das Forças Armadas.” B. Fausto, *op. cit.*, p. 212.

⁵⁴ Baseamo-nos em relatos de B. Fausto, op. cit., p. 211-216, e Moniz Bandeira, op. cit., p.113-143.

⁵⁵ B. Fausto, op. cit., p. 213-214.

⁵⁶ As palavras de Everardo Dias nos dão essa dimensão: “Nós sabíamos, e os acontecimentos o haviam comprovado na Europa, que a possibilidade de implantação de um governo de estrutura socialista em um só país, após ter quebrado a resistência do capitalismo monopolista, não se daria forçosamente num país de maior florescimento industrial, mas naquele em que o proletariado contasse com maiores forças ou aliados poderosos entre a massa popular descontente [...]”. Apud M. Bandeira, op. cit., p. 119.

⁵⁷ Cf. Ronald H. Chilcote, *Partido Comunista Brasileiro - Conflito e Integração*. Rio de Janeiro, Graal, 1982. p.52.

⁵⁸ Foster Dulles, utilizando-se da tabela de Azis Simão lista, entre 1917 e 1922, somente na cidade de São Paulo, 51 greves (sendo 20 realizadas em 1919 e 10, em 1922), op. cit., p. 438.

⁵⁹ Como podemos perceber por meio dos diversos grupos que se organizam, como a Liga Comunista de Livramento, no Rio Grande do Sul, em 1918, o Centro Maximalista de Porto Alegre, em 1919 (que altera o nome para Grupo Comunista de Porto Alegre, em 1921), o Partido Comunista do Brasil (de inspiração anarquista), em 1919, o Partido Comunista de São Paulo, em 1919, mais um expressivo número de organizações de ideologia comunista em Minas Gerais, em Cruzeiro, no interior de São Paulo etc. Ver Chilcote, op. cit., Dulles, op.cit., Carone, op. cit., e M. Bandeira, op. cit.

⁶⁰ E. Hobsbawm, *Era dos Extremos - O Breve Século XX - 1914-1991*. São Paulo, Cia. das Letras, 1996.

CAPÍTULO I

Largo Assai

Os elementos teóricos

O Komintern e a questão colonial: notas arqueológicas

Os debates e as resoluções do VI Congresso do Komintern — a Internacional Comunista, IC—, realizado em julho de 1928, refletiram não somente a hegemonia do PC russo naquele organismo, mas fundamentalmente a crise em que estava mergulhado o projeto da revolução mundial após a derrota do proletariado na Alemanha e do fracasso da política do MCI — Movimento Comunista Internacional — na China.

O comando da IC, desde o final de 1920, havia voltado seus olhos para o Oriente, implementando a reflexão de Lenin de 1919, feita no II Congresso Panrusso, em que são explicitadas suas preocupações em articular o movimento revolucionário do proletariado europeu com as massas oprimidas dos países orientais e com os movimentos de libertação nacional daquelas regiões, procurando, ao mesmo tempo, garantir a idéia da vanguarda operária no comando da revolução mundial — teses produzidas nos debates com as tendências que priorizavam a ação revolucionária no Oriente e nos países de origem colonial —, representadas por Sultan-Galev, da Turquia, que em suas análises deixava transparecer uma profunda desconfiança para com o Ocidente.¹

Essa guinada para o Oriente, feita decisivamente a partir de 1921 (após o II Congresso da IC, em julho de 1920, e do Congresso dos Povos do Oriente, convocado por iniciativa do Komintern e realizado em Baku, em setembro de 1920), expressará outra e mais complexa viragem que influenciará as estratégias de ação da Internacional Comunista, isto é, será a tentativa da construção de uma alternativa para superar o isolamento da Rússia soviética, com o refluxo dos movimentos revolucionários na Europa, por meio dos movimentos emancipacionistas dos países do Oriente, que potencialmente poderiam vir a se constituir em um elemento fundamental para romper o cerco em que a revolução no Ocidente estava mergulhada.²

Nesse sentido, a viragem para o Oriente traz em seu bojo uma necessária rearticulação de importantes elementos constitutivos da teoria do imperialismo, e o aspecto de maior relevância foi o aprofundamento do papel das lutas de libertação nacional no contexto da revolução mundial, que ampliou, assim, a discussão sobre o caráter do internacionalismo proletário e sobre a teoria da revolução socialista mundial. A preocupação de Lenin em relação aos países de extração colonial já era evidenciada no livro *O Imperialismo, etapa superior do Capitalismo*, escrito entre janeiro e julho de 1916, no qual explicitava a tendência de que para as massas oprimidas não haveriam condições de combater a exploração sem, ao mesmo tempo, combater a cadeia imperialista mundial, isto é, as lutas de libertação nacional para serem vitoriosas teriam de ser, ao mesmo tempo, antiimperialista, de caráter proletário e socialista.³

No entanto, essa rediscussão sobre o papel do Oriente no processo revolucionário não se deu sem uma dura contraposição por parte dos comunistas dos países orientais, que eram definidos pela IC como países coloniais e *semicoloniais*.⁴ Além do turco Sultan-Galev, o indiano Manavendra Nath Roy contrapôs-se, com maior fundamentação teórica, à idéia consagrada pelo movimento comunista do papel de vanguarda do operariado e do proletariado urbano dos países capitalistas desenvolvidos na revolução mundial, tese essa que aparecia nas discussões da IC com fortes cores eurocêtricas. Roy acentuava em suas intervenções, no II Congresso da IC, que a revolução no Ocidente dependeria do curso da revolução no Oriente, subordinando, assim, o êxito da revolução mundial às revoluções realizadas nos países de formação social pré-capitalista, de capitalismo tardio ou de extração colonial, renunciando a corrente oriental do marxismo.⁵

Lenin refutará essas teses, no que concerne ao papel central na revolução dos países orientais, acentuando que esse tipo de interpretação era um viés que não considerava os elementos constitutivos das contradições fundamentais capitalistas, entre os quais estava o aspecto da organização política das massas.⁶

Mas se, de um lado, Lenin combate asperamente as teses de Roy, que via a necessidade de deslocar o eixo estratégico da revolução mundial para o campo,

de outro, acaba verificando a necessidade de reformulação nas análises e interpretações teóricas das formações sociais orientais, que vinham norteando as interpretações sobre o problema nacional e colonial. Lenin percebe a urgência em aprofundar a compreensão do impacto da Revolução Russa nos movimentos de libertação nacional do Oriente e a necessidade de implementar uma política de ação mais centralizada, por parte da IC, priorizando três elementos fundamentais: 1) a perspectiva da ampliação do processo revolucionário, por meio dos movimentos de libertação nacional; 2) a possibilidade de romper o isolamento da revolução, transformando a Rússia soviética em ponte entre o Ocidente e o Oriente; e 3) a imperiosidade de combater as tendências eurocêntricas no interior da IC (que tinha como maior expressão o italiano Giacinto Serrati), que entendiam ser os movimentos coloniais meros instrumentos para o proletariado europeu. De modo que essas reformulações, nas análises teóricas sobre a Questão Nacional e Colonial, que irão influenciar diretamente a teoria do imperialismo e cujo alcance analítico transcende a mera visão taticista, buscavam alargar a visão da IC sobre a estratégia da luta contra o capitalismo, na medida em que possibilitavam realizar também a discussão sobre o caráter da política de alianças entre as massas oprimidas dos países coloniais e os movimentos de libertação nacional.⁷

Essa reformulação estratégica aparece claramente no *Informe sobre a situação internacional e sobre as tarefas fundamentais da Internacional Comunista*,⁸ em que Lenin, partindo de suas análises sobre o imperialismo, recoloca o problema das massas oprimidas nos países coloniais, evidenciando o papel da guerra (1914-1918) na agudização das contradições capitalistas, na qual se intensificam a opressão colonial e militar, e que, ao mesmo tempo, desloca para o centro dos acontecimentos milhões de seres humanos oprimidos que estavam “fora da história”. Com essa nova formulação, evidencia-se a absorção de alguns elementos das teses de Roy por parte de Lenin, *mas no sentido de estar levando em conta uma realidade até então ignorada pelo movimento comunista, que se encontrava extremamente fixado nas movimentações do proletariado europeu e norte-americano*, incorporando, assim, situações objetivas das massas populares dos países de formação social pré-capitalista ou de capitalismo tardio. No entanto, essa posição de Lenin não deve ser entendida como mera concessão tática aos

países coloniais (principalmente aos do Oriente), e tampouco, como o abandono da teoria clássica marxiana da vanguarda revolucionária. Ao contrário, se, como entendia Lênin, as condições para uma revolução mundial estavam sendo potencializadas em todo o planeta, a partir da crise capitalista, na qual havia um crescimento efetivo da importância dos movimentos de libertação nacional, essa mesma revolução teria nas *formações sociais de capitalismo desenvolvido* — o Ocidente — o centro de irradiação ideológica, cujo comando geral estaria baseado na IC.⁹ Como argumenta Lenin, em sua intervenção no II Congresso do Komintern:

“A união de proletários revolucionários dos países capitalistas avançados com as massas revolucionárias dos países onde não há, ou quase não existe, o proletariado e com as massas oprimidas dos países coloniais do Oriente se converte em uma realidade no presente Congresso”.¹⁰

Nesse sentido, abre-se a possibilidade de o movimento comunista atuar conjuntamente com os movimentos de caráter “nacional-revolucionário”, isto é, aqueles que em suas plataformas tenham definido um programa antiimperialista e que não restrinjam a ação dos Partidos Comunistas. É importante ressaltar que nesse momento a perspectiva de uma aliança não significaria a fusão com esses movimentos porque, na visão do II Congresso, era de fundamental importância conservar a *independência* dos movimentos proletários.

A absorção da tese de Roy — a dos movimentos nacionalista-revolucionários — por parte de Lenin permitiu a superação da visão linear das “fases” obrigatórias dos processos revolucionários baseadas nas experiências européias. Lenin afirmará que os movimentos revolucionários coloniais traziam *em si* um caráter democrático-burguês.¹¹ Essa elaboração, que prevalecerá no II Congresso, além de colocar em destaque as lutas de libertação nas colônias deixará de subordinar mecanicamente a vitória de uma revolução colonial à vitória do proletariado das metrópoles. Nessa formulação, passa-se a ver nos movimentos coloniais um teor revolucionário, porque trazem em seu bojo a possibilidade de transformarem-se em movimentos revolucionários de caráter socialista, o que possibilitaria “saltar” a “etapa” capitalista.

Mas se, por um lado, pode-se afirmar que foi profícuo o II Congresso da IC, em relação às elaborações teóricas sobre o problema nacional e colonial, de outro, devemos considerar que essas análises foram produzidas no bojo de uma conjuntura extremamente penosa e contraditória para o projeto da *Revolução Mundial*, preconizado pelo Komintern, situação que, de certa forma, acabou constituindo-se num elemento limitador das interpretações dos processos revolucionários nas formações sociais não-européias. Como sabemos, a crise em que estava mergulhada a revolução na Rússia, após a guerra civil (1918-1920), com a falência inevitável do Comunismo de Guerra — agravada, no plano externo, com a derrota do movimento comunista na Alemanha e, internamente, com a revolta camponesa de 1920 (resultado da desmobilização militar) e com o primeiro levante, após a revolução, o de Kronstad, em março de 1921 —, levou os dirigentes bolcheviques a uma nova equação dos caminhos para a construção do socialismo, sem a possibilidade de ter estendido os horizontes revolucionários. Isso quer dizer que, efetivamente, estava colocado para os líderes a Revolução Russa o desafio de construir o socialismo em um só país, de capitalismo tardio — o que *per se* constituía-se em um elemento agravante —, com um reduzido proletariado e com grandes reminiscências feudais. Diante da situação caótica da economia russa e ao perigo de fracasso do projeto revolucionário, implanta-se uma série de medidas econômicas gradativas que, em seu conjunto, ganhou o nome de Nova Política Econômica — NEP.¹² Essa nova realidade não poderia deixar de impactar o Movimento Comunista Internacional e, conseqüentemente, seu organismo máximo, o Komintern. A implantação da NEP foi também a *institucionalização da Rússia Soviética como Estado*, o que levou aquele país a efetuar uma série de acordos diplomáticos com os Estados limítrofes, evidenciando um recuo da revolução às fronteiras da Rússia. Em 1921, é assinado um tratado comercial com a Inglaterra, o que implicou a renúncia soviética à difusão de ações de propaganda revolucionária nas regiões de interesses britânicos.¹³ *Esses acordos influem decisivamente na estratégia da revolução mundial*, pois apontam para a necessidade de garantir as conquistas da revolução na Rússia e, portanto, o Estado soviético em detrimento da revolução mundial que entrava, naquele momento, em compasso de espera. A maioria absoluta do comando da IC entendia ser de fundamental

importância a manutenção de um Estado proletário para quando as condições favoráveis à revolução voltassem a surgir. Manter a Rússia como um bastião socialista era considerado de essencial importância para a revolução mundial.

Nesse contexto histórico, a diplomacia soviética se insere “[...] no sistema das relações entre Estados, e, desse modo, irrompe a contradição entre os interesses do Estado e os da revolução, que deveriam ser da alçada apenas da Internacional e dos partidos comunistas.”¹⁴ O maior exemplo desse novo momento e, ao mesmo tempo, das contradições que irão se estabelecer no MCI é, sem dúvida, o tratado com a Turquia. Mustafá Kemal havia, em 1920, solicitado a Lenin auxílio militar e diplomático ao Estado soviético. Dentro da ótica da luta antiimperialista o governo soviético assina, em 1921, um pacto de amizade e ajuda, mas, no mesmo momento em que eram firmados acordos entre os dois Estados, o governo de Kemal reprímia brutalmente o PC turco e o movimento camponês, assassinando 17 destacados líderes comunistas (e jogando seus cadáveres ao mar), entre eles o intelectual e introdutor do marxismo na Turquia e líder do Partido Comunista, Mustafá Subji.¹⁵ Desse modo, a necessidade de manutenção e defesa do Estado soviético determinará toda a estratégia da IC, cujos desdobramentos se darão em seu III Congresso.

Como afirma Claudin, entre o II e o III Congressos, serão acumuladas ricas experiências, no que se refere à luta antiimperialista; novos problemas que exigiam análises profundas, especialmente a questão turca: foram tratados de maneira superficial, como demonstra o informe de Zinoviev,¹⁶ ou seja, subordinam-se as análises e as ações da IC à razão do Estado soviético, o que ocasiona, conseqüentemente, o recuo do movimento. Mesmo assim há, no III Congresso, realizado em julho de 1921, uma inovação tática que visa reverter o imobilismo ocasionado pelo refluxo da onda revolucionária do pós-guerra e pela predominância, no movimento operário europeu, dos sindicatos e movimentos reformistas com a introdução — proposta por Lenin — da política de frente única (a atuação com grupos políticos reformistas, em busca da hegemonia comunista no movimento operário), sob o lema: “rumo às massas”.

Se o IV Congresso, de dezembro de 1922, continuou a implementar a política de frente única, que priorizava a ação dos comunistas nos países de capitalismo desenvolvido, por entender que esta política estreitaria a ação dos comunistas com as “massas avançadas” do movimento, criando possibilidades de tirá-las das influências reformistas e de ativar uma política revolucionária, recolocou também, e com amplo espaço, o problema nacional e colonial, centrando suas atenções nos movimentos nacionais do Oriente e dando maior relevância à manutenção dos movimentos de libertação na luta democrática e antiimperialista e ao problema agrário, definindo-se *o caráter da revolução colonial como nacional e democrático-burguês*.

Refletindo a influência política soviética e a repercussão da implantação da NEP na construção da estratégia da IC, a questão nacional e colonial aparece vinculada ao problema agrário-camponês, elaborado pela IC sob influência de Bukharin, que entendia serem os países coloniais e *semicoloniais o campo do mundo*, sendo portanto necessária uma aliança mundial operário-camponesa, nos moldes das que se faziam nas repúblicas soviéticas.¹⁷ De fato, *esta diretriz reproduzia mais ou menos a mesma linha política, no âmbito dos países coloniais, da frente única*, buscando influenciar política e ideologicamente os movimentos revolucionários burgueses de libertação nacional. Assim, o IV Congresso irá estabelecer dois pontos fundamentais para os países coloniais e *semicoloniais*:

“Criar um núcleo do Partido Comunista que represente os interesses gerais do proletariado e apoiar com todas as forças o movimento revolucionário nacional contra o imperialismo, tornar-se vanguarda desse movimento e fazer emergir o movimento social no interior do movimento nacional”.¹⁸

Lenin, em um de seus últimos escritos, *Mais vale pouco porém bom*, de 2 de março de 1923, chama a atenção para esse aspecto ressaltando a necessidade de uma ação eficaz para a elevação do nível cultural das massas trabalhadoras dos países coloniais, particularmente do Oriente, visto como manancial revolucionário.¹⁹ Essa preocupação de Lenin não se constitui em mero reducionismo mecanicista sobre o problema dos países coloniais, como sugere Galissot ao afirmar que há um

limite analítico em Lenin que, segundo sua interpretação, “[...] não vê, porém, nas diferenças de cultura a base das relações socioculturais que sustentam a consciência coletiva e a própria consciência política”.²⁰ Ao contrário, entendemos que este é o momento de maior compreensão de Lenin da necessidade de intervenção do movimento comunista, no sentido de *estar superando exatamente* os limites socioculturais e se direcionando, conseqüentemente, para a elevação do nível de consciência do proletariado e dos camponeses dos países orientais.

O V Congresso, realizado nos meses de junho e julho de 1924, após a morte de Lenin, acabará deslocando os debates para os problemas nacionais da Europa, basicamente sobre a questão balcânica, colocando o Oriente em segundo plano. Mesmo assim, a luta antiimperialista dos países coloniais é reafirmada como fundamental. No entanto, nesse Congresso evidencia-se o início de um *reduccionismo teórico*, que se acentua nos anos subseqüentes devido a dois elementos fundamentais: 1) o aprofundamento da subordinação das formulações estratégicas da IC à construção do socialismo em um só país — *que se constitui no ponto central*; 2) o grande desconhecimento das particularidades históricas (*formações sociais*) dos países orientais — mais determinante do que a *presença* de uma visão eurocentrista, *absolutizada* por Claudin.²¹ De fato, a transposição das análises das realidades ocidentais que enfatizavam o elemento classista existente nos países europeus, generalizando a formulação do “bloco operário e camponês”, será um obstáculo ao entendimento de realidades em que o componente rural e suas complexidades culturais constituíam-se como dominante. Esse reduccionismo teórico interferirá, e de *maneira desastrosa*, nas formulações da IC desse momento em diante.

O V Congresso desenvolve-se rente à luta interna do Partido Comunista Russo e às interpretações sobre a construção do socialismo. O elemento novo introduzido pelo V Congresso, “[...] na orientação adotada pelo anterior, consiste na *atenuação considerável* da posição crítica que o IV recomendava aos partidos comunistas e coloniais em relação à colaboração com a burguesia nacional. O V Congresso enfatiza essa colaboração”.²² Nesse sentido, a teoria do nacionalismo revolucionário tem alterada seus conteúdos, na medida em que fica submetida à incorporação de frações

burguesas e parte da pequena burguesia ao bloco operário e camponês. Objetivamente, o V Congresso afasta-se das elaborações criativas dos períodos anteriores, pois acaba por cair em análises esquemáticas diretamente relacionadas aos problemas do Estado soviético, ligando-os automaticamente à realização da revolução mundial. Esses reducionismos são evidenciados nas análises teóricas de expressivas figuras da IC, como Bukharin, Trotsky e Stalin.

Apesar de partirem do princípio da necessidade e da possibilidade da realização da revolução mundial, compreendiam-na sob pontos de vista diferenciados. Bukharin a entendia como um processo histórico, subordinando-a à construção do socialismo em um só país. O bloco operário e camponês, nesse contexto, é a única forma de assimilar grande parte do proletariado mundial e de articulá-lo com o desenvolvimento progressivo de socialização mundial. Trotsky, por sua vez, considerava como prioridade a revolução mundial sob controle operário, no qual os movimentos coloniais se apresentam, em suas análises, como etapas equivalentes das revoluções democrático-burguesas européias.²³ Stalin, por sua vez, preocupado com o tensionamento interimperialista e com uma possível agressão ao Estado soviético, volta suas atenções às perspectivas de alianças com o que chamou de “retaguarda do inimigo”, isto é, com os *movimentos nacionalistas burgueses dos países coloniais envolvidos em lutas contra o imperialismo*. Além disso, o espectro de poder da IC, nos países coloniais, era extremamente débil, como demonstram os números do V Congresso,²⁴ fato que levou Stalin a ter uma posição cética em relação à capacidade revolucionária dos comunistas orientais.

Em suas análises, desenvolvidas no livro *Questões do leninismo*,²⁵ Stalin destaca as contradições internas do imperialismo, dentro do quadro mundial que se desenhava, procurando intervir nos pontos débeis dessas contradições, ou seja, as revoltas dos países coloniais e dependentes.²⁶ Nessa direção, Stalin também fará a ligação entre a questão camponesa e a questão nacional como partes integrantes da revolução mundial. No entanto, Stalin acabará por ligar esquemática e mecanicamente a defesa do socialismo em um só país com a possibilidade da

revolução mundial. Galissot chama a atenção para esta formulação staliniana *generalizadora*:

“Não há mais necessidade de falar explicitamente de socialismo em um só país, já que a Revolução Russa se identifica com a revolução proletária. Seu objetivo constante é o fortalecimento da União Soviética, e tal empreendimento é apontado como um valor universal, algo fundido com os princípios do marxismo revolucionário: o poder é proletário, o novo Estado é proletário. *Naturalmente, outras revoluções são possíveis, mas seguindo o modelo da revolução soviética*”.²⁷

Com base nessa visão esquemática, Stalin procurará diferenciar as formas de revolução coloniais de caráter antiimperialista: a) países atrasados, como o Marrocos, onde a burguesia nacional teria um perfil antiimperialista, em função de haver nesse país um frágil proletariado; b) países mais desenvolvidos, como China e Egito, onde as contradições de classe seriam mais complexas, e a burguesia comercial aparece como aliada natural do imperialismo mas, ao mesmo tempo, a incipiente burguesia industrial assume um papel antiimperialista; c) países com um grau mais elevado de desenvolvimento capitalista, como a Índia, onde a revolução seria, desde o início, hegemônica pelo proletariado.²⁸

Dentro desse contexto político, temos a intervenção da IC no processo revolucionário chinês, cujas análises de maior amplitude, como as de Bukharin, que procurava entender de forma mais abrangente o papel das classes agrárias, articuladas politicamente com o proletariado, são postas de lado, prevalecendo visões esquemáticas de aplicação — sem as necessárias mediações analíticas — da linha política desenhada no V Congresso, no qual, como evidenciamos, são atenuadas as críticas às alianças mecânicas com as burguesias nacionais. De fato, ocorre na China, em 1925, uma grande movimentação operária em Xangai e Hong Kong, liderada pelos comunistas, que obteve, inicialmente, o apoio da burguesia nacional industrial chinesa. No entanto, estava claro que o apoio da burguesia industrial apresentava-se como meramente conjuntural, pois em seguida aos acontecimentos de Xangai e Hong Kong essa fração burguesa desloca-se para a direita e implementa uma política de ruptura com os comunistas. Mesmo assim, prevalece na IC a tese do apoio

incondicional ao Kuomintang (partido nacionalista), no qual estavam participando os comunistas que, simultaneamente, também estavam organizados no Partido Comunista Chinês (fundado em 1921), visto como o instrumento da realização da “etapa” democrático-burguesa da Revolução Chinesa.

“Em março de 1926, o Comitê Executivo da IC admitiria o Kuomintang nas fileiras da Internacional como ‘partido simpatizante’ e nomearia Chiang Kai-Chek ‘membro de honra’ do *Presidium* do Comitê Executivo. Um ano depois, entre abril e julho de 1927, Chiang Kai-Chek e o Kuomintang se voltam contra o Partido Comunista Chinês e tratam de destruí-lo sem qualquer escrúpulo.”²⁹

Acontece, nesse caso, praticamente o mesmo erro de avaliação ocorrido na questão turca, na medida em que prevalece a visão *principista* das etapas da revolução. Mesmo considerando essa ação do Kuomintang como uma traição aos comunistas, e que essa postura era um indício da passagem da burguesia nacional chinesa para a contra-revolução, o Komintern avalia que o Kuomintang ainda permanecia no campo revolucionário, por meio dos setores pequeno-burgueses e dos outros segmentos sociais que, no entender da IC, constituíam o verdadeiro Kuomintang. A ruptura se dará tragicamente, após a violenta repressão anticomunista desencadeada pelas tropas do Kuomintang, e terá como consequência o desmantelamento do PCC, que somente conseguirá sua reorganização após 1930, consolidando sua estrutura em 1935, com a hegemonia da tendência maoísta. Como afirma Del Roío, ao ressaltar a importância do prevalecimento da visão esquemática na IC:

“Para além de sua importância intrínseca, a revolução chinesa serviu de tema para o desenrolar da luta entre a ‘maioria’ de Stalin e Bukharin contra a ‘oposição unificada’ de Trotsky e Zinoviev no interior do PCUS, e acabou sendo o parâmetro para a concepção que a IC desenvolveu para todo o mundo colonial e semicolonial”.³⁰

De modo que, dentro da IC, a luta política concentra-se na questão do papel das classes sociais nas lutas de libertação nacional dos países coloniais e

semicoloniais. O pressuposto dessa discussão era a estratégia frentista, isto é, o *bloco das quatro classes* — o bloco revolucionário dos operários e camponeses, dos intelectuais e da democracia urbana — defendido por Bukharin e Stalin e entendido como o bloco que deveria apoiar um partido popular e revolucionário. Isso evidencia que os debates sobre a questão colonial, grandemente influenciados pela visão superficial da questão chinesa, não conseguem transpor os limites das análises genéricas e esquemáticas.³¹

O VI Congresso da IC, em julho de 1928, é realizado sob o impacto da derrota dos comunistas na China. Tal derrota, no informe dado por Bukharin, acaba sendo debitada aos “erros de condução” do PCC, que teria permanecido tempo demais aliado à burguesia nacional. Nesse sentido, a crítica não foi dirigida à linha fundamental da orientação tática da IC, mas somente aos atos políticos adotados pelo PCC.³² Temos assim, no VI Congresso, *a institucionalização da teoria da revolução feita em etapas*. Essa formulação teórica, ainda que, de certa forma, considerasse como referência os processos históricos das formações sociais existentes, acabou baseando-se na teoria do “bloco das quatro classes” e no caráter da *etapa da revolução democrático-burguesa*, ou seja, generalizando as complexas realidades sociais num determinado modelo a ser seguido. Com isso queremos dizer que se, de um lado, havia alguma positividade em se considerar *aspectos* das particularidades históricas e de suas diversidades sociais, econômicas e culturais, de outro, a *generalização* acabou deprimindo as potencialidades analíticas e principalmente criativas dos partidos comunistas em suas ações objetivas.

O programa do VI Congresso da IC, em seu item 8º assim descreve as etapas da revolução mundial: “A revolução mundial do proletariado é resultado de processos de naturezas diversas, que se efetuam em períodos distintos: revoluções proletárias, propriamente ditas; revoluções de tipo democrático-burguês que se transformam em revoluções proletárias; guerras nacionais de libertação; revoluções coloniais”³³, caracterizados em *três tipos fundamentais* de revolução: a) *países de capitalismo de tipo superior*, como os Estados Unidos da América, Alemanha, Inglaterra etc., com potentes forças produtivas, com uma estrutura produtiva altamente centralizada,

com um regime político democrático-burguês estabelecido. Nesses países a passagem à ditadura do proletariado é direta, podendo-se proceder à imediata expropriação da grande indústria e estruturação do Estado em moldes soviéticos e, ainda, à coletivização da terra; b) *países de nível médio de desenvolvimento do capitalismo*, como Espanha, Portugal, Polónia, Hungria, países balcânicos etc., onde permanecem importantes vestígios de relações semifeudais na economia agrária, com o mínimo de elementos materiais necessários para a construção do socialismo, e onde o processo de transformação democrática ficou incompleto. Em alguns desses países é possível a transformação, mais ou menos rápida, da revolução democrático-burguesa em revolução socialista. Em outros, pode ser desencadeada uma revolução proletária com grande contingente de objetivos de caráter democrático-burguês. Em todos esses países a ditadura do proletariado está subordinada à forma que irá tomar a revolução democrático-burguesa, na qual o proletariado deverá disputar a hegemonia na condução do processo; c) *países coloniais e semicoloniais*, como China e Índia e os *países dependentes*, como Argentina e Brasil, onde estão presentes germens de indústrias ou existe desenvolvimento industrial considerável, mas insuficiente para a edificação independente do socialismo. Nesses países predominam relações de modo de produção asiático ou relações *feudal-medievais*, na economia e na superestrutura política, nas quais a concentração dos meios produtivos encontram-se em mãos de grupos imperialistas: as empresas industriais, o comércio, os bancos mais importantes, os meios de transportes, o latifúndio etc. *Nesses países a luta fundamental é contra o feudalismo e contra as formas pré-capitalistas de produção, em que constituem objetivos conseqüentes a luta pelo desenvolvimento agrário, a luta antiimperialista e a luta pela independência nacional.* Sendo assim, a luta pelo socialismo somente será viável mediante uma série de *etapas preparatórias* e como resultado de um grande período de transformação da revolução democrático-burguesa em revolução socialista.³⁴ Essa esquematização “etapista” terá uma importância acentuada nos PCs europeus — que aplicavam a política de frente única, de certa forma, reproduzindo mecanicamente a *realpolitik* do Estado soviético. Nos países de extração colonial, particularmente na América Latina, acabará por definir a linha de ação dos PCs,

sendo responsável, não poucas vezes, pela eliminação da criatividade analítica no que se refere às interpretações das realidades latino-americanas.³⁵

Esse período, que engloba os anos de 1933-1935, é o momento da virada na URSS, quando o PCUS se fortalece para impulsionar o “socialismo em um só país”, desencadeando uma feroz luta interna em sua fileiras, que culminará com a ditadura stalinista no partido e na sociedade soviética. Em fevereiro de 1933, é realizado o XVIII Congresso do Partido Bolchevique — “Congresso dos Vencedores”, isto é, o congresso da consolidação da facção comandada por Stalin — e logo em seguida iniciam-se os Processos de Moscou; é quando também a teoria do socialismo em um só país torna-se uma “verdade absoluta”, juntamente com o modelo único de construção do socialismo. Os anos 30 são considerados decisivos para a viragem que se realiza dentro do conjunto do movimento comunista, que, alterando sua linha de ação e revendo suas políticas de alianças dentro de um contexto de pré-guerra — transformando a política de frente única na de frentes populares —, passa a viver novas experiências que o colocam diante de alternativas políticas construídas com base em processos singulares e próprios, que propiciam a alguns partidos comunistas ocidentais certo distanciamento das fórmulas genéricas e dos modelos abstratos elaborados pelo Komintern. Como lembra Galissot, a experiência do PCC, a partir de 1931, havia demonstrado a possibilidade de um partido elaborar autonomamente uma estratégia revolucionária. Esses processos contribuíram para a construção de identidades nacionais dos PCs, o que se constituiu num dos aspectos positivos das frentes populares.³⁶ O fato é que os comunistas tinham claro a possibilidade de uma agressão imperialista e, dentro das frentes populares, a ênfase era dada à manutenção das liberdades democrático-burguesas e à preocupação de ampliar a segurança coletiva da URSS, implementada pelos comunistas, diante da ameaça fascista.

O VII e último Congresso da IC (entre julho e agosto de 1935, em Moscou) apresenta com o MCI uma postura defensiva, e, nesse quadro, também apareciam avaliações e balanços críticos sobre o Partido Mundial da Revolução — o Komintern. Em seu informe apresentado ao Congresso, Dimitrov, ao enfatizar a

importância das frentes unidas, em todos os países, como recurso vital para o proletariado mundial na luta contra o fascismo, aponta a necessidade de reorganização dos métodos de trabalho da IC.³⁷ Era a inevitável tendência descentralizadora após as experiências de relativa autonomia vividas pelos PCs. Não pode passar despercebido que nesse Congresso os principais expoentes são Dimitrov e Togliatti, sendo o PC soviético representado por Manuilski. Na realidade, era uma reação tardia ao processo de russificação da IC, implementada, ainda que timidamente, pelos PCs europeus num momento em que a IC realiza inúmeras intervenções em diversos partidos comunistas, incluindo o PCB. Pela urgência de construir a tática defensiva antifascista, esse será o Congresso com menor grau de discussões teóricas.³⁸ No que se refere ao problema colonial, o informe apresentado por Wan-Ming praticamente passa ao largo das referências que haviam sido elaboradas anteriormente, sobre os modelos de revolução colonial, refletindo não somente a tendência geral de autonomização, presente no Congresso, mas, principalmente, os acontecimentos da China, uma vez que a IC não mais controlava o PCC, sob comando de Mao Tse-tung.³⁹ Enfatiza-se, desse modo, a necessidade de os PCs dos países coloniais levarem em conta suas próprias realidades nacionais. Fundamentalmente, ressalta-se o fato de os partidos ligados à IC formarem as frentes populares, ponto nevrálgico da nova tática do MCI.

Primeiras elaborações teórico-políticas e a presença do Komintern

I

O VI Congresso da IC, ao analisar os países coloniais, incluiu também a situação da América Latina, baseando-se os referenciais teóricos nas experiências da China e Índia e nos elementos interpretativos do programa da IC para os países coloniais e *semicoloniais*. De fato, a “descoberta” da América Latina havia sido feita já em 1924, por ocasião do V Congresso, quando fora criado o Secretariado Sul-

Americano do Komintern. Até então, a integração entre os PCs da América do Sul tinha estado à cargo do PC da Argentina. Os Secretariados — que eram diretamente ligados à Comissão Executiva da IC —, tinham como função implementar as diretrizes políticas do Komintern, e deveriam agir em estreita ligação com os PCs a eles vinculados. O Secretariado Sul-Americano inicia suas funções em 1925. Na I Conferência dos Partidos Comunistas Latino-Americanos, em junho de 1929, é anunciada por Humbert-Droz — o então responsável pelos partidos comunistas do continente — a criação do Secretariado Sul-Americano da IC, que, segundo o dirigente do PC argentino, Codovilla, passa a estudar as realidades de países como o Brasil, a Argentina, o Chile, a Bolívia, o Paraguai e o Peru. Na ocasião, Codovilla ressalta que sob a orientação da IC “o SSA constituir-se-á na força coordenadora do movimento comunista latino-americano.”⁴⁰ Em 1926, é iniciada a publicação do periódico *Correspondencia Sudamericana*.

Como vimos, a partir do V Congresso inicia-se o progressivo *reduccionismo teórico-analítico* da IC, com as elaborações de “modelos” de intervenção e de interpretação das realidades das formações sociais capitalistas. Também será o período conhecido como a “segunda fase da bolchevização” dos partidos comunistas — a homogeneização das estruturas organizativas dos PCs e o enquadramento desses partidos nas linhas gerais do Komintern. Entretanto, o problema era de maior complexidade pois ligava-se à necessidade da IC se adaptar às novas condições políticas internacionais. A esperada crise do capitalismo não havia acontecido e a economia ocidental dava mostras de revitalização. Zinoviev, em 1925, afirmava que “a maré revolucionária estava baixa”, e essa afirmação não aparecia descolada de uma raiz objetiva. Como afirma Agosti, a estabilização capitalista agia como freio nos confrontos de contornos mais radicais e abria espaços para a ação reformista da social-democracia e de seus sindicatos enquanto, ao mesmo tempo, o aparato estatal burguês intensificava a repressão aos movimentos revolucionários a ponto de, em 1925, estarem na clandestinidade nove seções (PCs) européias da IC, entre elas a espanhola, a polonesa e a húngara, além da situação de semiclandestinidade da seção italiana.⁴¹ A situação de refluxo da onda revolucionária atingia diretamente a tática política do Komintern e da própria Rússia soviética

como Estado, o que envolveu, também, a necessidade de garantir a consolidação do “socialismo em um só país”, determinando a intensificação da campanha contra Trotsky, após a publicação do livro *Lições de Outubro*, no qual se expunha a teoria da “revolução permanente”, formulada em 1905, considerada incômoda frente às novas diretrizes do Komintern — que preconizavam a adaptação à fase de refluxo.⁴²

Assim, no contexto de uma revisão política das diretrizes da IC, determinada pela baixa dos movimentos revolucionários na Europa, a bolchevização dos partidos comunistas tinha um papel central dentro da nova equação feita pelo MCI, que se preparava para uma fase defensiva gerada pela estabilização capitalista, condicionando a pauta da reunião da Executiva Ampliada, preparatória do V *Plenum* realizado em 1925. O tema da bolchevização foi o centro da introdução de Zinoviev e acabou sendo objeto da mais longa e mais importante resolução do *Plenum*.⁴³

A intervenção mais incisiva da IC na América Latina, é realizada com base em uma linha política delineada no V Congresso, apesar de somente se efetivar a partir do VI Congresso. Nesse sentido, a ação do Komintern no continente foi seguida de um *enquadramento esquemático e generalizador, que acabou por vulgarizar os elementos histórico-objetivos componentes das realidades latino-americanas, desconsiderando, assim, a rica complexidade das formações histórico-particulares da América Latina.*

É necessário ressaltar, no entanto, que, apesar do esquematismo e do reducionismo, houve a preocupação de analisar os aspectos diferenciadores das realidades latino-americanas, ao menos no período em que Jules Humbert-Droz foi o responsável pelos partidos latinos da IC. O relatório sobre o 4º ponto da ordem do dia, apresentado por Humbert-Droz no VI Congresso, continha importantes esforços analíticos, que procuravam ressaltar aspectos particulares da realidade latino-americana.

Caracterizando os países da América Latina como *semicoloniais*, Humbert-Droz consegue perceber o caráter dependente das “burguesias nacionais” latino-americanas em relação ao imperialismo, aspecto esse que será desconsiderado posteriormente, no documento definitivo. Em seu informe é destacada a luta pelo

controle das matérias-primas e pelos mercados do imperialismo norte-americano e do imperialismo britânico, assim como a “flutuação” das burguesias “autóctones” entre esses dois pólos, basicamente nos países de certo desenvolvimento industrial.⁴⁴

Nas teses para o VI Congresso, vemos reafirmadas algumas das análises de Humbert-Droz, fundamentalmente no que se refere à ação dos comunistas latino-americanos na luta antiimperialista. Também é ressaltada a necessidade de os PCs dos países desenvolvidos estarem mais presentes no apoio às lutas dos países de extração colonial.⁴⁵ O mais interessante e o que nos chama a atenção é que, nas teses e no informe de Humbert-Droz ao VI Congresso, *não aparecem referências a formas feudais de produção no continente latino-americano*. Ao contrário, a conceituação é de *semicolônia* (Humbert-Droz) e de regime colonial capitalista (tese).⁴⁶ A formulação *feudal-medieval* para os países dependentes irá aparecer não nas Teses Preparatórias, mas no Programa da IC. A formulação teórica sobre a existência de relações feudais na América Latina será absorvida na I Conferência dos PCs Latino-Americanos, realizada em 1929, quando efetivamente serão elaborados elementos gerais de uma teoria da revolução para o continente, tendo como referencial a experiência mexicana e, fundamentalmente, a Revolução Chinesa, cujo impacto possibilitou o surgimento da idéia de uma “via chinesa” latino-americana. Nessa conferência são constituídos os pontos principais de ação dos comunistas, seguindo as diretrizes do programa elaborado pelo Komintern. A referência imediata será a teoria do *bloco das quatro classes*, elaborado no V Congresso, em que a prioridade era estabelecer uma ligação com os movimentos revolucionários da pequena burguesia visando à realização da “etapa” democrático-burguesa da revolução proletária. Nesse aspecto, será visível a incorporação das análises do relatório de Humbert-Droz, no que diz respeito à necessidade da independência do proletariado no quadro das alianças políticas, levando em conta as lições dadas pela experiência chinesa.

A implementação da linha política de viés *marxista-vulgar*, que reduziu as complexidades particulares das formações sociais latino-americanas à fórmula do *feudalismo*, transpondo esquematicamente experiências e realidades de outros países, constituiu-se no passo fundamental para o empobrecimento do manancial teórico

marxista e acabou por excluir dos PCs interpretações que possibilitaram a elaboração de visões inovadoras e criativas do processo histórico latino-americano. Juntamente com essa nova diretriz aparece também o combate aos chamados “desvios de direita” no continente, o que significa a intervenção direta de um Komintern stalinizado nos PCs latino-americanos.⁴⁷ A *Carta abierta a los Partidos Comunistas de América Latina sobre los peligros de la derecha* critica fortemente as alianças com as frações de classes da burguesia e segmentos da pequena burguesia e irá configurar o novo direcionamento da luta de massas, caracterizando a esquerdização do Komintern. Posteriormente, com a política das frentes populares, reforçada após o VII Congresso da IC, altera-se o direcionamento político que vinha sendo desenvolvido.

Na América do Sul, a linha de ação política que estava sendo implementada por vários PCs sofre duras repreensões. Subordina-se toda a ação e formulação teórica à *teoria dos quatro blocos* — que eram o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia nacional —, na qual, dentro dessa visão, a revolução socialista deveria estar subordinada à “etapa” democrático-burguesa. O fato é que, juntamente com a *teoria dos quatro blocos*, aplica-se mecanicamente na América Latina a experiência das *frentes populares*, desenvolvida no contexto europeu para conter o avanço do fascismo, mas que não correspondia necessariamente às situações vividas pelas formações sociais latino-americanas como um todo. Isto significa dizer também que a adoção da política de frente popular por parte de PCs latino-americanos não se constituía em um “erro” ou um problema *per sí*, conforme a concepção, também esta de viés generalista, de Trotsky.⁴⁸ *O problema estava em impor uma política de cima para baixo, sem levar em consideração as particularidades históricas das formações sociais do continente, no conseqüente esvaziamento de sua historicidade*, que será responsável por vários equívocos políticos, como o ocorrido no Peru, onde o PC apóia a candidatura de um representante das oligarquias — Manuel Prado —, ou ainda a experiência colombiana, em 1938, quando o PC rompe com a esquerda do partido liberal e apóia o candidato da direita liberal, ou ainda a dura crítica de que será alvo a experiência do BOC (Bloco Operário e Camponês), quando o PCB é acusado de estar vivendo um processo de “degeneração oportunista”. Assim, abre-se o período

que irá marcar o início de uma subordinação estrutural dos PCs latino-americanos e, conseqüentemente, do PCB, às decisões do Komintern.

II

Somente após dois anos de sua organização o PCB é admitido como membro efetivo do Komintern, depois de ter superado e esclarecido o conhecido “caso Canellas”.⁴⁹ Nesse período, o partido adquire suas primeiras experiências com a repressão governamental, sendo posto na ilegalidade e tendo sua primeira publicação, a revista *O Movimento Comunista*, proibida.⁵⁰ Além disso, o PCB iniciava suas tentativas para traçar uma linha de ação mais incisiva no movimento operário, sem, contudo, deixar de procurar ampliar sua base de alianças políticas. Já em 1924 (assumindo a noção da revolução em “etapas”, o que marcará profundamente a visão teórica do partido), definia a revolução brasileira como sendo de caráter “democrático-pequeno-burguesa”, e com base em um estudo de Octávio Brandão — *Agrarismo e Industrialismo* —, no qual era desenvolvida a tese da disputa interimperialista no Brasil — entre Inglaterra e Estados Unidos —, que passava pelas várias frações da burguesia brasileira, contexto em que a burguesia industrial estaria sendo cooptada pelo projeto do imperialismo norte-americano.

Partindo de estudos sobre as revoltas militares de 1922 e 1924, Brandão estruturou uma análise que realçava alguns dos importantes elementos conformadores da particularidade histórica brasileira, como a vinculação da burguesia nacional aos interesses do imperialismo — no caso, o norte-americano. Ainda dentro dessa concepção, as camadas médias apresentavam uma relação contraditória com o imperialismo, pois se constituíam em portadoras de uma visão nacionalista.⁵¹ Assim, o PCB inicia uma movimentação que visava construir uma política fundada numa visão de centralidade operária, ainda que alargada para o que chamou de “campo progressista e das forças populares”. Essa formulação estava condicionada à idéia da possibilidade de uma terceira revolta tenentista. No texto publicado na *Tribuna de debates* para o III Congresso do PCB, *O Proletariado*

Perante a Revolução Democrático-Pequeno-Burguesa, Brandão explicita a visão teórica que permeará a elaboração da linha dos comunistas: a) a natureza socioeconômica do Brasil é *semicolonial*; b) o proletariado urbano e rural deve buscar a aliança política com a pequena burguesia revoltosa e a grande burguesia liberal, contra o Partido Republicano e os fazendeiros do café. No entanto, como adverte Zaidan, esse bloco político “conjuntural” deveria estar subordinado às seguintes condições: 1) esta seria uma frente única momentânea das forças que lutam contra o Partido Republicano e o Estado burguês vigente; 2) a aliança ideológica com os revoltosos pequeno-burgueses se daria dentro de determinados parâmetros; 3) possibilidade de ação paralela de forças independentes; 4) combater influências ideológicas burguesas e pequeno-burguesas sobre o proletariado; 5) criticar seriamente as vacilações e oscilações da pequena burguesia em geral e da militar em particular.⁵²

Como podemos perceber, esta tentativa de Brandão estava fortemente permeada pelas teses da IC, que definiam a necessidade de incorporar os movimentos burgueses e pequeno-burgueses de caráter nacionalista ao bloco operário e camponês. De acordo com essa diretriz, o PCB procura organizar o Bloco Operário (logo, transformado em Bloco Operário e Camponês), lançando seu manifesto em 25 de janeiro de 1927 no jornal comunista *A Nação*, propondo uma frente proletária para concorrer às eleições parlamentares, na perspectiva de construir a unidade das forças proletárias e de suas diversas organizações.⁵³ De acordo com a tática frentista estabelecida pelo PCB, o Bloco Operário teria o papel de organizar o pólo proletário da “frente ampla momentânea”, do qual emergiram as condições políticas para a construção da hegemonia do proletariado. Por meio do BOC, o PCB elege dois membros na Câmara de Vereadores do Rio de Janeiro (Minervino de Oliveira e Octávio Brandão), a partir daí, como ressalta Chilcote, todo o debate interno do partido se dará em torno do problema organizativo do BOC e da sua relação com o PCB. No processo preparativo para o III Congresso, de dezembro de 1928 – janeiro de 1929, abriu-se uma intensa discussão (e divisão interna) sobre o caráter dessa frente, que terminou com a expulsão de um grupo dissidente, o qual havia organizado a facção da “oposição sindical”.⁵⁴

Assim, em linhas gerais, a elaboração teórica dos comunistas estava basicamente de acordo com as diretrizes da IC. Entretanto, o que nos parece interessante é que são visíveis as influências das resoluções IV Congresso, que acentuava a necessidade da independência do proletariado em face da pequena burguesia nacionalista e das alianças com a burguesia “progressista” e antiimperialista, num período em que, no MCI, vigoravam as resoluções do V Congresso. Nesse sentido, podemos concluir que essa formulação é produto do esforço do partido em construir uma direção política, tentando levar em consideração os elementos constitutivos da realidade específica do país, sem a interferência direta da IC, apesar de toda a influência da experiência do Kuomintang e da idéia de construir o “Kuomintang brasileiro”. De modo que não podemos ceder a reducionismos mecanicistas, que atribuem as formulações do PCB, realizadas no período 1922-1927, à interferência direta do Komintern.⁵⁵ É somente depois da instalação do SSA-IC e da I Conferência dos PCs da América Latina que será efetivada a interferência explícita nas linhas políticas dos partidos latino-americanos. Portanto, o PCB realiza seu III Congresso, em 1928 (sob a égide do VI Congresso da IC), no qual apesar de todas as críticas de que é alvo — fundamentalmente pela diluição do partido na frente de massas — o BOC é reafirmado, assim como a necessidade de estreitamento de uma aliança política com os tenentes revoltosos. Em última análise, confirma-se a linha que vinha sendo implementada, com algumas “correções” de rota.

Mas é imediatamente após a realização do III Congresso do PCB que começam as interferências mais incisivas do Komintern sobre o partido. Já em Moscou, em 1929, as análises do partido são tachadas de “menchevistas e antileninistas”.⁵⁶ Na Conferência latino-americana, a política que vinha sendo desenvolvida pelo PCB é duramente criticada. Humbert-Droz enfatizará a crítica à linha do partido e, particularmente, à implementada pelo BOC, que, segundo sua visão, não possibilitava a criação de condições para a autonomia dos comunistas e, ao mesmo tempo, abria espaços para a criação de um partido paralelo, que, no desenrolar da luta, voltar-se-ia contra o PCB. Também é alvo de apreciação crítica

a aproximação do partido com os tenentes, vistos como aventureiros e politiquês.⁵⁷

O que ficou conhecido como “segundo período de bolchevização” dos partidos ligados à IC realizou-se no contexto da ascensão do segmento dogmático do PC russo, liderado por Stalin. Tal fato, refletindo diretamente no Komintern, acaba expandindo a “stalinização” a todas as organizações vinculadas a ele, reforçando a dogmatização e possibilitando a implementação das análises esquemáticas realizadas pelo Komintern. De modo que a interferência da IC na América Latina realiza-se sob o fogo da campanha contra Trotsky (os “desvios de esquerda”) e contra Bukharin (os “desvios de direita”), expressos pela *Carta abierta*, escrita para os partidos latino-americanos. A destituição de Humbert-Droz do cargo de responsável pelo SSA — por sua ligação com Bukhárin — e a indicação do lituano August Guralski para substituí-lo nos permitem compreender a profundidade e o caráter das alterações na linha político-organizativa do PCB.⁵⁸ Guralski seria responsável pelo aprofundamento do sectarismo no CC do partido por apoiar as tendências “obreiristas”, hostis aos intelectuais, contribuindo para o afastamento de Astrojildo Pereira da secretaria geral do PCB, e, conseqüentemente, pela desagregação do núcleo dirigente que vinha sendo construído sob sua liderança.⁵⁹ Em outubro de 1929, realiza-se o II Pleno do Comitê Central do PCB, que irá renegar as teses que orientaram o II e o III Congressos do partido. Astrojildo Pereira e Octávio Brandão são afastados da direção partidária, sendo iniciado o processo de “proletarização” do partido, considerado como fundamental para combater os “perigos de direita”. No bojo dessa avalanche de intromissões do Komintern, também será dissolvido o BOC. Com essa violenta intervenção da IC no partido, encerrava-se o primeiro período do PCB, e inaugurava-se um segundo, em que a tônica é uma política obreirista estreita.⁶⁰ Esse é o contexto da indicação pela IC de José Villar, que substituiu Heitor Ferreira Lima na secretaria geral do partido e que constituía o último elo com o antigo núcleo dirigente,⁶¹ dando início à virada em direção ao processo stalinizador do partido.

A virada à esquerda feita pela IC, com suas repercussões no PCB, dentro do contexto da “proletarização”, encontrará também o MCI bastante marcado pela derrota na China, o que estimulará a desconfiança do Komintern em relação aos movimentos revolucionários de extração pequeno-burguesa. Esse novo direcionamento, já apontado pelo relatório de Humbert-Droz, será desenvolvido de maneira mais esquemática sob a direção de Guralski, homem que não possuía a mesma sofisticação teórica de seu antecessor, sendo um aplicador dogmático das novas diretrizes da IC. Nesse escopo, rejeita-se definitivamente a idéia, traçada por Brandão, da aproximação com o tenentismo, fazendo com que o PCB rume para posições cada vez mais sectárias e, diga-se, *não por priorizar a necessidade da hegemonia operária na construção revolucionária*, mas exatamente por deixar de lado possíveis alianças com setores da pequena burguesia revolucionária. Nesse sentido, é necessário dizer que a aproximação da IC com Prestes se deu num contexto individual — feita à revelia do PCB, que passa a recusar qualquer ligação com o líder da Coluna —, não com o representante da pequena burguesia militar radicalizada, mas com o líder que rompia com seu passado e que estava disposto a assumir o comunismo como ideologia.⁶² Apesar de contar com o apoio do Komintern, Prestes só conseguiu entrar no PCB por ordem explícita de Manuilski.⁶³

Apesar da implementação de uma linha sectária, a relação do PCB com possibilidades de alianças fora dos segmentos do proletariado se altera, determinada pela fermentação política nacional, na qual a radicalização política faz com que a esquerda do movimento tenentista funde a Aliança Nacional Libertadora. O PCB participará de sua organização informalmente, já que o núcleo central do partido estava em Moscou.⁶⁴ O fundamental é que a presença do partido na ANL será acentuada com a vinda da Comissão Executiva para o Brasil e, também, com a integração de Prestes na frente política.⁶⁵ Aliás, a participação e a posterior hegemonização da ANL pelo PCB não estará alterando a linha de frente única desenhada pelo partido e pela IC. A junção do tenentismo de esquerda com a linha que vinha sendo desenvolvida pelo partido — a frente única —, mais o prestígio, serão os elementos conformadores do núcleo ideológico da Insurreição de 1935.

A presença da necessidade da luta armada no programa e na linha política do partido e a unidade com os tenentes de esquerda — com seu forte viés *putchista*, presente também na mentalidade de Prestes — acabaram desencadeando o processo insurrecional. Avaliando o “segundo período” do PCB, podemos concluir na direção de Vianna, que entende ser o movimento produto da conjunção do prestismo — e, diríamos, de toda a tradição golpista, presente no pensamento nacional — com a visão da teoria da revolução do partido. A isso acrescenta-se todo o entendimento imaginário sobre a existência de massas populares prontas para apoiar a revolução — o que no clássico jargão comunista nomeia-se de “baluartismo” —, repetido várias vezes nas reuniões da Comissão Executiva do Comitê Central com Manuilski, em Moscou. Assim, naquele contexto histórico, “[...] a IC não passou de ator coadjuvante no drama de novembro de 1935 — que não planejou nem sugeriu —, mantendo sobre as anunciadas possibilidades revolucionárias do país uma expectativa conivente. Além do mais, na segunda metade de 1935, houve total dissonância entre as posições políticas do PCB (com seus constantes chamamentos à luta armada) e a política preconizada pela IC a partir de seu VII Congresso (de amplas frentes populares)”.⁶⁶

NOTAS

¹ Ver René Galissot, “O Imperialismo e a Questão Colonial e Nacional dos Povos Oprimidos”. In: Eric J. Hobsbawm, *História do Marxismo*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1987, v. 8, p. 225. Ver também Fernando Claudin, *A Crise do Movimento Comunista - A Crise da Internacional Comunista*. São Paulo, Global, 1985. v. I, p. 218.

² Annie Kriegel argumenta que no Congresso de Baku, a IC procurava analisar as possibilidades de estender-se para leste, uma vez que o Ocidente encontrava-se bloqueado, *Las Internacionales Obreras (1864-1943)*. Barcelona, Orbis, 1986. p. 102.

³ Ver V. I. Lenin, “El imperialismo, etapa superior del capitalismo”. In: *Obras Completas*. Madri, Akal, 1976. v. XXIII, p. 298-426..

⁴ Ver Galissot, op. cit., Claudin, op. cit. e Rudolf Schlesinger, *La Internacional Comunista y el Problema Colonial*. Buenos Aires, PyP, 1974.

⁵ Ver Schlesinger, op. cit., e Claudin, op. cit.

⁶ “O camarada Roy vai muito longe ao sustentar que o destino do Ocidente depende apenas do grau de desenvolvimento e das forças do movimento revolucionário nos países orientais. Embora existam na Índia 5 milhões de proletários e 37 milhões de camponeses sem terra, os comunistas hindus ainda não conseguiram criar um partido comunista em seu país, e este fato basta para demonstrar que os pontos de vista do camarada Roy, em larga medida, estão desprovidos de fundamentos.” Lenin, apud Claudin, op. cit., p. 219. Ver também Galissot, op. cit., p. 236-237.

⁷ Ver Claudin, op. cit., Galissot, op. cit., e Schlesinger, op. cit. Ver também, E. Ragionieri, *La Terza Internazionale e il Partito Comunista Italiano*. Turinm, Einaudi, 1978.

⁸ Lenin, *Obras Completas*, op. cit., v. XXXIII, p. 339 e segs.

⁹ Aldo Agosti evidencia que a partir do II Congresso “[...] o papel do Comintern se define como sendo o de uma organização matriz, destinada a formular e a programar a estratégia de todo o movimento comunista, e a indicar a cada partido-membro as tarefas necessárias para reforçar sua posição nacional e o papel mais adequado para promover o desenvolvimento e a consolidação do movimento internacional. É nesse momento — e não antes — que o modelo bolchevique de partido se impõe como um ponto de referência a ponto de ser reproposto em seus vários graus no Estatuto da IC [...]”. *O Mundo da Terceira Internacional*. In: E. J. Hobsbawm, *História do Marxismo*, op. cit., v. 6, p. 108. Ver também A. Kriegel, op. cit., p. 88 e segs.

¹⁰ Lenin, op. cit., p. 355.

¹¹ Ver a reconstrução detalhada desse debate feita por Schlesinger, op. cit. Ver também as análises de Claudin, op. cit.

¹² Denominação dada por Lenin, em março de 1922. A esse respeito, ver E. H. Carr, *A Revolução Bolchevique - 1917-1923*. Porto, Afrontamento, 1979, v. 2, p. 298, nota 8.

¹³ Ver Galissot, op. cit., p. 242; Claudin, op. cit.; e Carr, op. cit.

¹⁴ Galissot, op. cit., p. 242-243. Ver também Ragionieri, *La Terza Internazionale e il Partito Comunista Italiano*, op. cit.

¹⁵ Ver Claudin, op. cit., p. 221, e Galissot, op. cit., p. 243.

¹⁶ Op. cit., p. 221. Ver também Schlesinger, op. cit., e Galissot, op. cit., p. 244 e segs.

¹⁷ Ver Aldo Agosti, *La Terza Internazionale - Storia Documentaria*. Roma, Riuniti, 1972, t. I, v. I.

¹⁸ Aldo Agosti, op. cit., v. I, p. 651.

¹⁹ “A fim de que seja possível resistir até o próximo conflito armado entre o Ocidente contra-revolucionário imperialista e o Oriente revolucionário e nacionalista, entre os Estados mais civilizados do mundo e os Estados atrasados como os do Oriente, que constituem, porém, a maioria, é necessário que essa maioria torne-se civilizada a tempo. Tampouco nós temos um grau suficiente de civilização para passarmos diretamente ao socialismo, embora entre nós existam as premissas políticas para isso.” “Últimos escritos (testamento político) e diário das secretárias”. In: *Obras Completas*, op. cit., v. XXXVI, p. 536.

²⁰ R. Galissot, op. cit., p. 248.

²¹ Como fica explicitado na reconstrução da polêmica realizada por Galissot, op. cit., e por Schelisinger, op. cit.

²² Claudin, op. cit., p. 236.

²³ Sobre esse debate, ver G. Procacci, (Org.), *La Revolución Permanente y el Socialismo en un Solo País*. Buenos Aires, PyP, 1972 .

²⁴ No informe, foram estes os números de membros das seções: China 800; Java 200; Pérsia 600; Egito 700; Palestina 100; Turquia 600, sendo ainda, mencionados pequenos grupos clandestinos na Coréia, Japão e Índia. Ver Agosti, *La Terza Internazionale - Storia Documentaria*, op. cit.; Claudin, op. cit., p. 236; e Galissot, op. cit., p. 249.

²⁵ *Cuestiones del Leninismo*. Pequim, Ed. en Lenguas Extranjeras, 1977, p. 68 e segs.

²⁶ Stalin, levando em consideração as formulações de Lenin, claramente afirma a necessidade “[...] de que o proletariado das nações ‘imperiais’ apóie decidida e energicamente o movimento de libertação nacional dos povos oprimidos e dependentes”. Op. cit., p. 71.

²⁷ Galissot, op. cit., p. 254.

²⁸ Ver M. Del Roio, *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990. p. 90.

²⁹ Cf. Claudin, op. cit., p. 238. Ver também Annie Kriegel, op. cit., p. 103 e segs., e Schlesinger, op. cit., p. 73 e segs.

³⁰ Marcos Del Roio, op. cit., p. 96.

³¹ Como acentua Galissot: “A questão chinesa levou ao extremo a esquematização; e também Trotsky não chega a uma melhor compreensão das sociedades dependentes, terminando, por seu turno, por aplicar às mesmas os esquemas classistas do capitalismo desenvolvido [...]”. Op. cit., p. 260. No entanto, contrariamente às teses de Bukharin e Stalin, Trotsky enfatiza a questão do imperialismo e a possibilidade da revolução socialista em qualquer formação social, saindo da lógica da “razão de Estado” — que, de certa forma, reforçava a tese do socialismo em um só país —, apontando o problema da incompatibilidade das forças produtivas modernas com as fronteiras nacionais. Apesar disso, as análises de Trotsky acabavam caindo na mesma generalidade das realizadas pelo Komintern, que também não contemplava os elementos específicos — *particulares* — das formações históricas de extração colonial. Ver a polêmica com Bukharin e Stalin In: Leon Trotsky, “Rivoluzione Mondiale o Socialismo in un Solo Paese?”. In: Livio Maitan (Org.) *Per Conoscere Trotskij - Un'antologia delle opere*. Milão, Mondadori, 1972. p. 253-272. Ver também Ragionieri, op. cit., capítulo IV.

³² Mao Tse-tung criticará o Congresso por não ter dado a importância necessária aos camponeses e ao caráter mais longo do processo da revolução democrática. Ver Galissot, op. cit., p. 262. Sobre a visão de Mao Tse-tung, leia-se, “La Lucha en las Montañas Ching kang”. In: *Obras Escogidas*. Madrid, Fundamentos, 1974. v. I, p. 75 e segs.

³³ “Programa de la Internacional Comunista”. In: *VI Congreso de la Internacional Comunista: Tesis, Manifiestos y Resoluciones*. Buenos Aires, PyP, 1977. primeira parte, p. 286.

³⁴ Idem, p. 286-288.

³⁵ Michael Löwy chama a atenção para este momento — *o terceiro período do Komintern* (1929-1933) —, que tem seu *début* na I Conferência Comunista Latino-Americana, realizada em junho de 1929, a partir do qual será sistematicamente tolhido o pensamento original latino-americano. Ver *Le Marxisme en Amérique Latine — Anthologie*. Paris, Maspero, 1980. p. 23.

³⁶ Cf. Galissot, op. cit., p. 115 e segs.

³⁷ Cf. J. Dimitrov, “A Ofensiva do Fascismo e as Tarefas da Internacional Comunista na Luta Pela Unidade da Classe Operária Contra o Fascismo”. In: *Contra o Fascismo e a Guerra*. Sófia, Sófia Press, 1988. p. 36.

³⁸ Como afirma Claudin: “Neste Congresso da IC transpareceu que nos partidos comunistas tendências renovadoras lutavam por abrir caminho, desejando libertar-se de esquemas vazios, de tradições sectárias — mas, ao mesmo tempo, foi o menos teórico dos Congressos da IC”. Op. cit., v. I, p. 85. Ver também François Fejtö, *L'héritage de Lénine*. Paris, Librairie Gènele Française, 1977. p. 215 e segs.

³⁹ Cf. Agosti, op. cit., t. III, v. 2.

⁴⁰ Cf. Paulo Sérgio Pinheiro, *Estratégias da Ilusão - A Revolução Mundial e o Brasil: 1922-1935*. 2. ed. São Paulo, Cia. das Letras, 1992. p. 149.

⁴¹ Cf. Agosti, *La Terza Internazionale - Storia Documentaria*, op. cit., t. I, v. 2, p. 222.

⁴² De modo que o V Congresso da IC realiza-se, também, em meio à luta interna do PC russo e à vigorosa campanha contra Trotsky e a “teoria da revolução permanente”. “De tal teoria, Lenin havia combatido asperamente a segunda tese, na qual o proletariado, uma vez realizada a revolução burguesa, teria condições de estar iniciando diretamente a revolução socialista, vendo, nesta perspectiva, uma compreensão limitativa e esquemática do papel dos camponeses; mas sobre um outro aspecto dessa teoria — o convencimento de que uma revolução socialista na Rússia poderia sobreviver e desenvolver-se somente com a ajuda da revolução socialista européia —, seu ponto de vista coincidia, sem apreciáveis diferenças, com o de Trotsky [...] Nos últimos meses de 1924, no fogo da polêmica contra Trotsky, reacendida pelas *Lições de Outubro*, a teoria da revolução permanente havia sido deformada e dilatada para além de sua temática originária, até ser transformada na teoria ‘da vitória *simultânea* do socialismo nos principais países da Europa’, enquanto condição para a sobrevivência do poder soviético”. Agosti, op. cit., p. 225. Ver também L. Trotsky, *Lecciones de Octubre*. Buenos Aires, Ed. Compañero, 1971.

⁴³ A tese aprovada na Executiva Ampliada acentuava: “Se o ritmo do desenvolvimento revolucionário diminui, se, em consequência, aumentam as hesitações em certos extratos do proletariado e se difunde um estado de ânimo favorável à social-democracia contra-revolucionária, tanto mais indispensável torna-se a palavra de ordem da bolchevização dos partidos”. Agosti, op. cit., p. 230.

⁴⁴ Como podemos ver no informe: “No entanto, os investimentos de capitais ingleses e norte-americanos na Argentina, no Chile e no Brasil, países com certo desenvolvimento industrial, demonstram que seu progresso econômico não é independente, não é o progresso de uma economia capitalista independente do imperialismo, do qual ela, em alguns momentos, poderá liberar-se [...] Por isso, a nascente burguesia nacional na Argentina, no Brasil (onde temos um embrião de burguesia nacional), tem um desenvolvimento condicionado pelos investimentos de capitais estrangeiros. Essa burguesia se encontra ligada, desde seus primeiros passos, ao imperialismo estrangeiro, tal como a classe dos grandes proprietários terratenentes. Isto explica porque, na América Latina, a burguesia nacional não pode desempenhar um papel revolucionário na luta contra o imperialismo: ela está ligada aos interesses do imperialismo”. “Sobre los países de América Latina”. In: *VI Congreso de la Internacional Comunista*, op. cit., segunda parte, p. 301-302 e 309-310. Mais tarde, essa discussão será retomada por Caio Prado Júnior, principalmente no livro *A Revolução Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1971.

⁴⁵ Conforme vemos nas “Tesis sobre el Movimiento Revolucionario en las Colonias y Semicolonias”: “Somente se os partidos comunistas dos países imperialistas respaldam realmente o movimento nas colônias, e se seu respaldo amplia realmente a luta dos respectivos países coloniais contra o imperialismo, sua posição na questão colonial pode ser reconhecida como realmente bolchevique”. In: *VI Congreso de la Internacional Comunista*, op. cit., primeira parte, p. 240.

⁴⁶ “Os comunistas devem desmascarar o real caráter de rapina do *regime colonial capitalista* [...]” *VI Congreso de la Internacional Comunista*, op. cit., p. 240 (grifos nossos).

⁴⁷ Uma das consequências mais desastrosas do esquematismo teórico do Komintern e, posteriormente, do Birô Latino-Americano, foi a marginalização e exclusão de formulações originais e importantes de pensadores e militantes latino-americanos. Como acentua Löwy, paralelamente à existência de “[...] pensamentos autenticamente revolucionários e internacionalistas mas, ao mesmo tempo, capazes de uma reflexão autônoma, como Mella e Mariategui, o comunismo latino-americano do final dos anos vinte começa a conhecer, também, outros tipos de dirigentes rigorosamente vinculados,

do ponto de vista intelectual e político, ao aparelho do Komintern [...]”. *Le Marxisme en Amérique Latine*, op. cit., p. 22. No Brasil, podemos ressaltar a marginalização de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão.

⁴⁸ Sobre esta questão ver L. Trotsky, “La Lezione della Spagna”. In: L. Maitan, op. cit., p. 291-312. Ver também a análise de Marta Dassú, “Frente Única e Frente Popular: o VII Congresso da Internacional Comunista”. In: *História do Marxismo*, op. cit., v. 6, p. 293-336.

⁴⁹ Sobre o “Caso Canellas” ver Carone, op. cit.; Dulles, op. cit.; Everardo Dias, op. cit.; Chilcote, op. cit.; e Moisés Vinhas, *O Partidão: A Luta Por um Partido de Massas*. São Paulo, Hucitec, 1982.

⁵⁰ O PCB será legal de 25 de março a 22 de julho de 1922. Após esse período, volta à legalidade por um curto momento, nos inícios de 1927, quando é novamente posto na clandestinidade. Sua revista circula legalmente apenas por um ano, de 1922 a 1923. Ver Astrojildo Pereira, “A Formação do PCB”. In: *Ensaios Históricos e Políticos*. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

⁵¹ Articulando a linha da IC com a realidade brasileira, no final de 1927 os comunistas tentam entrar em contato com o líder dos tenentes, Luís Carlos Prestes, esperando estruturar uma aliança política com os militares revoltosos, mas, ao mesmo tempo, garantindo a independência do partido. Ver Astrojildo Pereira, op. cit., p. 127 e segs.; Del Roio, op. cit.; Marli G. Vianna, *Revolucionários de 35 - Sonho e Realidade*. São Paulo, Cia. das Letras, 1992, p. 52 e segs. e Michel Zaidan, *Comunistas em Céu Aberto*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1989. p. 20 e segs.

⁵² Ver Zaidan, op. cit., p. 26.

⁵³ Ver A. Pereira, op. cit., p. 123.

⁵⁴ Ver Chilcote, op. cit., p. 64-65, e Pereira, op. cit., p. 151-152.

⁵⁵ Este equívoco é cometido por P. S. Pinheiro, op. cit., que não diferencia a elaboração do PCB realizada no período 1922-1927 da que será implementada posteriormente. Como acentua Del Roio: “[...] a elaboração teórica dos comunistas brasileiros, consubstanciada no texto de Octávio Brandão, por seus erros e acertos, está longe de ter sido diretamente imposta pela IC, cujo Secretariado Sul-Americano (SSA-IC), naquele momento, estava, aliás, desativado em função de uma crise no PC da Argentina”. Op. cit., p. 43. Ver também as interpretações que vão nessa mesma direção de Zaidan, op. cit. e Vianna, op. cit.

⁵⁶ “A interferência da IC na vida do PCB foi reforçada quando, em dezembro de 1929, aproveitando a estada de Astrojildo Pereira e outros membros do CC em Moscou, o secretariado da Internacional resolveu discutir a ‘questão brasileira’. A avaliação foi a pior possível: a linha política do Partido colocava-o a reboque da burguesia, o BOC era uma organização deletéria, o contato com os tenentes, uma submissão ao revolucionarismo inconseqüente de caudilhos pequeno-burgueses.” Vianna, *op. cit.*, p. 54.

⁵⁷ No relatório de Humbert-Droz esta crítica está claramente explicitada: “Aos nossos partidos está colocada a questão de se formar um bloco das forças revolucionárias, bloco da classe trabalhadora agrícola e industrial, da classe camponesa sem terra – também dos colonos, arrendatários etc., e da pequena burguesia revolucionária. Neste bloco de todas as forças, é necessário que o Partido Comunista mantenha sua independência, devendo fazer uso de sua liberdade de crítica, devendo esforçar-se por afastar as massas da influência dos politiquieiros da pequena burguesia e atraí-las para a influência do partido comunista, para impulsioná-las na direção do avanço da revolução”. “Sobre los países de América Latina”, *op. cit.*, p. 316. Dentro dessa visão, Prestes era visto como um pequeno-burguês não confiável para a IC. Ver Vianna, *op.cit.*, p. 44 e segs. Conforme nos aclara Pinheiro, as linhas delineadas na Conferência latino-americana, em relação ao caráter da “etapa” da revolução, destacavam como fundamental a luta contra a grande burguesia nacional e o imperialismo, nas suas vertentes inglesas e americanas. “[...] E deve ter os seguintes objetivos: a luta contra os latifúndios; a entrega da terra a quem nela trabalhe; a luta contra os governos nacionais, agentes do imperialismo; a luta contra o imperialismo e pelo governo operário e camponês. [...] Clodovilla critica uma possível superestimação do papel da pequena burguesia industrial nascente como possível aliada da revolução antiimperialista. O imperialismo controla todas as classes, com exceção dos operários e camponeses, o que implica descartar qualquer possibilidade de alianças fora da classe operária: as forças motrizes da América Latina são os proletários e camponeses”. *Op. cit.*, p. 181.

⁵⁸ Como lembra Leandro Konder: “Convém não perdermos de vista o que se passava fora do Brasil. A situação do movimento comunista mundial não era boa: de 1921 a 1928 o número de comunistas nos países capitalistas baixara de 900 mil para 450 mil e o número de social-democratas subira de 3 milhões para 6 milhões. Os resultados alcançados pela social-democracia ameaçavam lançar sementes de dúvidas no espírito de setores de massa próximos aos PPCC e por isso tais partidos passaram a expulsar dirigentes acusados de ‘desvio de direita’: em dezembro de 1928, o PC alemão expulsou Brandler e Paul Fröhlich; em setembro de 1929, o PC italiano expulsou Angelo Tasca. Sob pressão direta da IC, o PC húngaro afastou de sua direção Georg Lukács, que vinha

defendendo nas Teses de Blum idéias cujo espírito coincidia com a política que Astrojildo vinha esboçando no Brasil [...]”. “Astrojildo Pereira: O Homem, o Militante, o Crítico”. In: Vários, *Memória & História*, São Paulo, LECH, 1981, n. 1, p. 61, nota 25.

⁵⁹ “Astrojildo e Octávio Brandão compareceram a uma conferência dos comunistas da América Latina, em maio de 1930, na cidade de Buenos Aires, e foram severamente criticados. Quando voltou da Argentina, Astrojildo já podia prever que não continuaria como secretário-geral durante muito tempo [...]”. *Ibidem*, p. 60.

⁶⁰ “Com possibilidades mínimas de realizar as irreais diretivas políticas da IC e sem condições de refutá-las, o Partido passou a seguir à risca, segundo sua capacidade de interpretação, as diretrizes orgânicas da ‘proletarização’; segundo o item 7 da Resolução da IC, isso significava lutar contra o liquidacionismo (o BOC e a perspectiva de aliança com os tenentes) e expurgar o Partido ‘dos quadros de direita’. Assim, enquanto se desenvolvia no país a campanha presidencial, com a alternativa da Aliança Liberal de conquistar Luís Carlos Prestes para o movimento, o PCB iniciava um processo de autodestruição: os intelectuais foram afastados da direção e substituídos por ‘operários autênticos’, de preferência que andassem sujos, mal vestidos e falassem errado [...] Tais posturas, apesar de atenuadas em 1933, marcaram muito a mentalidade partidária e influíram sobremaneira em 1935 na reverência dos quadros militares ‘pequeno-burgueses’ a alguns dos ‘proletários autênticos’ do Partido.” Vianna, *op. cit.*, p. 55-56.

⁶¹ A respeito desse período ver Del Roio, *op. cit.*, p. 193 e segs.

⁶² Como ressalta Vianna: “A Internacional, que até então havia considerado Prestes como um Chiang Kai-shek brasileiro (o próprio Guralski assim se expressava em dezembro de 1929 em Moscou [ao criticar a linha política do PCB de se aproximar dos tenentes], procurava agora aproximar-se dele. Era um interesse cauteloso, mas a IC parecia disposta agora a investir nele”. *Op. cit.*, p. 89. Sobre a aproximação de Prestes com a IC, ver *ibidem*, p. 69 e segs. Também Anita Leocádia Prestes: *Luís Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora - Os Caminhos da Luta Antifascista no Brasil (1934/35)*. Petrópolis, Vozes, 1997, p. 43 e segs.

⁶³ “Manuiski mandou verificar a correspondência do PCB e viu que os comunistas brasileiros continuavam a opor-se intransigentemente à entrada de Prestes no Partido. Mostrando-se contrariado, deu um soco na mesa e disse ‘telegrafem! Que publiquem imediatamente que Luiz Carlos Prestes é membro do PCB!’”. *Ibidem*, p. 94.

⁶⁴ Ver Vianna, *op. cit.*, p. 109.

⁶⁵ Vianna descreve esse processo detalhadamente, e evidencia que a volta de Prestes para o Brasil é consequência exclusiva de sua vontade — apesar das objeções de Dimitri Manuilski —, e não determinação da IC. Também esclarece que havia planos de mudança da sede do SSA, que funcionava em Montevideú, para o Brasil. Daí estarem presentes, no país, membros da IC, como Ewert e Ghioldi. Nesse sentido, os quadros do Komintern não teriam ido ao Brasil para organizar uma insurreição, mas sim, o escritório do SSA, sob a recomendação de não interferir na vida interna do partido. Ver op. cit., p. 108 e segs.

⁶⁶ Vianna, op. cit., p. 18-19. Como acentua Löwy: “A ação de 1935 é produto de um período de transição: seu programa é de frente popular mas seu método insurrecional corresponde mais diretamente ao ‘terceiro período’ [da IC]”. *Le Marxisme en Amérique Latine*, op. cit., p. 30. Ver também P. S. Pinheiro, op. cit., p. 291.

CAPÍTULO II

Adagio

Rupturas e continuidades:
a construção do reformismo

1945: a gênese

Após a reconstrução do partido — quase liquidado com a violenta repressão desencadeada depois do fracasso do movimento insurrecional de 1935 —, o PCB lança as bases de sua linha política mais duradoura e que conformará seu *terceiro período*, que se caracteriza pela absorção das diretrizes do VII Congresso da IC e, conseqüentemente, da política de amplas alianças de classe — com um pequeno interregno que foi o *Manifesto de Agosto*, quando o partido dá uma nova guinada à esquerda e, por algum tempo, desenvolve uma política que irá para além da prática de conciliação. Essa nova diretriz tinha por norte a política das frentes populares, que punha de lado a tese da classe contra classe, apontando para unidades políticas de caráter pluriclassista dentro de um largo leque, chamado genericamente de “setores democráticos” da sociedade, no qual situava-se a burguesia “nacional”. Esses aspectos eram tidos como fundamentais, dentro da concepção tática para a construção da primeira “etapa” da revolução, cujo caráter seria “nacional democrático-burguês”, momento em que o proletariado não deveria ter a hegemonia política, o que significava também abandonar a antiga linha da independência de classe. Essa nova política, denominada de União Nacional, além de apoiar o governo Vargas contra o nazi-fascismo — caracterizando a versão do PCB do pacto entre a URSS e os Estados Unidos —, vinha juntamente com a campanha pela legalidade, pela anistia geral aos presos políticos e pelo envio de tropas brasileiras para lutar ao lado do povo soviético. O elemento fundamental dessa nova política era a *idéia de que o proletariado deveria colaborar na construção do capitalismo nacional*. De fato, esse delinear político representava a adequação das diretrizes da IC, que mesmo depois do fim do Komintern continuaria a ser a política implementada pelos comunistas de todo o mundo — obviamente, adaptada às respectivas realidades nacionais —, sendo posteriormente reforçada e ampliada pelo Kominform. De modo que as alianças plenas com a burguesia “progressista” e “nacional” faziam parte de uma tática geral do MCI e estavam presentes no bojo da política comunista, desde 1935, quando do VII Congresso do Komintern. Nesse sentido, constitui-se em um simplismo atribuir a viragem à direita do PCB apenas ao resultado da derrota da Insurreição de 1935 ou à debilidade política de seus quadros dirigentes.

No entanto, essa viragem na condução política da linha partidária será realizada em meio a grandes disputas e divergências internas. No processo de reconstrução formaram-se três grupos. O de São Paulo, constituído por antigos militantes que não confiavam em Prestes e propunham reconstruir o PCB nos moldes antigos; outro, também de São Paulo, que englobava comunistas da Bahia e que pretendia hegemonizar o Comitê Central; e um terceiro grupo, a Comissão Nacional de Organização Provisória — CNOP —, composto por comunistas novos e antigos. Os dois últimos grupos acabam convocando a histórica Conferência da Mantiqueira, em 27 de agosto de 1943, com a participação de estados como Paraná, Distrito Federal, Pará, Bahia, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. Nessa Conferência de reorganização partidária foram aprovadas uma política de unificação nacional em apoio ao governo Vargas contra o nazi-fascismo e a reorganização do PCB.¹ Com o fim do governo Vargas e a implantação da *legalidade burguesa*,² em 1945, o PCB concorre às eleições e elege uma bancada federal de 14 deputados e um senador³ (além de uma expressiva bancada de deputados estaduais), com a plataforma de aliança com a burguesia “nacional” e de colaboração com a “reconstrução democrática” implementada pela burguesia.

No plano internacional, as relações do MCI estavam cada vez mais confusas. Se, de um lado, a política desenvolvida por Moscou era a de colaboração com a reconstrução do pós-guerra dentro da ordem capitalista, de outro, a dissolução do Komintern, em maio de 1943, deixava os comunistas do mundo extremamente perplexos, a ponto de alguns partidos comunistas proporem também sua autodissolução, como sucedeu no PC dos Estados Unidos, em que seu secretário geral, Earl Browder, eufórico com os acordos entre os EUA e a URSS, propõe a dissolução do PC EUA e sua transformação numa Associação Política. Obviamente, essa postura — conhecida como browderismo — será violentamente rechaçada pelo MCI, e caracterizada como liquidacionista em um discurso de Jacques Duclos, em abril de 1945.⁴ Essas mudanças no panorama do MCI, que incidiam fortemente em todos os PCs do mundo,⁵ não poderiam deixar de influir na condução política do PCB. A aplicação mecânica — sem as mediações necessárias — dos delineamentos do VII Congresso da IC, realizado no contexto de uma guerra mundial, em que

efetivamente a necessidade de uma aliança ampla contra o fascismo faz com que o MCI apresente-se defensivamente (levando também em conta a justa preocupação de preservar a integridade da URSS), será responsável por uma questionável política do PCB que acabaria por priorizar sua transformação em partido de *esquerda institucional*. No período Dutra (1946-1951), o PCB procurará reforçar a imagem de partido da ordem e da tranquilidade, defensor do “apertar o cinto”, chegando a colocar-se, em muitas ocasiões, contra os movimentos grevistas, para “evitar as provocações”.⁶ *Sem dúvida, nessa nova política implementada pelo núcleo dirigente do PCB estão as raízes históricas que irão determinar a política de conciliação imposta muitas vezes sectariamente pelo Comitê Central às bases do partido*, como demonstravam as preocupações em expurgar do partido os “elementos sectários ainda existentes” e reforçar a “democracia interna” em suas fileiras.⁷ O eixo da ação do PCB era permeado por um *politicismo taticista*,⁸ que privilegiava a unidade ampla para a consolidação da democracia, por meio de uma luta “ordeira e pacífica”.⁹

No entanto, essa política de colaboração sofreria uma brusca interrupção. Não por iniciativa dos comunistas. Ao contrário, como pudemos perceber, estes estavam empenhados em construir um partido para atuar dentro da *legalidade burguesa*, na qual haviam crescido. Além de expressiva bancada federal, o PCB contava com 200 mil filiados e sua influência no movimento sindical aumentava visivelmente. Mais do que isso, o PCB havia se constituído na terceira força eleitoral do país e no maior partido comunista da América Latina, fato que seguramente possibilitaria ao partido uma atuação bastante positiva em futuras eleições, o que o tornava, aos olhos de uma burguesia autocrática e golpista como a brasileira, uma agremiação ameaçadora — mesmo tendo em sua plataforma uma posição de colaboração com a burguesia “nacional”. A colocação do PCB na ilegalidade interromperá, por certo tempo, a política de conciliação de classes e de colaboração iniciada após 1945.

1950: sonhos de ruptura

O Manifesto de Agosto será um hiato dentro da linha política implementada pelo PCB após 1945. Não podemos restringir os fatores determinantes da viragem à esquerda do partido a apenas um ou outro elemento. O Manifesto de Agosto foi o resultado de uma série de complexas conjunções que se precipitavam no quadro político nacional, internacional e, obviamente, nas próprias relações internas do PCB. No quadro internacional, após curto período de convivência pacífica entre os Estados Unidos e a URSS, recrudescer a tensão, que momentaneamente desestabiliza as relações diplomáticas entre os dois países, crise determinada pela ofensiva norte-americana na Europa, que busca criar um campo de influência anti-soviética, que trará conseqüências imediatas no plano do MCI. Como acentua Claudin, a própria política reformista e de colaboração imposta por Moscou, o fim da Segunda Guerra, e, diríamos, *sua não-revisão após o conflito*, acabará impondo perdas à estratégia do Kremlin, visto que alguns partidos comunistas findam por ser “mais realistas do que o rei”, na disposição de colaborar com a reconstrução dentro da ordem burguesa, como o PCI e o PCF, e acabam por permitir a ampliação de uma política anti-soviética por parte dos aliados, particularmente dos norte-americanos.¹⁰ Isso, naturalmente, revigorará a ação dos comunistas de todo o mundo contra o imperialismo, especialmente contra os Estados Unidos. No que se refere ao Brasil, o bloco hegemônico burguês recomposto no período pós-Getúlio começa também a buscar formas de pressão sobre os comunistas. Mesmo com a política de convivência pacífica e com as demonstrações de que o PCB transformara-se num “partido da ordem”, a burguesia brasileira, assim como a de todo o mundo, mostrava-se assustada ante as possibilidades de eclosões revolucionárias de cunho proletário.

Posto na ilegalidade por Dutra, com o apoio da maioria reacionária do Congresso Nacional, o PCB, pressionado também por suas bases, gira à esquerda abandona a linha colaboracionista e conciliadora de união nacional. Em 1948 lança o Manifesto de Janeiro, fazendo profunda e dura autocrítica de suas posições. No documento, o partido reconhece que se havia deixado seduzir por “ilusões

reformistas”.¹¹ O partido denuncia também, os vínculos do governo com o imperialismo norte-americano e com sua política internacional pró Guerra-Fria. Em sua autocritica, o partido chega a vislumbrar que o processo pós-45 não havia destruído as bases da autocracia burguesa no Brasil, caracterizada como base do fascismo¹² —, abandonando a lógica seguida até então, que era a de apostar na possibilidade de construção de uma democracia burguesa dentro de condições histórico-objetivas em que tais tarefas não seriam realizadas jamais por uma burguesia de extração colonial. O que podemos caracterizar como fundamental, nesse período, é a procura de uma intervenção política realizada dentro da concepção de frente única que havia sido definida no IV Congresso da IC. Essa nova formulação objetivamente alterava o leque das alianças, que deixava de ser tão amplo. Isso fazia com que o partido se voltasse para composições políticas que privilegiassem o proletariado, o campesinato e os setores da pequena burguesia, além de, marcadamente, buscar uma ação independente de classe. Portanto, a nova direção política buscava centrar sua política nos segmentos subalternos da sociedade civil, no sentido de construir uma hegemonia alternativa. Evidencia-se também a disposição do partido em estruturar a Frente Democrática de Libertação Nacional, o que irá caracterizar claramente a disposição da formação de um *bloco político marcadamente de classe*, sob comando do proletariado e composto por seus aliados, principalmente as camadas médias.¹³

Mesmo não rompendo com a visão da revolução realizada em “etapas” e com a idéia de impulsionar a “etapa nacional-libertadora”, essa virada permite ao PCB chegar a uma compreensão mais realista em relação ao caráter do capitalismo brasileiro e sobre sua condição de associação subordinada ao imperialismo, ao enfatizar a inserção do Brasil no quadro do reordenamento da economia mundial. O Manifesto explicita as alterações das formas de exploração imperialista ressaltando que as empresas monopolistas passam a atuar no exterior em busca de custos de produção mais baixos e, ao mesmo tempo controla o mercado interno, o que propiciou um desenvolvimento capitalista subordinado aos interesses dos monopólios internacionais.¹⁴

Essa nova formulação elaborada pelo PCB, no plano analítico, aproximava-se da reflexão leninista — *ainda que intuitivamente* —, que entendia a realização da revolução democrática e a revolução socialista inseridas em um mesmo processo, ou, no dizer de Lenin, uma estaria condicionando a outra. Desse modo, a linha política do Manifesto de Agosto privilegia a centralidade operária na construção da democracia e na ruptura com as formas institucionais da autocracia burguesa e do prussianismo-colonial, mediante a priorização da luta de massas como instrumento para a conquista do poder. Essa perspectiva, que apontava para uma interpretação *particularizada* da realidade histórico-social do Brasil, tinha em si, *potencialmente*, a possibilidade de superação da formulação genérica de construção da “etapa” da revolução democrático-burguesa precedendo a proletária. *É nesse sentido que essa formulação aproximava-se da realizada por Lenin*, quando analisava as tarefas do proletariado russo na revolução democrática. No entender de Lenin, a realização da revolução democrática, num país de capitalismo tardio e de tradição autocrática, estaria a cargo do proletariado e de seus aliados, os camponeses e parte da pequena burguesia.¹⁵ Dentro dessas diretrizes, o Manifesto de Agosto enfatizava a idéia de que a democracia deveria ser realizada sob comando do proletariado e de seus aliados, por meio da Frente Democrática de Libertação Nacional, com a construção de organizações políticas sob controle das massas.¹⁶

A despeito dos equívocos efetuados pelo PCB nesse período — na maioria das vezes produto de alto grau de sectarismo na aplicação de sua política —, podemos dizer que o partido chegou a praticar, até mesmo no que se refere ao aspecto central do confronto com a autocracia burguesa, uma oposição que era travada na *base material da sociedade*, isto é, a disputa pela hegemonia do movimento operário consubstanciava-se na luta pela organização sindical independente do proletariado, na tentativa de se construir de um sindicalismo descolado do Estado, buscando a consolidação dos Centros Operários como sindicatos autônomos. Posteriormente, em julho de 1952, o partido determina a dissolução dos Centros Operários e a volta dos comunistas aos sindicatos oficiais. Como lembra Gorender, o trabalho dos comunistas vinculado aos sindicatos e às atividades nas fábricas possibilitou ao PCB assumir a liderança de inúmeras greves e manifestações populares contra a

carestia. Também sob essa orientação, o PCB estará à frente da campanha pela nacionalização do petróleo e em lutas de trabalhadores rurais, como em Porecatu, no Paraná, e em Formoso e Trombas, em Goiás.¹⁷

Obviamente, não estava nos planos dos comunistas a tomada imediata do poder. O que constitui o aspecto fundamental do Manifesto é, sem dúvida, a tentativa de lançar as bases de uma plataforma que acumulasse politicamente e que criasse as condições para a construção de um governo de transição, partindo do entendimento da necessidade de uma *democracia radicalizada e centrada no proletariado*. Nessa direção, a democracia pretendida deveria ir além do jogo institucional burguês. O Manifesto é claro nesse ponto, isto é, a democracia deveria estar sendo construída e realizada diretamente pelo povo, por meio de organismos populares, como os tribunais populares e núcleos organizados da Frente Democrática. Os pontos programáticos indicados para a Frente de Libertação Nacional apontam para uma plataforma de acúmulo que visava à construção de um bloco político de contraposição ao bloco hegemônico burguês, em que se destacam os seguintes tópicos: 1) governo democrático e popular-revolucionário emanado diretamente do povo; 2) confisco e nacionalização dos bancos e empresas estrangeiras e dos monopólios nacionais e internacionais; 3) nacionalização do subsolo, nacionalização do comércio interno e imposto progressivo sobre a renda; 4) ensino público e gratuito e estímulo às atividades científicas; 5) controle popular das forças armadas.¹⁸

Entretanto, na política do Manifesto também estavam presentes muitos elementos irrealistas e redutores da realidade. Em sua linha de aplicações mecânicas de concepções e de resoluções políticas, o PCB não conseguiu adequar os aspectos positivos de interpretação teórico-analítica, presentes em suas diretrizes, à necessária habilidade para flexibilizar à condução política de seu projeto, e, com isso, transformou a *tática* a ser construída pela Frente Democrática em ação *princípista* imediata realizada, aliás, com enorme grau de sectarismo, e que acabava tendo muito mais a função de “agitação e propaganda” que de elementos programáticos a serem desenvolvidos, por meio da articulação de um bloco político democrático e popular. De modo que a aplicação de uma política realizada sem as necessárias

mediações acabou por contribuir para o isolamento do PCB no que se refere ao conjunto das forças populares.

Apesar disso, não podemos absolutizar a responsabilidade pelo decréscimo de sua inserção social à política implementada pelo Manifesto.¹⁹ Três foram os elementos determinantes para a diminuição da presença do PCB na sociedade, notadamente no movimento sindical: o primeiro a ser ressaltado deve ser creditado à própria política de conciliação que o partido vinha desenvolvendo anteriormente, incluindo o incentivo à não-realização de greves, o que afastava os trabalhadores do partido. Também a existência do sindicalismo oficial contribuíra para a redução da implantação do PCB nos sindicatos. O segundo aspecto é, sem dúvida, o sectarismo e a política “principista”, implementada sem ajustes e elasticidade, principalmente, no movimento sindical. E, por último — considerado o aspecto mais relevante —, o maior responsável pela queda da influência do PCB na sociedade, particularmente no movimento sindical urbano, *foi a decretação de sua ilegalidade, pela autocracia burguesa, e a própria ação repressiva desencadeada pelo governo.* À ilegalidade do partido e à cassação de suas bancadas parlamentares seguiu-se violenta repressão aos comunistas, incluindo a destituição de dirigentes sindicais ligados ao PCB, além da proibição da imprensa oficial do partido. Aliada a essas medidas, e como resultado direto da Guerra Fria, a intensa propaganda anticomunista desencadeada pelos meios de comunicação, assim como pela Igreja Católica etc., contribuíram decisivamente para a retração do partido. Além disso, e o que foi o fator de maior importância, o partido não estava preparado para a clandestinidade, pois até então havia apostado na legalidade burguesa.

A viragem do PCB, proporcionada pelo Manifesto de Agosto, em que se apresentavam inúmeras possibilidades de reestruturação teórica e de superação de entendimentos superficiais da realidade brasileira, não foi seguida por uma reflexão de fundo por parte de seu núcleo dirigente, que pudesse consubstanciar essa nova linha, principalmente pela debilidade teórica presente no grupo diretivo. Não foram elaboradas análises sobre a questão agrária, na qual o partido continuava a ver a existência de relações *semifeudais* no campo. Também não foram elaborados

estudos sobre a base econômica da sociedade que permitissem aprofundar seu entendimento sobre a nova realidade, o grau de desenvolvimento do capitalismo e o novo proletariado que se formava. Não foram elaborados estudos sobre o caráter da política externa das grandes potências que emergiram da Segunda Guerra Mundial, assim como não houve preocupação em adaptar o programa político proposto a uma ação conseqüente, que fosse permeada por uma conduta realista de composições políticas no campo democrático e popular. Nesse contexto, o PCB continuou oscilando entre seu viés nacional-libertador e a necessidade de dar um passo adiante, em relação a seus referenciais analíticos. A falta de formulação teórico-política mais sofisticada sobre essas questões ligava-se diretamente à própria fragilidade do núcleo dirigente comunista.

Ao analisar a fisionomia intelectual do PCB, Gildo Brandão ressalta a permanente ausência de análises substanciais sobre a realidade brasileira, exceto as realizadas por Caio Prado Júnior²⁰, que de certa forma irá sistematizar e aprofundar algumas das análises enunciadas na linha política realizada pelo Manifesto de Agosto e certas reflexões elaboradas por Humbert-Droz (que o próprio Manifesto também absorve, ainda que perifericamente, como o problema da subordinação da burguesia “nacional” ao imperialismo), mas que, com a volta do partido à política de 1945, acabam influenciando não no PCB, e sim diretamente nos grupos de esquerda que optaram pela luta armada, nos anos 60.²¹

Caio Prado Júnior polemizou, dentro do PCB, com as teses que acabam por se estruturar como guia teórico permanente do partido. Prado Júnior já apontava os equívocos das interpretações teóricas do PCB em seu IV Congresso, fazendo uma profunda crítica do que chamou de “Teoria Consagrada” da Revolução Brasileira, demonstrando que a visão da existência de “relações feudais de produção” no campo era uma grosseira transposição mecanicista das realidades européias. Caio Prado Júnior não só deixava clara a origem capitalista do Brasil, desde a colonização, como também demonstrava a falácia da existência de uma burguesia “nacional” autônoma no Brasil e na América Latina como um todo. Nesse caso, essas teses aproximam-se das de Humbert-Droz. Mas a posição de Caio Prado

Júnior era isolada e acabaram prevalecendo as análises “consagradas” apoiadas pela maioria do Comitê Central. Obviamente os escritos pioneiros de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão, apesar de sua importância, principalmente este último, careciam de profundidade e sofisticação de análise, o que, aliás, é bastante compreensível em se tratando do momento histórico em que suas obras foram escritas e das limitações encontradas no Brasil dos anos 20 e 30. De modo que a linha política esboçada no Manifesto de Agosto terminava por esbarrar em grandes dificuldades, principalmente para desenvolver teoricamente esse desenho analítico *particularizador*, que estava intuitivamente presente nas formulações do PCB. Essas dificuldades eram de várias ordens. A principal, como nos referimos, era a ausência de uma sistematização teórica, o que se refletia diretamente na própria estrutura da conformação do núcleo dirigente do partido. Martins Rodrigues, ao analisar a estruturação do núcleo dirigente do PCB, acentua o constante *turnover* na direção partidária, como reflexo das diversas viragens que o PCB sofreu ao longo de sua história.²² Vimos que o núcleo histórico que conformou uma linha original, na primeira fase do partido, foi totalmente alijado do Comitê Central com a intervenção direta da IC, no período da bolchevização — que resultou no afastamento do PCB de Astrojildo Pereira e Octávio Brandão —, interrompendo as originais reflexões sobre a realidade brasileira, assim como a linha política que vinha sendo desenvolvida por aquele grupo dirigente, mesmo que se tenha em conta suas enormes debilidades no plano teórico-analítico. Como já observamos, após a desestruturação do *núcleo dirigente histórico*, poucas foram as elaborações teórico-analíticas do partido não calcadas em reproduções das fórmulas do Komintern.

Além do mais — e nisso estamos inteiramente de acordo com Martins Rodrigues —, um dos grandes problemas do PCB foi a composição social dos quadros dirigentes, em sua maioria oriundos da pequena burguesia.²³ Não que a maior presença de operários ou camponeses em organismos diretivos do partido evitasse os “erros de condução” ou os reducionismos analítico-políticos cometidos — isso seria incorrer numa visão extremamente simplista. Mas esse aspecto é de importância complexiva para que possamos explicar a rota política que seguiu o PCB. Os estratos médios componentes da direção partidária, em geral, eram provenientes de famílias

de profissionais liberais, de militares ou de tradicionais famílias oligárquicas brasileiras, quase sempre arruinadas.²⁴ Via de regra, educados num meio cultural que tanto caracterizou o Brasil, ou seja, além da influência da permanente ausência de tradição democrático-institucional, determinada por formação social de caráter prussiano-colonial, esses dirigentes acabaram sendo reflexo da *determinação social objetiva* que em *seu-ser-precisamente-assim* propiciou também a constante ausência dos membros das classes subalternas nos organismos dirigentes do partido. De certo modo, e ironicamente, o PCB pagou o preço imposto por uma forma de sociabilidade que ele, ao longo de sua história, buscou alterar, procurando construir formas alternativas de hegemonia. Num tipo de sociabilidade de extração prussiano-colonial, como bem acentua Coutinho, a forte presença de aparatos pertencentes à sociedade política emperram o fortalecimento da sociedade civil em geral²⁵ e, *fundamentalmente dos segmentos subalternos, que compõem a maioria desta mesma sociedade civil.*

Um outro elemento constitutivo da forma de sociabilidade nacional foi a marcante presença do pensamento positivista na cultura do Brasil republicano, que será a tônica da formação intelectual brasileira e, como ressaltou Zaidan, será um aspecto atuante na mentalidade dirigente do Partido Comunista, mesmo se levando em conta a preocupação de Gildo Brandão em demonstrar a influência decisiva da absorção do marxismo de viés soviético nas elaborações comunistas.²⁵ Pensamos que ocorre exatamente a junção desses dois elementos, um atuando sobre o outro, isto é, a predominância de uma razão positivista na *intelligentsia* brasileira aliada à visão de um marxismo permeado, também ele, por cores positivistas e esvaziado de sua dialeticidade, pela tendência marcante de abolir as mediações e, como diria Lukács, pela instituição da conexão imediata entre os fatos crus e as posições teóricas mais gerais.²⁶

Nesse sentido, a ausência de continuidade no núcleo dirigente, a forte presença de um marxismo vulgarizado e absorvido inicialmente por intermédio do Komintern e, posteriormente, pelo viés stalinista que irá agregar-se ao tenentismo — no qual também estavam disseminados os conceitos positivistas e os vícios *putebistas* —, aliado à marcante presença de uma pequena burguesia intelectualizada,

impregnada por uma razão pragmático-positiva, nos permitem alcançar os nexos explicativos da debilidade das formulações teóricas do PCB, assim como as oscilações — ora à direita, ora à esquerda — de suas diretrizes políticas.

Objetivamente, a falta de continuidade na construção da política, produto do constante *turnover* e da debilidade de seus quadros dirigentes, acabou levando o partido não somente a praticar uma política oscilatória, como — o que constitui o aspecto mais problemático — a aplicar mecanicamente as diretrizes políticas estruturadas pelo Komintern.²⁷ Nesse sentido, as próprias oscilações e descontinuidades de sua linha terminavam, em última instância, reproduzindo as alterações da política externa do PCUS, e conseqüentemente da URSS, assim como do próprio MCI. Essa debilidade e descontinuidade em sua formulação política determinará também a nova viragem “à direita”, já a partir de 1954. Assim, o PCB irá retomar a política que havia sido realizada no período da legalidade de 1945, quando novamente busca se transformar num partido *institucional de esquerda*, seguindo direcionamentos externos — a teoria da coexistência pacífica da URSS. Muitos foram os aspectos que contribuíram para a volta à fase reformista dos anos 40, e que, de certo modo, só não permitiram que o PCB se aprofundasse na direção de se tornar um partido comunista institucionalizado moldes reformistas europeus ocidentais (como o PCI ou o PCF) em função dos acontecimentos políticos que culminaram no golpe de Estado militar-bonapartista de abril de 1964.

A retomada da linha política do terceiro período inicia-se no IV Congresso do PCB, realizado em novembro de 1954. Ainda ambíguo, em relação ao Manifesto de Agosto, o PCB começa a se distanciar de sua linha esquerdizante. Ressaltemos que no âmbito internacional, apesar da vigência de intensa disputa entre os EUA e a URSS, o MCI estava implementando uma política de colaboração com os governos burgueses, principalmente na Europa ocidental, após o término da guerra.²⁸ No plano interno, o Brasil vivia a crise desencadeada pelo suicídio de Vargas, o que obriga o PCB a rever sua linha de confronto com os trabalhistas, ampliando o espectro das alianças políticas, e já alterando os fundamentos do programa estabelecido pelo Manifesto de Agosto.²⁹ De qualquer modo, as

divergências se agravam dentro do Comitê Central do partido, a ponto de o IV Congresso ser realizado dentro de métodos de exclusão de seus membros, incluindo os delegados que não haviam sido eleitos em conferências preparatórias, mas sim indicados por organismos vinculados ao Comitê Central.³⁰ Mas o impacto maior e que incidirá diretamente na reconfiguração do núcleo dirigente será o resultante do XX Congresso do PCUS e do relatório Krushev. De fato, o relatório Krushev somente fez acelerar as alterações que vinham ocorrendo na URSS, e, conseqüentemente, no próprio MCI, inaugurando, como bem acentua Netto, a crise do marxismo-leninismo oficial, que culminaria na derrocada global do campo socialista.³¹

1958/1960: o retorno ao reformismo

- As origens da nova teoria consagrada

A crise do PCB será de profunda intensidade, como irão demonstrar as diversas divisões internas que se efetivarão, após o IV Congresso. Constituiu-se na *particularidade brasileira* de uma crise geral do movimento comunista, inaugurada com a desarticulação do Komintern, mas objetivamente determinada pela falência da perspectiva de uma revolução socialista na Europa a curto e médio prazo. Era a adaptação brasileira às resoluções feitas no Kominform sobre a nova política soviética. Mais do que isso, também era a inauguração do quarto período do partido, que produziu um núcleo dirigente coeso — sujeito a defecções, mas sem alteração da continuidade de suas formulações teórico-políticas —, conformando um *grupo dirigente tardio* no PCB. Com isso, queremos dizer que ao longo de 26 anos (após a destituição de Pereira e de Brandão, o primeiro *núcleo dirigente histórico*), o PCB não havia conseguido construir um núcleo diretivo perene, que realizasse uma ação política de continuidade, acumulação e de centralidade teórica. A partir da Conferência da Mantiqueira, com a entrada de novos quadros nos organismos de direção do partido e, mais precisamente, no contexto da luta travada após 1954 — principalmente após a crise provocada pelo relatório Krushev —, conforma-se um

núcleo diretivo que irá dar sustentação à política desenvolvida pelo PCB até sua outra grave crise em 1992.

Nesse sentido, esse grupo diretivo coeso que será responsável pela “identidade” política do PCB constituirá, de fato, um *novo grupo histórico*, que se estruturará tardiamente, isto é, no período em que o MCI sofria suas mais profundas transformações e fragmentações, como a fratura iugoslava e, mais grave, a chinesa. Esse *grupo dirigente tardio* tem sua origem no núcleo que se constrói na luta interna, em torno do que Segatto chamou de “centro pragmático”, um dos três grupos que se estruturam nas fileiras do PCB (segundo esse autor, os outros dois eram compostos por “renovadores” e “conservadores”).³² O “centro pragmático” a princípio alia-se com os que resistiam às mudanças contra os renovadores, que tinham como maior expressão Agildo Barata, e posteriormente passa a combater o núcleo stalinista até sua exclusão do partido.³³

O decorrer da luta interna, que será travada na perspectiva da renovação partidária — tendo como pano de fundo as denúncias de Nikita Krushev sobre os crimes de Stalin —, mas que terá de fato como elemento central a nova política, acabará por reagrupar correntes internas nas quais militantes que antes estavam vinculados às tendências aglutinam-se no apoio ao núcleo que hegemonizará o partido e constituirá o *grupo dirigente tardio* que conseguirá atrair Prestes, com uma política conciliatória, o que, aliás, é uma prática constante e tradicional da lógica dos PCs em momentos de luta interna.³⁵

É importante que nos detenhamos um pouco mais nesse processo, porque dele sairá a linha mestra de ação política do PCB. O que é fundamental reter nessa análise é que, a partir da Declaração de Março de 1958, o PCB estará realizando plenamente uma linha política dentro da lógica delineada pelo próprio Kominform no escopo dos interesses da política externa da URSS, obviamente adaptada às circunstâncias da realidade e do momento histórico brasileiro. Apesar de manter o viés nacional-libertador — presente em todas as formulações do partido, desde as realizadas pioneiramente por Brandão e Pereira e que correspondiam à visão da revolução feita em “etapas” —, uma das características da Declaração é a

reestruturação da análise sobre o caráter do capitalismo brasileiro, considerado com condições de se desenvolver autonomamente.

Segundo a Declaração, o desenvolvimento das forças produtivas faz surgir no país uma burguesia “nacional e progressista”, em contradição com o imperialismo, além de aumentar o contingente do proletariado urbano e também rural. Assim, o Estado que emergiu após 1945 não se constituía mais como um Estado hegemônico por latifundiários e grandes capitalistas a serviço do imperialismo. Sob esse ponto de vista, o desenvolvimento do capitalismo constituía-se em um elemento progressista que havia permitido alterações expressivas na vida nacional, bem como possibilitaria a ampliação dos espaços democráticos da sociedade nacional. Portanto, no contexto da “etapa” democrático-burguesa da revolução brasileira, a nova contradição fundamental se dava entre a burguesia “nacional e progressista” e os segmentos tradicionalmente vinculados ao imperialismo norte-americano, que estariam constituindo os núcleos antidemocráticos do país.³⁶ Além do mais, privilegiava-se a ação legal, por meio da “via pacífica” para o socialismo, que passava a ser o elemento central da política dos comunistas. Portanto, a atuação do partido deveria ser realizada por meio da Frente Nacionalista, constituída por “patriotas da burguesia nacional”, da pequena burguesia e do proletariado urbano e rural.³⁷ Deslocava-se, assim, o fulcro da política do PCB, que deixava de privilegiar a base material da sociedade — a luta econômica politizada —, travada na disputa pela hegemonia do movimento sindical, para favorecer o campo das amplas alianças, subordina a luta do proletariado ao *politicismo de viés liberal* e institucionalista. Essa formulação do *grupo dirigente tardio* configurava-se nitidamente como *gradualista*, na medida em que a hegemonia do proletariado seria conseguida mediante graduais conquistas democráticas, que estariam sendo favorecidas pelo desenvolvimento econômico do país.³⁸

Na lógica da política externa soviética, e na própria concepção que se configura no pós-guerra, o mundo estava organizado em dois blocos de influência, o que correspondia à realidade. A grande preocupação de Stalin foi a de impedir que os EUA estruturassem uma aliança política na Europa que ameaçasse o Estado

soviético — o que *per si* era um entendimento mais que justo. O aspecto problemático dessa posição foi exatamente atrelar os PCs a essa política — o que não era nenhuma novidade, desde a hegemonização russa na IC —, fato que bloqueou o avanço das forças revolucionárias na Europa já no fim da guerra, como demonstraram, entre outras, a ação desmobilizadora do PC italiano e os trágicos acontecimentos da Grécia, que culminaram com o massacre dos comunistas gregos. Dentro dessa lógica, o mundo dividido em blocos seria, na realidade, um mundo regido por campos ideológicos, ou seja, um democrático e o outro imperialista, sendo o democrático liderado pela URSS, o que, em si, não deveria ser estranho ao MCI se não estivesse subordinado à lógica da política externa soviética. *Nessa ótica, diluía-se a luta de classes e a contradição entre socialismo e capitalismo.* E mais, apostava-se na possibilidade da realização da democracia dentro da ordem burguesa e desse modo, os partidos comunistas deveriam se constituir como força auxiliar de apoio à manutenção da ordem capitalista.³⁹ Após a dissolução do Kominform (1956), a gravitação dos PCs em torno da URSS será realizada sem as intermediações de um organismo político de ação internacional dos comunistas, o que irá apenas concluir um melancólico processo, iniciado com a hegemonização do grupo stalinista na IC, que em última instância acaba transformando a maioria dos partidos comunistas em instrumentos auxiliares da política externa soviética de “coexistência pacífica”. Na América Latina, aplica-se uma política de sustentação aos governos burgueses considerados “progressistas” e democráticos — Juscelino Kubitschek no Brasil e Arturo Frondizi na Argentina, etc. —, cujo fundamento teórico, como acentua Löwy, é a Declaração de Março de 1958.⁴⁰ Assim, a Declaração de Março — ao expressar esta subordinação — *realiza no plano interno o que no plano externo constituía a estratégia soviética*, ou seja, executava uma política de conciliação de classes que defendia uma democracia “genérica” dentro da ordem capitalista e também sua burguesia “progressista”, vista como “defensora da paz e do progresso” nacional.

Traçando o caminho reformista da chamada “via pacífica” para o socialismo, a Declaração de Março de 1958, além de ser o instrumento justificador para a aliança com a “burguesia nacional”, revela a modificação das análises interpretativas sobre a realidade brasileira, que o *grupo dirigente tardio* acaba

incorporando dos “reformadores” na tentativa de responder à necessária revisão de suas formulações plenas de dogmatismo e de aplicação mecânica da linha política do VII Congresso da IC. Essa nova formulação aparece claramente no documento escrito por Prestes, em 20 de março de 1958, no qual se explicita o conteúdo da linha política do PCB. Por um lado, esse “novo” direcionamento ressalta importantes elementos de autocritica na condução política, basicamente no que se refere à aplicação mecânica das formulações teóricas do MCI à realidade brasileira,⁴¹ além de ampliar o espectro teórico-referencial partidário, com a introdução “oficial” entre os comunistas brasileiros de autores marxistas considerados “heréticos”, como era o caso do filósofo húngaro Georg Lukács.⁴² Por outro lado, o partido confirmava e sofisticava a linha anterior, no que diz respeito à sua postura nacional-libertadora, enfatizando o papel “progressista” da “burguesia nacional” — e de setores capitalistas em “contradição” com o imperialismo norte-americano —, que deveria ser o ponto de apoio para a destruição de “resquícios feudais” no país.

Podemos perceber então que a tentativa de atualização do instrumental teórico utilizado pelo partido não permitiu a ruptura com sua raiz dogmática e de aplicação mecânica das velhas concepções forjadas pela IC. Ao contrário, *reafirmava em seu núcleo teórico mais negativo — o “etapismo” e a visão arquetípica da realidade nacional* —, que é elaborado a partir do V Congresso de um Komintern contaminado pelo marxismo necrosado do grupo de Stalin, que progressivamente vai transformando a tática de manutenção e defesa da URSS (que deveria servir de acúmulo político para a realização da revolução mundial) em estratégia dos interesses de uma burocracia *aparatinik*, que passa a hegemonizar o Estado soviético e o PCUS. A Declaração de Março será a expressão de um exaurido instrumental teórico, adequado a um *grupo dirigente tardio*, que materializava em sua concepção política a *via stalinista de socialismo*.

Esse instrumental teórico iniciado pela Declaração de Março será consubstanciado no V Congresso do PCB, realizado em setembro de 1960. O V Congresso ratificará as análises e conclusões contidas na Declaração de Março, que se constituiu no referencial teórico-político de suas resoluções — além do apoio à

candidatura do Marechal Lott à Presidência da República. O aspecto mais importante é a rejeição radical e a crítica reducionista às formulações contidas no Manifesto de Agosto, que, segundo as resoluções, eram baseadas no “esquerdismo sectário e inconsistente diante da realidade brasileira” e refletiam a condução stalinista do PCB.

No processo de preparação do Congresso fervilhavam divergências, não somente entre os organismos diretivos mas também entre as bases partidárias, tendo como expressão dos que se opunham à nova linha política João Amazonas, Maurício Grabois e Pedro Pomar, que seriam contraditados por Jacob Gorender, Mário Alves, Carlos Marighella e Moisés Vinhas.⁴³ Mais uma vez a viragem da diretriz política do PCB resultava num grande confronto interno, resultado da própria forma dogmática de sua estrutura organizativa e do sectarismo com que eram encaminhadas as discussões partidárias, que impediam seu aprofundamento ou análises críticas.⁴⁴ Sobre esse processo de luta interna, travada no bojo de uma recomposição do núcleo diretivo, que findou com a constituição do *grupo dirigente tardio* — cujo início se dá com o processo de reconstrução partidária, em 1943, e seu término, com a Declaração de Março e no V Congresso —, é necessário que nos detenhamos um pouco.

Como nos referimos anteriormente, todo o processo de revisão da linha político-teórica do PCB se realiza sem a ruptura estrutural com as formulações do Komintern e sem as “aprimorações” efetuadas pelo Kominform e pelos manuais soviéticos. A Declaração de Março juntamente com o V Congresso constituem a versão comunista brasileira da política implementada não somente pela URSS, mas por todos os PCs historicamente vinculados ao MCI. Isso significa que, em nenhum momento, a chamada “renovação” do PCB, realizada após 1958, rompeu com o aspecto estrutural do MCI. Nem poderia ser diferente, pois essa era a lógica imanente que configurava historicamente o movimento comunista e as renovações que se processavam internamente nos PCs.

A política de “coexistência pacífica” implementada por Kruschev, e que dará o tom para a política dos comunistas ocidentais, nada mais era do que o

desenvolvimento natural da velha política desenhada por Stalin elaborada com base em Ialta e Potsdan. Ainda que, no processo que se segue ao XX Congresso do PCUS, existissem indícios de críticas — e efetivamente existiam, até serem abortadas pela nova *nomenklatura* que sobe ao poder com o grupo liderado por Brezniev —, estas eram incipientes e rudimentares, e alguns dos que desejavam realizar a crítica do passado queriam, como ressaltou Lukács, apenas “pespegar etiquetas novas nas coisas velhas inalteradas”,⁴⁵ como a história acabou demonstrando. De modo que não podemos deixar de dizer que a “renovação” do PCB realizou-se como ajuste, retocamento e atualização das velhas e consagradas fórmulas construídas no período da hegemonia stalinista. Assim, sua contrapartida aparece também dentro desse escopo. Ou seja, a crítica realizada pelo grupo liderado pelos membros do Comitê Central do PCB que irão efetuar a ruptura com a política construída a partir de 1958-1960 situa-se, *rigorosamente*, no mesmo campo ou, melhor dizendo, no plano dos que não se propuseram nem mesmo a “remarcar as etiquetas velhas” e, após o insucesso da tentativa de serem reconhecidos por Moscou, acabaram voltando-se para a China como o novo “farol do mundo” e para Mao Tse-tung como o novo “timoneiro” do proletariado.⁴⁶ Não há, na crítica ao reformismo efetuada pelos dissidentes do CC, nenhuma reavaliação das teorias elaboradas pelo Komintern, nem sequer da revolução em “etapas”, que, ao contrário, é reafirmada.⁴⁷ Estes velhos e experientes dirigentes, como João Amazonas, Pedro Pomar e Maurício Grabois, que acabam expulsos do PCB — sob a acusação de ter articulado uma fração interna, que se contrapunha à maioria do CC, tendo como bandeira política imediata a luta contra a mudança do nome de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro —, organizam a Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, em fevereiro de 1962, consumando a primeira divisão importante nas fileiras do PCB. O PCdoB, como será conhecida esta nova organização comunista, assumirá as resoluções do IV Congresso e algumas das formulações do Manifesto de Agosto de 1950.⁴⁸

Concluído esse processo traumático de divisão interna, sumariamente descrito, o PCB consolidará sua ação política alicerçado nas formulações elaboradas em 1958 e 1960, e que constituirão o fundamento político do PCB em seu apoio ao

governo João Goulart, acreditando na possibilidade de conseguir um grande avanço rumo ao desenvolvimento autônomo do capitalismo nacional e da democracia, que permitiria a criação de condições favoráveis para combater o imperialismo e preparar a etapa seguinte: a tomada do poder pela classe operária. No entanto, podemos dizer que tanto o PCB como Goulart estavam em descompasso com o real projeto burguês. A burguesia brasileira não estava perseguindo uma via autônoma de desenvolvimento capitalista, mas, ao contrário, queria criar as condições para um desenvolvimento associado com o imperialismo, e foi justamente essa proposta que determinou o combate a Jango e aos comunistas por parte da própria burguesia “nacional”, expresso por meio do golpe militar de 1º de abril de 1964. Assim, o PCB acabou sendo derrotado por sua própria linha teórico-política, na medida em que se preparou para viver uma disputa pelo poder no terreno institucional-burguês, apostando na legalidade burguesa e desconsiderando a história de uma burguesia permanentemente golpista e reacionária, de viés bonapartista, como é a burguesia brasileira.

NOTAS

¹ Ver Chilcote, op. cit., p. 89. Também é eleito um novo Comitê Central. Na secretaria geral, é indicado, *in absentia* (porque ainda encontrava-se preso) Luís Carlos Prestes. Os outros membros eram: Francisco Gomes, Júlio Cesar, Sérgio Holmos, Lindolfo Hill, Diógenes Arruda Câmara, Maurício Grabois, Pedro Pomar, Amarílio Vasconcelos, Dinarco Reis, José Militão, Armênio Guedes, José Medina Azevedo, Milton Cayres de Brito, Ivan Ribeiro, Leivas Otero, Celso Cabral, João Amazonas e Álvaro Ventura. Cf. Vinhas, op. cit., p. 75.

² “A Configuração da *legalidade burguesa* e não da democracia plena está no fato de que a própria ‘redemocratização’ não rompe com a *autocracia burguesa*. Articulada pela habilidade histórica dos políticos burgueses, a ‘redemocratização’ realizou-se ‘pelo alto’, cooptando os setores populares, que se organizavam em grupos políticos incipientes. Uma vez estruturada a transição e a legitimação desse processo, novamente as organizações populares seriam postas à margem, como ocorreu com a cassação do PCB e de sua bancada. O mais revelador dessa legalidade burguesa está na manutenção das formas de controle sindicais que permaneceram ao sabor dos mecanismos de repressão e da CLT [...] Em realidade, essa legalidade burguesa nada mais é do que o próprio liberalismo amputado e às avessas, com origem na sociedade colonial, lógica e historicamente reelaborado, sem, no entanto, perder o ranço autocrático, típico de uma burguesia débil que nasceu, cresceu e se multiplicou na esteira da contra-revolução permanente.” Antonio Carlos Mazzeo, *Burguesia e Capitalismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1995. p. 38 (grifos nossos).

³ Senador: Luís Carlos Prestes. Deputados: Abílio Fernandes (RS), Alcides Sabença (RJ), Agostinho Dias (PE), Alcedo Coutinho (PE), Batista Neto (DF), Carlos Marighella (BA), Cláudio José da Silva (RJ), João Amazonas (DF), José Maria Crispin (SP), Jorge Amado (SP), Gregório Bezerra (PE), Maurício Grabois (DF), Osvaldo Pacheco (SP) e Mário Scott (SP). Este último renuncia a seu mandato em benefício do primeiro suplente, Milton Cayres de Brito, por determinação do CC.

⁴ Ver M. Löwy, *Le Marxisme en Amérique Latine*, op. cit., p. 37 e segs. No Brasil, o browderismo evidenciou-se no dirigente Fernando de Lacerda, durante muito tempo dogmático e implacável inimigo dos intelectuais do partido, sendo um dos responsáveis pela destituição de Astrojildo Pereira da secretaria geral do partido e um dos intelectuais do antintelectualismo do PCB. Posteriormente, Lacerda passará a defender a diluição do PCB numa frente ampla e democrática. Ver Vinhas, op. cit., e Del Roio, op. cit.

⁵ Como podemos verificar na atuação do Partido Comunista Italiano, que, sob comando de Palmiro Togliatti, ajudou a desmontar os exércitos guerrilheiros do Norte da Itália, que controlavam os municípios das principais cidades da região, obrigando-os a entregar suas armas ao exército americano, devolvendo as terras confiscadas pelos camponeses aos latifundiários e as fábricas — controladas pelos operários — aos seus antigos donos. A disposição de colaborar no pós-guerra dentro da ordem burguesa fica explícita nas palavras de Togliatti: “Não nos orientamos para uma solução catastrófica e pensamos que seria um delito estarmos orientados hoje nesse sentido. Estamos, ao contrário, orientados para soluções construtivas, seja no campo político, seja no campo econômico. Esta nossa posição corresponde ao fato que, no atual desenvolvimento da luta política na Itália, nos posicionamos e continuamos no terreno da organização de um regime democrático”. Apud Giorgio Galli, *Storia del PCI - Il Partito Comunista Italiano: Livorno 1921 - Rimini 1991*. Milão, Kaos, 1993. p. 166. Ver também Claudin, op. cit., v. II. Ver também Paolo Spriano, *Storia del Partito Comunista Italiano - La Resistenza. Togliatti e il Partito Nuovo*, L'Unità/Einaudi. Turim, 1975. v. 8, Parte Seconda, p. 386 e segs.

⁶ Ver Luis Carlos Prestes, *União Nacional para a Democracia e o Progresso*. Rio de Janeiro, Ed. Vitória, 1945, p. 26, e também, Eliezer Pacheco, *O Partido Comunista Brasileiro*. São Paulo, Alfa-Ômega, 1984. p. 188.

⁷ Cf. *Informe Político à III Conferência Nacional do PCB*, julho de 1946. Apud Chilcote, op. cit., p. 98-99.

⁸ Como define Chasin: “A autonomização do político e sua conseqüente hiperacentuação é, de fato, seu esvaziamento numa entidade abstrata, a perda de sua concretude, e decorrentemente de sua potência e eficácia. De todo modo, a *politicização* da totalidade pelo discurso é pelo menos um grosseiro gesto simplificador que, no mínimo, desconhece, desrespeita e/ou elimina a qualidade própria das *demais componentes* que integram a totalidade”. José Chasin, ‘A Politicização’ da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico”. In: *Temas de Ciências Humanas*. n. 2, São Paulo, Grijalbo, 1977, p. 147 (grifos do autor).

⁹ Cf. resoluções aprovadas na III Conferência Nacional do PCB, em 15 de julho de 1946, em Carone, op. cit., p. 68.

¹⁰ Na primeira reunião de constituição do Kominform, os comunistas iugoslavos fazem uma crítica áspera aos partidos comunistas da Itália e da França. Como ressalta Claudin, a crítica dos comunistas iugoslavos partia da sincera intenção de apontar a falta de empenho por parte dos franceses e principalmente dos italianos em realizar a revolução,

dentro de condições extremamente favoráveis. Mas os soviéticos acabam realizando uma censura do ponto de vista de um espectro pragmático, isto é, o fato de os comunistas franceses e italianos não terem conseguido impedir que seus respectivos países ficassem de fora de um bloco ocidental anti-soviético, articulado e hegemônico pelos Estados Unidos. Ver Claudin, op. cit., v. II, p. 438 e segs.

¹¹ “Manifesto de Janeiro de 1948”. In: Carone, *O PCB*, op. cit., p. 73.

¹² “É certo que com os golpes cada vez mais sérios contra a democracia, o perigo fascista que jamais deixou de estar presente, já que não foram destruídas e nem mesmo de leve golpeadas suas raízes objetivas, torna-se hoje particularmente agudo no país.” Idem, p. 78.

¹³ Como vemos no documento do PCB: “Isto significa que só o proletariado sob a direção de seu partido de vanguarda pode efetivamente dirigir e realizar o bloco nacional-revolucionário capaz de resolver os dois grandes problemas da revolução brasileira, através da instauração no país de um governo constituído em sua primeira etapa pela aliança de todas aquelas classes e camadas revolucionárias, além dos elementos antiimperialistas que sempre ainda existem na burguesia nacional, especialmente suas camadas médias e progressistas”. “Informe Político de maio de 1949”. In: Carone, op. cit., v. II, p. 101.

¹⁴ “As posições-chave da economia do país são dominadas pelos monopólios anglo-americanos, o comércio de nossos principais produtos de exportação está sob controle de firmas norte-americanas, a indústria nacional, quando já não pertence aos monopólios ianques, está sob a constante ameaça de total aniquilamento e no próprio comércio interno avança o controle dos grandes consórcios e monopólios americanos”. “Manifesto de Agosto”. In: Vinhas, op. cit., p. 142.

¹⁵ Discorrendo sobre o caráter da revolução burguesa na Rússia, Lenin enfatiza: “Devemos formar uma idéia exata das forças sociais reais que se confrontam com o tzarismo (que é uma força real e tangível para todos) e que são capazes de obter uma ‘vitória decisiva’ sobre o mesmo. Estas forças não podem ser a grande burguesia, os latifundiários, os fabricantes, a ‘sociedade’ que segue os adeptos de *Osvobzhdenie*. Vemos que eles nem sequer desejam uma vitória decisiva. Sabemos que são incapazes, por sua posição de classe, de desenvolver uma luta decisiva contra o tzarismo: para ir à luta decisiva, a propriedade privada, o capital, a terra, são um lastro demasiado pesado. Possuem demasiada necessidade do tzarismo, com suas forças policiais, burocráticas e militares, que utilizam contra o proletariado e os camponeses, para que possam desejar sua destruição. Não, a força capaz de obter a ‘vitória decisiva sobre o tzarismo’ só pode ser

o povo, isto é, o proletariado e os camponeses, se tomamos as forças grandes e fundamentais e distribuímos entre elas a pequena burguesia rural e urbana (assim mesmo parte do 'povo'). 'A vitória decisiva da revolução sobre o tzarismo é a ditadura revolucionária democrática do proletariado e do campesinato'". V. I. Lênin, "Dos Tacticas de la Socialdemocracia en la Revolución Democrática". In: *Obras Completas*, op. cit., t. IX, p. 51.

¹⁶ Como acentua o Manifesto: "Para realizar esta tarefa histórica, saibamos organizar e unir nossas forças em ampla Frente Democrática de Libertação Nacional, organização de luta e de ação em defesa do povo, com raízes nas fábricas e nas fazendas, nas escolas e repartições públicas, nos quartéis e nos navios, em todos os locais de trabalho, enfim, nos bairros das grandes cidades e nas aldeias e povoados". "Manifesto de Agosto de 1950". In: Vinhas, op. cit., p. 152.

¹⁷ Cf. Jacob Gorender, *Combate nas Trevas - A Esquerda Brasileira: Das Ilusões Perdidas à Luta Armada*. 2. ed. São Paulo, Ática, 1987. p. 22-23. Ver também, Paulo R. R. da Cunha, *Aconteceu Longe Demais - a Luta pela Terra dos Posseiros de Formoso e Trombas e a Política Revolucionária do PCB, no Período 1950-1964*. Dissertação de Mestrado, São Paulo, PUC, 1994, mimeogr.

¹⁸ Gorender, op.cit., p. 153-154.

¹⁹ Visão generalizada entre os estudiosos desse período do PCB, notadamente Vinhas, op. cit., e as análises oficiais e "oficiosas" do partido — principalmente os documentos de autocritica escritos após 1954.

²⁰ Ver Gildo M. Brandão, "Sobre a Fisionomia Intelectual do Partido Comunista". Revista *Lua Nova*, São Paulo, Cedec, 1988, n. 15, p. 140 e segs.

²¹ Ver *A Revolução Brasileira*, op. cit.. Não podemos deixar de mencionar, no entanto, os textos de Nelson Werneck Sodré, que foram, sem dúvida, as mais criativas e originais adaptações analíticas das teorias desenvolvidas pela IC, principalmente na questão do entendimento "etapista", mas que não saíram do campo definido e teoricamente estruturado pelo Komintern, e que se constituíram no referencial analítico do PCB. Ver o clássico e importante livro *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1964.

²² Leôncio Martins Rodrigues, "O PCB: Os Dirigentes e a Organização". In: Boris Fausto (Org.) *O Brasil Republicano*. São Paulo, Difel, 1981. v. III, p. 262 e segs.

²³ "Os dados disponíveis indicam uma proporção elevada de membros das classes baixas entre os militantes do PC embora os principais dirigentes fossem geralmente 'intelectuais'.

A partir de 1930, aumentou ainda mais a influência dos membros das classes médias nos organismos de direção do PCB. Essa influência ‘pequeno-burguesa’ tem sido ressaltada inclusive pelos dirigentes comunistas”. Op. cit., p. 384.

²⁴ Idem, p. 385.

²⁵ Ver Carlos Nelson Coutinho, *Cultura e Sociedade no Brasil*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990, p. 33 passim.

²⁶ Ver Michel Zaidan, *Na Busca das Origens de um Marxismo Nacional (PCB: 1922-1929)*. São Paulo, Global, 1985. p. 20, e Brandão, op. cit., p. 144.

²⁷ Ver G. Lukács, “Carta sobre o Stalinismo”. *Revista Temas de Ciências Humanas*, São Paulo, n. 1, 1977, p. 6.

²⁸ Fazendo uma análise comparativa, o PCI será um partido que, em sua fase inicial, sofrerá — como todos os PCs — uma grande influência do Komintern, inclusive de suas oscilações políticas. No entanto, esta organização conseguirá manter a presença constante de um núcleo dirigente que estará desenvolvendo uma linha política, com certa continuidade, a partir da manutenção de um centro ativo, ainda que se verifiquem cisões em seu CC e em sua Comissão Política, como foi o caso da expulsão de Angelo Tasca e do grupo dos “três” — Leonetti, Tresso e Ravazzoli — e, posteriormente, de Bordiga, em 1930. No entanto, a partir de uma unidade teórico-política desenhada por Gramsci e de uma unidade organizativa efetuada por Togliatti (junto com Grieco e, posteriormente, Longo, que por algum tempo havia sido o responsável pela juventude comunista), que conformará o núcleo dirigente histórico, o PCI desenvolverá uma ação política no contexto do que chamaram de “continuidade dentro de descontinuidades”, que será responsável pelo “partido novo” que irá emergir no pós-guerra. Ver Ragonieri, op. cit.; Galli, op. cit.; Spriano, op. cit., v. 7 - *Parte Prima*; e Renzo Martinelli, “Il Gruppo Dirigente Nazionale 1921/1943”. In: M. Ilardi e A. Accornero (Org.), *Il Partito Comunista Italiano: Struttura e Storia dell’Organizzazione*. Milão, Fondazione Giangiacomo Feltrinelli, 1982.

²⁹ Como lembra Mandel “[...] a viragem à direita dos partidos comunistas da Europa ocidental de nenhum modo indis põe o Kremlin. Essa viragem inscreve-se na política de ‘coexistência pacífica’ e de ‘desanuviamen to’, isto é, do congelamento na Europa das respectivas esferas de influência do capital mundial e da burocracia soviética tais como foram estabelecidas em Yalta e Potsdam”. Ernest Mandel, *Crítica do Euro-Comunismo*. Lisboa, Ed. Antídoto, 1978. p. 49.

³⁰ O informe de Balanço do Comitê Central para o IV Congresso do Partido é bastante esclarecedor sobre as alterações na linha programática: “No que concerne às relações com a burguesia nacional, o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular, o desenvolvimento da indústria nacional”. In: Edgard Carone, op. cit., v. 2, p. 32.

³¹ Como lembra J. A. Segatto, baseando-se no depoimento de Leôncio Basbaum: “O IV Congresso do PCB teve a sua preparação e realização problematizadas por procedimentos pouco democráticos. A indicação de delegados foi manipulada pela direção, não havendo praticamente discussões sobre as teses. Os delegados não foram eleitos pelas bases mas escolhidos a dedo pelos dirigentes do Comitê Nacional [secretaria do CC] entre seus amigos de mais confiança [...] os delegados foram instruídos para não criar embaraços, fazer alguns discursos sobre o ‘marxismo criador’ e aprová-lo sem mais delongas”. *Breve História do PCB*, São Paulo, LECH, 1981, p. 70.

³² Ver José Paulo Netto, *Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal*. São Paulo, Cortez, 1993. p. 28.

³³ Ver J. A. Segatto, *Reforma e Revolução: as Vicissitudes do PCB, 1954-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995. p. 63 e segs.

³⁴ Os renovadores tinham suas bases na juventude comunista e na intelectualidade que atuava nos órgãos da imprensa partidária. O grupo que se opunha às mudanças era composto, entre outros, por Prestes, João Amazonas, Maurício Grabois, Marighella. O “centro pragmático” tinha como expressão Giocondo Dias, Mário Alves, Jacob Gorender. Cf. Segatto, op. cit., p. 63-64.

³⁵ “Com uma política conciliatória e com a incorporação de Prestes, mais adiante, com seu prestígio, atrairá parte da corrente renovadora (Roberto Morena, Francisco Gomez, Zuleika Alambert, Armênio Guedes e Horácio Macedo e muitos outros) e, por outro lado, boa parte da corrente conservadora (Marighella, Luiz Teles, Orlando Bonfim Júnior, Apolônio de Carvalho e grande número de dirigentes nacionais, regionais e de base), tornando-se majoritária. Vitoriosa na luta interna, absorve as teses fundamentais dos renovadores (que antes haviam criticado impiedosamente), mas conservando e adaptando-as aos elementos, noções e princípios da doutrina marxista-leninista”. Idem, p. 65.

³⁶ Ver “Declaração Sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro, março de 1958” [Declaração de Março]. In: *PCB: Vinte Anos de Política - Documentos*. São Paulo, LECH, 1980. p. 3.

³⁷ “Buscando formar amplas coligações eleitorais, que levem à vitória os nacionalistas e os democratas, é necessário ter em vista a composição de classe mais ou menos heterogênea dos partidos políticos brasileiros, sem, entretanto, estabelecer identidade entre eles. Os comunistas apoiam os elementos nacionalistas e democratas que existem em todos os Partidos.” *Idem*, p. 25.

³⁸ Como destaca Segatto sobre a Declaração: “Apesar da burguesia ser uma força revolucionária inconseqüente, vacilante, conciliadora e temerosa da ação independente das massas, os comunistas não ‘condicionam’ sua participação na frente única a uma prévia direção do movimento. A conquista da hegemonia do proletariado seria um processo de luta árdua e paulatina”. *Reforma e Revolução*, *op. cit.*, p. 81.

³⁹ A respeito do informe dado por Zhdanov, na Conferência dos nove Partidos Comunistas, que preparou a instalação do Kominform, lembra Claudin: “Nem no informe de Zhdanov nem na Declaração dos nove se diz uma palavra sobre a luta pelo socialismo nos países do Capital — sequer como uma perspectiva remota com alguma ligação com os objetivos imediatos. Omissão desse tipo não pode ser tomada como casual, tendo-se em conta que era a primeira definição da estratégia mundial do movimento comunista depois da dissolução da IC.[...] As duas ações revolucionárias de maior envergadura que estavam em curso no instante da fundação do Centro de Informações dos Partidos Comunistas [Kominform] e que encerravam uma promessa mais imediata de desembocar numa revolução socialista — a guerra civil chinesa e a insurreição grega — são totalmente silenciadas. O seu significado não é analisado, sua luta não é apresentada como exemplo para outros povos e não se convocam os partidos comunistas e as forças democráticas mundiais para auxiliar os combatentes chineses e gregos. Um silêncio tão mais eloqüente quando se recorda que nestas duas batalhas as armas e os recursos americanos estavam diretamente envolvidos”. *Op. cit.*, v. II, p. 497.

⁴⁰ Nesse sentido, ressalta Löwy: “O fundamento teórico dessa política é resumido pela declaração do PC brasileiro, de março de 1958, na qual afirma que a contradição entre o proletariado e a burguesia ‘não mais exige uma solução radical, na etapa atual. Nas presentes condições do país, o desenvolvimento capitalista corresponde aos interesses do proletariado e de todo o povo [...] O proletariado e a burguesia aliam-se em torno de objetivos comuns de luta por um desenvolvimento independente e progressista contra o imperialismo norte-americano’”. *Op. cit.*, p. 48.

⁴¹ “[...] transformamos os ensinamentos do marxismo-leninismo em dogmas abstratos, em fórmulas gerais, uniformemente aplicáveis a todos os países, sem exame das particularidades concretas de seu desenvolvimento histórico. Por outro lado,

menosprezamos o estudo da realidade brasileira, perdemos de vista o movimento real, os processos que estavam em curso na vida econômica e política do país [...] Não víamos que a burguesia interessada no desenvolvimento independente da economia nacional ganhava força não só nos partidos políticos e no parlamento como no próprio governo. Com a participação destes setores da burguesia no Poder do Estado, mudava parcialmente o seu caráter, bem como, em particular, do governo. [...] Objetivamente, acumulavam-se os fatores que levam à formação de uma frente única contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos, frente única que pode e deve abranger o proletariado, os camponeses, a pequena burguesia urbana, a burguesia, os latifundiários que tem contradições com o imperialismo norte-americano e os capitalistas ligados a grupos imperialistas rivais dos monopólios norte-americanos. Nestas condições, o golpe principal do proletariado e de todas as forças progressistas do país deve-se dirigir contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos”. In: Carone, op. cit., v. II, p. 196-202.

⁴² Ver o artigo de Celso Frederico “A Presença de Lukács na Política Cultural do PCB e na Universidade”. In: J. Quartim de Moraes (Org.), *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, Edunicamp, 1995, v. II.

⁴³ Ver Vinhas, op. cit., p. 183.

⁴⁴ Sobre as formas de condução dos debates internos a respeito do Relatório Krushev e sobre o processo congressual, ver Vinhas, op. cit., Chilcote, op. cit., Gorender, op. cit.; e Segatto, op. cit.

⁴⁵ Lukács, *Carta sobre o Stalinismo*, op. cit., p. 17.

⁴⁶ “Em julho de 1963, um artigo de Maurício Grabois chamou o PCC de destacamento de vanguarda e força dirigente da revolução mundial. Mao Tse-tung recebeu de Grabois o reconhecimento de maior teórico vivo do movimento comunista internacional, colocado no nível hierárquico de Marx, Engels, Lenin e Stalin. O maoísmo ganhava difusão institucionalizada no Brasil e atuava como força aglutinadora contra o PCB”. Gorender, op. cit., p. 34.

⁴⁷ Ver Chilcote, p. 126-127; Daniel Aarão Reis Filho, *A Revolução Falta ao Encontro - Os Comunistas no Brasil*. São Paulo, Brasiliense, 1990, p. 37-38; e Gorender, op. cit., p. 34 e segs.

⁴⁸ Sobre essa cisão do PCB, assim resume A. Reis Filho: “Não se tratava, contudo, de uma questão de nomes. Os que se rebelavam denunciavam o abandono de tradições e de princípios. E o que era pior: o Partido nem sequer era consultado. Alegaram que o

Congresso de 1960 não outorgara autorização para modificações de tamanho vulto. O protesto não repercutiu no Partido e não sensibilizou a direção. Ao contrário. Foi caracterizado como manifestação de uma contradição insanável. Poucos meses depois, acusados de organizarem uma fração, proibida pelos Estatutos, os principais responsáveis pela Carta dos 100 começaram a ser expulsos do Partido. As cabeças rolavam, mas os atingidos não admitiam a legalidade do ato. Convocaram uma Conferência Extraordinária, constituindo organização própria, e reivindicando as tradições, as datas comemorativas, as experiências e até mesmo as alianças internacionais do velho Partido fundado em 1922. E expulsaram os que os haviam expulsado, em manobra surpreendente, mas que faria escola. Estava fundado um novo Partido Comunista, embora seus dirigentes designassem o ato da fundação como momento de reorganização”. *A Revolução Faltou ao Encontro*, op. cit., p. 37.

SEGUNDO MOVIMENTO

Andante Maestoso

O contexto político da ação do PCB

*Al tornar de la mente, che si chiuse...
che di trestizia tutto mi confuse
novi tormenti e novi tormentati
mi veggio intorno, come ch'io mi mova
e ch'io mi volga, e come che io guati
Io sono al terzo cerchio, de la piova
eterna, maledetta, fredda e greve:
regola e qualità mai non l'è nova.*

Dante Alighieri

CAPÍTULO I

Pizzicato

Particularidades sócio-históricas
da formação social brasileira

Aspectos históricos do capitalismo no Brasil: breves considerações

O Brasil após 1945 passará por grandes e profundas transformações em seu parque produtivo e, conseqüentemente, na composição de seu tecido social. No entanto, essas transformações modernizadoras não significarão uma ruptura com a subordinação do país ao pólos centrais do capitalismo. Ao contrário, o redimensionamento de sua estrutura sócio-produtiva, que reintegrou o país no conjunto de uma economia mundial reordenada no pós-guerra, reinsere a sociedade brasileira nos quadros da economia mundial, nos moldes de sua *subordinação estrutural*. Reafirma-se, assim, o *caminho colonial* das formas de sociabilidade do capitalismo brasileiro, que, desde suas origens, organizou-se como uma economia complementar dos centros econômicos ativos ocidentais, tendo sido, num primeiro momento, forma econômico-social — *de caráter histórico-particular* — de impulsionamento do processo de acumulação primitiva de capitais, no período mercantil-escravista¹ e, posteriormente, exportador de matérias-primas para a produção industrial dos centros desenvolvidos do capitalismo, ao longo da primeira metade do século XX.²

Esse caminho brasileiro de objetivação do capitalismo, desencadeado, ainda que de forma incipiente, no final do século XVIII, com o surgimento de um débil mercado interno colonial, iniciado com a atividade mineradora e ampliado após a emancipação política no século XIX, conformará o caráter da acumulação interna de capitais e, conseqüentemente, a própria morfologia da formação social brasileira,³ notadamente com a produção mercantil-cafeeira de base escravista, a partir da segunda metade do século XIX,⁴ o que configura um processo de acumulação de capital dentro de uma *via não-clássica* de objetivação do capitalismo. Essa forma de capitalismo de *extração colonial* irá estruturar também um Estado *específico*, à sua imagem e semelhança, de acordo com seu fundamento econômico-social, muito mais como um produto da crise mundial da estrutura mercantil-escravista do que de um projeto nacional articulado pela burguesia agrário-exportadora brasileira.

Podemos dizer que a ação da burguesia agrário-mercantil brasileira, na tentativa de construir um “projeto” de Estado nacional, foi circunscrita principalmente pela *impossibilidade* de continuar a pertencer ao Reino Unido com Portugal e Algarves. Nesse sentido, a independência do Brasil aparece como resultante da desconexão dos interesses da burguesia e das frações de classes dominantes lusitanas com os da burguesia brasileira, desencadeada pelas pressões políticas em Portugal, a partir de 1815, que culminaria com a Revolução Liberal de 1820,⁵ na qual adaptam-se às idéias liberais propostas de reimplantação do arrocho colonial no Brasil, o que nos permite dizer que

“[...] foram as propostas recolonizadoras que determinaram, em última instância, o desenvolvimento do processo emancipador, por parte da burguesia, pois enquanto as intenções lusas não se tornavam nítidas, muitos componentes da liderança política do país eram partidários da união com Portugal”.⁶

A burguesia agrário-exportadora brasileira defrontou-se com a necessidade de construir uma estrutura política que atendesse aos seus interesses, isto é, que mantivesse intacta a forma mercantil-escravista de produção. A liderança política brasileira, representada principalmente pelos ex-deputados paulistas nas Cortes portuguesas, articula a construção de um Estado nacional moldado nas formas escravistas, em consonância com a economia colonial. Se o governo de D. Pedro I e o período regencial lançam as bases sociais e políticas para o processo de concentração de capitais no país, o reinado de D. Pedro II consolidará a via *prussiano-colonial* de desenvolvimento capitalista, tanto em suas formas econômicas como em sua face política, materializada em um tipo *particular* de bonapartismo, *de viés colonial*, do qual trataremos adiante.

Para que possamos melhor definir nosso entendimento sobre as formas histórico-sociais do desenvolvimento capitalista brasileiro, é necessário, ainda que em largos traços, caracterizar conceitualmente as *vias* históricas de objetivação do capitalismo,⁷ ressaltando que a caracterização de *vias* de desenvolvimento histórico do capitalismo *não significa* o enquadramento dos processos históricos em *modelos* esquemáticos ou predeterminados. Ao contrário, a especificação das formas

capitalistas de sociabilidade, engendradas em seus contextos histórico-particulares permite que realcemos as dimensões ontológicas dos processos socialmente determinados, respeitando suas legalidades imanentes, como totalidade articulada por infinitas complexidades, levando em conta que os complexos sociais possuem legalidades objetivas, na qual seus elementos constitutivos, enquanto essências ontológicas próprias, conformam-se em outros complexos que são as categorias, dando, assim, historicidade e concretude às formações sociais e às categorias econômicas.⁸ Esta historicidade das categorias

“[...] quando elevada às suas dimensões ontológicas — imanentes ao próprio real (com efeitos histórico-concretos na morfologia das formações sociais) — nos permite eliminar qualquer reducionismo dogmatizador do real caráter que a estrutura produtiva assume na conformação da totalidade”.⁹

Este pressuposto nos permite situar as diversas formações sociais capitalistas no âmbito histórico-concreto da relação *universal-particular*, isto é, no espectro do modo de produção capitalista que as conformam e que se constitui como universalidade.

Portanto, as formações sociais constituem-se como *particularidades* históricas que materializam e *contêm* o modo de produção capitalista pondo e repondo os nexos ontogenéticos específicos à universalidade, dentro de uma interação dialética indissolúvel, e, nesse sentido, aparecem como a *concretude mesma* do modo de produção. Isso nos permite analisar as *singularidades* que se encontram articuladas dialeticamente com o universal e com o particular¹⁰, isto é, nas formas político-econômicas que se consubstanciaram nas determinadas formações sociais capitalistas, o que nos possibilita captar a *diferentia specifica* entre os particulares constitutivos da universalidade capitalista. O processo de entificação do capitalismo, entendido por suas *formas particulares de materialização* nas diversas formações sociais, deve ser apreendido dentro dos nexos histórico-sociais de sua objetivação, elevando-se as dimensões *concretas* do momento de sua construção histórico-objetiva.

O capitalismo, conceitualmente visto como uma particularidade que se dilata rumo à universalidade, e que tem inicialmente como contexto histórico a

Europa ocidental, engendrando o que chamamos de *via clássica* do capitalismo, na qual temos um processo acumulador de capitais — gerado nas entranhas de um feudalismo em decomposição —, que num primeiro momento acopla massas de braços e de instrumentos de trabalho preexistentes sob sua hegemonia (a subsunção formal) e, posteriormente, dá forma e conteúdos próprios aos processos produtivos (a subsunção real) no momento do salto para o capitalismo industrial. Esse processo de desagregação de uma forma social arcaica, de um lado, e de conformação estrutural de uma nova forma de sociabilidade, de outro, será permeado durante vários séculos por profundas comoções sociais e revoluções, que irão dar as condições objetivas para a construção e consolidação do mundo burguês e de sua cosmovisão (*weltanschauung*).

É nesse contexto que Moore Jr., ao analisar a Inglaterra do século XVII, ressalta que as “[...] lutas sociais de que irrompeu a Guerra Civil inglesa do século XVII têm suas origens num complicado processo de transformação que começou alguns séculos antes”.¹¹ Essas transformações atingem diretamente o próprio conceito da “ideologia da terra”, de conteúdo feudal, ou seja, gradativamente a relação determinada pelos elementos ideológicos terra-senhor-obrigações para com os servos vai se metamorfoseando para a relação arrendatário-senhor, que já exclui o servo e, posteriormente, o expulsa. Ou seja, a terra deixa de ser o elo entre o senhor e seus dependentes. A propriedade feudal se converte lentamente em propriedade capitalista, assim como seu senhor transmuta-se em burguês, o que não significa dizer que todos os membros da nobreza transformam-se em *bourgeois-gentilhomme*. Mas a *tendance majeure* apontou para isso, especialmente a *gentry*, que acaba encarnando uma tendência histórica decisiva que irá alterar profundamente a sociedade inglesa e que desembocará na Revolução Burguesa do século XVII na Inglaterra.¹²

“A característica de classe deste processo revolucionário, e em particular da revolução de 1640, consiste em marcar, de maneira clara, o início do processo de estabelecimento da dominância do MPC [Modo de Produção Capitalista] por meio da capitalização da renda fundiária: trata-se aqui do caso característico

em que se constata o funcionamento concreto dos proprietários de terras de renda fundiária. A Revolução de 1640, e a sua viragem de 1688, marcam precisamente o começo da transformação de uma parte da classe da nobreza feudal em classe capitalista”.¹³

Assim, a nobreza aburguesa-se e acaba reforçando o processo de concentração de capitais e, concomitantemente, constrói um aparelho estatal de acordo com seus interesses e projetos.

Na França, a situação de atraso das relações capitalistas determinará a radicalização política de uma burguesia mais amadurecida ideologicamente que, como na Inglaterra, irá aliar-se a outras classes sociais (o campesinato, a pequena burguesia, as classes populares urbanas — a *sans-culoterie* — etc.) para pôr abaixo os entraves para o pleno desenvolvimento capitalista. “Como na França a revolução burguesa se dá um século mais tarde que na Inglaterra, onde as condições históricas para o pleno capitalismo já estão postas, poderemos chamar esse processo como o mais ‘tipicamente’ burguês [...]”¹⁴, em que o liberalismo constitui-se na expressão ideológica mais acabada de uma classe social que comanda um momento de modificações revolucionárias nas formas de sociabilidade. Nesse contexto de ascensão revolucionária da burguesia surgem também os espaços históricos de organização das massas populares. Portanto, o elemento presente na *via clássica* de objetivação do capitalismo é a ruptura revolucionária com a velha ordem, em que se evidencia o confronto violento entre as classes sociais que disputam a hegemonia social, e a conseqüente eliminação radical das classes e frações de classes derrotadas.

Num segundo caminho de objetivação do capitalismo, denominado por Lenin de *via prussiana* do desenvolvimento burguês¹⁵, diferentemente do ocorrido na *via clássica*, não há uma ruptura revolucionária com as antigas classes dominantes de proprietários rurais. A fazenda medieval transforma-se lentamente numa fazenda burguesa *junker*¹⁶, e, nesse sentido, a revolução burguesa dá lugar a um processo de reforma modernizadora que permite à nobreza *junker* apropriar-se da estrutura do aparelho de Estado e transformá-lo em uma poderosa alavanca de concentração de capitais e em coordenador da modernização capitalista. Nesta forma de

sociabilidade, percebemos que o *novo*, representado pelo capitalismo, paga um pesado tributo ao *velho* — as antigas estruturas produtivas pré-capitalistas —, consubstanciado no *pacto transformista* — “pelo alto” — entre a burguesia e os antigos senhores de terras, o que determinará uma conformação ideológica bem distanciada da que se desenvolve na Inglaterra e principalmente na França.¹⁷ Se a burguesia francesa, em sua luta contra o *Ancien Régime*, encontrou

“[...] uma massa socialmente informe e pôde englobá-la no amplo espectro do ‘terceiro Estado’, a burguesia alemã, ao contrário, em seu caminho para a industrialização ampliada e para a consolidação da unidade nacional, encontra um proletariado moderno, apesar de incipiente. Surge, desse modo, a necessidade de um controle centralizado do aparelho estatal; um Estado autocrático, conduzido por uma ideologia que expresse a conciliação de classes e a manipulação de massas. Daí, para os setores da burguesia alemã mais determinados em eliminar possibilidades de comoções sociais, principalmente na Prússia, abria-se o caminho mais cômodo de uma articulação de classe, que permitia alijar a perspectiva de uma revolução democrático-burguesa e, ao mesmo tempo, atingir as metas de desenvolvimento de forças produtivas capitalistas, ainda que renunciando à hegemonia política dentro do aparelho de Estado”.¹⁸

Esta “opção” histórica, por parte da burguesia alemã, conformará uma ordem modernizadora sob o manto de um chauvinismo nacionalista e contra-revolucionário, materializado no Estado bismarckiano, ou seja, numa variante mais radicalmente reacionária do bonapartismo francês em que, diferentemente do bonapartismo *clássico*, o Estado aparece não como a representação do poder popular, mas como a encarnação do *volksgeist*, isto é, como a materialização do *espírito comum* da nação alemã. Nesse sentido, o capitalismo alemão encontrará as condições favoráveis para um rápido e expressivo desenvolvimento de forças produtivas, ao final do século XIX, fato que permitirá sua chegada à fase imperialista.¹⁹

Por sua vez, visto sob a ótica conceitual das *particularidades*, o caminho brasileiro para o capitalismo apresenta uma especificidade determinada por sua gênese dentro de um contorno histórico-objetivo que o qualifica como um caso

“clássico” de formação social de *extração colonial*. O processo emancipador do Brasil engendra uma nova forma de subsunção aos centros capitalistas e, ao mesmo tempo, um tipo *particular* de desenvolvimento de forças produtivas e de relações sociais de produção. Mas é exatamente nesse ponto que podemos localizar claras semelhanças com os processos *transformistas* ocorridos em países que vivenciaram o desenvolvimento capitalista no contexto da *via prussiana*, ainda que trilhando direções opostas, ou seja, relevando-se as formas histórico-concretas de sociabilidade capitalista no sentido de buscar as *diferenças particulares* do processo de acumulação de capitais. Nesse sentido, entendemos que a contribuição de Fiori ²⁰ é da maior importância, na medida em que, ao polemizar com as análises que situam o Brasil no contexto de um desenvolvimento capitalista em moldes *puramente* prussianos, demonstra-nos essa impossibilidade histórica, dado o caráter associativo da burguesia nacional brasileira. Entendemos que a análise de Fiori nos remete a uma questão mais profunda, por nós já enunciada, isto é, a necessidade de transcender as análises interpretativas fundamentadas em modelos predeterminados. Efetivamente, não podemos apreender o processo de objetivação do capitalismo no Brasil sob a ótica da *via prussiana*, ainda que em seu desenvolvimento histórico-objetivo estejam presentes *elementos de prussianismo*, principalmente no que se refere à estruturação política do Estado nacional. No entanto, mesmo acentuando as *diferenças particulares*, não podemos desconsiderar aspectos histórico-sociais que nos remetem às semelhanças encontradas nas formações sociais de capitalismo retardatário. Esse tem sido o contexto teórico do debate sobre o caráter do capitalismo brasileiro.²¹ O *elemento prussiano* presente na formação social brasileira expressa-se, ainda que *limitado ao plano fenomênico*, exatamente nas formas de acumulação de capitais pelo campo, ou seja, por identidades nos processos tardios de desenvolvimento capitalista.

É por essa razão que podemos considerar a existência de

“[...] um processo acumulador pelo campo que se aproxima do ‘caso alemão’ podemos ainda ir mais além. Na Alemanha, a unidade nacional é imposta de cima para baixo; no Brasil esta unidade também o é. A nobreza *juncker* constitui-

se, na verdade, numa burguesia com título de nobreza e algo similar teremos com a 'nobreza' brasileira que herda o aspecto da fidalguia portuguesa. O processo de construção do Estado nacional é excludente para as massas, tanto na Alemanha como no Brasil. No entanto, essas semelhanças formais guardam diferenças de cunho estrutural e, aí, a dimensão colonial se coloca com toda a legitimidade e legalidade que a história lhe confere. Entretanto, o aspecto formal, que não se dissocia de seu conteúdo, como dizia Marx, elevado à sua expressão concreta, dá à morfologia brasileira sua real dimensão.

O aspecto 'prussiano' aparece, assim, no sentido da caracterização de um processo tardio de acumulação de capital, consagrado na análise lenineana como uma *forma de desenvolvimento burguês, que se enquadra nas grandes tendências gerais de análise da entificação do capitalismo*. Pensamos então que, para melhor conceituar o processo brasileiro, a noção de *via prussiano-colonial* é a que mais expressa sua geneticidade, porque respeita a legalidade histórica de sua condição colonial e, ao mesmo tempo, considera a configuração tardia [...] e agrária do processo de acumulação e posterior industrialização do Brasil".²²

Ocorre que as formações sociais que poderiam ser definidas como "classicamente" prussianas chegam ao capitalismo tardiamente, isto é, no último quartel do século XIX, mas ainda dentro das possibilidades históricas de desenvolvimento de uma burguesia nacional autônoma, alcançando o período imperialista, como exemplificam as burguesias da Alemanha, do Japão e, em menor grau, a burguesia italiana. No caso brasileiro, o impulso industrializador, mesmo iniciando-se ao final do oitocentos, ganha força no início do século, e esse desenvolvimento capitalista se realiza subordinadamente, num processo industrializador que se dá hipertardiamente, o que acentua e dá o caráter do caminho colonial da sociabilidade capitalista brasileira e de sua burguesia, que, por sua raiz colonial e fragilidade histórica, utilizará a estrutura do aparelho de Estado para expansão e desenvolvimento de forças produtivas,²³ intensificadas no período inaugurado com a Revolução de 1930, quando serão lançadas as bases para um qualitativo salto nas formas de produção brasileiras, cuja ampliação será realizada

no segundo período Vargas (1950-1954).²⁴ Assim, as modificações estruturais da economia brasileira ocorrerão no período subsequente à Segunda Guerra Mundial.

A reorganização da economia capitalista feita no pós-guerra altera a política dos centros hegemônicos para as áreas de capitalismo subordinado. As grandes empresas passam a operar no exterior substituindo a antiga luta por mercados pela produção direta realizada, agora, dentro dos próprios países de economia periférica. A infra-estrutura industrial desenvolvida anteriormente possibilitou aos oligopólios internacionais, já nos anos 60, a transferência de grandes setores de produção para o Brasil, que chegaram juntamente com abundantes investimentos de capitais, dos quais 48% eram originários do EUA²⁵, imprimindo um novo tipo de acumulação capitalista e de subordinação, principalmente por meio do Plano de Metas do governo Kubitschek. Esta recomposição da economia brasileira, que a reintegrava na nova divisão internacional do trabalho, longe de aprofundar o programa econômico desenhado por Vargas (que, de forma inversa, buscou ampliar o DI da economia²⁶ e, conseqüentemente, o processo de concentração interno, mediante investimentos públicos de infra-estrutura visando dar à economia brasileira certa autonomia em relação aos países centrais do capitalismo), acentua e reafirma o caminho colonial da estrutura econômica do país ao priorizar os Departamentos de bens de consumo, o DII e *principalmente* o DIII, em detrimento do DI. Isso ocorre como resultado da não realização de todo o projeto de Vargas e como produto da profunda recomposição das relações entre o Estado e a estrutura econômica, o que propicia ao governo Kubitschek realizar uma guinada radical na economia, isto é, o

“[...] padrão de acumulação de capital imposto no novo ciclo concentrava-se, agora, numa expansão sem precedentes do chamado Departamento III da economia; em si mesma, a viabilidade dessa forma de expansão era, até certo ponto, previamente assegurada pela concentração de renda que se havia gestado no período anterior”²⁷,

o que nos autoriza a dizer que o Brasil transita de um projeto em que havia elementos de capitalismo nacional, elaborado no período Vargas, para uma perspectiva —

muito mais adequada às condições histórico-genéticas da burguesia brasileira — de capitalismo de *associação subordinada* com as burguesias monopolistas internacionais, o que determina uma expansão jamais vista do DIII, realizada por intermédio de financiamento externo, sob a forma de investimento direto de capitais. Este *boom* industrial também irá determinar o crescimento do proletariado urbano, em um novo e qualitativo patamar que se acentuará no período militar.

O período ditatorial, que implantará sucessivos governos militares de caráter bonapartista, aprofundará a política iniciada por Kubitschek ao favorecer uma penetração acelerada e *sans phrase* dos oligopólios. Afirmar-se o padrão anterior de acumulação de capitais radicalizando-o, realizando as transformações e adequações necessárias, tanto das formas econômico-financeiras como da relação Estado-economia, para o amplo desenvolvimento do capitalismo de *associação subordinada*. O direcionamento da política econômica dos governos militar-bonapartistas tem como pressuposto readequação do papel do Estado, aprofundando-se o vínculo do aparelho de Estado com o capital internacional. No âmbito da ação político-econômica interna, será implementada uma forte compressão salarial, o que acarretará a desarticulação das pequenas empresas, atingindo diretamente o DII da economia na medida em que, como sabemos, o Departamento II é o responsável pelo fornecimento de bens de consumo ao proletariado.²⁸ Juntamente com essa forma de ação econômica, os governos militares realizaram, como é fartamente conhecido, violentas intervenções no movimento sindical, prendendo e afastando do sindicato seus principais líderes.

Esse novo padrão de acumulação capitalista, cuja base situou-se, de um lado, no amplo investimento de capitais estrangeiros — notadamente no setor DIII da economia — e, de outro, em uma política de forte compressão salarial, como forma de acumulação interna — na medida em que rebaixa o valor da força de trabalho —, não só viabiliza uma política favorável aos oligopólios (internacionais e nacionais associados), como também permite ao Brasil concorrer no mercado externo com produtos industrializados e preços competitivos. No âmbito interno, cria-se um mercado de bens de consumo de produtos sofisticados direcionados

para um pequeno segmento da população, aproximadamente 20%. Cerca de 30% tinham acesso aos bens de consumo de forma parcial, isto é, podiam comprar uma pequena parte dos bens de consumo produzidos. O restante da população do país, 50%, estava simplesmente à margem da estrutura econômica.

A nova forma acumulativa gerou dois aspectos articulados, extremamente interessantes, no que se refere ao desenvolvimento das forças produtivas: de um lado, e como *elemento determinante*, vemos o crescimento de um tipo de industrialização que aprofunda a subsunção da economia nacional brasileira aos pólos centrais do capitalismo internacional. De outro, no entanto, vemos que esse processo gera dinamização do mercado interno, criando setores produtivos menores que atuam no DI da economia, ainda que nos contornos de *função periférica e complementar* do conjunto da estrutura econômica. Essa política econômica de priorização do DIII, que absorve todos os investimentos em detrimento do DI da economia, permanentemente defasado em relação ao DIII, determinará um esgotamento motivado pela contradição criada pelo próprio padrão acumulativo implantado pelos governos militar-bonapartistas. Esse tipo de padrão acumulativo gerou um travamento interno motivado pela própria expansão produtiva e de mercado, resultantes dessa política econômica, isto é,

“[...] entrou em agonia, bloqueado pela intensidade de requerimentos do Departamento I que a própria expansão estimulou. E esse esgotamento se dá principalmente pela contradição entre industrialização voltada para o mercado interno e o controle externo da propriedade do capital do Departamento III, que requer o contínuo, e em elevação, retorno da fração dos lucros à circulação internacional do capital”.²⁹

A política econômica dos governos ditatoriais entra em crise e, juntamente com isso, vemos o desencadeamento do processo de desagregação do regime bonapartista no Brasil.

Apesar de ter propiciado o aprofundamento da subordinação aos pólos centrais do capitalismo, esse padrão acumulativo gerou não somente um

desenvolvimento de forças produtivas, mas também um novo proletariado urbano e rural, ou seja, efetivamente recompôs qualitativamente a sociedade civil (entendida aqui, sob a ótica marxiana), agudizando antigos problemas sociais e gerando novas contradições, em compasso com a nova realidade do tecido social brasileiro.

Elementos histórico-políticos do colonial-bonapartismo

Como já observamos, a crise da *forma-Estado* bonapartista de governo é determinada pela contradição que se estabelece na organização do “modelo” de desenvolvimento econômico. Ocorre a exaustão de um tipo de padrão acumulador, o que não significou o abandono dessa diretriz político-econômica por parte da burguesia brasileira, mas sim a necessidade de recomposição das frações de classe que davam sustentação ao governo bonapartista.

“A irrupção da crise econômica, cujos sintomas transpareceram já no final do ano de 1973, ao aflorar a necessidade de reordenar e recompor os diversos interesses das frações dominantes que se articulavam em torno do tripé capital monopolista externo, capital monopolista privado nacional e setor produtivo estatal, atingiu diretamente a forma pela qual se estruturava o aparato estatal. A este competia, através de um rearranjo do bloco no poder, forjar alternativas que não trouxessem ônus em demasia para as frações monopolistas dominantes. A crise assumia, deste modo, uma explícita e transparente dimensão política.”³⁰

Historicamente a burguesia brasileira, desde o surgimento do Estado nacional e determinada por suas debilidades genético-estruturais, orientou sua ação política, assim como organizou o aparelho de Estado, de forma autocrática, oscilando entre a forma política bonapartista e a autocrática institucionalizada. Essa tradição autocrática da burguesia brasileira aparece como determinação de sua base material, isto é, *como produto da via pela qual o capitalismo se objetivou no Brasil*. O prussianismo colonial, pela sua característica ontogenética, não proporcionará condições materiais para o desenvolvimento de uma sociedade civil que rompa com a *via colonial* mediante uma revolução de caráter burguês, nos moldes das que surgiram nas formações

sociais histórico-particulares que passaram por revoluções burguesas, como a Inglaterra, a França e os Estados Unidos.

Fazendo uma rápida e necessária retrospectiva histórica vemos que, no Brasil, ao contrário do ocorrido nas formações sociais de *via clássica*, o processo de formação do Estado nacional se dá sob a égide das formas econômicas e sociais existentes anteriormente. Objetivamente, não se constrói uma ruptura com a velha economia colonial estruturada no trabalho escravo e no latifúndio.

“A inexistência de relações capitalistas industriais (“capitalismo verdadeiro”) e, conseqüentemente, do proletariado, impossibilitava a implantação de quaisquer aproximações, ao nível das relações sociais, com as reais perspectivas liberal-revolucionárias. Diversa da liberdade pessoal que o universalismo burguês apregoava, a estrutura escravista criava, dentro das relações sociais e no aspecto ideológico, a manipulação que sustentava o controle e o alijamento social das massas populares.”³¹

Assim o liberalismo, enquanto ideologia que norteou a emancipação política brasileira, aparece permeado por um *conteúdo particularizado*, como produto da determinação material mesma de uma sociedade escravista; um liberalismo amesquinhado, amputado de seus elementos sociais e do universalismo democrático-burguês, contraditos pela existência da escravidão e, nesse contexto histórico-particular, restrito apenas a aspectos do livre comércio de mercadorias, o que não permitiu o surgimento de condições históricas à burguesia brasileira para dar um salto na direção de romper com a *via prussiano-colonial* e organizar uma sociedade e um Estado em moldes plenamente burgueses.

Os elementos político-culturais existentes no período da dominação lusitana, como o centralismo administrativo e a predominância do idioma português, cumpriram um eficiente papel na construção de um Estado nacional moldado à imagem e semelhança de uma burguesia de extração agrário-mercantil, de tradição autocrática e de viés colonial. Nesse sentido, os elementos políticos, culturais e econômicos presentes na idéia da construção da unidade nacional não foram produto

do esforço da burguesia para o processo emancipador. De fato, o Estado nacional é construído sob as bases existentes no Reino Unido, no qual a burguesia colonial brasileira sentia-se, como nos referimos anteriormente, perfeitamente integrada e de onde saiu não por sua vontade, mas pela impossibilidade da permanência da monarquia dual, mantendo, no entanto, a continuidade da herança do mercantilismo ilustrado português.³²

Como sabemos, a sociedade colonial compunha-se de três segmentos sociais que formavam o povo: o latifundiário, o escravo e o “homem livre” sem posses. Se a relação entre escravo e senhor é bastante explícita, como nos diz Schwarz, é a

“[...] multidão dos terceiros que nos interessa. Nem proprietários nem proletários, seu acesso à vida social e a seus bens depende materialmente do *favor*, indireto ou direto, de um grande. O agregado é a sua caricatura. O favor é, portanto, o mecanismo através do qual se reproduz uma das grandes classes da sociedade, envolvendo também outra, a dos que tem. [...] Assim, com mil formas e nomes, o favor atravessou e afetou no conjunto a existência nacional, ressalvada sempre a relação produtiva de base, esta assegurada pela força”.³³

Esses elementos histórico-constitutivos da sociedade brasileira — a inexistência de uma burguesia industrial e, conseqüentemente, de um proletariado urbano, a fragilidade das estruturas de participação democrática dos reduzidos segmentos médios urbanos da sociedade brasileira — nos permitem ver a face real do liberalismo brasileiro, no contexto de uma incipiente e *gelatinosa* sociedade civil limitada aos proprietários de escravos e aos comerciantes, que se objetiva na *ideologia do favor*, produto de uma base material, em que a única forma de participação da maioria do povo era dada pela expropriação violenta do trabalho, realizada por meio da escravidão, ou pela expropriação da autonomia individual determinada pelo *favor*. Nessas condições históricas, em que se organizam as estruturas sociais brasileiras, e *relevadas as diferenças particulares objetivas*, notamos uma aproximação com o caso italiano. Ainda que não tenham ocorrido dissoluções de formas produtivas anteriores, como se deu na Itália, podemos dizer que foi exatamente a necessidade

de se manter as formas produtivas coloniais — uma forma econômico-corporativa — que impediu o desenvolvimento de uma força jacobina eficiente para organizar a idéia da vontade coletiva. A condição de constituir uma burguesia com especificidades coloniais, em que também estavam presentes fortíssimos elementos aristocráticos oriundos da ordem social estabelecida no império português, o qual integrou, diga-se, não como segmento débil, mas como o principal setor produtivo do Reino, permite-nos utilizar a mesma argumentação de Gramsci, quando define os aspectos históricos que retardaram a construção de uma sociedade burguesa moderna na Itália, isto é, ao analisar onde se encontravam os obstáculos sociais para o salto modernizador:

“[...] Tradicionalmente, as forças opositoras foram a aristocracia terratenente e, mais genericamente, a propriedade fundiária em seu complexo, com seu trato característico italiano, que é uma especial ‘burguesia rural’ [...] As condições positivas [para o surgimento de uma vontade coletiva nacional-popular] devem ser procuradas nos grupos sociais urbanos, convenientemente desenvolvidos no campo da produção industrial e que tenham alcançado um determinado nível de cultura histórico-política. Toda formação de vontade coletiva nacional-popular é impossível se as grandes massas de camponeses cultivadores não irromperem simultaneamente na vida política”.³⁴

A idéia de nacionalidade aparecia, dessa forma, ligada a uma *noção restrita* de povo, ou seja, pratica-se a hegemonia político-ideológica dos senhores de terras e de escravos e dos ricos comerciantes que atuam em torno da atividade econômica principal. Portanto, a própria concepção clássico-burguesa de cidadania aparece subsumida à determinação material de uma sociedade mercantil-escravista. Assim, o cidadão é aquele que integra materialmente a estrutura social dominante, conforme fica explícito na introdução do voto censitário, já em 1824, o que significa uma cidadania “seletiva”, isto é, quanto maior for a participação na vida política nacional será maior a integração do “cidadão” na esfera do poder econômico.³⁵ Esse elemento de exclusão da maioria do povo dos processos político-decisórios da vida nacional nos permite concluir, então, que a absorção do liberalismo numa

particularidade histórica de raiz colonial dá-se pela eliminação (ou deformação) não só da idéia de universalidade burguesa, mas também da própria noção de *vontade coletiva*, presente nos pensadores liberais do século XVIII. No Brasil, ao contrário, essa idéia aproxima-se da noção clássica de Maquiavel, na qual o príncipe encarna e expressa a vontade coletiva, organizando-a de acordo com seus interesses, que devem ser os interesses do “povo”, que não é o *pêpolo minuto*, constituído pela maioria, mas aquele togado, como eram os patrícios romanos, e ungido por sua condição de proprietário e de aristocrata. A instituição da monarquia, tendo à testa D. Pedro I, representou a solução política para o projeto da burguesia agrário-mercantil brasileira.

Assim, o processo de emancipação apresentou-se como uma *continuidade reformada* do passado colonial. A independência se faz, então, pela transferência pacífica do poder metropolitano para o brasileiro, executada competentemente pela “classe dominante”, que conscientemente deixa de fora do processo toda a nação. Opta-se pela forma monárquica, já que um governo republicano poderia abrir espaços não desejáveis e a experiência da metrópole demonstrara sua eficácia. A monarquia permitiu, assim, conter as possibilidades republicano-jacobinistas, presentes nos extratos médios urbanos, como podemos observar nos movimentos de 1817 e, posteriormente, em 1824 em Pernambuco. De outro lado, consolidou o poder da burguesia agrário-mercantil, dentro do espírito restaurador, dominante nas consciências conservadoras da “aristocracia” brasileira.

A monarquia, nesse contexto, não só permite a construção de uma unidade política, centralizada na figura do imperador — que encarnou a continuidade reformada do período colonial —, mas se constitui, também, como uma *forma bonapartista de governo*,³⁶ o que permitiu a continuidade da economia agrário-mercantil escravista e, ao mesmo tempo, o alijamento dos adversários desse direcionamento político. Não é por acaso que à proclamação da independência segue-se uma violenta perseguição aos principais líderes liberais radicais, como Gonçalves Ledo, Clemente Pereira e Januário da Cunha Barbosa, que são presos e exilados, culminando no *coup de main* que dissolve a Assembléia Constituinte, em novembro de 1823. O

império bonapartista brasileiro surge, desse modo, para refrear qualquer tentativa de revolução ou de radicalização de tendência republicana. Entretanto, apesar de ser inspirado pela experiência francesa, o bonapartismo brasileiro, até por suas identidades histórico-particulares, acaba aproximando-se da variante bonapartista alemã, expressa no bismarckismo.

No entanto, essa aproximação se dá no sentido oposto do que ocorre na Alemanha, porque se apresenta com um conteúdo mais regressivo. O bonapartismo alemão, assim como o brasileiro, tinha como objetivo a contenção dos movimentos populares, assumindo, assim, um caráter contra-revolucionário. Além disso, ambas as formas bonapartistas materializaram conciliações entre velhas e novas formas econômico-sociais, mas a brasileira em muito menor grau, restrita apenas à sua nova forma político-organizativa do aparelho de Estado. Nesse sentido, o que diferencia a forma bonapartista alemã — o bismarckismo — da forma bonapartista brasileira, é justamente o fato de que, no caso alemão, o bonapartismo — apesar de politicamente reacionário, na medida em que expressa a conciliação da burguesia com a antiga nobreza *junker*, cedendo o poder do Estado para manter o poder econômico — propicia o amplo desenvolvimento de forças produtivas, direcionando a economia da Alemanha à industrialização, possibilitando a construção de um capitalismo não-subordinado e criando, de fato, uma burguesia de perfil nacional.

No Brasil, ao contrário, a forma bonapartista, materializada na monarquia, mantém a estrutura agrário-mercantil intacta, como continuidade da economia colonial. A conciliação, nesse contexto, direciona-se à subordinação, porque não rompe com o arcaísmo das formas produtivas e das relações sociais de produção e porque se concilia com a nova metrópole imperialista — a Inglaterra —, ou seja, integra subordinadamente o conjunto da economia capitalista mundial. A burguesia brasileira, diferentemente da alemã, cede seu poder econômico para manter sua hegemonia e seus privilégios políticos. Daí ser essa forma de governo também um *bonapartismo particular de extração colonial*, que reflete a base material da sociedade brasileira — vai conformando uma burguesia débil, que construirá as estruturas de poder sob a égide de uma integração subsumida ao pólos centrais do capitalismo e,

cuja concepção de poder econômico e de gestão do Estado é a de permanente exclusão das classes subalternas, permeada por uma forma política que varia entre o bonapartismo e a autocracia institucionalizada, ao longo das diversas fases históricas da vida nacional brasileira.³⁷ Se o Império constituiu-se numa forma clássica de governo bonapartista, especialmente o reinado de D. Pedro II, a República Velha viveu a experiência da *autocracia burguesa institucionalizada*, a partir da transição realizada em 1894, com a eleição de Prudente de Morais,³⁸ momento real da consolidação da hegemonia das frações burguesas mais poderosas economicamente, isto é, da burguesia cafeeira até o golpe de Getúlio Vargas, em 1930.

NOTAS

¹ Ver Antonio Carlos Mazzeo, *Estado e Burguesia no Brasil - Origens da Autocracia Burguesa*. 2. ed. São Paulo, Cortez, 1997. capítulo II.

² Ver Caio Prado Júnior, *A Revolução Brasileira*, op. cit., e Francisco de Oliveira, *A Economia de Dependência Imperfeita*, Rio de Janeiro, Graal, 1977.

³ Ver Mazzeo, op. cit., especialmente o capítulo III.

⁴ Como diz João Manuel Cardoso de Mello: “A economia mercantil-escravista cafeeira nacional é obra do capital mercantil nacional, que se viera formando, por assim dizer, nos poros da colônia, mas ganhara notável impulso com a queda do monopólio de comércio metropolitano e com o surgimento de um muito embrionário sistema monetário nacional, conseqüências da vinda, para o Brasil, da Família Real, o passo decisivo para a formação de Estado Nacional”. *O Capitalismo Tardio*, op. cit., p. 54.

⁵ A esse respeito ver Márcia R. Berbel, *Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas - 1821-1822: Um Estudo Sobre o Conceito de Nação*. Tese de Doutorado, Dept^o de História, FFLCH, USP, São Paulo, 1997, mimeogr.

⁶ Mazzeo, op. cit., p. 104.

⁷ Sobre essa questão ver J. Chasin, *O Integralismo de Plínio Salgado*, São Paulo, LECH, 1978; Luís Werneck Vianna, *Liberalismo e Sindicato no Brasil*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978; R. Antunes, *A Rebelião do Trabalho*. 2. ed. Campinas, Ed. Unicamp, 1992, e Mazzeo, op. cit., capítulos II e III.

⁸ Ver Georg Lukács, *Ontologia dell'Essere Sociale*, op.cit., v. I*, p. 283-284.

⁹ Mazzeo, op. cit., p.17.

¹⁰ “A análise profunda e refinada, que leva em conta todos os traços irrepetíveis da singularidade de uma situação política, social e econômica, é ligada inseparavelmente [...] com a descoberta e a aplicação das leis mais universais do desenvolvimento histórico; basta pensar nas exigências continuamente colocadas por Lenin, de analisar concretamente situações concretas. Se se consideram mais de perto estas análises dos clássicos do marxismo, tem-se sempre a impressão de que a unicidade (a singularidade) de uma tal situação pode ser elevada à clareza teórica, e tornar-se portanto utilizável praticamente, tão-somente mostrando como as leis universais se especificam (o particular) no caso em questão de tal modo que esta situação característica, que por princípio jamais se repete nesta mesma forma, pode ser compreendida na relação total recíproca de leis conhecidas,

universais e particulares”. Georg Lukács, *Prolegomenos a uma Estética Marxista (Sobre la Categoría de la Particularidad)*, op. cit., 1969. p. 105.

¹¹ B. Moore Jr., *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*, São Paulo, Martins Fontes, 1978, p. 14. Como analisa Marx: “A revolução agrícola do último terço do século XV, que dura quase todo o século XVI (ainda que excetuando-se as últimas décadas), enriquece o arrendatário com a mesma celeridade com que empobrece o camponês”. *El Capital*. 7. ed. México, FCE, 1973. v. I, p. 632. Ver também Maurice Dobb, *A Evolução do Capitalismo*. 5. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1976; C. Hill, *God’s Englishman - Oliver Cromwell and the English Revolution*. Londres, Penguin Books, 1970, e C. Hill, *A Revolução Inglesa de 1640*. Porto, Presença, 1981.

¹² Ver Moore, op. cit., p. 23.

¹³ Nicos Poulantzas, *Poder Político e Classes Sociais*, Lisboa, Portucalense, 1971. v. I p. 202.

¹⁴ Mazzeo, op. cit. p. 112. Como ressalta F. Engels: “A França é o país onde, mais do que qualquer outro lugar, as lutas de classe foram sempre levadas à decisão final, e onde, por conseguinte, as formas políticas mutáveis nas quais se condensam seus resultados tomam os contornos mais nítidos [...] a França desmantelou o feudalismo na Grande Revolução e instaurou o domínio da burguesia com uma pureza clássica inigualada por qualquer outro país europeu”. “Prefácio à Terceira Edição Alemã”. K. Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo, Abril Cultural, 1978. p. 327. Ver também A. Soboul, *Précis D’Histoire de la Révolution Française*. Paris, E. S. 1966.

¹⁵ Ver “El Programa Agrario de la Social Democracia en la Primera Revolución Rusa de 1905-1907”. In: *Obras Completas*, op. cit., t. XIII.

¹⁶ Cf. Lenin, op. cit. p. 241.

¹⁷ Como acentua G. Lukács: “Em primeiro lugar, a extraordinária mesquinhez, a estreiteza, a falta de horizontes da vida nos pequenos principados alemães, comparada com a da Inglaterra ou França. Em segundo lugar — e em relação estreita com o já apontado —, a subsunção muito maior e mais tangível dos súditos ao monarca e a se aparato burocrático, e a margem objetiva muito mais estreita que isso deixa para uma atitude ideológica de oposição ou simplesmente crítica. A isto, há que se acrescentar que o luteranismo (e, mais tarde, o pietismo etc.) reduz, ainda que de maneira mais subjetiva, esta margem, converte a submissão externa em servilismo interior e inocula, assim, aquela mentalidade de súditos que Friedrich Engels chamava de ‘lacaia’. [...] Isto explica por que os alemães não tomam parte, tampouco, em movimentos revolucionários burgueses chamados a

substituir a forma de governo da monarquia absolutista, ainda não alcançada para uma Alemanha unida, por outra forma de Estado mais alta e em sintonia com um desenvolvimento mais progressivo do capitalismo. [...] Num país assim não pode surgir, naturalmente, uma burguesia rica, independente e poderosa, nem uma intelectualidade progressista e revolucionária em sintonia com seu desenvolvimento”. *El Asalto a la Razón*, México, Grijalbo, 1972, p. 32-33.

¹⁸ Mazzeo, op. cit., p. 115.

¹⁹ Jeffrey Herf, analisando o desenvolvimento capitalista alemão acentua: “Comparada com Inglaterra e França, a industrialização era tardia, rápida e completa. As unidades econômicas eram grandes e a intervenção estatal extensiva. O mais importante era que a industrialização capitalista ocorreu sem uma revolução burguesa exitosa. A burguesia, o liberalismo político e a ilustração seguiam sendo débeis”. *El Modernismo Reaccionario*. México, FCE, 1990, p. 26. Ver também Lukács, *El Asalto a la Razón*, op. cit.

²⁰ José Luís Fiori, “Sonhos Prussianos, Crises Brasileiras - Leitura Política de uma Industrialização Tardia”. In: *Em Busca do Dissenso Perdido - Ensaio Crítico sobre a Festejada Crise do Estado*, Rio de Janeiro, Insight, 1995.

²¹ Ver Chasin, op. cit., Luís W. Vianna, op. cit.; Carlos Nelson Coutinho, *Realismo e Anti-realismo na Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1974; e Mazzeo, op. cit. capítulo IV.

²² Mazzeo, op. cit., p. 123.

²³ “[...] a industrialização principia a se realizar efetivamente muito mais tarde, já num momento avançado da época das guerras imperialistas, e sem nunca, com isto, romper sua condição de país subordinado aos pólos hegemônicos da economia internacional. De sorte que o verdadeiro capitalismo alemão é tardio, enquanto o brasileiro é hipertadio.” Chasin, op. cit., p. 628.

²⁴ “O financiamento da acumulação de capital naquela fase sustentava-se basicamente em três pontos: em primeiro lugar, na manutenção da política cambial e de sua filha primogênita que era a política de confisco cambial, tentando-se utilizar o mecanismo de transferência de excedentes do setor agroexportador para o setor industrial; em segundo lugar, na nacionalização dos setores básicos do Departamento I, mais propriamente nos setores de bens intermediários: essa nacionalização realizava o processo do financiamento interno do Departamento I, enquanto a política cambial realizava o processo do financiamento interno e externo nos dois Departamentos. Era claramente posto de lado o recurso tanto ao endividamento externo quanto ao capital estrangeiro de investimento.

O terceiro ponto de sustentação do padrão de acumulação residia numa contenção relativa do salário real dos trabalhadores, atenuada pela função que assinalava às empresas do Estado: produzir certos bens e, sobretudo, serviços abaixo do custo, transferindo em parte, por essa forma, poder de compra aos assalariados.” Oliveira, op. cit. p. 79.

²⁵ Ver Heitor Ferreira Lima, *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*, op. cit.

²⁶ Adotaremos os conceitos utilizados por Francisco de Oliveira para definir os Departamentos produtivos: DI: produtor de bens de capital, DII: bens de consumo não-duráveis e DIII: bens de consumo duráveis. Op. cit., p. 77, nota 1.

²⁷ Idem, p. 84.

²⁸ “Mesmo nos ramos e setores do Departamento II, a contenção de salários joga um papel fundamental para o processo de concentração: as falências e concordatas são o prelúdio das fusões, incorporações e, no limite, exclusão do mercado das empresas mais débeis.” Oliveira, op. cit., p. 93.

²⁹ Idem, p. 107.

³⁰ Antunes, op. cit., p. 112. Como afirma Florestan Fernandes: “A crise do poder burguês se repõe no circuito histórico com todos os seus fatores e efeitos-chave agravados, pois as classes sociais dominantes saem desmoralizadas da aventura e as classes trabalhadoras empunhavam novas bandeiras, que abrem a transição para o século XXI, exigindo de imediato que a sociedade capitalista não seja apenas a *pátria do capital* e que contemple o trabalho com todas as garantias sociais, jurídicas e políticas que lhe têm sido sonegadas, negadas ou proibidas”. *A Ditadura em Questão*. São Paulo, T. A. Queiroz, 1982. p. 8.

³¹ Mazzeo, op. cit., p. 120.

³² Ver Fernando Novais, *Portugal e o Brasil na Crise do Antigo Sistema Colonial*. São Paulo, Hucitec, 1979, e José Honório Rodrigues, *Independência, Revolução e Contra-Revolução*. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1975. “[...] O rompimento com a Metrópole, então, se dá pela própria incapacidade portuguesa em atender as premissas adaptadoras das classes que detinham o poder no Brasil e, obviamente, pelo quadro econômico engendrado pelo capitalismo industrial. [...] sabemos que o elemento desencadeador do processo emancipacionista é a própria crise do sistema colonial.” Mazzeo, op. cit., p. 104.

³³ Roberto Schwarz, *Ao Vencedor; as Batatas*. São Paulo, Duas Cidades, 1977. p. 16.

³⁴ Antonio Gramsci, *Quaderni del Carcere - Note Sul Machiavelli (nuova edizione riveduta e integrata, a cura di Valentino Gerratana)*. Roma, Riuniti, 1979. p. 8.

³⁵ No sistema eleitoral censitário da Constituição de 1824, um eleitor que recebia 100 mil réis por ano poderia votar apenas para eleger um eleitor de província. Já o eleitor de província, que deveria receber 200 mil réis por ano, podia votar para deputados e senadores. Para ser deputado o “cidadão” deveria ter uma renda de 400 mil réis por ano, e para ser senador, uma renda de 800 mil réis por ano.

³⁶ Como define Marcos T. Kaplan: “O Estado bonapartista mostra uma independência considerável de qualquer classe específica e da sociedade como um todo, mas não está suspenso no ar, e sua autonomia e neutralidade são, na verdade, mais aparentes que reais. Pretende ser um poder imparcial, encarnação da sociedade e representação simultânea ou sucessiva de várias ou de todas as classes. [...] o bonapartismo surge e funciona a partir de uma determinada ordem social, que — em última instância — não pretende modificar, mas estabilizar e consolidar. De fato, atua assim como essencialmente defensor das classes e frações hegemônicas e dominantes”. *Formação do Estado Nacional*. Rio de Janeiro, Eldorado, 1974. p. 31-32. Ver também a definição de Lenin: “[...] O bonapartismo é uma forma de governo que surge do caráter contra-revolucionário da burguesia, nas condições de transformações democráticas e de uma revolução democrática”. *Los Árboles le Impidem Ver el Bosque*. In: *Obras Completas*, op. cit., v. XXVI, p. 337. Ver Karl Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, op. cit., e também Domenico Losurdo, *Tra Hegel e Marx: La Rivoluzione del 1848 e la Crisi della Cultura Tedesca*. Roma, Riuniti, 1988.

³⁷ Ver F. Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro, Zahar, 1975, especialmente o capítulo 7, p. 289-366.

³⁸ Ver Edgard Carone, *A República Velha*, op. cit., v. II.

CAPÍTULO II

Allegro ma non troppo

Construção e crise da forma-Estado
militar-bonapartista

Após uma necessária digressão, na qual buscamos, recuperar a gênese material das formas autocráticas burguesas brasileiras, procuraremos agora, analisar o quadro histórico-estrutural dos governos militar-bonapartistas que se instalam a partir da segunda metade da década de 60. Vimos anteriormente que a crise dos governos militar-bonapartistas vincula-se ao bloqueio ocorrido pelas contradições do próprio padrão de acumulação baseado na predominância do DIII da economia. Nos interessa, agora, analisar os desdobramentos dessa crise no âmbito do conjunto da sociedade e o aparelho de Estado, fazendo um paralelo com as análises realizadas pelo PCB.

A visão do PCB

No bojo da crise política que antecedeu o golpe de Estado de 1964, o PCB desenvolvia a política de construção de uma frente nacionalista com a “burguesia nacional”. Seu instrumental analítico constituía-se no maior obstáculo à percepção do processo de fratura que se processava no interior do bloco de poder burguês, assim como o rápido esvaziamento que se processava nos reduzidos núcleos democráticos aglutinados em frações burguesas, que começavam a voltar-se na direção dos golpistas. Além disso, em face da crise em que mergulhava o governo Goulart, os comunistas esperavam que as Forças Armadas ficassem neutras, apostando em uma suposta tradição democrática dos militares brasileiros — certamente baseando-se em sua antiga inserção no meio militar, mas que fora totalmente desmantelada após 1935. No entanto, nas teses preparatórias para o VI Congresso — em que reafirmava sua política de frente ampla com a burguesia “nacional” —, o PCB conseguia dar um passo à frente, movido pela crise em que se encontrava o país, quando assinalava a necessidade de construir uma hegemonia proletária no contexto das alianças políticas.¹ Mas, em termos gerais, a linha que se preconizava para o VI Congresso — que seria adiado para 1967 — seguia os passos da política que vinha sendo implementada a partir do V Congresso.

Com o golpe de Estado, o partido se vê obrigado a reavaliar suas posições, fazendo uma autocritica em relação às ilusões para com os militares e em relação à exagerada submissão diante do setor da “burguesia nacional” que estava no poder.² Em documento de 1967, no qual realiza um balanço analítico sobre as razões do golpe de Estado, o PCB, apesar de ratificar as resoluções de 1958-1960, acentuava que havia falhado na construção e na soldagem de um bloco político nacionalista que desse maior apoio ao governo. Mas, segundo sua Resolução Política, a falha estava exatamente no fato de o partido “não ter aplicado corretamente” a linha do V Congresso³ e por ter conciliado com setores à esquerda, no processo de luta interna.⁴

As Resoluções do VI Congresso situam o golpe de Estado no contexto da contraposição que se estabelece entre o grupo “entreguista” e o grupo nacionalista e, dessa forma, conclamam a burguesia “nacional” a formar uma frente antiimperialista e antilatifundiária, ou seja, dentro do mesmo quadro de alianças políticas que vinha realizando. Portanto, nessa análise, é mantida a idéia de que a contradição fundamental — da etapa nacional e democrática da revolução brasileira — localizava-se nas forças produtivas nacionais, que buscavam novas formas de desenvolvimento e progresso, e nos obstáculos que a estrutura da economia do país lhes impunha, sendo que as forças sociais que defendiam a conservação dessa estrutura eram o imperialismo e os latifundiários⁵ — isto é, o imperialismo e o latifúndio constituíam-se num entrave ao desenvolvimento econômico e à democracia. No entanto, as Resoluções acabam reconhecendo certo desenvolvimento do capitalismo no Brasil, mas que ocorria em “setores restritos”. Outro aspecto relevante é que o partido não havia conseguido estabelecer uma vinculação entre sua política de “reboquismo” em relação às frações burguesas que apoiavam o governo Goulart e a derrota política sofrida com o golpe, incluindo o atrelamento do movimento sindical à lógica de uma ação muito mais voltada aos aparatos sindicais institucionais, em detrimento da organização das bases de trabalhadores. Também não dimensionava a inexistência de um campo democrático-popular vigoroso que pudesse efetuar a contraposição ao projeto burguês de

soldagem de um novo bloco de poder. Efetivamente, conclusões que resvalavam em enormes lacunas, que seu instrumental estava incapacitado de preencher.

Algumas considerações

Como sabemos, o golpe de abril de 1964 vem responder às necessidades de ampliação do processo de concentração capitalista, dentro da tradição autocrática da burguesia brasileira, sob a forma de um bonapartismo assentado não em uma pessoa, mas em uma instituição, as Forças Armadas. O golpe de 1964 constitui-se no operador da integração do Brasil ao capitalismo internacional como um país associado e dependente, reprimindo violentamente o movimento operário, assassinando ou jogando nas prisões os opositores, prática esta comum a todos os governos bonapartistas que existiram anteriormente, de D. Pedro I a Getúlio Vargas.

Após 1945, o Brasil viveu algo próximo à uma legalidade democrática em moldes burgueses, não uma democracia de forma clássica, levando-se em consideração a particularidade histórica da formação social brasileira, em que prevaleciam as estruturas de poder local e o coronelismo e vigorava a legislação trabalhista de inspiração fascista, configurando, portanto, a forma política de *autocracia burguesa institucionalizada*. Se, de um lado, a política econômica empreendida pelo governo Kubitschek⁶, como vimos, impulsionou o desenvolvimento de um novo perfil do proletariado brasileiro, determinando o surgimento de um setor altamente produtivo no parque industrial do país e, conseqüentemente, o desenvolvimento de uma classe trabalhadora inserida nos moldes da moderna indústria capitalista, de outro, ao implementar o novo patamar de acumulação, em acordo com a Doutrina Truman, ao mesmo tempo que moderniza as estruturas industriais do país, provoca enorme concentração de renda derivada da forma de acumulação de capital determinada pela estruturação de setores oligopolistas, de que a indústria automobilística e a construção naval são exemplos marcantes.⁷ No final do período Kubitschek, a política de captação de recursos estrangeiros, que provocou grande

endividamento externo e interno, deteriora a já débil balança de pagamentos, propicia alta inflacionária e corrosão no poder aquisitivo dos salários, culminando com uma recessão que irá durar até 1967. Nesse sentido, os governos Quadros e, posteriormente, Goulart serão reféns dessa crise, iniciada pelo padrão acumulador implementado por Kubitschek.⁸

O fato é que Jânio Quadros assume o governo em meio a grave crise econômica. Como uma de suas primeiras medidas, Quadros desvaloriza a moeda. Reformando o sistema cambial, adota uma política de contenção salarial e congela os subsídios para a importação de produtos básicos, como o trigo e o combustível, tendo-se como efeito imediato o aumento do preço do pão e dos transportes.⁹ Mas se as medidas de contenção repercutiram positivamente no exterior, principalmente nos círculos vinculados ao FMI, internamente contribuíram para o descontentamento crescente da sociedade como um todo, tanto dos setores sindicalistas quanto dos empresariais, na medida em que elevaram ainda mais a taxa inflacionária. Nesse sentido, podemos dizer que o governo Quadros careceu de um planejamento eficaz, que levasse em conta a realidade da economia nacional e fizesse uma análise dos elementos positivos e negativos existentes no Plano de Metas de Kubitschek. As medidas econômicas adotadas por Quadros revelaram um governo cuja ação no campo do planejamento econômico era determinada por improvisações.¹⁰ Com a ampliação das áreas de descontentamento em relação ao governo Quadros, fazendo cair rapidamente sua popularidade entre os segmentos urbanos, particularmente entre o proletariado, o movimento sindical de oposição, principalmente o ligado ao sindicalismo de influência comunista, sai fortalecido e passa a atuar de maneira mais incisiva por meio do PUA — Pacto de Unidade e Ação¹¹ —, que culminará com a formação, em 1962, do CGT, o Comando Geral dos Trabalhadores. Como analisa Ianni,

“[...] depois de alguns meses de exercício real de governo, tornou-se evidente que não era fácil combinar estabilidade financeira e desenvolvimento econômico. E muito menos era fácil combinar os compromissos financeiros externos, as concessões ao setor primário exportador, a política antiinflacionária, a intenção

de retomar o desenvolvimento econômico e as exigências da ‘democracia representativa’”.⁵²

Esse é o contexto político-econômico da tentativa de golpe de Estado, em agosto de 1961, em que Quadros visava instituir um governo ditatorial, algo próximo de um “bonapartismo carismático”.¹³ Mas o presidente Quadros não inspirava confiança nem a amplos segmentos da burguesia nem aos militares. Tampouco Quadros articulou politicamente alternativas que pudessem sustentar sua tentativa de golpe. De fato, o plano de Quadros era resultado de uma conspiração solitária de um presidente isolado politicamente, sem apoio efetivo no Congresso, fato que desencadeia uma crise política típica da autocracia burguesa institucionalizada, mas termina com a ascensão de João Goulart à Presidência.¹⁴

A crise que se desencadeia com a renúncia de Quadros demonstra claramente duas questões que aparecem interligadas: em primeiro lugar, o esgotamento das alianças políticas das frações componentes da burguesia e a necessidade de reordenamento da dominação política burguesa, como conseqüência imediata da crise das formas de acumulação instituídas no governo Kubitschek, o que punha em risco a continuidade da oligopolização da economia brasileira e sua permanência no quadro do redimensionamento da economia internacional. As transformações externas do capitalismo mundial e do imperialismo aprofundam ainda mais as dificuldades dessa burguesia, forçando-a a entender que ela não podia reintegrar o Brasil no quadro da economia mundial sem romper também com a utopia da democracia burguesa em um país de tradição colonial — e com a ilusão de um nacionalismo burguês —, dada a subordinação estrutural da economia brasileira aos pólos centrais do capitalismo. Em segundo lugar, a fragilidade mesma da democracia brasileira e das estruturas representativas institucionais, incluindo as político-partidárias, expressando o caráter, a tradição histórico-ontológica da formação social brasileira e os limites que uma autocracia burguesa institucionalizada impõe ao funcionamento das instituições, ainda que dentro de uma legalidade político-institucional totalmente hegemônica pela burguesia.¹⁵

Explicando melhor: o esgarçamento das articulações e divisões de poder, por parte das frações de classe burguesas que apontavam para a necessidade de rearticular o poder, deve ser considerado como o fator primordial para a alteração do rumo político do país (da qual a própria candidatura Quadros é resultante), ou seja, para a recomposição das alianças de poder das classes burguesas. E esse será o *elemento constitutivo* que determinará a crise após a renúncia de Quadros e toda a oposição sistemática que será efetuada ao longo do período Goulart, até sua deposição, com o golpe de Estado de abril de 1964. Os espaços democráticos abertos com a vigência da *legalidade burguesa*, que proporcionaram o avanço e a organização do movimento operário e particularmente o crescimento do PCB, são entendidos como “grande ameaça” à hegemonia de uma burguesia de tradição autocrática que, por isso mesmo, irá responder politicamente formulando um novo projeto de *forma-Estado* de caráter militar-bonapartista, não apenas como um instrumento de soldagem ideológica do seu bloco de classe mas *fundamentalmente* para propiciar a implementação de uma nova etapa de desenvolvimento econômico, baseada na *pax-autocrática*, testada com êxito para os interesses das classes dominantes em muitos momentos da história brasileira.

Portanto, o elemento que determinará o golpe de Estado e a opção pelo bonapartismo estará arrimado numa longa tradição autocrática, como procuramos demonstrar acima, determinado pelo próprio caráter histórico-ontológico do capitalismo brasileiro e, conseqüentemente, de sua burguesia, elemento esse que se agudiza com as alterações ocorridas na organização mundial da economia, pois quanto mais se aprofundam as relações capitalistas, sob a fase monopolista,

“[...] mais as nações capitalistas centrais e hegemônicas necessitam de ‘parceiros sólidos’ na periferia dependente e subdesenvolvida — não só de uma burguesia articulada internamente em bases nacionais, mas de uma *burguesia bastante forte* para saturar todas as funções políticas autodefensivas e repressivas da dominação burguesa.”¹⁶

Efetivamente, a burguesia brasileira vinha movimentando-se dentro dessa possibilidade desde o final da era Vargas. A crise das formas de articulação de

poder e o hiato desencadeado pelo esgotamento da forma política do bonapartismo varguista, internamente, e a derrota do nazi-fascismo na Europa com a participação do Brasil na Segunda Guerra, no plano externo, obrigou as classes dominantes, por certo tempo, a conviver com espaços democráticos dentro de um interregno de construção de novo arranjo político-hegemônico, mais adequado aos novos tempos.

Mesmo assim, o Brasil já havia vivido pelo menos três tentativas de golpe de Estado, após o governo Dutra, e uma delas, como é sabido, resulta no suicídio de Vargas. Mas nenhuma das tentativas encontrou dentro das frações de classe burguesas um consenso ou, melhor dizendo, *condições objetivas para o fortalecimento da autocracia*. Foi exatamente a falência da alternativa Quadros que demonstrou, de um lado, a desarticulação política da burguesia e a não-hegemonia da fração de classe burguesa vinculada mais diretamente ao projeto de um capitalismo associado — que não logrou soldar um bloco de classe em torno de suas posições que permitisse a ampliação da dominação burguesa —, assim como o controle direto do aparelho de Estado e, de outro lado, a necessidade de aprofundar a política iniciada por Kubitschek sem as pressões exercidas pelo movimento sindical, que, sem dúvida, dificultariam a implantação de medidas de contenção de salários, um dos recursos necessários para a acumulação interna do capital. A dificuldade da burguesia em construir nova hegemonia política e o conseqüente embate entre as frações de classe burguesas desagregavam permanentemente as condições de dominação política por parte da burguesia.

De fato, os elementos desarticuladores não estavam somente dentro das frações de classe burguesas, pois também vinham de fora, isto é, do movimento popular e sindical, ainda que essas pressões não se dessem no bojo de radical contestação ao capitalismo e nem na senda de uma crise revolucionária. Nesse sentido, estamos de acordo com Fernandes, que entende ser esta crise muito mais produto da paralisia da dominação burguesa, que terminava por restringir a eficácia política de seu próprio poder.¹⁷ De modo que podemos dizer que as condições sócio-históricas presentes no governo Goulart forneceram os elementos para a soldagem do bloco de poder burguês. Não por uma política deliberadamente

socializante por parte do governo ou por uma radical atuação anticapitalista do movimento sindical, mas porque o governo Goulart agitava-se em meio ao esgarçamento da sociedade brasileira, retrato da desagregação política da hegemonia burguesa¹⁸, *na qual o pólo popular também não havia conseguido atingir o acúmulo histórico-político necessário para desmontar a hegemonia autocrática*. O movimento popular, particularmente os comunistas, agindo de acordo com os direcionamentos de 1958-1960, praticando uma linha política moderada e institucionalista, orientava-se no sentido da realização da “etapa democrático-burguesa” da sociedade brasileira objetivando o desenvolvimento de um capitalismo nacional e independente, como o primeiro momento da revolução brasileira. Desse modo, a linha implementada pelo PCB, de caráter democrático-reformista — que, em sua concepção, deveria estar sendo desenvolvida juntamente com outros segmentos sociais, e com frações da burguesia —, *objetivamente, obstaculizava qualquer tentativa de construção de espaços políticos populares que permitissem a desarticulação do pólo autocrático-burguês*, na medida em que, segundo essa visão, as tarefas democráticas deveriam estar sendo capitaneadas não pelo proletariado, mas pela burguesia “progressista”.¹⁹ No entanto, se não havia condições para uma “situação revolucionária” no quadro político brasileiro, nem mesmo um espaço político para operar uma ação mais incisiva do campo popular, cresciam contradições dentro da sociedade, que poderiam desaguar numa situação de radicalização democrática, que possibilitaria o desencadear de uma situação pré-revolucionária, pondo em risco a autocracia burguesa, ameaça esta determinada muito mais pela corrosão de sua hegemonia em função das lutas intestinas entre suas frações de classe do que pela ação política das esquerdas e, particularmente, dos comunistas.

A crise conjuntural da hegemonia burguesa e sua conseqüente divisão interna faz com que uma fração de classe burguesa, o segmento não diretamente vinculado ao capital externo, aproxime-se momentaneamente das posições democráticas, na medida em que lhe faltam canais próprios para sua manifestação ideológica.

“A extrema concentração social da riqueza e do poder não conferia à burguesia nativa espaço político dentro do qual pudesse movimentar-se e articular-se com os interesses sociais mais ou menos divergentes. Ela só podia, mesmo, mostrar-se ‘democrática’, ‘reformista’ e ‘nacionalista’ desde que as ‘pressões dentro da ordem’ fossem meros símbolos de identificação moral e política, esvaziando-se de efetividade prática no vir a ser histórico”.²⁰

Mas à medida que se aprofundam as contradições e amplia-se o espectro da participação democrática dos setores populares na vida social do país, que obrigam o presidente Goulart a realizar, cada vez mais, concessões aos movimentos populares, ainda que dentro do campo reformista — como o decreto da reforma agrária, a Lei de Remessa de Lucros etc. —, essa mesma burguesia, em sua grande maioria, inicia o recuo de suas posições “progressistas”, abandona o governo Goulart e apóia o *Coup de main* de caráter bonapartista, que se torna possível quando o bloco político burguês alcança o consenso consolidado pela unidade em torno de princípios ideológicos que tinham por objetivo a preservação da dominação de classe e de seus valores econômicos, sociais, culturais e políticos. Assim, o

“[...] golpe de abril de 1964 expressou [...] o direcionamento político e econômico pretendido pela burguesia brasileira. Refletindo mais profundamente sobre o sentido do golpe, podemos afirmar que ele configurou a tendência tradicionalmente reacionária dessa burguesia, [...] as reformas janguistas não visavam nada mais do que a uma modernização autonomista e nacionalista para o país. Entretanto, para que tais reformas pudessem ser desencadeadas, era necessário ampliar os espaços democráticos e instalar um real Estado democrático-burguês no país. A perspectiva de maior participação popular nas decisões políticas bastou para que a burguesia brasileira, inclusive a “nacional”, recorresse a seu expediente historicamente aprovado. Novamente a saída é o bonapartismo, agora, através de uma instituição: o Exército, também tradicionalmente golpista e vinculado aos donos do poder.”²¹

Uma vez estabelecido no poder, o governo militar-bonapartista implementará uma série de iniciativas políticas imediatas: a) o reordenamento do

aparato estatal visando, rapidamente, extirpar os espaços democráticos conquistados durante a vigência da *legalidade democrática burguesa* — a autocracia institucionalizada — objetivando refrear as movimentações populares e os setores democráticos da sociedade. Ao mesmo tempo, e de forma articulada, foram desencadeadas medidas econômicas para reativar e aprofundar o padrão de acumulação capitalista baseado na expansão do DIII²² e, para isso, era de fundamental importância resolver problemas de pagamentos externos que o padrão acumulador, agora alargado, iria requerer ; b) no plano interno, implanta-se uma ampla política de contenção salarial, mediante violenta ação repressiva ao movimento sindical, além de uma política de incentivos fiscais, que propiciaria o retorno de parte dos recursos públicos fornecidos gratuitamente às empresas privadas²³; c) no plano externo, após eliminar a Lei de Remessas de Lucros, de 1962, captam-se recursos financeiros, sob a forma de empréstimos, criando as condições para a atuação dos grandes conglomerados e para criar meios de pagamentos externos, possibilitando remessas de lucros, dividendos, *royalties* etc.²⁴

A soldagem do novo bloco hegemônico e a construção de uma “face institucional” para a nova *forma-Estado* bonapartista, tinha como pressuposto a necessidade de acomodamentos entre as frações de classe burguesas, o que significava aprofundar o arranjo político que constituiria o elo entre os grupos políticos que apoiaram o golpe de Estado. No entanto, a amarração do bloco político de sustentação era bastante incipiente, pois fora feita com base em princípios de conteúdos ideológicos genéricos, tendo como epicentro o combate à “ameaça comunista”. Para o pólo ideológico-hegemônico desse bloco — a burguesia associada diretamente ao capital internacional, ao imperialismo e a seus aliados externos²⁵ — era fundamental dar ao novo governo uma feição não somente de legalidade institucional, mas de amplo apoio político, também no Congresso Nacional, procurando dar mais segurança aos governos e empresários estrangeiros interessados em investir capitais no país.⁶⁴ Não por acaso, logo após um golpe de Estado que destituiu um presidente legalmente empossado, já no dia 1º de abril, o presidente do Senado, que havia apoiado o movimento golpista, Auro Moura Andrade, apressa-se em buscar uma fachada “institucional” à deposição do presidente, articulando a

“vacância” do cargo de presidente da República, declarada oficialmente na madrugada do dia 2, que permitiu a posse “legal” do presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli.²⁷ Entretanto, para além da postura emblemática de Moura Andrade, esse foi um dos passos fundamentais para a montagem inicial de um bloco de sustentação mais vigoroso, que procurou dar um caráter institucional ao movimento e no qual, claramente, destacaram-se os grupos políticos mais relevantes na articulação da nova *forma-Estado*, isto é a UDN (União Democrática Nacional) e o PSD (Partido Social Democrático) de Minas Gerais²⁸, grupos representantes do novo direcionamento político do Brasil, e que, posteriormente, seriam ampliados, a partir da crise de 1965, que resulta em um rearranjo político que proporcionou o alargamento do espectro de participação dos outros segmentos das frações de classe burguesa, com a promulgação do AI-2²⁹, quando o Estado militar-bonapartista começa a construir a *forma-Estado* do novo bloco hegemônico, consolidado pelo AI-5, em 1968. Tudo isso, no entanto, sem deixar de enfatizar a necessidade de dar ao governo militar-bonapartista uma face “institucional”. O governo e a instituição militar, representada pelo Exército, deveriam aparecer como “representantes da vontade da maioria” da sociedade.

De modo que a *forma-Estado* autocrática, de caráter militar-bonapartista, estrutura-se não com a figura de um *condottiere*, mas arrimada no Exército enquanto instituição. Não somente porque, naquele momento, o Exército gozava de confiabilidade, pois ainda repercutia positivamente sua participação vitoriosa na luta direta realizada contra o nazi-fascismo, no teatro de operações europeu, e, dentro dessas circunstâncias, possuía as condições de apresentar-se ante à nação como a instituição competente para construir o Leviatã “defensor” da democracia e da probidade administrativa, “acima dos interesses de classe”, contra a corrupção política e moral do país, mas também e *principalmente* por se tratar de uma alternativa em que o elemento institucional deveria aparecer como o aspecto fundamental do novo governo e da nova *forma-Estado*. Ao mesmo tempo que não fecha o Congresso — dentro de uma estrutura criada de bipartidarismo — e permite a realização de eleições, o governo militar-bonapartista, utilizando-se dos instrumentos repressivos fornecidos pelos Atos Institucionais, controlava possíveis movimentações de

segmentos da sociedade civil e também subordinava e submetia o Congresso Nacional aos seus interesses.

A *forma-Estado* autocrática militar-bonapartista ganha sua feição mais acabada entre os anos de 1968 e 1973, e vive seu auge no período Médici (1969-1974), quando os ajustes internos, entre as frações de classe burguesas encontram certo acomodamento, e o governo consegue impulsionar uma política econômica que eleva os índices de crescimento do PIB, entre 1968 e 1974, a taxas anuais de 10,9%, o que também possibilitou que os governos militar-bonapartistas tivessem apoio de classe média e de segmentos do proletariado. Levando-se em conta a existência de todo um sistema político-repressivo, a censura aos meios de comunicação e a autocensura e conivência de influentes órgãos da imprensa, como a Rede Globo e, particularmente, a timidez da oposição exercida pelo MDB (Movimento Democrático Brasileiro), que transita de uma atuação mais radicalizada, até 1968, para uma bastante moderada — fato que terá repercussão negativa no enfrentamento à ditadura bonapartista³⁰ —, não podemos deixar de ver, entretanto, nas vitórias eleitorais da Arena (Aliança Renovadora Nacional) um termômetro do apoio que o governo militar-bonapartista recebia de um segmento considerável da sociedade civil, pelo menos até 1974, quando o modelo de acumulação adotado entra em agonia.

A crise de um padrão de acumulação baseado no desenvolvimento do DIII da economia, conhecido como “milagre econômico”, será responsável pela desarticulação progressiva do bloco político de sustentação do governo militar-bonapartista e, conseqüentemente, de sua *forma-Estado*, o que leva o governo Geisel (1974-1979) a buscar alternativas de recomposição econômica e política, visando reorganizar um núcleo de apoio que se desintegrava rapidamente.

O II PND, o projeto econômico de Geisel, que tinha por objetivo responder à desaceleração de um padrão interno de industrialização e à crise externa do capitalismo, procurou construir um novo padrão acumulador reestruturando o aparato reprodutivo, com base em um novo patamar de industrialização, baseado na indústria pesada — DI da economia — e no fortalecimento do capital privado

nacional, que seria coordenado e financiado pelo BNDE.³¹ Esse deslocamento do eixo dos rumos de padrão acumulativo nos dá a dimensão da crise que se estabelecia dentro do bloco de sustentação política do governo militar-bonapartista e das necessidades de reconstrução de um eixo político de acordo com as modificações no campo econômico, com implicações profundas na própria morfologia da *forma-Estado* vigente.³² Estavam lançadas as bases para o que ficou conhecido como a *auto-reforma* do regime, e que será implementada por Geisel e Figueiredo.³³ A *auto-reforma*, que expressava a recomposição política do bloco hegemônico da burguesia, prepara a transição da *forma-Estado* autocrática militar-bonapartista para a forma de *legalidade burguesa autocrático-institucional*, confirmando o velho “pêndulo” político das formas de Estado no Brasil. No entanto, e como um elemento contraditório a mais, o padrão de acumulação engendrado no período 1962-1974 possibilitou o desenvolvimento de um proletariado moderno e, particularmente, de uma classe operária com um poder de reivindicação maior, que acaba por operar, com as mobilizações sindicais realizadas no final dos anos 70, a aceleração da auto-reforma, que desembocaria na transição “pelo alto”, com a transferência do poder ao civil Tancredo Neves. Tudo isso, não sem antes reorganizar institucionalmente o país por meio de reformas que passavam pela anistia aos políticos cassados pela ditadura e, o que era fundamental na recomposição do bloco político hegemônico burguês, mediante a reforma partidária³⁴. Dessa forma, chegaria ao fim o bipartidarismo e se permitiria criar ou refundar vários partidos políticos (excetuando-se os partidos comunistas – PCB e PCdoB –, que continuaram na clandestinidade até 1985), visando dividir a oposição, concentrada no MDB, e recompor a sustentação governamental com uma nova agremiação, que não somente viesse substituir a Arena, rebatizada como PDS (Partido Democrático Social) na tentativa de desvencilhar o nome do novo partido daquele que tinha sido o braço político da autocracia bonapartista, mas fundamentalmente representasse a criação de um partido alternativo de governo que pudesse ser a expressão de nova costura política.

Mas apesar dos esforços, o bloco de sustentação política da forma bonapartista estava irremediavelmente cindido, e o surgimento do PP (Partido Popular) é a expressão dessa divisão. Assim, foi “[...] impossível, em conseqüência,

constituir uma nova base política para a ditadura e, através dela, marchar na direção de uma reabsorção gradual do pólo militar.”³⁵ O PP surge pelas mãos de elementos reformadores do regime que desejavam uma recomposição mais ampla da política nacional. De certa maneira, o bloco hegemônico burguês abriu uma nova frente para implementar a auto-reforma e articular a “abertura democrática” necessária para a recomposição da dominação burguesa. Desse modo, o PP acaba por encampar bandeiras políticas que tinham sido da oposição, assumindo claramente a necessidade de o país transitar para um governo democrático.

Estavam objetivadas as condições para o fim da *forma-Estado* autocrático-bonapartista, o fechamento de mais uma experiência bonapartista, das muitas vividas pelo Brasil em sua história. Engendrava-se agora, ainda que reformulada historicamente, o retorno à *legalidade burguesa autocrático-institucional*, que permitiria a construção de um novo bloco hegemônico, mais afinado com as mudanças do capitalismo no plano mundial.

NOTAS

¹ Cf. Chilcote, op. cit., p. 139.

² Cf. *Democratic and National Struggle in Brazil and its Perspectives*, apud Chilcote, op. cit., p. 142.

³ Ver “Resolução Política”, de 1967. In: *PCB: Vinte Anos de Política*, op. cit.

⁴ Ante a dificuldade de estabelecer uma análise objetiva sobre os reais elementos determinantes do golpe de Estado, o partido se vê mergulhado em uma série de dissidências internas que ocorrem entre dirigentes e militantes de base e que terminam em cisões. Obviamente, havia um caldo de cultura favorável a questionamentos, que apareciam como produto de toda uma época. O quadro mundial era extremamente complexo. Os comunistas do Vietnã lutavam contra a maior potência imperialista do mundo, de armas em punho. Em Cuba, um grupo de destemidos guerrilheiros revolucionários havia tomado o poder e instalado um governo socialista no país. “Che” pregava a revolução continental latino-americana, os comunistas chineses haviam tomado o poder, cercando as cidades, partindo do campo (pondo em cheque o modelo clássico da teoria revolucionária hegemônica do MCI); os negros norte-americanos marchavam por direitos civis e os estudantes se confrontavam com a polícia em várias partes do mundo. Na América Latina, os militares e a burguesia estruturavam governos de corte militar-bonapartista. Todos esses problemas, que expressavam um momento de crise global — bem como do próprio projeto revolucionário —, certamente agitavam os corações e as mentes de inúmeros militantes comunistas. No entanto, o grupo dirigente não conseguiu dimensionar a complexidade desses questionamentos, enfrentando-os com soluções “administrativas”, o que levou ao cerceamento de qualquer perspectiva de debate interno, tangenciando essas questões, além dos aspectos e especificidades fundamentais que haviam determinado o golpe de 1964. Colocando-se na defensiva, ante a crise do projeto revolucionário mundial e nacional, a maioria do Comitê Central mostrou-se incapaz de enfrentar toda essa intrincada temática, limitando-se a reafirmar as velhas formas de ação política, matizadas por seu instrumental teórico cristalizado. Agindo dessa forma, o grupo dirigente não assumiu a tarefa de desencadear a necessária discussão sobre as possibilidades de novos caminhos e novas formas de luta política. Essa postura acaba colocando o partido em uma encruzilhada perversa — isto é, o PCB, espremido entre um projeto de luta armada, descolado da concretude histórica, de viés idealista, e as velhas diretrizes, que vinham informando a ação prático-teórica do partido —, obrigando o conjunto partidário a optar por uma linha teórico-programática estática, que, em sua debilidade, não possibilitava a compreensão das novas contradições

e dos novos problemas que se estabeleciam no interior do processo do desenvolvimento das formas de sociabilidade capitalista, e particularmente do capitalismo brasileiro, assim como o caráter histórico de sua burguesia “nacional”.

⁵ Ver “Resolução Política”, dezembro de 1967, op. cit., p. 171 [“nosso objetivo estratégico”].

⁶ Ao longo do governo Kubitschek, e seguindo as diretrizes da Declaração de Março de 1958, o PCB desenvolverá uma linha política marcada pela oposição moderada, tentando caracterizar suas forças componentes como heterogêneas e contraditórias, compostas, de um lado, por “entreguistas” e reacionários, vinculados aos interesses do imperialismo, e, de outro, por democratas e progressistas, componentes da burguesia “nacional”, que constituiriam o equilíbrio “positivo”, juntamente com as forças populares e, particularmente, com o proletariado, sem entender que, como acentuava Caio Prado Júnior, as “contradições” entre as frações burguesas, que poderiam estar trazendo a burguesia de caráter “nacional e democrático”, não representavam mais do que *contradições menores*, determinadas por interesses imediatos e pelo esgarçamento do bloco do poder burguês. Ver Caio Prado Júnior, “Panorama da Política Brasileira”. *Revista Brasiliense*. São Paulo, Brasiliense, n. 38, p. 1-15, nov./dez. de 1961.

⁷ Conforme Oliveira, a “[...] simples existência de um Departamento III numa economia subdesenvolvida já é, em si mesma, sinal de concentração da renda; as dimensões do Departamento III na economia brasileira, cujo tamanho inicial foi recriadamente ampliado em parte pelos próprios resultados da concentração da renda que criou um mercado altamente seletivo, indicam mais que qualquer estudo de distribuição de renda, o grau extremamente concentrado da riqueza na economia brasileira”. Op. cit., p. 89-90.

⁸ Ver Oliveira, op. cit., p. 90. Como analisa Nelson W. Sodré: “As sucessivas injeções de papel moeda impulsionaram, no período 1955-1961, o aumento de preços de maneira violenta: em 1959, o índice do custo de vida saltou para mais de 40%, marca máxima no século; ao mesmo tempo, a exportação do café não produzia as divisas necessárias para atender as importações e o serviço da dívida. Foi necessário, com as limitações da opção planejada, recorrer ao mais velho dos remédios: o dos empréstimos externos”. *Brasil: Radiografia de um Modelo*. Buenos Aires, Orbélius, 1973, p. 109.

⁹ “O presidente prometeu reduzir o déficit governamental e fez novos investimentos no setor exportador a fim de ajudar a superar a ‘insuficiência crônica das exportações’ brasileiras. Essas reformas contribuíram para obter a aprovação do FMI, dando a Quadros o pré-requisito para renegociação das dívidas, coisa que Kubitschek não conseguira”.

Thomas Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*. 2. ed. Rio de Janeiro, Saga, 1969. p. 240.

¹⁰ “No que diz respeito à economia do País, o Governo Quadros defrontou-se com problemas tais como: a crescente influência e importância do poder público no conjunto do sistema econômico nacional; o agravamento dos desequilíbrios econômicos setoriais e regionais; a ineficácia da administração pública; a necessidade e urgência de renegociação da dívida externa; a necessidade de propor e executar um programa de investimentos públicos e a necessidade de formular e executar uma política de incentivos à empresa privada, principalmente pequena e média. Nesse conjunto de problemas, entretanto, destacava-se a inflação, como o desafio maior, diante do qual se encontrava o governo”. Octavio Ianni, *Estado e Planejamento no Brasil*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1971. p. 198.

¹¹ O PCB irá fazer uma ferrenha oposição ao governo Quadros, enquadrando-o como entreguista e denunciando sua política de estabilização econômica. Ver “Os Comunistas e o Governo de Jânio Quadros”, 10 de março de 1961. In: Carone, op. cit., v. 2, p. 234.

¹² Ianni, op. cit., p. 203.

¹³ “Não um golpe de Estado convencional, arrimado nas Forças Armadas, e sim um golpe de Estado aceito pelo consenso nacional, que lhe permitisse dirigir o país acima das classes sociais e dos partidos políticos [...] Seu plano consistia em renunciar ao governo, comovendo as massas, e levar as Forças Armadas, sob comando dos ministros reacionários, a admitir sua volta como ditador, para não entregar o poder a João Goulart [...]” Moniz Bandeira, *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil - 1961-1964*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1977, p. 21.

¹⁴ Sobre a crise que se desencadeia após o golpe da renúncia de Jânio Quadros, ver as análises detalhadas de T. Skidmore, *Brasil: de Getúlio a Castelo*, op. cit.; Hélio Silva, *1964: Golpe ou Contragolpe?*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1975; e Moniz Bandeira, op. cit.

¹⁵ Os indícios de uma crise institucional já apareciam no horizonte político brasileiro há muito, quando os segmentos hegemônicos da burguesia brasileira tentavam alterar o quadro de *legalidade burguesa* engendrado pelo pós-guerra, ou seja, a “democratização” de 1945. Uma de suas lideranças expressivas, Carlos Lacerda, vinha tensionando o cenário político nacional, no sentido de organizar um golpe de Estado, desde as eleições que levaram Dutra à Presidência da República, quando o candidato de seu partido, a UDN, o brigadeiro Eduardo Gomes, ficou em segundo lugar, obtendo 34,7 % dos votos. Na

verdade, já naquele momento, setores da burguesia apontavam a necessidade de alterações do quadro econômico, na direção de uma modernização da estrutura produtiva e da implantação de um governo “forte” de caráter bonapartista, exprimindo o temor, por parte da grande burguesia brasileira, da organização dos setores populares, principalmente do PCB. Ver Skidmore, op. cit. , particularmente os capítulos IV e V. Ver também Marina G. de Mendonça, *Trajatória Política de um Demolidor de Presidentes: (Carlos Lacerda: 1930-1968)*. Tese de Doutorado, São Paulo, USP, 1997, v. II, mimeogr.

¹⁶ Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*, op. cit. , p. 294 (grifos nossos).

¹⁷ Ver F. Fernandes, op. cit. , p. 322.

¹⁸ O exemplo maior de que o governo Goulart expressa a crise de hegemonia determinada pela inserção do Brasil no novo quadro mundial do capitalismo é a tentativa de conciliação nacional implementada pelo presidente, quando assume o governo, buscando equilibrar-se entre as pressões do campo popular e as do bloco político da burguesia. Esse política de conciliação era tal que o presidente, em abril de 1962, vai aos EUA visitar o presidente Kennedy, objetivando arrefecer a ferrenha oposição de direita ao seu governo. Ver Skidmore, op. cit., e também Hélio Silva, *op.cit.*

¹⁹ Como podemos ler nas Resoluções do V Congresso: “A fim de derrotar o inimigo comum, é necessária a frente única das várias forças interessadas na emancipação e no progresso do Brasil. A Aliança dessas forças resulta de exigências da própria situação objetiva. Como o imperialismo norte-americano e seus agentes internos constituem o inimigo principal, a frente única é muito ampla do ponto de vista de sua composição de classe. [...] A classe operária deve aliar-se à burguesia ligada aos interesses nacionais e outras forças e, simultaneamente, lutar contra as tendências conciliadoras e antidemocráticas que nelas se manifestam”. “Resolução Política do V Congresso do Partido Comunista Brasileiro - 1960”. In: *PCB: Vinte Anos de Política: 1958-1979*, op. cit. , p. 50-51.

²⁰ F. Fernandes, op. cit. , p. 324.

²¹ Mazzeo, *Burguesia e Capitalismo no Brasil*, op. cit., p. 47.

²² “O problema fundamental consistia em criar condições para a retomada do processo de industrialização, a partir do complexo industrial de que se dotara o país e que vinha sendo amplamente subutilizado.” Celso Furtado, *Análise do Modelo Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1972. p. 37-38.

²³ Ver Oliveira, op. cit. p. 93 e segs.; Nelson W. Sodré, op. cit., p. 113 e segs.; e Celso Furtado, op. cit., p. 37 e segs.

²⁴ Ver Oliveira, op. cit., p. 96.

²⁵ É bastante conhecido o papel dos EUA no golpe de Estado de 1964, cujo governo desempenhou fundamental apoio logístico à movimentação golpista, por intermédio de seu embaixador, Lincoln Gordon, e de seu assessor direto, Coronel Vernon Walters. Dentre a vasta bibliografia que analisa o papel do governo norte-americano no golpe de Estado de 1964, destacamos: Skidmore, op. cit. ; Moniz Bandeira, op. cit. e Irving L. Horowitz, *Ascensão e Queda do Projeto Camelot*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira. p. 69.

²⁶ Nesse sentido, estamos de acordo com a análise de Guillermo O'Donnell sobre os Estados construídos por golpes militares conservadores e "autoritários": "Os problemas inaugurais do BA [Estado Burocrático-Autoritário] são dois. Primeiro, extirpar a 'ameaça'. Segundo, conseguir que comecem a entrar novos fluxos de capital internacional. [...] Quanto ao segundo, o essencial é que essas transfusões têm que ser conseguidas. E precisamente por um país que tem ante a 'comunidade internacional de negócios' toda a 'má fama' resultante de sua história recente de 'ameaças' e de incertos comportamentos governamentais e sócio-econômicos. [...], não se trata só de convencer sobre a intenção de executar políticas 'razoáveis' que criarão um clima atrativo para o ingresso e expansão interna do capital internacional. Muito mais que isso, *trata-se de convencer que se conta, ainda com a capacidade política necessária para manter essas políticas por um bom tempo*" (grifos do autor). Paulo Sérgio Pinheiro (Org.), *O Estado Autoritário e os Movimentos Populares*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. p. 49-50.

²⁷ Moura Andrade declara: "Comunico ao Congresso Nacional que o Sr. João Goulart deixou, por força dos notórios acontecimentos de que a Nação é conhecedora, o Governo da República". Apud Hélio Silva, op. cit., p. 425. Como ressalta Skidmore: "O presidente do Senado, Auro Moura Andrade, resolveu o problema. Os militares estavam exigindo que fosse facilitado o caminho para a posse de um novo presidente que eles indicariam — sem dúvida um general. Diante disso, nas primeiras horas da manhã de 2 de abril, Moura Andrade simplesmente declarou vacante a presidência, ato sem qualquer amparo legal que provocou furiosos protestos dos deputados do PTB. A Constituição especificava que se a presidência vacasse o próximo a ocupá-la seria o presidente da Câmara dos Deputados (Ranieri Mazzilli) por um prazo máximo de 30 dias, enquanto o Congresso tratava de eleger um novo chefe de governo. Neste ponto a Constituição foi observada: Mazzilli tornou-se presidente em exercício. A assunção ao poder da Revolução, nascida de um ato arbitrário, estava agora seguindo a mais estrita constitucionalidade. Não seria este o último exemplo de semelhante esquizofrenia". Skidmore, op. cit., p. 46.

²⁸ Ver a composição política do gabinete ministerial do primeiro governo militar-bonapartista em Skidmore, op. cit., p. 52-54.

²⁹ A grave crise de 1965 é desencadeada pelas eleições governamentais de outubro, quando a coligação PSD-PTB, partidos que se opunham, ainda que brandamente, ao golpe bonapartista, vence nos Estados de Minas Gerais e Guanabara, onde as lideranças civis do movimento golpista, respectivamente, Magalhães Pinto e Carlos Lacerda, eram governadores. Isso causará uma ruptura política dentro do novo bloco hegemônico, expressa não somente pelo movimento militar no Rio de Janeiro, visando depor Castelo Branco, mas pelo rompimento definitivo de Lacerda com o governo, determinando também a recomposição política do bloco hegemônico e a própria forma da estruturação partidária. Ver Maria D'Alva Gil Kinzo, *Oposição e Autoritarismo: Gênese e Trajetória do MDB - 1966/1979*. São Paulo, Vértice, 1988. p. 21 e segs., também Skidmore, op. cit., capítulos III e IV.

³⁰ “[...] até o final de 1968, a atuação do MDB tendeu à radicalização. [...] o partido caminhou na direção oposta, entre 1968 e 1970, inclinando-se à moderação. Se isto possivelmente foi a única estratégia viável para enfrentar uma situação de fechamento e de repressão, por outro lado não se pode esquecer a influência do grupo moderado no interior do partido. De qualquer modo, a adoção de uma linha moderada teria impacto no desempenho do MDB [...]”. Kinzo, op. cit. p. 129.

³¹ Ver Fiori, op. cit., p. 57-84.

³² A derrota eleitoral da ditadura, em novembro de 1974, é o maior sintoma da desagregação da *forma-Estado* militar-bonapartista e do esgarçamento do bloco de sustentação do poder. O MDB sai vitorioso, após derrota esmagadora da Arena nos principais centros do país. “O MDB tinha quase dobrado sua representação na Câmara dos Deputados (o número total das cadeiras tinha crescido de 310 para 364) elevando-se de 87 para 165. A Arena caiu de 223 para 199. Os resultados no Senado foram igualmente dramáticos. A delegação do MDB aumentou de 7 para 20, enquanto que a Arena caiu de 59 para 46. [...] Além disso, o MDB ganhou o controle das assembleias estaduais nos estados-chave, onde o eleitorado urbano era crucial: São Paulo, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro (incluindo a cidade do Rio), Paraná, Acre e Amazonas”. T. Skidmore. In: A. Stepan (Org.), *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1988. p. 34.

³³ O bloco político-hegemônico, ao construir seu projeto de “descompressão” (leia-se, *auto-reforma*), deparou-se com um grande problema, isto é, o de enfrentar a “autonomia relativa” do Estado militar-bonapartista, e seus aparatos repressivos, como demonstraram

os episódios das prisões e mortes de inúmeros militantes do PCB, em 1975. Sobre esse momento, ver T. Skidmore, *Brasil: de Castelo a Sarney*, op. cit.

³⁴ “Os estrategistas políticos do presidente, à frente o general Golbery, imaginaram uma solução parcial: dissolver o sistema bipartidário e promover a criação de múltiplos partidos com elementos da oposição, mas preservando as forças do governo em um único partido. [...] O governo manteria assim o seu controle seja pela divisão dos votos da oposição ou pela formação de uma coalizão com os elementos mais conservadores do partido adversário. Acima de tudo, o governo tinha que romper a unidade oposicionista”. Skidmore, op. cit., p. 427.

³⁵ Florestan Fernandes, *A Ditadura em Questão*, op. cit., p. 29.

CAPÍTULO III

Lento con grande espressione

A “Nova Teoria Consagrada” como
operador político do PCB

O modelo de acumulação baseado no DIII da economia propiciou, como vimos, o surgimento de uma classe operária moderna e inserida nos moldes de um proletariado contemporâneo. Além do mais, o desenvolvimento de novas forças produtivas e de novas relações sociais de produção irá também determinar a proletarianização de um amplo espectro dos segmentos médios componentes do tecido social e, conseqüentemente, sua organização, inserção e influência no movimento sindical.¹ As movimentações operárias que ocorrerão em São Paulo, na região conhecida como ABC paulista, tendo em sua vanguarda os trabalhadores metalúrgicos, refletem a crise estabelecida no padrão acumulador vigente e irão constituir um dos elementos fundamentais para a desagregação final da *forma-Estado* militar-bonapartista, na medida em que alcançarão um patamar político que irá *transcender a ação imediata mesma das greves*, ao pôr em cheque não somente a política salarial e as relações trabalhistas do governo, mas o próprio *aspecto fundante* da política econômica e do modelo de acumulação de capitais, assim como a forma bonapartista, obrigando a burguesia a uma posição defensiva no contexto da *auto-reforma*, que tinha por objetivo a recomposição de seu bloco de apoio político.

Nesse sentido, essas movimentações grevistas adquirem um aspecto de profunda relevância. Destroçado de sua reconstrução e amordaçado pelos governos militar-bonapartistas, o movimento operário que se organiza ao final dos anos 70 põe no centro da política nacional os trabalhadores, fazendo ressaltar o aspecto qualitativo do novo proletariado que se conforma a partir dos anos 60. Este é sem dúvida um aspecto novo na política brasileira, dado que um amplo setor das *classes subalternas*, que sempre foi excluído dos processos político-decisórios do país, passa a exercer um papel fundamental nos rumos da vida político-institucional brasileira. Tendo como elemento de ação suas movimentações grevistas, os operários desempenharão um papel que irá colocar em nível superior as manifestações pró-democracia no país. Partindo de reivindicações imediatas contra o arrocho salarial, a luta operária acaba por questionar a superexploração do trabalho, assim como seu fundamento jurídico e político.

Nessa perspectiva, as movimentações operárias contêm, em si, um elemento de *crítica objetiva* à ditadura militar-bonapartista muito mais profundo do que a realizada até aquele momento por uma oposição cuja ação política limitava-se ao campo institucional, definindo-a genericamente como luta contra o “autoritarismo”. Assim, as mobilizações operárias acabam *deslocando o eixo da luta* contra o militar-bonapartismo, retirando-a do plano meramente *politicista* e remetendo o combate a uma dimensão mais ampla, incorporando em suas lutas outros aspectos componentes da estrutura da *forma-Estado* militar-bonapartista, incluindo, e *fundamentalmente*, sua base econômica. Sob essa ótica, não podemos restringir os conteúdos das greves às reivindicações imediatas contra a política salarial ou a política institucional, pois seria reduzir todo o elemento de complexidade presente na ação operária e também seus profundos desdobramentos políticos. O significado das greves é mais amplo do que o mero aspecto reivindicatório. Não que as reivindicações imediatas estivessem fora das razões e dos discursos grevistas. No entanto, estas apareciam como um elemento epifenomênico, detectável imediatamente pelo olhar empírico.²

Para além das pautas imediatas, fossem elas as trabalhistas, fossem as que pediam liberdade e autonomia sindical, ou ainda a conjunção de diversos elementos presentes na realidade cotidiana da fábrica, o fundamento das greves deve ser buscado na articulação de dois fatores nodais, realizada simultaneamente pela ação operária: *o questionamento da base econômica e da superestrutura jurídico-política do bonapartismo*. A crítica efetuada à ditadura pelo movimento operário, por meio do confronto direto com o governo, após a organização autônoma dos trabalhadores, além de superar o *politicismo*, realizando a luta no âmbito de sua base de sustentação — *a econômica* —, adquire também um conteúdo de profundo questionamento dos projetos e programas políticos das esquerdas, sejam as ligadas à vertente comunista histórica do PCB — e suas variantes, como o PCdoB —, sejam as que assumiram perspectivas “vanguardistas” ao criticar, de um lado, uma esquerda que ainda raciocinava no sentido de manter a oposição ao bonapartismo nos moldes anteriores, ou seja, dando continuidade à política de *frente ampla*, quando aquela forma de luta política encontrava-se esgotada, na medida em que o núcleo de sustentação política

da *forma-Estado* militar-bonapartista vivia um processo de esgarçamento³ e, de outro, a esquerda que vinha do enfrentamento armado direto com a ditadura militar-bonapartista e que, efetivamente, ainda estava distanciada do conjunto do movimento operário-popular. Nesse sentido, as movimentações operárias, mesmo que operando sob a ótica *intuitivo-política* — na medida em que não possuíam um claro projeto político de transformação social —, apontaram a necessidade e a *possibilidade objetiva* de se construir uma contraposição à ditadura pela hegemonia operário-popular e, ao mesmo tempo, a perspectiva do deslocamento do centro da luta pela democracia da *frente ampla*, concentrada então no MDB, para uma alternativa política que contemplasse o elemento classista.

No entanto, por ter sido produto de ações espontâneas, apesar de seu potencial, o movimento grevista careceu de uma direção politicamente consciente e de um núcleo dirigente que realizasse a *mediação* entre as manifestações da consciência imediata com uma ação mediada por uma política que permitisse o desenvolvimento das imensas potencialidades imanentes àquelas movimentações operárias. Isso era tão evidente que, mesmo dentro de uma visão difusa e intuitiva, algumas lideranças esboçaram uma percepção sobre a *necessidade* de adoção de um instrumento mais eficaz de intervenção política, e juntamente com grupos de esquerda — que se aproximam do movimento operário no período das mobilizações ascendentes —, acabam aderindo à idéia de fundar um partido político que defendesse os interesses dos trabalhadores, ainda que restrita a uma definição genérica de partido político e dentro de um caldo de cultura muito permeado por uma concepção espontaneísta. Além disso, inicialmente não havia consenso entre os sindicalistas, que tendiam a ver os políticos e a política com muita desconfiança.⁴ Mas o fato é que acima das divergências sobre a adesão à idéia da criação de um partido de trabalhadores havia objetivamente uma cultura política que privilegiava o espontaneísmo, em detrimento de uma estrutura organizativa dotada de instrumentais teóricos que pudessem nortear a ação operária, o que evidenciava a extrema debilidade na formação política de suas lideranças.

Assim, a espontaneidade das greves constitui-se no fator exponencial para que possamos entender não somente seu caráter de manifestação de classe, ainda que no sentido de uma *consciência imediata*,⁵ mas também, seus desdobramentos políticos — que acabam objetivando a própria formação do Partido dos Trabalhadores — como a expressão mesma das *singularidades* histórico-sociais que determinaram as manifestações operárias e dos trabalhadores em geral, assim como seus conteúdos ideológicos, no final dos anos 70. A espontaneidade dos movimentos grevistas não reside, portanto, na presença ou não do sindicato nas mobilizações. Seu fundamento está exatamente no *ser-precisamente-assim* das greves, ou seja, em seus *elementos imanentes*, incluindo a própria liderança do movimento, que, em muitos momentos, declarou prescindir de uma vanguarda para conduzir a ação operária, como observamos nas greves de 1978 e 1979, postura esta que estará presente de maneira mais aguda nas mobilizações grevistas de 1980.⁶ O espontaneísmo e a ausência de uma ação teleológica na condução do movimento serão responsáveis pelo isolamento e pela derrota da greve, num quadro político em que sua liderança não foi capaz de mobilizar amplamente os trabalhadores e ampliar sua base política, como havia feito nas greves anteriores, e sequer levou em conta a própria experiência vivida anteriormente, que havia possibilitado àquelas movimentações grevistas grandes vitórias.⁷

Essas concepções sobre o movimento operário, presentes nas novas lideranças sindicais, aparecem como produto direto da ação repressiva e de desmonte da organização política existente, imposta ao movimento sindical pelos governos militar-bonapartistas, o que possibilitou não somente a implementação de uma linha sindical burocrático-assistencialista, mas também a *despolíticação dos sindicatos*.⁸ As novas lideranças que surgiram após a implantação dos governos militar-bonapartistas, em sua grande maioria, não possuíam vínculos orgânicos com a esquerda marxista.⁹ Se, de um lado, essas lideranças não estavam ligadas às interpretações teóricas realizadas pelos grupos de esquerda organizados, de outro, estavam *desprovidas de uma cultura política que levasse em conta a utilização de instrumentais teórico-analíticos para nortear a ação operária*. Esse aspecto constitui-se no *elemento complexo* e refletiu, também, a *limitação das esquerdas*, não apenas em sua relação

com o movimento operário, mas, fundamentalmente, expressou a debilidade na análise interpretativa da realidade social e do próprio entendimento sobre o caráter da ditadura militar-bonapartista. Se a chamada “esquerda tradicional”, particularmente o PCB, ao implementar seu programa político de unidade ampla com todos os setores democráticos e “progressistas” da sociedade, visando combater a ditadura, termina por priorizar a ação institucional, subordinando a ação sindical à luta *genérica* pela democracia, *sem procurar centrar esta luta nas movimentações dos trabalhadores*, também se encontravam descolados do movimento operário-popular os grupos que haviam rompido com organizações como o PCB ou o PCdoB. Longe de elaborar uma análise de realidade que apontasse para a superação dos paradigmas analítico-interpretativos originados nas teses do Komintern ou do Secretariado Sul-Americano da IC,¹⁰ *estas organizações de esquerda acabaram por manter os principais aspectos teóricos presentes nessas teses, o que, somado às teorias foquistas e espontaneístas dos anos 60, propiciou o afastamento desses grupos políticos das massas trabalhadoras.*

Portanto, a crise da *forma-Estado* bonapartista traz não somente a necessidade de recomposição do bloco burguês hegemônico, por meio da chamada “abertura democrática”, mas, contraditoriamente, determina também, e *principalmente*, sua contrapartida, ou seja, o redimensionamento político do campo popular – que o movimento operário intuitivamente apontava com suas mobilizações grevistas. Assim, em meio a esse contexto complexo e tendo que responder à movimentação burguesa, que já começava a deslocar-se na direção de segmentos sociais que até então estavam na oposição ao governo, situavam-se a vanguarda espontânea operária, o PCB e os diversos grupos da esquerda com suas várias “teorias interpretativas” e projetos sobre a revolução brasileira. O grande desafio que se estabelecia para o movimento operário e para as esquerdas era como atuar dentro do quadro político, aberto pela *crise da hegemonia* burguesa, e qual o projeto alternativo à *auto-reforma* implementada pela burguesia.

Fazendo uma rápida retrospectiva: conforme observamos no capítulo anterior, a desarticulação da *forma-Estado* militar-bonapartista impôs ao governo a necessidade da reconstrução de seu bloco político. Vimos também que no bojo

dessa recomposição estavam várias alterações institucionais, entre as quais a reforma partidária, que pôs fim ao bipartidarismo, o que irá se constituir num dos elementos centrais do embate pela construção da nova hegemonia política do país, *enquanto reflexo das recomposições político-sociais que se estabeleciam na base da sociedade civil brasileira, aceleradas pelas movimentações operário-populares.*

Como sabemos, o MDB tornara-se o mandatário das insatisfações populares, e sua esmagadora vitória eleitoral, em 1974, além de fazer o partido crescer em popularidade, evidenciava que os processos eleitorais haviam se transformado em plebiscito e protesto permanente contra o governo, como já apontava o PCB, em seu documento de dezembro de 1975.¹¹ Em conseqüência, abria-se, dentro da composição pluriclassista do MDB, a luta pela hegemonia do projeto político da transição, ou seja, os setores democráticos e populares, entre os quais as esquerdas que atuavam clandestinamente no partido (principalmente o PCB, como o grupo mais estruturado), buscavam implementar seus projetos no escopo da frente ampla com algum sucesso, o que não interessava ao governo e tampouco aos setores “moderados” do MDB, que tendiam a aderir ao projeto Geisel/Golbery de transição controlada, “lenta e gradual”.¹² A própria dinâmica da crise e *fundamentalmente as pressões exercidas pelo movimento operário-popular* contribuíam para que as posturas mais à esquerda, dentro do MDB, encontrassem ecos não somente nas bases partidárias, mas também na sociedade, colocando em relevo as posições mais avançadas. Movimentos que já existiam anteriormente, como o contra o aumento do custo de vida, sob hegemonia das Comunidades Eclesiais de Base, e o da Anistia, ganham dimensão e importância na esteira das mobilizações operárias, das quais o MDB, como oposição legitimada pela opinião pública, não poderia deixar de participar.¹³

A preocupação de estar colado ao movimento popular vinha de há muito sendo inoculada no MDB, principalmente pelo setor democrático-popular do partido. Já na ocasião da decretação do fechamento do Congresso — em abril de 1977, por meio do chamado Pacote de Abril¹⁴ —, o MDB lança a campanha pela Assembléia Nacional Constituinte. Se, de um lado, essa posição refletia a influência

dos comunistas do PCB em sua formulação política¹⁵ — o que desencadeou imediata reação do governo, por meio do deputado da Arena vinculado aos órgãos de repressão, Sinval Boaventura, que associou a autoria desta tese aos comunistas¹⁶ —, de outro, demonstrava também que o MDB só poderia crescer e se consolidar como uma oposição reconhecida pela sociedade civil e particularmente pelos segmentos populares — deixando para trás o estigma de “partido oficial de oposição” — se avançasse e respondesse positivamente às movimentações sociais que despontavam, aproveitando os espaços criados pela própria ditadura e pelo sistema bipartidário, que acabavam fazendo carrear os votos de insatisfação popular para o MDB, e favoreciam, por sua vez, os setores democrático-populares do partido, na medida em que, nas crescentes ações repressivas do governo, encontravam justificativas, para levar o partido a posições mais à esquerda.¹⁷

Esse é o contexto que dá origem ao projeto de reforma partidária. A polarização sociopolítica posta pelo movimento operário-popular, no final dos anos 70, indicava a possibilidade de o MDB vir a ser hegemônico pelos grupos de orientação democrático-popular, que efetivamente eram os que tinham maior influência na organização das bases partidárias, assim como em suas mobilizações nos grandes centros urbanos. Esta perspectiva abre uma contra-ofensiva que irá mobilizar não somente os setores “moderados” do partido, mas também os setores burgueses que pretendiam transformar o MDB no executor da *auto-reforma* do regime, entre os quais os “adesistas”.¹⁸ Com a cooptação dos agrupamentos “moderados” do partido por este grupo, ligado diretamente ao projeto de Geisel/Golbery e composto por ex-integrantes do bloco de sustentação política do bonapartismo, que não mais queriam ser identificados com a Arena — extremamente desgastada por suas ligações com todo o esquema ditatorial e repressivo —, estes setores esperavam que sua entrada no MDB não somente permitisse a desvinculação imediata de seus nomes da estrutura política da ditadura como, e principalmente, pretendiam enfraquecer no partido — que gozava de grande prestígio na sociedade civil — os segmentos e os projetos ligados à esquerda e ao campo democrático-popular. Não foram poucos os embates dentro do MDB pelo controle da “máquina” partidária e principalmente pela hegemonia política.¹⁹ O alargamento da

representação política do MDB aumenta também suas divisões internas. Divisões que refletem uma complexidade maior do que a mera disputa entre os “autênticos”, “neo-autênticos”, “moderados” e “adesistas” do partido. Essas disputas expressam, de fato, as articulações que se estabelecem entre os segmentos “moderados” e “adesistas” do MDB, visando controlar sua estrutura e orientá-la no para a concretização do projeto de *auto-reforma* do governo e da conseqüente recomposição da autocracia burguesa. Acirrava-se dentro da frente ampla a luta entre duas alternativas que poderiam substituir a *forma-Estado* em crise de desagregação.

A vitória eleitoral alcançada já em 1974, havia possibilitado ao MDB cumprir um grande papel político, isto é, expor não somente a crise do bonapartismo, mas também a insatisfação popular em relação à política econômica, assim como a perda do apoio político entre as classes médias e setores da aristocracia operária, por parte da ditadura — o que significava, também, a possibilidade de perda do controle do processo de “abertura lenta e gradual” preconizado pela *auto-reforma* da hegemonia burguesa, rigidamente controlado pelo militar-bonapartismo. A possibilidade de uma nova vitória eleitoral da oposição faz com que o governo inicie, a partir de 1977, uma sucessão de *casuísmos*,²⁰ que tinham por objetivo não somente garantir sua vitória eleitoral, o que se constituía em um elemento fundamental na estratégia da autocracia, visando criar condições políticas para a substituição sem riscos dos generais na Presidência da República — Geisel por Figueiredo²¹ —, mas principalmente dar continuidade à *auto-reforma* e ao processo de cooptação do MDB para esse projeto.

No entanto, as medidas ditatoriais acabaram não surtindo os efeitos esperados pelo governo. Os resultados das eleições de 1978, com um saldo positivo para a ditadura, somente foram possíveis em função das medidas impostas pelo Pacote de Abril. Mas essa vitória eleitoral não significou uma recomposição das bases sociais de apoio à ditadura. Ao contrário, em termos numéricos e qualitativos o MDB superou a Arena. Na votação direta para senadores a oposição alcançou uma diferença de 4,4 milhões de votos, além de ter vencido nos estados mais importantes do país, como São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais, Rio Grande do

Sul, Santa Catarina, Paraná, Goiás e Paraíba.²² Em realidade, a “vitória” eleitoral da ditadura transformou-se em *vitória de Pirro*, na medida em que o MDB sai das eleições de 1978 com saldo eleitoral e organizativo extremamente positivo nos grandes centros urbanos. Além disso, esta situação acabou fortalecendo os setores democrático-populares do partido.

Ao mesmo tempo, e como reflexo do esgarçamento do bloco de sustentação política do militar-bonapartismo, os grupos “dissidentes” do esquema governamental — os adeptos da *auto-reforma* — passam a desencadear várias iniciativas de aproximação com os setores “moderados” do MDB, visando operacionalizar uma base política que desse sustentação a um novo “arranjo” que permitisse uma *transição segura*, por meio de um “pacto” em que *estivessem de fora ou neutralizadas* não somente as forças populares emergentes, principalmente os setores vinculados à nova vanguarda operária, mas também os segmentos mais aferrados à “linha dura” do bonapartismo.

De fato, frações da burguesia, já plenamente convencidas do desgaste da *forma-Estado* militar-bonapartista, lideradas por um golpista de primeira hora, o senador Magalhães Pinto, iniciam articulações políticas que tinham dois objetivos: 1) unificar os “liberalizantes” da Arena com os “moderados” do MDB, dando assim o passo principal para dismantelar, de um lado, a ala democrático-popular do partido e, de outro, o núcleo de sustentação política da ditadura; 2) enfraquecer a base de apoio do governo — ou, se possível, implementar a transição do governo Geisel para um presidente civil, de preferência o próprio senador Magalhães Pinto, que postulava o cargo desde 1964. Mas a pretensão de Magalhães Pinto encontrava muitas resistências e obstáculos, até porque o general Euler Bentes Monteiro também tencionava concorrer à Presidência da República e sua candidatura, no Colégio Eleitoral, encontrava maior receptividade no MDB.

Com a inviabilização de sua candidatura, Magalhães Pinto — juntamente com Euler Bentes — assina uma nota política lançando a Frente Nacional de Redemocratização²³, em 1978. A Frente cooptou um grande setor da oposição, incluindo parte da esquerda do MDB, — como o PCB, que adere ao projeto, coerente

com sua visão “etapista” da revolução brasileira ²⁴ —, para apoiar a candidatura do general Euler Bentes Monteiro, o que dividirá definitivamente a esquerda do partido — efetivamente o pólo que até então tinha sustentado o MDB na ofensiva contra a diluição partidária. O PCB, dentro de sua visão *taticista-politicista*, entendia essas mobilizações — que efetivamente evidenciavam a desagregação do bloco de apoio ao governo — como uma iniciativa positiva, no sentido de dar maior amplitude à Frente e debilitar, ainda mais, o centro político da ditadura em desarticulação. A controvérsia, no entanto, residia no fato de que sua disposição em participar das articulações políticas dos “desgarrados” da ditadura militar-bonapartista acabava por fortalecer a tática da transição pactuada, proposta pelos dissidentes, exatamente porque diluía o núcleo de esquerda do MDB no projeto da *auto-reforma*. Além do mais, dentro dessa lógica, o movimento operário ficaria subordinado à ação institucional e, conseqüentemente, à razão prática — a linha desenvolvida por este arranjo político para a recomposição do bloco hegemônico burguês, na medida em que estaria deslocando a crítica que realizava ao modelo de acumulação, restringindo-a ao âmbito politicista.

A questão não estava em ligar o movimento operário-popular às lutas gerais do MDB. Ao contrário, essa ligação constituía-se numa necessidade. O problema situava-se exatamente na *inversão* feita pelo PCB, isto é, no momento em que o MDB avançava, justamente porque impulsionado pelo movimento operário-popular, questionando a base econômica do bonapartismo, o PCB assumia uma postura conciliadora ao participar de uma articulação “pelo alto”, que excluía o fundamento da crítica realizada pelos trabalhadores e pelos setores populares e de esquerda da Frente, insistindo em seus objetivos de manter a unidade política pluriclassista, quando essa forma de aliança de classes entrava em crise, contribuindo objetivamente para o desmantelamento do núcleo democrático-popular do MDB e para a rearticulação da hegemonia burguesa.²⁵

Além disso, a esquerda em seu conjunto, dado os instrumentais teórico-analíticos utilizados, que oscilavam entre as teorias das “etapas” do processo revolucionário, que determinavam a realização da “etapa democrático-burguesa”

da revolução, de conteúdo *nacional-libertadora* — característica histórica das interpretações teóricas do PCB e *determinante* para seu deslocamento em apoio à transição “pelo alto” —, e o “imediatismo voluntarista”, informado por visões analíticas profundamente influenciadas pelas teorias “foquistas” e “vanguardistas” dos anos 60²⁶, não foi capaz de construir uma alternativa que unificasse os segmentos democráticos e populares da sociedade num bloco de *caráter histórico* que se constituísse em instrumento político para operar a desarticulação não somente da tática da *transição pactuada* “pelo alto”, mas também a *própria estratégia da hegemonia burguesa*, que caminhava para recompor seu caminho político, de viés *prussiano-colonial*, *institucionalizando a autocracia burguesa*.

Efetivamente, a reforma partidária, e a conseqüente divisão do MDB, significaria pulverizar o núcleo político-ideológico que se opunha à operacionalização da recomposição da hegemonia autocrático-burguesa, em pelo menos dois partidos políticos distintos e, ao mesmo tempo, permitiria a construção da *transição pactuada*, “pelo alto”, por meio de um bloco reorganizado politicamente que contemplasse as diversas visões (e projetos) das frações de classe burguesas, mesmo que em partidos políticos distintos, mas que estariam marchando unificados para a implementação de uma nova *legalidade burguesa*, garantia do reordenamento do capitalismo brasileiro, adequando-o aos novos momentos do quadro nacional e internacional. O MDB era um partido que, pelas próprias circunstâncias históricas — principalmente a existência do bipartidarismo, que, cada vez mais, dava aos processos eleitorais um caráter plebiscitário e de protesto e impunha desmoralizantes derrotas ao governo militar-bonapartista —, teria forçosamente de se transformar no partido da desobediência civil e de contestação popular à ditadura.²⁷ Portanto, dentro dessa lógica, não podemos pensar que a reforma partidária tinha por objetivo apenas dar maior “flexibilidade e elasticidade ao quadro partidário”, como afirmam algumas interpretações.²⁸ Ao contrário, *a reforma partidária aparece como o grande elemento tático da realização estratégica da autocracia burguesa*, que visava, de um lado, dividir e, de outro, cooptar a oposição para o projeto *da transição pactuada*.²⁹ Nesse sentido, a pulverização das oposições não aparecia como um projeto para desarticular a unidade emedebista como um todo. *Efetivamente, pretendia-se diluir seu núcleo democrático-popular,*

mantendo e fortalecendo o grupo dirigente conservador, que, em condição mais confortável, poderia aderir à *transição pactuada*. Portanto, a divisão das oposições deve ser entendida como a *divisão das esquerdas nucleadas no MDB*, que, unidas, constituíam-se não somente no fator de bloqueamento da cooptação do partido para a *transição pactuada*, mas fundamentalmente no elemento que possibilitava ao MDB implementar uma política que caminhava na direção de transformá-lo em partido de oposição radicalizada à ditadura bonapartista e que *potencialmente* teria condições de impulsionar a construção de uma democracia que transcendesse à *legalidade burguesa* pretendida pela *auto-reforma*, ainda que esta democracia continuasse nos marcos clássicos burgueses.

Dentro desse contexto, um expressivo setor da esquerda emedebista inicia movimentações para a criação de alternativas partidárias, em meio a um grande debate sobre a necessidade da manutenção da unidade partidária e sobre a *conveniência tática* de se apoiar ou não o projeto de reforma partidária patrocinado pela ditadura.³⁾ Militantes socialistas e comunistas não vinculados ao PCB (ou que dele tinham se afastado) ou aos grupos de linha política correlata forçavam a criação de novos partidos, principalmente os que haviam estreitado laços políticos com a vanguarda operária durante os processos grevistas e que, posteriormente, estarão presentes na organização do Partido dos Trabalhadores. Se, de um lado, estes agrupamentos haviam percebido as alterações do quadro político nacional e a necessidade de recomposição do caráter da frente política, de outro, acabavam por renunciar à perspectiva de fazer a resistência dentro do MDB (com a possibilidade de contar com um grande trunfo, que era a própria imagem positiva do partido na sociedade) e de continuar forçando o partido a desenvolver posições políticas cada vez mais duras contra o bonapartismo – como vinha acontecendo –, assim como possibilitar o estreitamento de sua ação política com o movimento operário-popular, com a perspectiva de *reconstruir a frente* partindo do próprio MDB. Muito influenciado pelas visões “vanguardistas” e “espontaneístas” oriundas das interpretações “terceiro-mundistas” e ansiosos por formar um partido “revolucionário de vanguarda”, estes agrupamentos procuram acelerar o fracionamento do MDB, sem levar em conta que a pulverização do campo oposicionista seria a *garantia da*

continuidade do projeto unificado da *auto-reforma*. Nesse contexto, outros grupos de esquerda, em sua maioria organizações clandestinas que surgiram no fim dos anos 60 e início dos anos 70 — alguns provenientes da luta armada contra a ditadura —, que atuavam fora do MDB, aproximam-se para forçar a ruptura com a frente ampla.

Grosso modo, a temática resumia-se na possibilidade da construção de uma frente de esquerda, em que também estavam presentes discussões sobre o “caráter da revolução” — e/ou, da nova “etapa” revolucionária — e sobre a forma organizativa dessa frente. De outra parte, aqueles grupos componentes do pólo democrático-popular que resistiam à divisão das oposições, entendendo corretamente que a reforma partidária feita *de cima* era um golpe a uma possível liquidação rápida da ditadura, não o faziam dentro de uma concepção que levasse em conta os novos elementos políticos criados pelas movimentações operárias. Ao contrário, moviam-se dentro de um plano *taticista-politicista*, particularmente o PCB, que agia com o intuito de priorizar a construção da “etapa democrático-burguesa”.

A *forma-partido-MDB* preconizada pelo PCB se baseava na aplicação da política de frente popular, inspirada, como vimos, nas formulações do Komintern. Dentro do contexto de luta contra a ditadura militar-bonapartista, a política de frente popular apresentou-se como um operador político dos mais conseqüentes, principalmente pelo seu componente pragmático de *realpolitik*, que permitia ao PCB priorizar a luta para a ampliação dos espaços democráticos e para o fortalecimento de uma frente democrática em torno do MDB. Nesse sentido, o PCB *diferenciou-se qualitativamente* dos outros grupos de esquerda, que optaram pelo confronto armado com a ditadura, cujos resultados trágicos são conhecidos por todos. Desse modo, a contribuição do partido foi de fundamental importância porque compreendeu que não bastaria apenas lançar genéricas palavras de ordem pela democracia, mas sim se integrar na construção de um amplo leque de forças antiditatoriais objetivando derrotar o regime bonapartista que havia se instalado no poder. A integração na frente democrática deu ao partido credibilidade perante setores de vanguarda do movimento dos trabalhadores e segmentos mais significativos da oposição, o que propiciou sua presença, na elaboração da estratégia

e das táticas de luta que estruturaram as ações do MDB, e posteriormente do PMDB. Os representantes do PCB no âmbito da luta legal, isto é, os quadros que atuavam institucionalmente, seja no parlamento burguês ou nas entidades civis componentes da frente democrática, em muitos estados e também nacionalmente, compunham a liderança do movimento democrático, e não poucas vezes, como ficou evidenciado, as palavras de ordem dos comunistas do PCB tornaram-se as palavras de ordem de todo o conjunto da oposição à ditadura militar-bonapartista.

No entanto, cristalizado dentro de uma visão teórica que aplicava mecanicamente as interpretações analíticas produzidas pelo Movimento Comunista Internacional, o *grupo dirigente tardio* do PCB não alcança a necessária agilidade teórica para entender as alterações no quadro político brasileiro, expressas pela eclosão das greves operárias do ABC. Assim, diante de uma nova realidade, o PCB segue prisioneiro da concepção de frente ampla pluriclassista, dentro de um contexto político que apontava uma *direção oposta*, isto é, *a ruptura com aquela aliança de classes*, necessária no passado *mas superada pela eclosão das movimentações operárias, que se constituíam na expressão material do esgotamento histórico do tipo de frente política estruturada no MDB*. Determinado pela estreiteza de seus instrumentais teórico-analíticos, o PCB tentou trazer o movimento operário para a linha da *unidade genérica*, agindo contra uma tendência histórica que se delineava no sentido da possibilidade e *necessidade* da construção de um *bloco operário-popular*, de nova qualidade, com programa distinto e de caráter de classe definido. Subsumido às interpretações de corte *politicista*, o PCB defenderá a manutenção de uma *forma-partido-MDB* que, mais tarde, viabilizará a operação da *transição pactuada*, na perspectiva de uma nova institucionalização da autocracia burguesa e que possibilitará a “eleição”, pelo colégio eleitoral, de Tancredo Neves e José Sarney, no espectro conciliador da “Aliança Democrática”.³¹

A sinfonia inacabada

O governo que sucede o do general Geisel encontrará um quadro político bastante tensionado. Durante todo seu mandato (1979-1985), o general Figueiredo esteve debatendo-se no contexto da recomposição da hegemonia burguesa e da conseqüente desagregação de sua base política. A formação do PP havia sido, como observamos, o golpe mais duro sofrido pela ditadura porque retirava do bloco de apoio do governo o mais expressivo setor da burguesia brasileira, o que seria agravado pela desastrosa manobra tentada pelo Planalto, ao proibir as coligações partidárias para as eleições de 1982. Essa tentativa de impedir a unidade oposicionista acaba favorecendo o projeto da articulação de *transição pactuada* e, o que se configura como o aspecto mais importante, o esvaziamento final dos setores democrático-populares que restavam no MDB, assim como o isolamento da esquerda, agora pulverizada no PT e no PDT. Operava-se o que tinha sido previsto na estratégia de Golbery, ainda que ele não mais estivesse fazendo parte do governo.³² A fusão do grupo auto-reformador, com a incorporação do PP pelo PMDB, consolida a manobra de unidade política com sua ala "moderada", formando um núcleo liberal-conservador, que definitivamente alija a tendência democrático-popular do partido nos principais estados, como São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Formava-se, desse modo, a base política que daria as condições para a *transição pactuada*.

O recém-fundado Partido dos Trabalhadores, com profundas raízes no setor de vanguarda do operariado, não possuía um programa político para a transição que não fosse o assentado em *princípios gerais* — o que dificultava qualquer perspectiva de trazer para o campo da frente a vanguarda operária presente no PT. Ao contrário, não se esboçou no PT nenhuma iniciativa para tentar anular o peso do bloco da *auto-reforma*, no sentido de impor a presença popular em sua articulação e forçar o deslocamento de uma frente que se configurava politicamente como centrista — com a *participação subordinada* do PCB (assim como do PCdoB e do MR-8) ao projeto conciliador de *auto-reforma* do regime — para a centro-esquerda. Esse posicionamento do PT demonstrava suas limitações em perceber o significado do momento e sua

própria dimensão política. Naquele momento — no contexto das eleições de 1982 — colocavam-se duas alternativas para o processo de transição: de um lado, as esquerdas e os setores democráticos marcharem unidos, ampliando a possibilidade da presença popular no processo em construção, o que restringiria os espaços de manobras do bloco burguês e do projeto da *transição pactuada*; de outro, o pólo democrático-popular participar das eleições dividido, o que fortaleceria a perspectiva conservadora.

A negativa do PT de participar unitariamente com o PMDB acabou reforçando a perspectiva da *transição pactuada*. Essa postura demonstrou a incapacidade política do PT para se constituir no pólo alternativo que estaria atraindo e concentrando os segmentos populares que estavam a reboque das forças conservadoras, como era o caso do PCB.³⁵ Nesse contexto, podemos dizer que o problema maior não estava em participar de uma frente política, na qual estava a burguesia, conforme entendia o PT, mas exatamente transformar essa frente, que deslocava o PMDB — a maior força de oposição — para o projeto da transição conservadora, em um bloco político em que os trabalhadores estivessem constituindo seu núcleo avançado e hegemônico. Ainda que corretamente denunciasse o caráter da *transição pactuada*, o PT, nesse quadro político, não soube impor ao processo de transição o seu real peso político, que tinha por lastro as movimentações operárias, *deixando efetivamente de agir como vanguarda transformadora*, que estaria aglutinando, em torno de si, todo o conjunto das forças democráticas e populares. De fato, acabaram prevalecendo, de uma parte, a própria concepção espontaneísta, que constituía o caldo de cultura política de sua formação, seja das concepções “basistas” — que advinham dos setores sindicalistas e que constituíam o núcleo de sua articulação política —, que delinearão todo o “democratismo” petista, seja o voluntarismo presente nas concepções políticas das organizações de esquerda que compuseram o PT, incluindo-se aí a “igreja progressista”. Esta dimensão morfológica do partido dará sua tônica política, ou seja, a permeação de sua ação objetiva, enquanto partido político, por um “principismo”, que reduzia e estreitava seu espectro analítico, jogando-o para um maniqueísmo que impedirá qualquer consideração a respeito de unidades políticas fora do escopo petista.³⁴ De outra parte, e como

desdobramento de sua postura "principista", o PT acaba realizando uma política "taticista", que, em última instância, configura-se como oportunismo político, na medida em que subordina à tática eleitoral sua ação política mais ampla.³⁵

No bojo da vitória eleitoral do PMDB, e determinada por uma grave crise econômica, mas ainda ressonando as grandes manifestações operárias do fim dos anos 70 e início dos 80, as movimentações por eleições diretas para presidente da República ganham intensidade. Grandes manifestações de rua, nas principais capitais do país, atestam as fundas aspirações populares por mudanças. No entanto, essas grandes mobilizações não produzirão os impactos necessários para desmontar a articulação da *transição conservadora*. O PMDB, forte e coeso em torno do projeto da *transição pactuada*, controlava os principais governos estaduais do país, excetuando-se o Rio de Janeiro em mãos do PDT de Leonel Brizola, força política concentrada essencialmente naquele estado. Com esse trunfo político, as lideranças mais expressivas do PMDB iniciam o cerco aos grupos dissidentes do PDS, que vivia profunda crise interna, agravada com a indiscutível vitória oposicionista nos grandes centros do país.

O PMDB inicia uma manobra de desgaste político do governo, apresentando *taticamente* uma emenda constitucional que restituía as eleições diretas para a Presidência do país, que imediatamente recebe apoio dos vários segmentos democráticos da sociedade, não somente da CNBB, da OAB etc., mas também do PT e do PDT. No entanto, não havia efetivamente forças políticas suficientemente fortes para transformar as poderosas manifestações de massa em força propulsora para desmontar o pacto "pelo alto", já que o controle dos principais estados estava em mãos do PMDB e os partidos operários e populares estavam divididos. Na realidade, as movimentações populares são habilmente utilizadas para forçar um grande acordo com a outra parcela que se descolava do PDS, que pudesse garantir uma transição política baseada em um novo pacto de "elites", que, *objetivamente, seria a conformação do novo bloco de poder burguês dentro da lógica da autocracia burguesa institucionalizada*.

Não por acaso, grupos da mídia — como a Rede Globo de televisão —, que antes tinham apoiado e se beneficiado do governo militar-bonapartista passam a dar cobertura jornalística aos comícios pelas “Diretas Já” e à votação da Emenda Dante de Oliveira pelas eleições diretas, derrotada por apenas 22 votos de diferença.³⁶

Em função do desmantelamento do bloco de sustentação da *forma-Estado* militar-bonapartista, desencadeia-se no seio da base governista uma disputa interna — visando à sucessão presidencial, o que seria também sua ruptura mais profunda. O primeiro segmento burguês que rompeu claramente com o bloco do governo foi o da burguesia mais diretamente vinculada ao projeto associado com o imperialismo, que formou o Partido Popular. Restaram ainda na composição do PDS — na tentativa de construir um operador político para a recomposição da hegemonia burguesa em crise — as frações da burguesia associada ao aparelho de Estado, representada diretamente pelo vice-presidente da República, Aureliano Chaves; o segmento burguês vinculado ao setor da circulação de mercadorias; o latifúndio tradicional — basicamente o do Nordeste — e os grupos ideológicos pequeno-burgueses de direita, incluindo-se aí os militares “linha dura”. No entanto, a luta pela disputa sucessória dentro de um colégio eleitoral fechado, agora garantida pela derrota da emenda peemedebista por eleições diretas, agravaria e desagregaria completamente o que restava do pólo político da autocracia bonapartista. A hegemonização do PDS por grupos que representavam débeis frações burguesas — uma parte do setor da circulação de mercadorias, o latifúndio tradicional e a pequena burguesia ideológica — desloca a fração burguesa vinculada ao aparelho de Estado e o remanescente de frações que compunham o setor associado da burguesia agrária para o projeto da *transição pactuada*, comandado pelo PMDB, com a formação da Frente Liberal, que tinha como líderes José Sarney e Marco Maciel. Esse movimento final foi a base política da recomposição de um novo bloco de poder que iria propiciar a *transição pactuada* e “pelo alto”, por meio da Aliança Democrática — constituída pelo PMDB e pelo recém-formado Partido da Frente Liberal —, que se constituiu no operador político da articulação da legalidade burguesa ou da *nova autocracia burguesa institucionalizada*.

Durante todo esse processo, o PCB participa como um dos avalizadores da *transição pactuada*, e sua política aparece como a “mão esquerda” do pacto de elites. Apesar de perceber a necessidade de manter o pólo democrático-popular unificado, no processo de transição, o partido atua com uma postura de subordinação ao viés do pacto que excluía os setores de vanguarda que constituíram os movimentos operários. Se, de um lado, o PT não buscou, nas possibilidades de articulação com setores oposicionistas, construir um bloco político que permitisse quebrar o projeto da transição das elites, por outro lado, o PCB, de acordo com sua visão “etapista”, *privilegiou o caminho do pacto*, no sentido de viabilizar a saída institucional dentro da ordem autocrática do colégio eleitoral. O instrumental analítico herdado de 1958-1960 impediu o entendimento da necessidade e possibilidade de romper com o bloco autocrático e de construir um bloco popular “contra-hegemônico”, que permitiria a reaglutinação das oposições fora da lógica da autocracia burguesa.

Raciocinando sob o prisma da frente pluriclassista, o velho Partidão preferiu apostar na transição sem “tumultos” do colégio eleitoral. Uma vez derrotada a emenda pelas diretas, o PCB começa a colaborar vigorosamente para a soldagem do pacto. Seu instrumental não possibilitava ver que as forças mais conservadoras do PDS já estavam isoladas e que a candidatura de Paulo Maluf, no colégio eleitoral, não representava o núcleo burguês mais consistente do partido governista. Assim, transformado em paladino da unidade com os setores democráticos da sociedade — leia-se da burguesia “nacional” —, o PCB acabou sendo um dos articuladores conscientes da Aliança Democrática e do acordo para eleger Tancredo e Sarney, instrumentalizando também o movimento sindical sob sua influência para o projeto de institucionalização da autocracia burguesa, atrelando-o à razão liberal-conservadora, à qual se havia aliado subordinadamente.³⁷

Efetivamente, realizou-se a *transição pactuada* sob a ótica de uma autocracia burguesa, que objetivamente implementou seu projeto de *auto-reforma* do regime. O PCB, uma vez legalizado, em 1985, continuou a desenvolver sua política de aliança com a “burguesia nacional” para consolidar a “revolução democrático-burguesa” e tentou subordinar o movimento sindical ao projeto do governo Sarney

por meio de sua política sindical realizada na CGT. Em função de sua postura de adesão ao governo, um número bastante expressivo de quadros partidários começa a abandonar o partido, constituindo, assim, o início de sua melancólica desagregação política e ideológica. Objetivamente, o processo de lutas e de divisões internas que se intensificam na década de 80, com a explicitação das críticas de Prestes à linha política partidária,³⁸ constituía-se no desdobramento de uma crise que havia ficado suspensa no ar, com o golpe de 1964, pois, como pudemos verificar, a crise político-organizativa do PCB inicia-se, de fato, com as inúmeras defecções dos anos 60. A saga do proletariado escrita sob a ótica do instrumental de 1958-1960 parecia ter encontrado um novo caminho, com a candidatura de Roberto Freire à Presidência da República em 1989, mas na verdade era o último suspiro de um esgotado instrumental teórico-analítico, exaurido com o alargamento dos espaços democráticos postos pela legalidade burguesa que não permitiu que o PCB ampliasse sua visão. Em meio às árvores, o partido não conseguia vislumbrar todo um bosque à sua frente, perdendo-se mais ainda com a crise do “socialismo real”. A partitura da sinfonia cuja composição o PCB havia iniciado em 1922, e que foi retocada em 1958-1960, ficaria inacabada, pois seus compositores — o *grupo dirigente tardio* — perderam-se nos emaranhados das notas, tantas vezes refeitas, reescritas e revisadas, e terminaram por ruir juntamente com o Muro de Berlim e com a velha e carcomida burocracia soviética.

Mas ainda há um sopro de vida no velho Partidão, que muitas vezes, como uma Fênix Vermelha, renasceu das cinzas. Mesmo após a grande crise de 1992,³⁹ essa velha sigla sobrevive, disposta a realizar sua “reconstrução revolucionária”. Se, de fato, o PCB conseguir romper com suas limitações históricas, principalmente com os instrumentais teórico-analíticos que permearam sua ação nesses seus longos anos de vida, se superar o desafio de reconstruir-se, quem sabe esse contraditório operador político brasileiro — que em muitos momentos da conturbada vida nacional teve importante e, por que não dizer, glorioso papel — possa terminar sua sinfonia inacabada, antes que o tempo transforme sua partitura numa amarelecida peça de museu.

NOTAS

¹ A tendência de proletarização de amplos setores das chamadas “classes médias”, a partir da introdução de novas tecnologias no processo produtivo, já era apontada por Braverman, *Trabalho e Capital Monopolista*, Rio de Janeiro, Zahar, 1980. Suzane de Brunhoff define essa tendência como imanente ao próprio processo produtivo capitalista: “O fato de que a formação e a qualificação dos trabalhadores manuais mudam com os novos processos de trabalho assume hoje um relevo particular; mas sempre foi assim”. *A Hora do Mercado*. São Paulo, Edunesp, 1991. p. 85. Jean Lojkin ressaltava esse aspecto no Brasil, comparando-o com a França: “Entre 1980 e 1986, nas autopeças, a parte da mão-de-obra direta cai de 82,9% para 80,7%; nas máquinas-ferramenta, cai de 90,3% para 85,2%. Correlativamente, nas autopeças, os técnicos de apoio à produção passam de 14,9% a 16,1% e os técnicos de projetos passam de 2,2% a 3,2%. Em consequência, a parte de mão-de-obra indireta e do trabalho intelectual aumenta, em detrimento da mão-de-obra direta. Isto confirma plenamente as tendências que pudemos observar na indústria automobilística francesa e no conjunto das mutações da classe operária [...]”. *A Classe Operária em Mutações*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990. p. 8 (Prefácio à edição brasileira).

² Estudos sobre as greves, como o de Amnérís Maroni (*A Estratégia da Recusa*. São Paulo, Brasiliense, 1985), acabam enfatizando exatamente aspectos epifenomênicos da ação operária, colocando como elemento principal não a contradição determinante, isto é, o questionamento radical não somente de um sistema organizativo dentro da fábrica, mas de todo um complexo produtivo articulado, em que os aspectos levantados pela autora estão presentes como elementos consequenciais de uma causalidade posta de maneira mais profunda, baseada em de uma *determinação social objetiva*. Pensamos que a crítica realizada por Antunes a essa forma de entendimento, nos permite realçar a dimensão que pretendemos: “Atribuir ao ‘questionamento da organização do processo de trabalho’ a causalidade das Greves de Maio de 78 do ABC paulista constitui um *a priori*, recurso metodológico que a autora explicita ao optar por ‘direcionar as entrevistas para a problemática do conflito interno à fábrica’ [...] Nada teríamos a opor se a recuperação desta dimensão das Greves — a problemática do conflito interno à fábrica — não minimizasse e mesmo menosprezasse o eixo central do movimento, não desconsiderasse e maculasse o discurso operário, que tão exaustivamente apontou a radicalidade do arrocho salarial, não obstasse, enfim, a possibilidade de apreensão da concretude das greves”. Op. cit., p. 28.

³ A postura do PCB, analisando os movimentos grevistas, em seu órgão central, *Voz Operária*, nº 133, de abril de 1977, demonstra essa tendência, quando chama o movimento

operário à unidade de classe extremamente ampla, até mesmo com os setores burgueses que haviam apoiado os governos militar-bonapartistas e que iniciavam seu deslocamento político, visando outras composições, quando diz que é necessário “[...] ampliar e tornar coerente sua plataforma de reivindicações políticas e econômicas. Ela deve incluir a defesa dos interesses fundamentais de seus aliados mais próximos e conseqüentes [...]” A outra direção é a de romper o isolamento em que o movimento operário e sindical se encontra em relação ao movimento geral de oposição à ditadura. A classe operária tem condições de lançar-se ativamente na busca de aliados neste campo, e *também entre os setores em desagregação ou apenas vacilantes do regime*”. “A Situação Atual e as Tarefas que se Impõem ao Movimento Sindical”. In: Celso Frederico, *A Esquerda e o Movimento Operário, 1964-1984*. Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990. v. II, p. 169-170, (grifos nossos).

⁴ Como podemos ver na fala de Lula, a respeito da relação entre os sindicatos e a política: “O problema é que a maior parte dos setores da esquerda, que ocupava o movimento sindical, queria transformar o sindicato num partido político”. Entrevista concedida a Marta Harnecker em *O Sonho Era Possível: A História do Partido dos Trabalhadores Narrada por seus Protagonistas*, São Paulo, Mepla/Casa América Livre, 1994, p. 15. Em entrevista concedida ao jornal *O Pasquim*, de 24 a 31 de março de 1978, Lula afirmava: “Não aceito que os políticos exerçam influência dentro do sindicato, mas acho que o sindicato tem obrigação de exercer influência na classe política”. Apud Márcia Berbel, *Partido dos Trabalhadores: Tradição e Ruptura na Esquerda Brasileira (1978-1980)*. Dissertação de mestrado, USP/São Paulo, FFLCH, 1991. p. 69. mimeogr. Sobre a posição de Lula em relação à criação de um partido político, Márcia Berbel acentua que até julho de 1979 “[...] a proposta de um partido não estará presente nos pronunciamentos de Lula. Ele se apresentava como um líder sindical ‘apolítico’, o que não parece corresponder às suas posições neste primeiro momento. Apesar de não se definir claramente por um partido político, ele mostra-se crítico em relação à estrutura sindical oficial [...]”. Idem, p. 66-67. Ver também R. Meneghello, *PT - A Formação de um Partido: 1979-1982*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1989. p. 52 e segs.

⁵ No âmbito da conceituação lukacsiana — uma consciência, ainda que produzida dentro de certo contexto histórico (materialidade objetiva), no escopo de uma Determinação Social, que se dá por meio do vínculo *imediate* entre teoria e prática, que constituem o fundamento do ser e pensar cotidianos. Ver G. Lukács, *Estética*. Op. cit, v. I, p. 44 e segs. (grifo nosso). Como acentua Agnes Heller : “Na vida cotidiana, para a grande maioria dos homens [...] continua válida a muda simbiose de particularidades e generalidades, que continuam a operar em si e não são apreendidas sob a forma de

conhecimento. Significa que, por terem nascido na cotidianidade, os homens aceitam como dadas e utilizam, uma ao lado da outra, as funções da vida cotidiana”. *Per Una Teoria Marxista del Valore*. Op. cit., p. 113. Também, o conceito lenineano de consciência intuitiva ou “consciência instintiva de classe”. Segundo Henri Lefebvre, esse “[...] instinto de classe reside no plano da consciência espontânea, isto é, dos fenômenos, das aparências, do ‘reflexos’ superficiais, que possuem conteúdos reais mas, encobertos, dissimulados, correndo sempre o risco de cair em enganos”. *Pour Connaître la Pensée de Lénine*. Paris, Bordas, 1957. p. 259; V. I. Lenin, “Que Hacer?” e “Cuadernos Filosóficos”. In: *Obras Completas*, op. cit., v. V, p. 380 e segs. e v. XLII, p. 179 e segs.

⁶ Ver Antunes, op. cit., capítulo I.

⁷ Discorrendo sobre o cotidiano da greve e sobre a visão político-organizativa das lideranças do movimento, Antunes analisa: “Dotada de uma concepção que inicialmente não transcendia a espontaneidade e intuição das massas, a liderança da greve não pautou sua ação teleológica nos marcos de uma *direção consciente*. Não houve uma real compreensão da contextualidade política em que a greve se inseria. Isto se manifestou ao não se perceber que o capital e seu Estado estavam firmemente empenhados em derrotar o pólo avançado do proletariado brasileiro, em impedir qualquer vitória, por menor que fosse. Não houve, portanto, por parte das lideranças, a compreensão da íntima relação existente entre o patronato da indústria automobilística e o Estado ditatorial. Acreditou-se ainda que o ABC, particularmente São Bernardo, pudesse separadamente derrubar a política econômica vigente. E esse isolamento político não foi detectado pela liderança como um sério obstáculo que urgia a ser superado”. Op. cit., p. 91.

⁸ “A presença repressiva do regime, através do Ministério do Trabalho, da polícia e dos militares, pôs fim a qualquer tentativa de reconstruir o movimento trabalhista segundo o ambicioso esquema imaginado no fim dos anos 50 e início dos 60, com uma CGT etc. A liderança sindical não tinha alternativa a não ser trabalhar dentro da estrutura existente.” Skidmore, *Brasil de Castelo a Sarney*, op. cit., p. 397. Ver também Meneghello, op. cit., Leôncio M. Rodrigues, “As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais”. In: Armando Boito Júnior, *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

⁹ “Tudo indica que, na maior parte dos casos, tratava-se de dirigentes sem ligações com o esquema comunista-petebista anterior a 1964 e com as organizações políticas de esquerda, clandestinas ou semiclandestinas, que se constituíram após o golpe de 1964. Conseqüentemente, a ascensão dessa geração de sindicalistas não foi barrada pelo Ministério do Trabalho ou pelos organismos de segurança”. Rodrigues, op. cit., p. 14.

¹⁰ Ver Daniel Aarão R. Filho, *A Revolução Faltou ao Encontro*. 2. ed. São Paulo, Brasiliense, 1989; Marcelo Ridenti, *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo, Edunesp, 1993; Jacob Gorender, *Combate nas Trevas*, op. cit.; Marco A. Garcia, “Contribuições Para uma História da Esquerda Brasileira”. In: Reginaldo de Moraes et al., *Inteligência Brasileira*, São Paulo, Brasiliense, 1986.

¹¹ “A vitória da oposição nas eleições foi o acontecimento mais importante no Brasil desde 1964. As massas compreenderam a importância de utilizar o voto como arma de protesto. A classe operária, os trabalhadores e todas as forças de oposição votaram no MDB como forma de expressar o seu descontentamento com o governo e o seu protesto contra a sua política”. “Resolução Política do CC” - dezembro de 1975. In: *PCB: Vinte Anos de Política*, op. cit., p. 232-233.

¹² Não é por coincidência que, após a vitória eleitoral, o governo militar-bonapartista desencadeia uma série de violentas ações repressivas, visando atingir o PCB. “Sinais de que o governo Geisel estava disposto a assegurar o controle total sobre o processo político, tornaram-se evidentes em um pronunciamento do ministro da Justiça transmitido por rádio e televisão no final de janeiro [1975]. Não apenas foi anunciada a destruição da gráfica do Partido Comunista pela polícia, mas também denunciado o apoio do PCB a alguns candidatos eleitos nas eleições passadas”. Kinzo, op. cit., p. 164-165. Como acentua Frederico: “A repressão foi feita de cima para baixo, do Comitê Central aos militantes de base, passando pelos níveis intermediários. A presença de um agente da CIA na direção partidária permitiu que os órgãos repressivos liquidassem dois terços dos membros do Comitê Central”. Op. cit., p. 146. Sobre a repressão aos comunistas do PCB, ver também Skidmore, op. cit., p. 342-348.

¹³ Como afirma Kinzo, “É nesse sentido que, a partir de 1977, o partido iria procurar novas formas de ação política, além de tentar ser mais combativo no Congresso”. Op. cit., p. 189.

¹⁴ Diante da possível vitória eleitoral do MDB, a ditadura militar-bonapartista, em 1º de abril de 1977, decreta o fechamento do Congresso, sob o pretexto de realizar uma reforma judiciária, que vinha encontrando resistência por parte do MDB. “Invocando os poderes arbitrários do AI-5 [e da Lei de Segurança Nacional], Geisel anunciou uma série de importantes reformas constitucionais (apelidadas de ‘pacote de abril’), todas visando direta ou indiretamente tornar a Arena imbatível nas próximas eleições. Doravante, as emendas constitucionais exigiriam maioria simples apenas; todos os governadores de estado e um terço dos senadores [conhecidos como ‘senadores biônicos’] seriam escolhidos indiretamente em 1978 por colégios eleitorais estaduais (que incluíam os

vereadores, ficando assegurado o controle da Arena); os deputados federais teriam o seu número fixado à base da população e não do total de eleitores registrados [...]; e o acesso dos candidatos ao rádio ou à televisão ficava rigorosamente limitado nos termos da Lei Falcão já aprovada pelo Congresso em 1976". Skidmore, op. cit., p. 373.

¹⁵ No documento "Nota da Comissão Executiva do PCB", de junho de 1977, o partido já se posicionava claramente pela convocação de uma Assembléia Nacional Constituinte: "Queremos deixar claro que somos a favor de uma Constituinte, mas cujos processos de eleição e elaboração de um novo quadro legal sejam precedidos da mais ampla discussão sobre os temas nacionais, em que todas as formações políticas possam manifestar-se livremente". Apud Carone, *O PCB*, op. cit., v. 3, p. 202.

¹⁶ "Em 18 de maio, em discurso na Câmara Federal, o deputado arenista Sinval Boaventura — que mais tarde ficaria conhecido por seu envolvimento em articulações dos setores da direita radical, visando criar apoio parlamentar para a candidatura do ministro da Guerra, Sylvio Frota — fez sérias acusações contra um deputado do MDB. Em sua fala, Boaventura mostrava evidências de que um discurso recém-proferido pelo deputado do MDB Marcos Tito continha longas passagens reproduzidas de um manifesto do Partido Comunista Brasileiro, publicado pelo órgão oficial do partido, *Voz Operária*". Kinzo, op. cit., p. 192. Tal fato levou à cassação do parlamentar.

¹⁷ Como afirma Florestan Fernandes: "Em consequência, a oposição consentida teria de ganhar corpo e elasticidade e, presumivelmente, ultrapassar as regras de um jogo marcado (ou de um jogo sujo). Foi o que aconteceu. A oposição consentida redefiniu-se no *campo eleitoral*, ganhando assim uma consistência política que não entrava no cálculo político inicial da ditadura e adquirindo uma *voz política* que soava ao renascimento do confronto [...] Redefinida em seu significado político, por fatores externos e mais ou menos incontroláveis a partir de cima, a não ser com custos políticos que poderiam acarretar maior desgaste à ditadura, esta tinha de mexer não nas regras do jogo mas na própria estrutura do jogo, ou seja, tinha de adaptar-se à situação política criada por uma transformação que lhe era indesejável e adversa". *A Ditadura em Questão*, op. cit., p. 62 (grifos do autor).

¹⁸ Após as eleições de 1974, um grupo de 30 deputados, em sua maioria vinculados a Chagas Freitas do Rio de Janeiro, entram no MDB. "Estes políticos passaram a ser conhecidos como adesistas, por apoiarem as posições do governo, ou fisiológicos, por se preocuparem primordialmente com a preservação de seus mandatos". Kinzo, op. cit., p. 169.

¹⁹ Sobre a luta interna que é travada pelo controle político do MDB, *fato que marcará decisivamente sua divisão*, Kinzo afirma: “Os problemas se agravariam para a renovação do Diretório Nacional do MDB. Durante mais de um mês, o partido viveu uma crise interna, em consequência das disputas internas pelos cargos na Comissão Executiva e Diretório Nacional. As tentativas dos autênticos e neo-autênticos de aumentar sua influência, assegurando posições de comando, seriam seguidas de contra-ataques dos adesistas exigindo mais cargos e bloqueando as negociações com a cúpula do partido. Por outro lado, a cúpula, predominantemente moderada, ao buscar uma solução de consenso, de forma a manter o partido unido ao redor de uma única chapa a ser ratificada pela Convenção Nacional, estava também determinada a preservar sua posição dominante no comando do partido. [...] Esta chapa ratificada pela Convenção preservava, em última análise, a supremacia do grupo moderado que liderava o partido desde 1971. No entanto, o partido emergia do episódio totalmente desunido, com os grupos se digladiando a ponto de dar a impressão de que seus problemas internos constituíam a principal preocupação do MDB”. Op. cit., p. 170.

²⁰ A perspectiva de perder o controle sobre o processo de “abertura” levou a ditadura a utilizar mecanismos manipuladores sobre as regras eleitorais, conhecidos por “casuísmos”. Ver Kinzo, op. cit.; Skidmore, op. cit.; Brasília Sallum Júnior: “Transição Política e Crise de Estado”. *Lua Nova*, n. 32, São Paulo, Cedec, 1994 e Amaury Souza, “El Sistema de Partidos Políticos”. In: Hélio Jaguaribe (Org.) *La Sociedad el Estado y los Partidos en la Actualidad Brasileña*, México, FEC, 1992, v. I, p. 171-215.

²¹ O fracionamento do bloco hegemônico da autocracia burguesa, que dava sustentação política ao militar-bonapartismo e que gerou o projeto da auto-reforma, encontrou sérias resistências internas à chamada “abertura democrática”, não somente nos organismos de repressão do aparelho de Estado, que viam a possibilidade de perder seus privilégios, adquiridos no período do general Médici, mas também nos segmentos de setores do empresariado rural e nos médios e pequenos comerciantes. Ver Skidmore, op. cit., que relata com detalhes as resistências dentro do aparato estatal, p. 339-348. Ver K. Marx, *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, op. cit., em que são enfatizados os momentos nos quais o bonapartismo — até em função da dinâmica e interesse do capital —, nas crises econômicas, acaba se distanciando de sua base de apoio.

²² Conforme Kinzo, op. cit., p. 201. “Em conjunto, estes oito estados englobavam, em 1978, 69% do eleitorado brasileiro (65%, se apenas considerarmos os estados desenvolvidos do Sul e Sudeste). Ademais, os candidatos do MDB para o Senado obtiveram votação superior à da Arena em todas as capitais de estado, com exceção de três. Isto significava que mesmo nas áreas urbanizadas dos estados menos desenvolvidos

no Norte e Nordeste, o MDB havia conquistado expressivo apoio eleitoral. Isto também significava que o reduto eleitoral da Arena se havia reduzido às áreas de base rural, onde o clientelismo e todas as outras formas de controle do voto continuavam a exercer papel decisivo na definição das eleições". *Ibidem*, p. 202.

²³ Ver Kinzo, *op.cit.*, p. 197 e segs.

²⁴ Em entrevista concedida ao órgão central do PCB, *Voz Operária*, nº 149, de agosto de 1978, Prestes, então secretário geral do partido, deixa clara a posição do Comitê Central sobre a Frente Nacional de Redemocratização: "Vejo na proposta de criação da Frente Nacional de Redemocratização um acontecimento da maior significação política, porque revela a ampliação na prática do campo das forças políticas e sociais que já reclamam, não reformas para conservar o fascismo, mas efetivamente substituí-lo por um regime em que estejam abolidos o arbítrio e o totalitarismo, por um regime em que predomine a democracia, quer dizer, em que estejam respeitados os direitos democráticos [...]". Apud Carone, *op. cit.*, p. 224-225. Ver também o documento da Executiva do CC do PCB, "Unidade da Oposição Antes, Durante e Após as Eleições (outubro de 1978)", em que esta linha aprofunda-se no sentido de apoiar a candidatura de Euler Bentes Monteiro. *Ibidem*, p. 228-230.

²⁵ O entendimento do PCB sobre esse processo evidencia-se em seu documento sobre a unidade das oposições: "[...] Por outro lado, não se deve subestimar a importância e o valor positivo da candidatura do General Euler Bentes, apesar de sua previsível derrota num colégio eleitoral manipulado. É verdade que muitos erros foram cometidos no seu encaminhamento, o menor dos quais não foi certamente o açodamento golpista de muitos dos seus articuladores civis e militares, — açodamento do qual, diga-se de passagem, não participou o próprio General Bentes. A tendência a colocar a questão da sucessão em termos de números de tanques acirrou tensões, facilitou o trabalho de certas ovelhas desgarradas por parte do regime e, sobretudo, impediu que o movimento unitário que se esboçava em torno da Frente Nacional de Redemocratização pudesse ser levado a cabo.[...] De qualquer modo, porém, a candidatura Bentes — incentivando o debate político no País e aparecendo como um pólo de atração oposicionista para os setores que se 'descolavam' do regime — teve um papel eminentemente positivo. Representa um capital que as forças democráticas devem conservar e utilizar no futuro, muito particularmente nas eleições de novembro". "Unidade da Oposição Antes, Durante e Após as Eleições (outubro de 1978)". In: Carone, *op. cit.*, p. 228-229.

²⁶ Encontramos uma análise detalhada sobre as interpretações da revolução brasileira em Ridenti, *op. cit.*, capítulo I e Araújo, *op. cit.*, capítulo III. Ver também a compilação

das várias análises sobre a revolução na América Latina, em Michael Löwy, *Le Marxisme en Amérique Latine*, op. cit.

²⁷ Como analisou Florestan Fernandes: “O que ameaçou a ditadura não foi apenas o crescimento eleitoral do MDB: foi sua gradual mas firme transformação de partido de oposição consentida em partido de oposição real, que teria, fatalmente, de converter-se em partido de desobediência civil e de contestação popular à ditadura, quaisquer que fossem as ‘relutâncias burguesas’ de suas cúpulas políticas. Por causa desta evolução, não bastava fragmentá-lo: impunha-se pulverizar a desobediência civil e a contestação popular, impedindo-as de atingir o clímax sob uma única alternativa de ‘oposição válida’. Este objetivo foi alcançado por meio de uma ‘pluralização de escolhas’ condicionada e viciada, pela qual a ditadura destampou a panela e regulou o fogo de acordo com sua própria culinária. De um lado, certas probabilidades de escolha foram desobstruídas; de outro, o movimento sindical e os setores mais dinâmicos das classes trabalhadoras tiveram sua gravitação política natural violentamente cerceada, inclusive mantendo-se a proibição do socialismo e a excomunhão do comunismo. Usando o arbítrio a seu bel-prazer (e sem combates para valer dos estratos burgueses da oposição ‘liberal’), a ditadura impôs decisões políticas fundamentais, através de um esquema próprio de formação de partidos e de legislação eleitoral, o que lançou os partidos de massa emergentes, como o PT e, com menor intensidade, o PDT, a uma dura luta pela existência e pela sobrevivência e deteve antigos partidos populares e operários, como o PS e o PCB, fora do quadro partidário legal”. *A Ditadura em Questão*, op. cit., p. 66.

²⁸ Como se verifica em Sallum Júnior, op. cit., p. 142.

²⁹ Ver Kinzo, op. cit., e Skidmore, op. cit.

³⁰ “Entre 1978 e 1979, enquanto o MDB denunciava persistentemente o governo por usar a questão da reforma partidária para enfraquecer a oposição, um número considerável de emedebistas trabalhava abertamente para a criação de outros partidos. Assim, 1979 iniciava-se com o MDB dividido entre os que defendiam a abertura do quadro partidário e os que estavam determinados a dar continuidade ao MDB como única frente oposicionista. Estes últimos, liderados pelo presidente nacional do partido, Ulysses Guimarães, argumentavam que a criação de outros partidos oposicionistas iria, na verdade, ajudar o governo em sua estratégia de dividir a oposição e, ao mesmo tempo, manteria inalterada a natureza do regime”. Kinzo, op. cit., p. 207.

³¹ Ainda dentro do viés teórico da revolução realizada em “etapas” — de caráter *nacional-libertador* — encontravam-se também o PCdoB e o MR-8, que, em linha gerais, possuíam a mesma orientação “etapista” e de *unidade genérica* do PCB. O primeiro, visando à

construção de um “governo das forças democráticas e de unidade popular” — o que implicava também a manutenção da aliança de classe que se realizava no MDB. Como vemos no Informe ao 6º Congresso: “As transformações operadas no país nestas últimas décadas não alteram, no fundamental, a existência de duas etapas da revolução no Brasil. [...] Embora exerçam certa influência no caráter da primeira etapa, a revolução no Brasil continua a ter duas etapas: a antiimperialista, antilatifundiária, antimonopolista e a socialista.[...] Dessa forma, continuam presentes as tarefas democráticas e nacionais, agrária e antiimperialista, cuja completa realização não implica na imediata e total abolição do sistema capitalista”. *Informe Político ao Congresso do PC do Brasil (6º)*, 1983, p. 60. O segundo, pela mesma senda, após sua autocritica de 1972, em reunião realizada no Chile, decide suspender as ações armadas contra a ditadura e implementar uma política de frente, no sentido de construir a “etapa nacional-democrático-burguesa” da revolução. Ver Frederico, op. cit., p. 146-147.

³² O general Golbery do Couto e Silva retira-se do governo no bojo da crise do Rio Centro, isolado nesse processo, e sofrendo forte oposição da “linha dura”. Ver Skidmore, op. cit., p. 444 e segs.

³³ A não percepção do significado do momento e o sectarismo “principista” da condução política do PT fica evidente nas considerações feitas na intervenção de Lula, ao apresentar o programa eleitoral do partido no Rio de Janeiro: “[...] há uma divisão na sociedade e não fomos nós que a inventamos. A casa-grande do latifúndio não é o barraco do lavrador. A refeição do industrial não é o grude do peão. O lucro do banqueiro não é o salário do bancário. O bairro onde mora o grande comerciante não é a vila da periferia onde mora o comerciário. Se somos separados social e economicamente, como poderíamos estar unidos politicamente? [...]”. Apud Moacir Gadotti e Otaviano Pereira, *Pra que PT - Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores*, São Paulo, Cortez, 1989, p. 247.

³⁴ Ver Berbel, op. cit., p. 132 e segs.

³⁵ Como vemos em seu documento eleitoral de 1982: “[...] o PT não fará coligação. Não por uma questão de princípio, mas por uma questão de tática [...]”. Apud Gadotti, op. cit., p. 235.

³⁶ Ver Skidmore, op. cit., p. 471.

³⁷ Como verificamos na “Declaração Política da Comissão Nacional pela Legalidade do PCB”, de 16 de setembro de 1984: “[...] as forças da Aliança Democrática têm-se empenhado, com sucesso, em ações e entendimentos que conduzem à sua própria

ampliação.[...] Valioso papel, para a vitória das oposições e a implementação de efetivas mudanças no país, podem jogar as organizações democráticas e populares, em particular o movimento sindical. O alheamento ou distanciamento dessas organizações da campanha da Aliança Democrática, qualquer que seja o pretexto, somente dificultará a transição e facilitará o continuísmo. Os comunistas, por isso mesmo, apelam a essas entidades, principalmente ao movimento sindical, no sentido de que mais uma vez, em sintonia com sua tradição histórica e com seus reais interesses, indissolúvelmente identificados com a democracia, ocupem seu lugar, combativo e decisivo, na batalha sucessória”. In: *O PCB na Luta pela Democracia, 1983/1985*. São Paulo, Novos Rumos, 1985. p. 54.

³⁸ Prestes não estava de acordo com a participação do PCB na *transição pactuada*, conforme fica explicitado em sua *Carta aos Comunistas*, de março de 1980: “Certamente, as características do regime democrático a ser instaurado no País com o fim da ditadura dependerão fundamentalmente do nível de unidade, organização e consciência alcançado pelo movimento operário e popular. Cabe aos comunistas empenhar-se no esforço de mobilização da classe operária e demais setores populares para alcançar formas cada vez mais avançadas de democracia e, nesse processo, chegar à conquista do poder pelo bloco de forças sociais e políticas interessadas em realizar as profundas transformações a que me referi acima, e que deverão constituir os primeiros passos rumo ao socialismo [...]”. Luís Carlos Prestes, *Carta aos Comunistas*. São Paulo, Alfa-Ômega. 1980, p. 54.

³⁹ Em janeiro de 1992, o PCB, já radicalmente dividido entre dois claros projetos políticos, convoca um Congresso Extraordinário, realizado no Teatro Zúcaro, em São Paulo, que deveria ser o X, cujo tema era apenas a mudança do nome e dos símbolos do partido, através de um processo de escolha de delegados realizado “[...] por métodos não usuais na história do partido. Pessoas estranhas ao meio, ou seja, não filiadas, haviam decidido sobre o destino da organização”. Dulce Pandolfi, *Camaradas e Companheiros*. Rio de Janeiro, Relume Dumará/Fund. Roberto Marinho, 1995. p. 30. Esses “processos não usuais” constituíam-se nos “fóruns socialistas”, por meio dos quais pessoas não vinculadas à estrutura orgânica poderiam votar no Congresso do partido. Não reconhecendo a legitimidade dos procedimentos congressuais, que efetivamente, passavam ao largo dos estatutos e das normas partidárias, 44% dos membros do Comitê Central, incluindo-se aí seis membros da Comissão Executiva Nacional (o Birô Político), juntamente com um número expressivo de delegados — cerca de 600 —, abandonam o recinto onde se realizava o Congresso e convocam, no mesmo dia, no Colégio Roosevelt, também em São Paulo, a Conferência Nacional de Reorganização do PCB, que elegeu um Comitê Central Provisório e convocou o X Congresso do partido, que se realizou entre os dias 25 e 28 de março de 1993. “[...] em janeiro de 1995, após cumprir as exigências do Tribunal

Superior Eleitoral, o Partido Comunista Brasileiro conseguiu o registro definitivo". Idem, p. 31. Ver também, Antonio C. Mazzeo, *Sociologia Política Marxista*. São Paulo, Cortez, 1995. p. 70 e segs. e "Reconstruindo o PCB - Boletim Informativo do Movimento Nacional de Defesa do PCB", fevereiro de 1992.

FONTES

Documentos

- Anuário Estatístico*. Distrito Federal, IBGE, 1993.
- Brasil com Democracia ao Socialismo*. São Paulo, Novos Rumos, 1989.
- Bureau Sul-Americano da IC* - Asmob: B 210.
- Constituição Nova para o Brasil (Proposta para a Constituinte)*. São Paulo, Novos Rumos, 1986.
- El Trabajador Latinoamericano*, Asmob: A 309 Asmob: A 310 (1928-1930: n°s 1 a 26).
- Informe Político ao Congresso do PC do Brasil (6°)*.
- IX Congresso do Partido Comunista Brasileiro - Caminhos e Descaminhos*. Florianópolis, 1991.
- L'Internationale Communiste (1926-1927)*. Paris, EDI, 1976.
- La Correspondence Internationale* (órgão da IC), 1930, n°s: 6-9-14-22-26-30-40-55-68-86-95.
- La Correspondência Sudamericana* (1926 a 1927, n°s 1 a 31).
- Uma Alternativa Democrática para a Crise Brasileira - Encontro Nacional pela Legalidade do PCB*. São Paulo, Novos Rumos, 1984.
- O PCB na Luta Pela Democracia: 1983-1985*. São Paulo, Novos Rumos, 1985.
- Reconstruindo o PCB - Boletim Informativo do Movimento Nacional de Defesa do PCB*. Fevereiro de 1992.

Livros

- AGOSTI, A. *La Terza Internazionale (Storia Documentaria)*. Roma: Riuniti, 1974.
- BARATA, A. *Vida de um Revolucionário (Memórias)*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- BRANDÃO, O. *Combates e Batalhas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.
- BUKHARIN, N. I., BROUE, P. *La question chinoise dans l'Internationale communiste (1926-1927)*. Paris: EDI, 1976.
- CARONE, E. *O PCB*. São Paulo: Difel, 1982.
- DIAS, E. *História das Lutas Sociais no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1977.
- DIMITROV, J. *Contra o Fascismo e a Guerra*. Sófia: Sófia Press, 1988.
- GRAMSCI, A. Note Sul Machiavelli. In: *Quaderni del Carcere (nuova edizione riveduta e integrata, a cura di Valentino Gerratana)*. Roma: Riuniti, 1979.

- _____. Gli Intellettuai. In: *Quaderni del Carcere (nuova edizione riveduta e integrata, a cura di Valentino Gerratana)*. Roma: Riuniti, 1979.
- LENIN, V. I. U. Los Árboles le Impiden Ver el Bosque. In: *Obras Completas*. Madrid: Akal, 1977. v. XXVI.
- _____. Cuadernos Filosoficos. In: *Obras Completas*. Madrid: Akal, 1977. v. XLII.
- _____. Informe Sobre la Situación Internacional y Sobre las Tareas Fundamentales de la Internacional Comunista. In: *Obras Completas*. Madrid: Akal, 1977. v. XXXIII.
- _____. Dos Tacticas de la Socialdemocracia en la Revolución Democrática. In: *Obras Completas*. Madrid: Akal, 1977, v. IX.
- _____. El Imperialismo, Etapa Superior del Capitalismo. In: *Obras Completas*. Madrid: Akal, 1977. v. XXIII.
- _____. Mejor Poco Pero Mejor. In: *Obras Completas*. Madrid: Akal, 1977. v. XXXVI.
- _____. El Programa Agrario de la Socialdemocracia en la Primera Revolución Rusa de 1905-1907. In: *Obras Completas*. Madrid: Akal, 1977. v. XIII.
- _____. Que Hacer? In: *Obras Completas*. Madrid: Akal, 1977. v. V.
- MALINA, S. *O Socialismo em Renovação*. São Paulo: Novos Rumos, 1989.
- MARIATEGUI, J. C. *Textos Basicos*. México: FCE, 1991.
- MOMESSO, L. *José Duarte: um Maquinista da História*. São Paulo: Ed. Oito de Março, 1988.
- PEREIRA, A. *Ensaíos Históricos e Políticos*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1979.
- PRADO JÚNIOR, C. *A Revolução Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- _____. *História Económica do Brasil*. 14 ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.
- _____. Panorama da Política Brasileira. *Revista Brasiliense*. São Paulo: Brasiliense, nº 38, 1961.
- PRESTES, L. C. *Carta aos Comunistas*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- _____. *União Nacional para a Democracia e o Progresso*. Rio de Janeiro: Vitória, 1945.
- REIS, D. *A Luta de Classes no Brasil*. São Paulo: Novos Rumos, 1987.
- SCHLESINGER, R. *La Internacional Comunista y el Problema Colonial*. Cordoba: PyP, 1974.
- STALIN, J. *Cuestiones del Leninismo*. Pequim: Ediciones en Lenguas Extranjeras, 1977.
- _____. *O Marxismo e o Problema Nacional*. São Paulo: LECH, 1979.
- TROTSKY, L. *La Revolución Rusa*. Buenos Aires: Galerma, 1972.

- _____. La Lezione della Spagna. In: MAITAN, L. (Org.) *Per Conoscere Trotskij - Un'antologia delle Opere*. Milano: Mondadori, 1972.
- _____. Rivoluzione Mondiale o Socialismo in un Solo Paese?. In: MAITAN, L. (Org.) *Per Conoscere Trotskij - Un'antologia delle Opere*. Milano: Mondadori, 1972.
- MAO TSE-TUNG. La Lucha en las Montañas Chingkang. In: *Obras Escogidas*. Madrid: Fundamentos, 1974.
- VINHAS, M. *O Partidão: A Luta por um Partido de Massas*. São Paulo: Hucitec, 1982.

Bibliografia Seleccionada

- ABENDROTH, W. *A Short History of the European Working Class*. London: NLB, 1972.
- ABRAMO, F. Frente Única Antifascista. In: *Cadernos Cemap*, n. 1, out. 1984.
- AGOSTI, A. O Mundo da Terceira Internacional. In: HOBSBAWM, E. (Org.) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 6.
- AKAMATSU, P. *Meiji - 1868: Revolución y Contrarevolución en Japón*. Madrid: Siglo XXI, 1977.
- AMAD, S. C. *A CGT e as Lutas Sindicais no Brasil*. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1981.
- ANDERSON, P. *Crise do Marxismo: Introdução a um Debate Contemporâneo*. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- _____. As Antinomias de Gramsci. In: *Crítica Marxista*. São Paulo: Juruês, 1986.
- ANTUNES, R. *Classe Operária, Sindicato e Partido no Brasil*. São Paulo: Cortez, 1982.
- _____. *A Rebelião do Trabalho: O Confronto Operário no ABC*. Campinas: Ensaio/Unicamp, 1982.
- ARICÓ, J. *Marx e a América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.
- BANDEIRA, M. *O Ano Vermelho*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____. *O Governo João Goulart: As Lutas Sociais no Brasil 1961-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.
- BARBOSA FILHO, R. O Conceito de Populismo: Uma Revisão Teórica. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1980. (Mimeogr.).
- BARCELONA, P. *Diário Político*. Roma: Datanews, 1994.
- BATÁLOV, E. *A Teoria Leninista da Revolução*. Moscou: Ed. Progresso, 1982.
- BEIGUELMAN, P. *O Pingo de Arzeite: A Instauração da Ditadura*. São Paulo: Perspectiva, 1994.
- BERBEL, M. R. *Partido dos Trabalhadores: Tradição e Ruptura na Esquerda Brasileira (1978 - 1980)*. São Paulo, 1991. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas.
- _____. *Deputados do Brasil nas Cortes Portuguesas - 1821-1822: Um Estudo sobre o Conceito de Nação*. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 1997.

- BOBBIO, N. et al. *O Marxismo e o Estado*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- BOBBIO, N. *O Conceito de Sociedade Civil*. Rio de Janeiro: Graal, 1982.
- _____. *O Futuro da Democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- _____. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Campus, 1992.
- BOCCARA, P. *O Capitalismo Monopolista de Estado*. Lisboa: Seara Nova, 1977.
- BOSCH, R. R. *A Arte da Associação: Política de Base e Democracia no Brasil*. Rio de Janeiro: Vértice, 1987.
- BRANDÃO, G. M. *A Esquerda Positiva: As Duas Almas do Partido Comunista - 1920/1964*. São Paulo: Hucitec, 1997.
- _____. Sobre a Fisionomia Intelectual do Partido Comunista (1945 - 1964). In: Revista *Lua Nova*, n. 15, São Paulo: Cedec, 1988.
- BRAVERMANN, H. *Trabalho e Capital Monopolista*. Rio de Janeiro: Zahar, 1980.
- BRUNHOFF, S. *A Hora do Mercado*. São Paulo: Edunesp, 1991.
- BUCI-GLUCKSMAN, C. *Gramsci e o Estado*. São Paulo: Paz e Terra, 1980.
- CAMARGO, A. et al. *Continuidade e Mudança no Brasil da Nova República*. Rio de Janeiro: Iuperj, 1989.
- CANEDO, L. B. *O Sindicalismo Bancário em São Paulo*. São Paulo: Símbolo, 1978.
- CANO, W. *Raízes da Concentração Industrial em São Paulo*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARDOSO, F. H. *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo: Difel, 1972.
- _____. et al. *Os Partidos e as Eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- CARONE, E. *A República Velha*. São Paulo: Difel, 1970.
- _____. *A Segunda República*. São Paulo: Difel, 1976.
- _____. *A Terceira República*. São Paulo: Difel, 1977.
- CARNOY, M. *Estado e Teoria Política*. Campinas: Papirus, 1984.
- CAROCCHI, G. *Storia D'Italia: Dall'Unita ad Oggi*. Milano: Feltrinelli, 1975.
- CARR, E. *A Revolução Bolchevique*. Porto: Afrontamento, 1977.
- _____. *The Interregnum*. London: Penguin Books, 1969.
- _____. *La Comintern y la Guerra Civil Española*. Edición de Tamara Deutscher. Madrid: Alianza, 1986.
- CARVALHO, L. C. Nacionalismo e Alianças de Classe. Dissertação (Mestrado). Universidade de Campinas. Campinas, 1976. (Mimeogr.).

- CASTRO, A. B. et al. *A Economia Brasileira em Marcha Forçada*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- CERRONI, U. et al. *Teoria Marxista del Partido Político / I*. México: PyP, 1985.
- CERRONI, U. *Teoria do Partido Político*. São Paulo: LECH, 1982.
- CHABOD, F. *L'Italia Contemporanea*. Turim: Einaudi, 1961.
- CHASIN, J. *O Integralismo de Plínio Salgado*. São Paulo: LECH, 1978.
- _____. A "Politicização" da Totalidade: Oposição e Discurso Econômico. *Revista Temas de Ciências Humanas*, n. 2, São Paulo: Grijalbo, 1977.
- CHAUÍ, M. *O Nacional e o Popular na Cultura Brasileira. Seminários*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- CHAUÍ, M. & FRANCO, M. S. C. *Ideologia e Mobilização Popular*. Rio de Janeiro: Paz e Terra/Cedec, 1985.
- CHILCOTE, R. *PCB: Conflito e Integração*. São Paulo: Graal, 1970.
- CLAUDIN, F. *A Crise do Movimento Comunista: A Crise da Internacional Comunista. / O Apogeu do Stalinismo*. São Paulo: Global, 1985/1986.
- COUTINHO, C. N. *A Democracia como Valor Universal*. Rio de Janeiro: Salamandra, 1984.
- _____. *Cultura e Sociedade no Brasil*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- COSTA, H. *A Insurreição Comunista de 1935 - Natal: O Primeiro Ato da Tragédia*. São Paulo: Ensaio, 1995.
- CUEVA, A. *O Desenvolvimento do Capitalismo na América Latina*. São Paulo: Global, 1983.
- CUNHA, P. R. R. *Aconteceu Longe Demais - a Luta pela Terra dos Posseiros de Formoso e Trombas e a Política Revolucionária do PCB, no Período 1950-1964*. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica. São Paulo, 1994.
- DASSU, M. Frente Única e Frente Popular: O VII Congresso da Internacional Comunista. In: HOBSBAWM, E. (Org.) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. v. 6.
- DEL ROIO, M. *A Classe Operária na Revolução Burguesa*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- DINIZ, E. et al. *Modernização e Consolidação Democrática no Brasil*. Rio de Janeiro: Vértice, 1989.
- DUVERGER, M. *Los Partidos Políticos*. México: FCE, 1987.

- ENGELS, F. *El Anti-Dühring*. Buenos Aires: Claridad, 1972.
- _____. *A Situação da Classe Trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Global, 1986.
- _____. *Do Socialismo Utópico ao Socialismo Científico*. Lisboa: Ed. Estampa, 1971.
- _____. Prefácio para a Terceira Edição Alemã de Karl Marx. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *Revolução e Contra-Revolução na Alemanha*. Lisboa: Avante, 1981.
- FAUSTO, B. (Org.) *História Geral da Civilização Brasileira - O Brasil Republicano*. São Paulo: Difel, 1981. v. III.
- FAUSTO, B. *Trabalho Urbano e Conflito Social*. São Paulo: Difel, 1976.
- FEJTŐ, F. *L'Héritage de Lénine - Introduction à l'Histoire du Communisme mondial*. Paris: Librairie Générale Française, 1977.
- FERNANDES, F. *A Ditadura Posta em Questão*. São Paulo: TAQ, 1982.
- _____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.
- _____. *Apontamentos sobre a "Teoria do Autoritarismo"*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- _____. *Brasil em Compasso de Espera*. São Paulo: Hucitec, 1980.
- _____. *A Transição Prolongada*. São Paulo: Cortez, 1990.
- FREDERICO, C. *A Esquerda e o Movimento Operário*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1991.
- _____. *A Vanguarda Operária*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- _____. *Consciência Operária no Brasil*. São Paulo: Ática, 1979.
- _____. A Presença de Lukács na Política Cultural do PCB e na Universidade. In: MORAES, J. Q. (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, 1995. v. II.
- FURTADO, C. et al. *Brasil Hoy*. México: Siglo XXI, 1972.
- FURTADO, C. *Análise do "Modelo" Econômico Brasileiro*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- GALLI, G. *Storia del PCI - Il Partito Comunista Italiano: Livorno 1921/ Rimini 1991*. Milano: Kaos, 1993.
- GADOTTI, M. et al. *Pra que PT? Origem, Projeto e Consolidação do Partido dos Trabalhadores*. São Paulo: Cortez, 1989.
- GARCIA, M. A. Contribuições Para uma História da Esquerda Brasileira. In: MORAES, R. et al. *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

- GENTILE, E., DE FELICE, R. *Itália de Mussolini e a Origem do Fascismo*. São Paulo: Ícone, 1988.
- GERRATANA, V. *Ricerche di Storia del Marxismo*. Roma: Riuniti, 1978.
- GALISSOT, R. O Imperialismo e a Questão Colonial e Nacional dos Povos Oprimidos. In: HOBSBAWM, E. (Org.) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. v. I.
- GORENDER, J. *Combate nas Trevas*. São Paulo: Ática, 1987.
- GRUPPI, L. *O Pensamento de Lenin*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- _____. *O Conceito de Hegemonia em Gramsci*. 3. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1991.
- HABERMAS, J. *A Crise de Legitimação no Capitalismo Tardio*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1980.
- HARNECKER, M. *A Revolução Social (Lenin e a América Latina)*. São Paulo: Global, s.d.
- _____. *O Sonho Era Possível*. Havana: Mepla/Casa de las Américas, 1994.
- HEINZ HOLZ, H. et al. *Conversando com Lukács*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.
- HELLER, A. *Per una Teoria Marxista del Valore*. Roma: Riuniti, 1980.
- _____. *Teoría de las Necesidades en Marx*. Barcelona: Península, 1986.
- HERE, J. *El Modernismo Reaccionario*. México: FCE, 1990.
- HILL, C. *A Revolução Inglesa de 1640*. Lisboa: Presença, 1981.
- _____. *God's Englishman - Oliver Cromwell and the English Revolution*. London: Penguin Books, 1970.
- HILTON, S. *A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Record, 1986.
- HOBSBAWM, E. J. (Org.) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980/1989.
- HOBSBAWM, E. J. *Revolucionários*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.
- _____. *A Era dos Extremos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.
- HOROWITZ, I. *Ascensão e Queda do Projeto Camelot*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- IANNI, O. *Estado e Planejamento no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.
- ILARDI, M. & ACCORNERO, A. *Il Partito Comunista Italiano: Struttura e Storia dell'Organizzazione*. Milano: Feltrinelli, 1982.
- INGRAO, P. *As Massas e o Poder*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

- JAGUARIBE, H. *La Sociedad, el Estado y los Partidos en la Actualidad Brasileña*. México: FCE, 1992.
- JAY, M. *Marxism and Totality: the Adventures of a Concept from Lukacs to Habermas*. Berkeley: University of California, 1984.
- JOHNSON, J. J. *Militares y Sociedad en America Latina*. Buenos Aires: Solar/Hache, 1966.
- KAPLAN, M. T. *Formação do Estado Nacional*. Rio de Janeiro: Eldorado, 1974.
- KINZO, M. D. G. *Oposição e autoritarismo: Gênese e Trajetória do MDB*. São Paulo: Vértice, 1988.
- _____. *Representação Política e Sistema Eleitoral no Brasil*. São Paulo: Símbolo, 1980.
- KLEIN, C. *La Repubblica di Weimar*. Milano: Mursia & C., 1970.
- KONDER, L. *Introdução ao Fascismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1977.
- _____. *A Democracia e os Comunistas*. Rio de Janeiro: Graal, 1980.
- _____. *Astrojildo Pereira: o Homem, o Militante e o Crítico*. In: Vários. *Memória & História*. São Paulo: LECH, 1981, n. 1.
- KOSIK, K. *Dialética do Concreto*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.
- KOVAL, B. *A Grande Revolução de Outubro e a América Latina*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1980.
- _____. *História do Proletariado Brasileiro*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- KRIEGEL, A. *Las Internacionales Obreras*. Barcelona: Orbis, 1986.
- LAFER, C. *O Sistema Político Brasileiro: Estrutura e Processo*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- LEFEBVRE, H. *De l'Etat*. Paris: UGD, 1976.
- _____. *Pour Conaitre la Pensée de Lénine*. Paris, 1957.
- LIMA, H. *História da Ação Popular da JUC ao PCdoB*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- LIMA, H. F. *História Político-Econômica e Industrial do Brasil*. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1973.
- LINDERMANN, A. *Socialismo Europeo e Bolsevismo*. Bolonha: Il Mulino, 1977.
- LOJKINE, J. *A Classe Operária em Mutações*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- LONER, B. A. *O PCB e o Manifesto de Agosto*. Dissertação (Mestrado) - Universidade de Campins. Campinas, 1985. (Mimeogr.)
- LOSURDO, D. *Hegel, Marx e la Tradizione Liberale: Libertá, Uguaglianza, Stato*. Roma: Riuniti, 1988.

- LÖWY, M. *Le Marxisme en Amérique Latine-Anthologie*. Paris: Maspero, 1980.
- LUKÁCS, G. *El Asalto a la Razón*. Barcelona: Grijalbo, 1972.
- _____. *Estética*. Barcelona: Grijalbo, 1966, v. 1.
- _____. *Historia y Consciencia de Clase*. Barcelona: Grijalbo, 1969.
- _____. *Lenin - Teoria e Prassi nella Personalità di un Rivoluzionario*. Turim: Einaudi, 1970.
- _____. *Ontologia dell'Essere Sociale*. Roma: Riuniti, 1976.
- _____. *Prolegomenos a una Estética Marxista (Sobre la Categoría de la Particularidad)*. Barcelona: Grijalbo, 1969.
- MAIRA, L. *Perspectivas de la Izquierda Latinoamericana: Seis Dialogos*. Santiago do Chile: FCE, 1991.
- MANDEL, E. *A Crise do Capital*. São Paulo: Ensaio/Unicamp, 1990.
- _____. *Crítica do Eurocomunismo*. Lisboa: Ed. Antídoto, 1978.
- MARIANI, S. *Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro - 1890-1920*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- MARONI, A. *A Estratégia da Recusa*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- MARRAMAO, G. et al. *Teoria Marxista de la Política*. México: PyP, 1981.
- _____. *O Político e suas Transformações*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1990.
- MARX, K. *A Questão Judaica*. Rio de Janeiro: Achiamé, s.d.
- _____. *Crítica de la Filosofía del Derecho de Hegel*. Buenos Aires: Claridad, 1973.
- _____. *Contribución a la Crítica de la Economía Política*. Buenos Aires: Estudio, 1970.
- _____. *Crítica del Programa de Gotha*. Moscou: Progreso, s.d.
- _____. *El Capital*. México: FCE, 1973.
- _____. *O 18 Brumário de Luis Bonaparte*. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
- _____. *Manuscritos Economico-Filosóficos de 1844*. In: *Escritos Varios*: México, Grijalbo, 1966.
- _____. *Miséria da Filosofía*. São Paulo: LECH, 1982.
- _____. *Opere Giovanili*. Roma: Riuniti, 1971.
- MARX, K., ENGELS, F. *La Guerra Civil en los Estados Unidos*. México: Roca, 1973.
- _____. *La Ideología Alemana*. Barcelona: Grijalbo, 1970.
- _____. *Manifesto do Partido Comunista*. São Paulo: Novos Rumos, 1986.
- _____. *Sobre la Revolución de 1848*. Moscou: Progreso, 1981.

- MAZZEO, A. C. *Burguesia e Capitalismo no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1995.
- _____. *Estado e Burguesia no Brasil: Origens da Autocracia Burguesa*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.
- _____. *Sociologia Política Marxista*. São Paulo: Cortez, 1995.
- MEDVEDEV, R. *Os Últimos Anos de Bukhárin*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.
- MELLO, J. M. C. *O Capitalismo Tardio*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- MELOGRANI, P. *Fascismo, Comunismo e Rivoluzione Industriale*. Bari: Laterza, 1984.
- _____. *Il Mito della Rivoluzione Mondiale: Lenin tra Ideologia e Ragion di Stato 1917-1920*. Roma: Bari, Laterza, 1985.
- MENDONÇA, M. *Trajatória Política de um Demolidor de Presidentes: (Carlos Lacerda: 1930-1969)*. Tese (Doutorado) - Universidade de São Paulo. São Paulo, 1997.
- MENEGUELLO, R. *PT: A Formação de um Partido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MÉSZÁROS, I. *Marx: A Teoria da Alienação*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- _____. *A Necessidade do Controle Social*. São Paulo: Ensaio, 1987.
- _____. *O Poder da Ideologia*. São Paulo: Ensaio, 1996.
- MILIBAND, R. *Marxismo e Política*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.
- MILLS, C. W. *Os Marxistas*. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.
- MOORE, B. *As Origens Sociais da Ditadura e da Democracia*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- MORAES, J. Q. (Org.) *História do Marxismo no Brasil*. Campinas, 1995. v. II.
- MORAIS, F. *Olga*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1985.
- MORAIS, R. et al. *Inteligência Brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- O'DONELL, G. *Desenvolvimento Político ou Mudança Política?* In: PINHEIRO, P. S. (Org) *O Estado Autoritário e Movimentos Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- OLIVEIRA, E. R. *De Geisel a Collor: Forças Armadas, Transição e Democracia*. Campinas: Papyrus, 1994.
- PACHECO, E. *O Partido Comunista Brasileiro (1922-1964)*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1984.
- PANDOLFI, D. *Camaradas e Companheiros: História e Memória do PCB*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995.

- PERILLO, G. L'America Latina al VI Congresso Mondiale dall'IC. In: *Movimento Operario Socialista*, n. 2-3, 1970.
- PINHEIRO, P. S. *Estratégias da Ilusão: A Revolução Mundial e o Brasil*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- _____. (Org.) *O Estado Autoritário e os Movimentos Populares*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.
- _____. *Política e Trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- PISCHEL, E. C. *L'Internationale Communiste et les Problemes Coloniaux: 1919-1935*. Paris: Mouton, 1968.
- POULANTZAS, N. *As Classes Sociais no Capitalismo de Hoje*. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____. *Fascismo e Ditadura*. São Paulo: Martins Fontes, 1978.
- _____. *Hegemonia y Dominación en el Estado Moderno*. México: PyP, 1977.
- _____. *O Estado, o Poder, o Socialismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1985.
- _____. *Poder Político e Classes Sociais*. Lisboa: Portucalense, 1971.
- PRESTES, A. L. *Luis Carlos Prestes e a Aliança Nacional Libertadora*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- PRZEWORSKI, A. *Capitalismo e Social-Democracia*. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.
- RAGONIERI, E. *La Terza Internazionale e il Partito Comunista Italiano*. Turim: Einaudi, 1978.
- REIS FILHO, D. A. *A Revolução Falhou ao Encontro*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- REIS, F. & O'DONNELL, G. *A Democracia no Brasil: Dilemas e Perspectivas*. São Paulo: Vértice, 1988.
- RICHARD, L. *A República de Weimar*. São Paulo: Cia. das Letras, 1988.
- RIDENTI, M. *O Fantasma da Revolução Brasileira*. São Paulo: Edunesp, 1993.
- RODRIGUES NETTO, L. M. *Trabalhadores, Sindicato e Industrialização*. São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____. As Tendências Políticas na Formação das Centrais Sindicais. In: BOITO JÚNIOR, A. (Org.) *O Sindicalismo Brasileiro nos Anos 80*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. O PCB: os Dirigentes e a Organização. In: FAUSTO, B. *História Geral da Civilização Brasileira*. São Paulo/Rio de Janeiro: Difel, 1977, t. III, v. 3.

- SÁ, J. F. *Imagens da Revolução: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos Anos 1961 a 1971*. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- SANTOS, W. *Ordem Burguesa e Liberalismo Político*. São Paulo: Duas Cidades, 1978.
- SANTOS, R. *A Primeira Renovação Pecebista*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1988.
- SALLUM JÚNIOR, B. Transição Política e Crise de Estado. In: Revista *Lua Nova*, São Paulo: Cedec, n. 32, 1994.
- SCHWARZ, R. *Ao Vencedor as Batatas*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SEGATTO, J. A. *Breve História do PCB*. São Paulo: LECH, 1981.
- _____. *Reforma e Revolução: As Vicissitudes Políticas do PCB: 1954-1964*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995.
- SILVA, H. *A Revolta Vermelha*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1969.
- _____. *O Poder Militar*. Porto Alegre: L&PM, 1985.
- _____. *1964: Golpe ou Contragolpe?* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.
- SILVA, O. *A História das Tendências no Brasil*. São Paulo: Dag Gráfica Editorial, s.d.
- SILVA, S. *Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1976.
- SKIDMORE, T. *Brasil: de Getúlio a Castelo*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- _____. *Brasil: de Castelo a Sarney*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
- _____. A Abertura do Autoritarismo: Origens e Dinâmica. In: STEHAN, A. *Democratizando o Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- SOBOUL, A. *Précis d'Histoire de la Révolution Française*. Paris: E. S., 1966.
- SPRIANO, P. *Storia del Partito Comunista Italiano*. Turim: L'Unita/Einaudi, 1975.
- SODRÉ, N. W. *Brasil: Radiografia de um Modelo*. Buenos Aires: Orbelius, 1973.
- _____. *História da Burguesia Brasileira*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1964.
- _____. *Introdução à Revolução Brasileira*. São Paulo: LECH, 1978.
- _____. *A Intentona Comunista de 1935*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1986.
- SOTELO, I. *Del leninismo al Estalinismo: Modificaciones del Marxismo en un Medio Subdesarrollado*. Madrid: Tecnos, 1976.
- SOARES, G. A. D. *Sociedade e Política no Brasil*. São Paulo: Difel, 1973.
- VIANNA, L. W. *Liberalismo e Sindicato no Brasil*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- VIANNA, M. A. G. *Revolucionários de 1935*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- VRANICKI, P. *Storia del Marxismo*. Roma: Riuniti, 1971.

- _____. Notas sobre a Conjuntura Brasileira. In: Revista *Temas de Ciências Humanas*. São Paulo: LECH, n. 8, 1980.
- WEFFORT, F. C. *Por que Democracia?* São Paulo: Brasiliense, 1984.
- WHITNEY HALL, J. *El Império Japonés*. México: Siglo XXI, 1988.
- ZAIDAN FILHO, M. *Comunistas em Céu Aberto: 1922-1930*. Belo Horizonte: Oficina de Livros, 1989.
- _____. *PCB (1922-1929) Na Busca das Origens de um Marxismo Nacional*. São Paulo: Global, 1985.
- ZIZEK, S. (Org) *Um Mapa da Ideologia*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

No final dos anos setenta e no início dos oitenta deste século, as movimentações operárias do ABC paulista abrem perspectiva para a construção de um pólo democrático-popular que possibilitaria o aprofundamento da democracia brasileira em dimensões jamais vistas. Se os setores de esquerda aglutinados em torno da vanguarda operária, e que posteriormente formariam o Partido dos Trabalhadores - PT, não conseguem construir essa alternativa, o Partido Comunista Brasileiro, até então hegemônico dentro do movimento operário, também não se mostra capaz de compreender a importância dessas manifestações e tem sua política derrotada no movimento de massas ao insistir em manter prática calcada nos velhos instrumentais analíticos de sua "teoria do Brasil". A construção da teoria da revolução em "etapas", feita pelo Komintern — a Internacional Comunista —, a influência dessa Internacional no PCB e nas orientações da esquerda brasileira, assim como a incapacidade dos socialistas e comunistas de entender as novas dimensões sociopolíticas do Brasil são analisadas em *Sinfonia inacabada* que, ao fazer uma exposição abrangente da política dos comunistas, faz também uma análise crítica de toda a esquerda brasileira.

ISBN 85-85934-34-4



9 788585 934347